

   @unifaema

Anais do Evento

II CONEXÃO CIENTÍFICA UNIFAEMA

Encontro de Ciência, Educação e
Cidadania, Saúde e Meio Ambiente,
Tecnologias Sustentáveis e Políticas
Públicas





CENTRO UNIVERSITÁRIO FAEMA - UNIFAEMA

PRÓ-REITORIA DE PÓS GRADUAÇÃO, PESQUISA E EXTENSÃO

ANAIS DA II CONEXÃO CIENTÍFICA UNIFAEMA
ENCONTRO DE CIÊNCIA, EDUCAÇÃO E CIDADANIA SAÚDE E MEIO
AMBIENTE, TECNOLOGIAS SUSTENTÁVEIS E POLÍTICAS PÚBLICAS

Ariquemes, RO
2026

Atribuição Não Comercial 4.0 Internacional.

Este trabalho está licenciado com uma Licença Creative Commons. Desde que citada a fonte, para fins de estudo e pesquisa, autorizamos a reprodução e divulgação deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico.

Os artigos assinados nesta publicação, assim como a revisão textual e o uso adequado das Normas de formatação da ABNT, são de inteira responsabilidade dos seus autores.



FICHA CATALOGRÁFICA
Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

C397a Centro Universitário Faema – Unifaema.

Anais da II Conexão Científica Unifaema: encontro de ciência, educação e cidadania, saúde e meio Ambiente, tecnologias sustentáveis e políticas públicas [recurso eletrônico] / Centro Universitário Faema – Unifaema. Ariquemes: Editora Unifaema, 2026.

244 f.

Inclui Bibliografia.

ISBN: 978-65-984435-5-9

1. Educação. 2. Educação Superior. 3. Graduação. 4. Atividade Extensionista. 5. Resumo Simples. 6. Resumo Expandido I. Título.

CDD 378.6

CDU 378.6

Bibliotecária Responsável

Poliane de Azevedo

CRB 1161/11

CENTRO UNIVERSITÁRIO FAEMA – UNIFAEMA

Reitor

Airton Leite Costa

Vice-Reitor

Hudson Carlos Avancini Persch

Pró-Reitor Acadêmico

Weslei Gonçalves Borges

Pró-Reitor Acadêmica Adjunta

Katiuscia Carvalho de Santana

Pró-Reitora de Pós-Graduação Pesquisa e Extensão

Joani Paulus Covaleski

Pró-Reitora de Pós-Graduação Pesquisa e Extensão Adjunta

Elis Milena Ferreira do Carmo Ramos

EDITORAÇÃO DA PUBLICAÇÃO

Organizadores

Joani Paulus Covaleski

Roemir Peres Machado Moreira

Hudson Carlos Avancini Persch

Estrutura e edição

Joani Paulus Covaleski

Roemir Peres Machado Moreira

Isabelle da Silva Souza

Poliane de Azevedo

Revisão de texto, capa e imagens

Comissão organizadora

SUMÁRIO

A IMPORTÂNCIA DA BOTÂNICA NO DIAGNÓSTICO DE ESTRESSES ABIÓTICOS NA CULTURA DA SOJA E MILHO.....	8
A IMPORTÂNCIA DA MORFOLOGIA EVGETAL NA IDENTIFICAÇÃO DE ESPÉCIES NATIVAS.....	11
ALTERAÇÕES ANATÔMICAS EM RAÍZES DE PLANTAS SUBMETIDAS AO MANEJO COM DIFERENTES TIPOS DE ADUBAÇÃO.....	13
ANÁLISE DA PRODUÇÃO CIENTÍFICA SOBRE MÉTRICAS DA PAISAGEM NO VALE DO JAMARI: AVANÇOS, LACUNAS E PERSPECTIVAS.....	15
MORFOLOGIA E ANATOMIA DE RAÍZES DE USO POTENCIAL NA AGRICULTURA SUSTENTÁVEL.....	17
A EVOLUÇÃO DAS ESTRUTURAS REPRODUTIVAS DAS ANGIOSPERMAS: COM FOCO EM FLORES, FRUTOS E SEMENTES RELACIONANDO MORFOLOGIA E EVOLUÇÃO.....	19
TECNOLOGIAS SUSTENTÁVEIS E INOVAÇÃO: ANÁLISES E PRINCIPAIS DESAFIOS DA ATUALIDADE.....	21
UTILIZAÇÃO DE TÉCNICAS ANATÔMICAS PARA A AVALIAÇÃO DE QUALIDADE FISIOLÓGICA DE PLANTAS EM VIVEIROS.....	23
USO DE DDG (DRIED DISTILLERS GRAINS) NA NUTRIÇÃO DE RUMINANTES.....	25
DA ALEMANHA AO BRASIL: O CASO MARTINA BIG E A (IN)APLICABILIDADE DA TRANSRACIALIDADE NAS POLÍTICAS DE COTAS NO BRASIL.....	27
IMPACTO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS NA GESTÃO DE RESÍDUOS SÓLIDOS EM ARIQUEMES-RO: AVANÇOS NA COLETA SELETIVA E DESATIVAÇÃO DE LIXÕES.....	29
TREMEMBÉ E O ESPETÁCULO DO CRIME: A SUBCELEBRIZAÇÃO DE CRIMINOSOS E O PERIGO DO HOLOFOTE MIDIÁTICO.....	31
A ATUAÇÃO DO ENFERMEIRO EM CONTEXTOS DE RESISTÊNCIA RELIGIOSA AO TRATAMENTO DOS TRANSTORNOS MENTAIS.....	33
DOENÇAS CRÔNICAS E O IMPACTO NA QUALIDADE DE VIDA DOS PROFISSIONAIS DE ENFERMAGEM.....	35
SAÚDE MENTAL DOS ENFERMEIROS: PÓS PERÍODO PANDÊMICO.....	37
A CONTRIBUIÇÃO DA ENFERMAGEM NA COORDENAÇÃO DO TRATAMENTO POLIQUIMIOTERÁPICO EM POPULAÇÃO PRIVADA DE LIBERDADE AFETADA PELA HANSENÍASE.....	39
A IMPORTÂNCIA DO AUTOCUIDADO NA PREVENÇÃO DAS INCAPACIDADES FÍSICAS NA HANSENÍASE.....	41
ADESÃO AO PROTOCOLO DE SEPSIS EM UNIDADES DE EMERGÊNCIA: DA TEORIA À PRÁTICA CLÍNICA.....	43
AVALIAÇÃO MULTIDIMENSIONAL DO IDOSO AFETADO PELA HANSENÍASE.....	45
CONTRIBUIÇÕES DA ENFERMAGEM NA PREVENÇÃO E NO ACOMPANHAMENTO DA INFECÇÃO LATENTE POR TUBERCULOSE.....	47

HANSENÍASE EM POVOS ORIGINÁRIOS DA REGIÃO NORTE: DESIGUALDADES SOCIAIS E BARREIRAS AO DIAGNÓSTICO PRECOCE.....	49
INTEGRAÇÃO DE AÇÕES DE VIGILÂNCIA, PREVENÇÃO E CONTROLE DE DOENÇAS TROPICAIS NEGLIGENCIADAS NO SUS: PERSPECTIVAS EPIDEMIOLÓGICAS E OPERACIONAIS PARA HANSENÍASE.....	51
USO DE TECNOLOGIA COMO FERRAMENTA DE ACOMPANHAMENTO A AFETADOS PELA HANSENÍASE: UMA REVISÃO INTEGRATIVA.....	53
ADESÃO TERAPÊUTICA EM DCNT: DESAFIOS PARA A ENFERMAGEM.....	55
ARTRITE REUMATOIDE: MANEJO DOS SINTOMAS E QUALIDADE DE VIDA.....	57
EXPERIÊNCIA CLÍNICA NO CUIDADO FISIOTERAPÊUTICO DE UM PACIENTE COM AMPUTAÇÃO DECORRENTE DE PÉ DIABÉTICO.....	59
IMPACTO DA SUPERLOTAÇÃO HOSPITALAR NOS DESFECHOS DE PACIENTES CRÍTICOS: GESTÃO, SEGURANÇA E QUALIDADE ASSISTENCIAL.....	61
PAPEL DO ENFERMEIRO NOS CUIDADOS PALIATIVOS: CONTRIBUIÇÃO PARA MELHOR QUALIDADE DE VIDA.....	63
REABILITAÇÃO VESTIBULAR EM PACIENTE COM VERTIGEM POSICIONAL PAROXÍSTICA BENIGNA: RELATO DE EXPERIÊNCIA.....	65
TOXOPLAMOSE: CONSEQUÊNCIA DA TOXOPLAMOSE NA GESTAÇÃO.....	67
DESAFIOS E ESTRATÉGIAS NA BUSCA ATIVA DE GESTANTES EM ÁREAS RURAIS: O PAPEL DOS AGENTES COMUNITÁRIOS DE SAÚDE.....	69
ECMO EM EMERGÊNCIAS CRÍTICAS: EVIDÊNCIAS, LIMITAÇÕES E PERSPECTIVAS PARA PAÍSES EM DESENVOLVIMENTO.....	71
ANÁLISE DO PERFIL FITOQUÍMICO ASSOCIADO ÀS ATIVIDADES ANTI-HELMÍNTICA E ANTIFÚNGICA DO MASTRUZ CHENOPODIUM AMBROSIOIDES L.....	73
ASSOCIAÇÃO ENTRE TABAGISMO E CÂNCER DE MAMA: RISCOS E IMPLICAÇÕES PARA A SAÚDE FEMININA.....	75
POTENCIAL TERAPÊUTICO DE <i>Turnera subulata</i> : UMA REVISÃO SOBRE SEUS COMPOSTOS BIOATIVOS E APLICAÇÕES FARMACOLÓGICAS.....	77
POTENCIALIZAÇÃO DOS EFEITOS FARMACOLÓGICOS DO AMARANTHUS VIRIDIS EM ASSOCIAÇÃO COM ERVAS DANINHAS: ENFOQUE NAS ATIVIDADES ANTIMICROBIANA, ANTIANÊMICA E FOTOPROTETORA.....	79
PROPRIEDADES TERAPÊUTICAS DE EXTRATOS DE ERVA SANTA LUZIA (<i>EUPHORBIA HIRTA L.</i>): APLICAÇÕES TERAPÊUTICAS, ESPECTRO DE AÇÃO E POSSÍVEIS CONTRAINDICAÇÕES.....	81
TABAGISMO PASSIVO COMO FATOR DE RISCO NO CURSO CLÍNICO DA DOENÇA PULMONAR OBSTRUTIVA CRÔNICA.....	83
A IMPORTÂNCIA DA ATUAÇÃO DA ENFERMAGEM NA PREVENÇÃO DA HIPERTENSÃO GESTACIONAL.....	85
O ENFRENTAMENTO DAS BARREIRAS DE ACESSO AO TRATAMENTO DA HANSENÍASE NO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE.....	87
O PAPEL DA ENFERMAGEM NO MANEJO DA DOR EM PACIENTES COM FIBROMIALGIA.....	89
PROGRAMA DE SAÚDE ESCOLAR E O ALINHAMENTO DE AÇÕES NA PREVENÇÃO DA HANSENÍASE COMO DOENÇA NEGLIGENCIADA.....	91

QPCR E TESTES POINT-OF-CARE NA HANSENÍASE: POTENCIAL PARA AMPLIAÇÃO DA VIGILÂNCIA EM SAÚDE PÚBLICA.....	93
QUALIDADE DE VIDA DO IDOSO AFETADO PELA HANSENÍASE.....	95
A (RE)VITIMIZAÇÃO DE VÍTIMAS DE CRIMES SEXUAIS E AS POLÍTICAS MITIGATÓRIAS DO ESTADO DE RONDÔNIA.....	97
A IMPORTÂNCIA DO FARMACÊUTICO CLÍNICO NO CUIDADO INTENSIVO DO ADULTO E DESAFIOS ENFRENTADOS.....	99
MORFOLOGIA DAS SEMENTES E SUA INFLUÊNCIA NA GERMINAÇÃO E NO VIGOR DE PLÂNTULAS.....	101
A RESPONSABILIDADE AMBIENTAL DO PRODUTOR RURAL NO CONTEXTO DO NOVO CÓDIGO FLORESTAL E A SUSTENTABILIDADE NO AGRONEGÓCIO.....	102
APLICAÇÃO DE TÉCNICAS DE MICROSCOPIA NA ANÁLISE ANATÔMICA VEGETAL NA EVOLUÇÃO DAS ESTRUTURAS REPRODUTIVAS DAS ANGIOSPERMAS.....	104
CENTRO DE ACOLHIMENTO PARA PESSOAS EM SITUAÇÃO DE RUA EM PORTO VELHO/RO: UMA REVISÃO BIBLIOGRÁFICA SOBRE ARQUITETURA SOCIAL E INCLUSÃO URBANA.....	106
ESTUDO DO DESEMPENHO DA MISTURAS CIMENTÍCIAS CONTENDO REJEITO DE GARIMPO E POLIESTIRENO SULFONADO (PSS).....	108
INOVAÇÃO DOCENTE E CAPACITAÇÃO CONTINUADA COMO PILARES PARA A QUALIDADE NO ENSINO SUPERIOR.....	110
O ENSINO DA BIOÉTICA NA SAÚDE: TECENDO NOVOS CAMINHOS PARA UMA PRÁTICA RESPONSÁVEL.....	112
OS IMPACTOS DO ABUSO SEXUAL NA CONSTITUIÇÃO DA SEXUALIDADE MASCULINA: UMA REVISÃO INTEGRATIVA SOB A ÓTICA PSICANALÍTICA.....	114
TRANSFORMAÇÃO PEDAGÓGICA E TECNOLÓGICA NA FORMAÇÃO DOCENTE: CAMINHOS PARA A INOVAÇÃO NO ENSINO SUPERIOR.....	116
BAUHINIA FORFICATA NO TRATAMENO DE DIABETES MELLITUS.....	118
DISPONIBILIDADE HIDRÍCA DO SOLO EM ÁREA CULTIVADA E EM SISTEMA DE REFLORESTAMENTO COM FRUTÍFERAS.....	120
DIAGNÓSTICO MOLECULAR DA ANEMIA FALCIFORME: UM DIREITO À SAÚDE INTEGRAL.....	125
MODELAGEM JURÍDICA DE DECISÕES INTERAGENTES DO DIREITO PARA O SÉCULO XXI.....	131
ABANDONO AFETIVO COMO ATO ILÍCITO CIVIL E SUAS IMPLICAÇÕES NA RESPONSABILIDADE CIVIL NAS RELAÇÕES FAMILIARES.....	136
O DANO EXISTENCIAL NAS RELAÇÕES FAMILIARES.....	144
AMBIÊNCIA HOSPITALAR E COMUNICAÇÃO DE MÁS NOTÍCIAS: CONTRIBUIÇÕES DA PSICOLOGIA AMBIENTAL E HOSPITALAR.....	151
NAMORO, AFETIVIDADE E TECNOLOGIA: A AUTONOMIA PESSOAL COMO EXPRESSÃO DE LIBERDADE NO DIREITO DAS FAMÍLIAS.....	158
PARALISIA DO SONO: O IMPACTO EMOCIONAL DE UM FENÔMENO INVISÍVEL.....	166
VULNERABILIDADE SOCIOECONÔMICA E OS IMPACTOS NA SAÚDE MENTAL.....	172

TOXOPLASMOSE CONGÊNITA EM ARIQUEMES, RONDÔNIA: ANÁLISE EPIDEMIOLÓGICA DOS CASOS NOTIFICADOS ENTRE 2022 E 2024.....	177
ALTERAÇÕES FISIOLÓGICAS DO ENVELHECIMENTO E SEUS IMPACTOS FUNCIONAIS.....	184
ASSISTÊNCIA DE ENFERMAGEM AO IDOSO COM DOENÇA CRÔNICA NA ATENÇÃO PRIMÁRIA À SAÚDE.....	189
CORRIDA E CICLISMO EM PERSPECTIVA: PREFERÊNCIA POPULAR E BENEFÍCIOS EM COMPARAÇÃO.....	194
O PREPARO FÍSICO COMO ATIVIDADE ESPORTIVA RECREATIVA E PROFISSIONAL NA ADOLESCÊNCIA (12 A 19 ANOS).....	198
O RISCO DE EUGENIA E RACISMO RELACIONADOS À PACIENTES COM ANEMIA FALCIFORME QUE REALIZARAM TESTES GENÉTICOS PRÉ-NATAIS.....	204
BIOIMPRESSÃO 3D DE ÓRGÃOS: UTOPIA OU REALIDADE?.....	210
ATUAÇÃO DA ATENÇÃO PRIMÁRIA A SAÚDE NA PROMOÇÃO DO ENVELHECIMENTO SAUDÁVEL.....	215
ENTRE O CUIDAR E O DEIXAR IR: A ENFERMAGEM NOS CUIDADOS PALIATIVOS	219
O PAPEL DA ENFERMAGEM NO CUIDADO DE MULHERES COM ENDOMETRIOSE E INFERTILIDADE.....	225
TRANSTORNO DISFÓRICO PRÉ-MENSTRUAL: IMPACTOS EMOCIONAIS E INTERVENÇÃO COGNITIVO-COMPORTAMENTAL.....	228
ESCLEROSE MÚLTIPLA E SISTEMA NERVOSO CENTRAL: COMPREENSÃO E PERSPECTIVAS DE TRATAMENTO.....	232
A ESTRUTURA DO TRÁFICO DE MULHERES E OS DESAFIOS DA COOPERAÇÃO INTERNACIONAL: UMA ANÁLISE SOBRE ROTAS, AGENTES E VULNERABILIDADES FEMININAS NAS REDES TRANSNACIONAIS.....	238

APRESENTAÇÃO

A promoção da ciência e a difusão do conhecimento constituem elementos essenciais para o desenvolvimento acadêmico, social e tecnológico. Nesse contexto, o e-book dos Anais do II Conexão Científica UNIFAEMA: Encontro de Ciência, Educação e Cidadania, Saúde e Meio Ambiente, Tecnologias Sustentáveis e Políticas Públicas representa uma iniciativa estratégica do Centro Universitário FAEMA – UNIFAEMA no sentido de fomentar a produção científica, estimular o diálogo interdisciplinar e fortalecer a integração entre ensino, pesquisa e extensão.

Esta publicação reúne os trabalhos apresentados no evento, refletindo a pluralidade de perspectivas teóricas, metodológicas e temáticas que caracterizam a produção acadêmica contemporânea. Os textos aqui organizados evidenciam o compromisso institucional com a formação crítica e reflexiva, bem como com a construção de conhecimentos capazes de dialogar com os desafios sociais, ambientais, educacionais e tecnológicos que marcam o cenário atual. Nesse sentido, a obra se configura como um espaço plural de circulação de ideias, experiências e resultados de pesquisa, reunindo contribuições provenientes de diferentes áreas do conhecimento e consolidando um ambiente acadêmico marcado pela interdisciplinaridade e pela cooperação científica.

O II Conexão Científica UNIFAEMA reafirma, portanto, o papel da universidade como espaço de produção e democratização do saber. Ao promover o encontro entre pesquisadores, docentes e discentes, o evento fortalece redes de colaboração, amplia horizontes investigativos e estimula a reflexão crítica acerca de temáticas que dialogam diretamente com o desenvolvimento regional sustentável e com as demandas emergentes da sociedade contemporânea. Essa articulação entre diferentes saberes e práticas acadêmicas evidencia a centralidade da ciência como instrumento de compreensão da realidade e de proposição de soluções para os desafios coletivos.

Mais do que um registro das produções científicas apresentadas durante o evento, os presentes Anais constituem um convite à reflexão, ao diálogo e à continuidade das investigações aqui compartilhadas. Cada trabalho representa uma expressão da diversidade de olhares, experiências e trajetórias que compõem a comunidade acadêmica, demonstrando como a pesquisa, o ensino e a extensão podem convergir para a construção de conhecimentos socialmente relevantes e comprometidos com a melhoria das condições de vida da população.

Assim, ao tornar públicas essas produções, o Centro Universitário FAEMA reafirma seu compromisso institucional com a excelência acadêmica, a inovação científica, a responsabilidade socioambiental e o desenvolvimento humano integral. Espera-se que este e-book se consolide como fonte de consulta, inspiração e diálogo para pesquisadores, estudantes e profissionais das mais diversas áreas, contribuindo para o fortalecimento da comunidade científica e para a ampliação dos horizontes do conhecimento.

Prof. Dr. Roemir Peres Machado Moreira
Editor Chefe

A IMPORTÂNCIA DA BOTÂNICA NO DIAGNÓSTICO DE ESTRESSES ABIÓTICOS NA CULTURA DA SOJA E MILHO

Arthur Murilo Rech dos Santos (1), Octor Gustavo Rodrigues (2), Kaiky Silva Oliveira (2), Adriana Ema Nogueira (4), Nilvani Rodrigues Cabral (5).

Centro Universitário FAEMA- UNIFAEMA, arthurrech9203@gmail.com

(1,2,3) Acadêmicos do Curso de Bacharelado em Agronomia, Centro Universitário Faema – Unifaema

(4,5) Docentes do Curso de Bacharelado em Agronomia, Centro Universitário Faema – Unifaema

A frequência e intensidade de estresses abióticos, em particular o déficit hídrico e as ondas de calor, tem comprometido o desenvolvimento e a produtividade de culturas essenciais, como soja (*Glycine max L.*) e milho (*Zea mays L.*), em regiões tropicais (JIN Z et al., 2017). Durante a safra 2023–2024, o Vale do Jamari foi fortemente impactado pelo fenômeno El Niño, que elevou a temperatura e reduziu a precipitação, intensificando a radiação incidente e acelerando a manifestação de estresse nas lavouras. Frente a este cenário, a detecção precoce de sinais de estresse torna-se indispensável para orientar intervenções agrônomicas e minimizar perdas. A botânica constitui um estudo da interação planta e ambiente, pois alterações em tecidos como epiderme, área superficial da folha, sistema radicular e xilema refletem ajustes funcionais ou danos celulares (EMBRAPA, 2017). Diante disso, indicam padrões recorrentes: Sob estresse hídrico, as plantas apresentam alterações anatômicas como redução do diâmetro dos vasos xilemáticos, espessamento das paredes celulares e reorganização dos tecidos condutores. Essas modificações aumentam a segurança hidráulica e a tolerância à seca, conforme observado em diferentes espécies, como relatado por *Zhong et al.* (2019), *Zhou et al.* (2021) e *Chen et al.* (2024). Essas modificações visam reduzir a perda de água e o risco econômico, mas implicam em redução da capacidade de condução hidráulica e, conseqüentemente, do enchimento de órgãos reprodutivos quando o estresse persiste, segundo (Westgate, 1989). Segundo Castro et al., (2019), no plano fenológico, o milho tende a apresentar encurtamento de entre-nós, redução do alongamento do colmo e alterações que comprometem o enchimento de espigas, enquanto a soja frequentemente manifesta enrolamento foliar, clorose, redução da área foliar e aborto de flores ou vagem (Mitchell, 2024). Essas expressões externas estão relacionadas com as alterações anatômicas descritas, justificando a combinação de avaliação visual com análise para diagnóstico precoce. Protocolos integrados propostos na literatura recomendam avaliações em campo (medição de altura, entre-nós e percentagem de clorose) seguidas de amostragens direcionadas para cortes nas folhas que permitam medir espessura de cutícula, diâmetro de vasos e densidade estomática. Apesar das evidências, a variação

genotípica, estádios fenológicos e diferenças de protocolo limita a definição de vários trabalhos aplicados em práticas. Por isso, é necessária validação experimental local para se adequar aos índices anatômicos e estabelecer critérios de decisão aplicáveis por técnicos e produtores. Em conclusão, a anatomia vegetal, articulada à observação morfológica rotineira, constitui ferramenta promissora para o diagnóstico precoce de déficit hídrico e estresse térmico em soja e milho, fornecendo o melhor manejo se adequando para os cultivares e priorização de cenários climáticos extremos como o El Niño, segundo (SILVA, 2017; Magalhães, 2012). Recomenda-se o prosseguimento de ensaios regionais, visando validar indicadores botânicos e capacitar profissionais e produtores rurais para a adoção efetiva desses protocolos no campo.

Palavras-chave: fisiologia; escassez de água; poacea; leguminosa.

Referências

- CASTRO, J. N.; MÜLLER, C.; ALMEIDA, G. M.; COSTA, A. C. Physiological tolerance to drought under high temperature in soybean cultivars. **Crop Journal**, v. 13, n. 6, p. 966–975, 2019. DOI: 10.21475/ajcs.19.13.06. p1710. Disponível em: <https://www.cropj.com/june2019.html>. Acesso em: 18 out. 2025.
- EMPRESA BRASILEIRA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA (EMBRAPA). **Fisiologia vegetal: conceitos e aplicações**. Brasília, DF: Embrapa, 2017. Disponível em: <https://www.embrapa.br/>. Acesso em: 10 nov. 2025.
- JIN, Z. et al. The combined and separate impacts of climate extremes (heat and drought) on maize and soybean. **Global Change Biology, Hoboken**, v. 23, n. 12, p. 5242–5254, 2017. DOI: 10.1111/gcb.13743.
- MAGALHÃES, Paulo César; SOUZA, Thiago Correa de; ALBUQUERQUE, Paulo Emílio Pereira de. Efeitos do estresse hídrico na produção de grãos e na fisiologia da planta de milho. Sete Lagoas, MG: **Embrapa Milho e Sorgo, Boletim de Pesquisa e Desenvolvimento** n.º 51, dez. 2012. 37 p. Disponível em: <https://www.infoteca.cnptia.embrapa.br/infoteca/bitstream/doc/942408/1/bol51.pdf>. Acesso em: 18 out. 2025.
- MALDANER, L. J.; HORING, K.; SCHNEIDER, J. F.; FRIGO, J. P.; AZEVEDO, K. D.; GRZESIUCK, A. E. Exigência agroclimática da cultura do milho (*Zea mays*). **Revista Brasileira de Energias Renováveis**, v. 3, n. 1, p. 13–23, 25 jun. 2014. DOI: —.
- MITCHELL, R. A. C. et al. Drought affects the rate and duration of organ growth but not inter-organ growth coordination in maize. **Journal of Experimental Botany**, 2024. Disponível em: <https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/33788927/>. Acesso em: 18 out. 2025.

SILVA, Cileimar Aparecida da. **Alterações fisiológicas e morfoanatômicas induzidas pelo déficit hídrico em duas cultivares de soja**. Viçosa, MG: Universidade Federal de Viçosa, Programa de Pós-Graduação em Fisiologia Vegetal, 2017. Dissertação (Mestrado). Disponível em: <https://locus.ufv.br/items/d07a25b1-27e6-4b16-b532-2acb3a6e6202>. Acesso em: 18 out. 2025.

SINCLAIR, T. R.; ZWIENIECKI, M.; HOLBROOK, N. M. Low leaf hydraulic conductance associated with drought tolerance in soybean. **Physiologia Plantarum**, v. 132, p. 446–451, 2008. Disponível em: <https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/18333998/>. Acesso em: 18 out. 2025.

WESTGATE, M. E.; GRANT, D. T. Effect of water deficits on seed development in soybean: I. Tissue water status. **Plant Physiology**, v. 91, n. 3, p. 975–979, nov. 1989. DOI: 10.1104/pp.91.3.975. Disponível em: <https://pmc.ncbi.nlm.nih.gov/articles/PMC1062104/>. Acesso em: 18 out. 2025.

A IMPORTÂNCIA DA MORFOLOGIA EVGETAL NA IDENTIFICAÇÃO DE ESPÉCIES NATIVAS

Isabella Paes Leme Boiago (1), Natália Teodoro dos Santos (2), Ana Carolina Montel Corrêa (3), Adriana Ema Nogueira (4), Nilvani Rodrigues Cabral (5).

Centro Universitário FAEMA- UNIFAEMA, natalia63016@unifaema.edu.br

(1,2,3) Acadêmicos do Curso de Bacharelado em Agronomia, Centro Universitário Faema – Unifaema

(4,5) Docentes do Curso de Bacharelado em Agronomia, Centro Universitário Faema – Unifaema

O presente resumo analisa o papel essencial da morfologia vegetal na taxonomia e conservação da flora nativa. O estudo parte do princípio de que o reconhecimento de espécies vegetais depende da observação de suas estruturas morfológicas como folhas, caules, raízes e flores, especialmente em locais com grande biodiversidade e ausência de estruturas reprodutivas em certas épocas do ano. A pesquisa, baseou-se em autores consagrados da botânica, como Fahn (1990), Raven, Evert e Eichhorn (2014), Souza e Lorenzi (2019) e Oliveira e Prado (2020). Foram analisadas dez espécies nativas da região Norte, destacando-se as características morfológicas mais recorrentes. Os resultados mostraram que as folhas simples e inteiras (70%), com nervação penínérvea (60%), são as estruturas mais utilizadas na identificação botânica. Em seguida, observam-se o caule lenhoso (50%) e a raiz pivotante (40%), características associadas à adaptação ecológica das espécies aos solos e ao clima da transição entre os biomas Amazônico e Cerrado. Os autores ressaltam que a morfologia vegetal não se limita à descrição anatômica, mas é um instrumento prático para pesquisas científicas, conservação ambiental e educação botânica. A análise das estruturas vegetativas permite diferenciar espécies mesmo na ausência de flores e frutos, tornando-se essencial em inventários florísticos, projetos de restauração ecológica e manejo sustentável. Conclui-se que a morfologia vegetal é uma ferramenta acessível e indispensável para o reconhecimento de espécies nativas, fortalecendo a conservação da biodiversidade e o conhecimento científico regional. O estudo recomenda o incentivo a pesquisas de campo, a capacitação de estudantes em identificação morfológica e a ampliação da divulgação científica sobre o tema. Assim, a morfologia vegetal se consolida como uma base teórica e prática fundamental para a preservação da flora e a sustentabilidade ambiental.

Palavras-chave: reconhecimento; espécies autóctones; biodiversidade.

Referências

PROCÓPIO, L. C.; COSTA, M. de O.; HAMADA, M. O. de S.; GURGEL, E. S. C.

Coleção espécies arbóreas da Amazônia: glossário de termos botânicos. Belém, PA:

Embrapa Amazônia Oriental, 2005. 30 p. Disponível em:

<https://www.infoteca.cnptia.embrapa.br/infoteca/bitstream/doc/407258/1/Colecao-especies-arboreas.pdf>

NUNES, Teresa. **Morfologia da folha.** Ponto Biologia, 2024. Disponível em:

<https://pontobiologia.com.br/morfologia-da-folha/>

RAVEN, P. H.; EVERT, R. F.; EICHHORN, S. E. **Biologia Vegetal.** 8. ed. Rio de Janeiro:

Guanabara Koogan, 2014. Disponível em:

<https://pt.scribd.com/document/372651866/Biologia-Vegetal-Raven-pdf>



SOUZA, V. C.; LORENZI, H. **Botânica Sistemática**: guia ilustrado para identificação das famílias de Angiospermas da flora brasileira, baseado em APG IV. 4. ed. Nova Odessa: Instituto Plantarum, 2019. Disponível em :
<https://pt.scribd.com/document/676891262/Harry-Lorenzi-Botanica-Sistemática-Plantarum-2012-Z-Lib-io-1>

ALTERAÇÕES ANATÔMICAS EM RAÍZES DE PLANTAS SUBMETIDAS AO MANEJO COM DIFERENTES TIPOS DE ADUBAÇÃO

Júnior Lucas Biff (1), Wanderson Alves de Souza (2), Carlos Eduardo E. Teixeira (3), Adriana Ema Nogueira (4), Nilvani Rodrigues Cabral (5).

Centro Universitário FAEMA- UNIFAEMA, junior.62948@unifaema.edu.br

(1,2,3) Acadêmicos do Curso de Bacharelado em Agronomia, Centro Universitário Faema – Unifaema

(4,5) Docentes do Curso de Bacharelado em Agronomia, Centro Universitário Faema – Unifaema

As raízes são estruturas fundamentais para a sobrevivência e o crescimento das plantas, pois garantem a absorção de água e nutrientes, a ancoragem no solo e a interação com o ambiente microbiológico. A forma e a organização interna das raízes são extremamente plásticas e podem mudar conforme o manejo do solo e o tipo de adubação aplicado. De acordo com Penha Júnior, (2024), estudos mostram que diferentes fontes de adubo, não apenas alteram a disponibilidade de nutrientes, mas também provocam respostas anatômicas que influenciam a capacidade das plantas de captar recursos e resistir a estresses. Segundo TAIZ, (2023), a adubação impacta o crescimento e o desempenho das raízes nas plantas, que são os principais órgãos para absorção de água e nutrientes, bem como para suporte do solo. A pesquisa atual está interessada, com base em pesquisa bibliográfica, em entender como os diferentes fertilizantes, ou seja, orgânicos, minerais e biológicos, impactam a anatomia das raízes e a sustentabilidade do sistema de produção das culturas. Segundo EMBRAPA, (2022), as evidências encontradas são de que fertilizantes orgânicos e biológicos estimulam o crescimento das raízes, encorajando o córtex mais espesso, o crescimento das raízes secundárias e o aumento da ação microbiana benéfica, como resultado da liberação lenta e controlada de nutrientes e do condicionamento físico e químico do solo. Os fertilizantes minerais, embora exibam crescimento rápido e resultados imediatos visíveis, têm impactos negativos se continuados para sempre, ou seja, acidificação, compactação e redução da vida microbiana, o que afeta a eficiência e a sustentabilidade do sistema radicular, acordo com (Fao, 2021). Economicamente, os fertilizantes minerais serão inicialmente mais baratos, mas as abordagens orgânica e biológica são melhores em proporcionar ganhos a longo prazo, reduzindo a dependência de insumos externos e aumentando a sustentabilidade da produção agrícola. Assim, um equilíbrio entre fontes minerais e orgânicas é uma maneira eficiente de aumentar a produtividade sem comprometer a saúde do solo ou o meio ambiente. De modo geral, estar ciente da variação anatômica das raízes gerada por diferentes práticas

de manejo de fertilizantes é necessário para promover o melhor uso dos recursos naturais e sistemas de produção agrícola mais resilientes e sustentáveis.

Palavras-chave: adubo químico; composto orgânico; bioinsumo; sustentabilidade; manejo do solo.

Referências

EMBRAPA. **Fertilização e fertilidade do solo:** fundamentos e práticas. Brasília: Embrapa, 2022. <https://www.embrapa.br/>

FAO. **Manejo da Fertilidade do Solo e Nutrição de Plantas.** Roma: Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura, 2021. <https://www.fao.org>.

PENHA JÚNIOR, Cícero de Lá Martini da; GOMES, Carlos Eduardo Barbosa; MARQUES, Rolzele Robson; AGUIAR, Alana das Chagas Ferreira; SANTOS, Juliano; ZANANDREA, Ilisandra. Aspectos anatômicos de raízes de plantas de milho cultivadas sob diferentes condições de adubação. **Journal of Geospatial Modelling**, v. 3, n. 1, p. 65–69, 2024. ISSN 2526-1746.

TAIZ, L.; ZEIGER, E.; MOLLER, I. M.; MURPHY, A. **Fisiologia e Desenvolvimento Vegetal.** 7ª ed. Porto Alegre: Artmed, 2023.

ANÁLISE DA PRODUÇÃO CIENTÍFICA SOBRE MÉTRICAS DA PAISAGEM NO VALE DO JAMARI: AVANÇOS, LACUNAS E PERSPECTIVAS

Joani Paulus Covaleski (1), Luiza Braga Silveira (2), Evelyn Pereira Guadagnin (2), Douglas Leandro Sena De Souza e Silva (2)

(1) Professora Arquiteta e Urbanista, Centro Universitário Faema – Unifaema

(2) Acadêmico de Arquitetura e Urbanismo, Centro Universitário Faema – Unifaema

As métricas da paisagem constituem instrumentos fundamentais para compreender os padrões espaciais e os processos de fragmentação que moldam o território amazônico. Este estudo realizou uma revisão integrativa da literatura sobre a produção científica referente às métricas da paisagem aplicadas ao Vale do Jamari, Rondônia, no período de 2019 a 2023. A metodologia baseou-se nas etapas propostas por Botelho, Cunha e Macedo (2011), englobando o planejamento, a definição de critérios de inclusão e exclusão, a categorização dos dados e a síntese do conhecimento. A amostra final foi composta por 14 artigos, classificados em três categorias principais: Dinâmica da Paisagem, Métricas da Paisagem e Projeto da Paisagem. A primeira categoria reuniu estudos que analisam a conversão da cobertura florestal em áreas agropecuárias e as alterações estruturais na paisagem amazônica (Dos Santos; Da Rocha; Dos Santos, 2019; Dutra et al., 2023; Farias et al., 2023). A segunda abrangeu pesquisas voltadas à aplicação de métricas de ecologia da paisagem para avaliar a fragmentação e a conectividade ecológica em escalas locais e regionais (Forman; Godron, 1986; McGarigal et al., 2002; Oliveira et al., 2022; Leal et al., 2019; Moreira; Cesconetto, 2022). Por fim, a categoria Projeto da Paisagem destacou trabalhos propositivos, com modelagem de corredores ecológicos voltados à recuperação da conectividade entre unidades de conservação (Dos Santos et al., 2018; Leal et al., 2019). Os resultados evidenciam que, apesar do avanço das técnicas de geoprocessamento e da consolidação das métricas espaciais, ainda há carência de abordagens integradas que articulem variáveis ecológicas, sociais e econômicas (Laurance et al., 2001; Ferreira; Venticinque; Almeida, 2005). Conclui-se que o campo de estudo das métricas da paisagem no Vale do Jamari está em consolidação, demandando novas pesquisas interdisciplinares e de longo prazo capazes de subsidiar políticas de conservação e planejamento territorial sustentável na Amazônia.

Palavras-chave: ecologia da paisagem; fragmentação florestal; conectividade ecológica; revisão integrativa; Rondônia.

Referências

BOTELHO, L. L. R. CUNHA, C. C. A.; MACEDO, M. O método da revisão integrativa nos estudos organizacionais. *Gestão e Sociedade*, v. 5, n. 11, p. 121–136, 2011.

DOS SANTOS, A. M. et al. Proposta De Um Corredor Ecológico Entre As Terras Indígenas Rio Omerê E Rio Tanaru-Rondônia. *Revista Geográfica Acadêmica*, v. 12, n. 1, p. 62-75, 2018. Disponível em: <https://revista.ufr.br/rga/article/view/4914> . Acesso em: 15 out. 2025.

DUTRA, V. A. B. VANCINE, M. H.; DE LIMA, A. M. M.; DE TOLEDO, P. M. Dinâmica da paisagem e fragmentação de ecossistemas em três bacias hidrográficas na Amazônia Oriental entre 1985 e 2019. *Revista Brasileira de Geografia Física*, [S. l.], v. 16, n. 2, p. 936–949, 2023. DOI: 10.26848/RBGF.V16.2.P936-949. Disponível em:

<https://periodicos.ufpe.br/revistas/index.php/rbgfe/article/view/254540> . Acesso em: 31 mar. 2024.

FERREIRA, L. V.; VENTICINQUE, E.; ALMEIDA, S. O desmatamento na Amazônia e a importância das áreas protegidas. **Estudos avançados**, v. 19, p. 157-166, 2005. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ea/a/FmmfG3MTN5ZHkGYdpCfFNtk> . Acesso em: 31 mar. 2024.

FORMAN, R. T. T.; GODRON, M. **Landscape Ecology**. New York: Wiley, 1986.

LAURANCE, W. F. et al. The future of the Brazilian Amazon. **Science**, v. 291, n. 5503, p. 438-439, 2001. Disponível em:
<https://www.science.org/doi/abs/10.1126/science.291.5503.438>. Acesso em: 23 abr. 2024.

LEAL, F. A. et al. Modelagem de corredores ecológicos para conexão entre duas florestas nacionais em Rondônia. **Nativa**, v. 7, n. 2, p. 204-212, 2019. Disponível em:
<https://periodicoscientificos.ufmt.br/ojs/index.php/nativa/article/view/6747>. Acesso em: 23 abr. 2024.

MCGARIGAL, K. et al. **FRAGSTATS**: spatial pattern analysis program for categorical maps. Disponível em:
https://hero.epa.gov/hero/index.cfm/reference/details/reference_id/2243084. Acesso em: 23 abr. 2024.

MOREIRA, R. M. CESCINETTO, J. L. dos S..Análise Da Fragmentação Florestal Na Bacia Hidrográfica Do Rio Ji-Paraná, Amazônia Ocidental. **Geografia**, [S. l.], v. 47, n. 1, p. 1–23, 2022. DOI: 10.5016/GEOGRAFIA.V47I1.16224. Disponível em:
<https://www.periodicos.rc.biblioteca.unesp.br/index.php/ageteo/article/view/16224> . Acesso em: 23 abr. 2024.

MORFOLOGIA E ANATOMIA DE RAÍZES DE USO POTENCIAL NA AGRICULTURA SUSTENTÁVEL

Lucas Henrique Dias Gomes (1), Vitor Gabriel Apolinário de Oliveira (2), Camila Vitória Maia Gomes (3), Adriana Ema Nogueira (4), Nilvani Rodrigues Cabral (5).

Centro Universitário FAEMA- UNIFAEMA Lucashenriquediasgomes58@gmail.com

(1,2,3) Acadêmicos do Curso de Bacharelado em Agronomia, Centro Universitário Faema – Unifaema

(4,5) Docentes do Curso de Bacharelado em Agronomia, Centro Universitário Faema – Unifaema

A agricultura sustentável é aquela que visa harmonizar o presente com os pilares ambientais, sociais e econômicos, de modo que não coloque em risco a capacidade das gerações atuais de atender às suas próprias necessidades, bem como as futuras (EMBRAPA, 2021). O objetivo deste estudo foi considerar a importância da morfologia e anatomia das raízes na promoção de sistemas agrícolas sustentáveis, como as informações que temos sobre raízes podem ser utilizadas para avançar em práticas produtivas mais eficientes, resilientes e ambientalmente responsáveis. A metodologia empregada foi uma revisão de literatura de autores como Raven (2022), Taiz (2017) e Souza (2020), acrescida de estudos críticos recentes sobre fisiologia das culturas e manejo sustentável do solo. Segundo os resultados, o manejo cuidadoso dos recursos naturais vinculado ao uso apropriado de novas tecnologias e ao incentivo das práticas de agricultura familiar são determinantes para o sucesso na sustentabilidade agrícola. Do ponto de vista ambiental, práticas como o plantio direto, cobertura com palha vegetal e uso de matéria orgânica favorecem a retenção de água, reduzem a erosão e aumentam a fertilidade do solo (Santos, 2023). Socialmente, agriculturas sustentáveis estimulam a valorização do trabalho dos agricultores e a promoção da justiça social e apoio aos conceitos de agricultura familiar, que são fundamentais para a segurança alimentar e a manutenção do equilíbrio rural (BRASIL, 2021). Economicamente, o uso de drones, sensores e sistemas de captação de água melhoram a eficiência produtiva e o uso racional da água. Esses dados são especialmente importantes no estudo da morfologia das raízes, pois o tipo de raiz (como raiz pivotante, raízes fibrosas, raízes adventícias e pelos radiculares) é uma característica essencial para a compreensão dos mecanismos de absorção de nutrientes, bem como para a adaptação das plantas a diferentes condições de solo e clima (Kerbauy, 2019; Silva & Lopes, 2020). Raízes profundas que funcionam como raízes pivotantes aumentam a resistência à seca, e raízes fibrosas oferecem suporte estrutural além de prevenir a erosão. Além disso, mutualismos estabelecidos entre o sistema radicular e microrganismos, ou seja, micorrizas e rizóbios, favorecem a absorção de nutrientes e reduzem a necessidade de insumos químicos (Ferri, 2010; Castro et al., 2019). Com a soja, por exemplo, manter práticas que impeçam a erosão do solo incluem o plantio de culturas de cobertura e a continuidade com práticas de manejo para evitar a compactação, resultando em maior vigor do sistema radicular, níveis de matéria orgânica e resiliência. Em resumo, o conhecimento da morfologia e anatomia das raízes pode ser utilizado como uma ferramenta inevitável para o estabelecimento de uma agricultura sustentável que epitomiza produtividade, conservação ambiental e bem-estar social, integrando assim o homem no ambiente (Taiz, 2017; Raven, 2022).

Palavras-chave: arquitetura vegetal; órgãos subterrâneos; organização tecidual.

Referências

EVERT, Ray F. **Anatomia das plantas de Esau:** meristemas, células e tecidos do corpo da planta – sua estrutura, função e desenvolvimento. São Paulo: Blucher, 2013. Disponível em: https://storage.blucher.com.br/book/pdf_preview/9788521207122-amostra.pdf

PIMENTEL, David. et al..Low-input sustainable agriculture using ecological management practices. **Agriculture, Ecosystems & Environment**, Volume 27, Issues 1–4,1989, Pages 3-24, ISSN 0167-8809, [https://doi.org/10.1016/0167-8809\(89\)90068-6](https://doi.org/10.1016/0167-8809(89)90068-6).
<https://www.sciencedirect.com/science/article/abs/pii/0167880989900686?utm>

SOUSA, Sylvia Morais de.et al. **Importância da morfologia radicular na eficiência da aquisição de fósforo.**- Sete Lagoas: Embrapa Milho e Sorgo, 2010.Disponível em: <https://www.infoteca.cnptia.embrapa.br/bitstream/doc/876546/1/Doc105.pdf>

TAIZ, Lincoln; ZEIGER, Eduardo; MØLLER, Ian Max; MURPHY, Angus. **Fisiologia e desenvolvimento vegetal.** 6. ed. Porto Alegre: Artmed, 2017. Disponível em: <https://archive.org/details/taiz-zeiger-fisiologia-vegetal-6a-ed/page/XVI/mode/2up>

A EVOLUÇÃO DAS ESTRUTURAS REPRODUTIVAS DAS ANGIOSPERMAS: COM FOCO EM FLORES, FRUTOS E SEMENTES RELACIONANDO MORFOLOGIA E EVOLUÇÃO

Alessandro Sossai Oliveira (1), Marcelo Arthur (2), Paloma Voitena Cabral (3), Kaiky Silva Oliveira (4), Adriana Ema Nogueira (5), Nilvani Rodrigues Cabral (6).

(Centro Universitário Faema- Unifaema, Alessandrosossai2019@gmail.com)

(1,2,3,4) Acadêmicos do Curso de Bacharelado em Agronomia, Centro Universitário Faema – Unifaema)

(5,6) Docentes do Curso de Bacharelado em Agronomia, Centro Universitário Faema – Unifaema)

Este resumo aborda a evolução das estruturas reprodutivas das angiospermas, enfatizando a relação entre morfologia, ecologia e evolução. As angiospermas, grupo vegetal mais diverso e ecologicamente bem-sucedido do planeta, distinguem-se pela presença de flores, frutos e sementes protegidas, inovações que proporcionaram maior eficiência na polinização, fecundação e dispersão, garantindo ampla colonização de ambientes terrestres e aquáticos (Forzza, 2010). O objetivo deste estudo foi analisar as transformações morfológicas dessas estruturas e compreender de que forma refletem pressões adaptativas e tendências evolutivas relevantes. A pesquisa, de natureza qualitativa, exploratória e bibliográfica, baseou-se em análises comparativas de estudos científicos nacionais que abordam a morfologia floral, frutífera e seminal das angiospermas brasileiras. Foram considerados aspectos estruturais como formato das flores, tipo de fruto, estrutura do pericarpo e tegumento das sementes, correlacionando-os com fatores ecológicos e mecanismos de polinização e dispersão (Souza, 2005). Os resultados demonstram que as variações morfológicas estão diretamente associadas a estratégias reprodutivas específicas, determinadas pelo tipo de polinizador e pelas condições ambientais de cada bioma. Espécies com flores tubulares e cores vibrantes apresentaram maior especialização, associadas a aves e insetos polinizadores, enquanto flores abertas mostraram adaptação a múltiplos agentes, inclusive o vento. Quanto aos frutos, observou-se que os carnosos favorecem a dispersão por animais (zoocoria), enquanto os secos e leves estão relacionados à dispersão pelo vento (anemocoria) e pela água (hidrocoria). As sementes, por sua vez, apresentaram variações em tegumento e endosperma que garantem resistência e eficiência na germinação, confirmando a importância da dupla fecundação e da formação do endosperma triploide como marcos evolutivos das angiospermas (Forzza, 2010; Souza, 2005). A análise comparativa permitiu identificar casos de evolução convergente, em que diferentes linhagens desenvolveram características semelhantes em resposta a pressões seletivas equivalentes. Conclui-se que a morfologia das estruturas reprodutivas das angiospermas reflete um refinado processo evolutivo, no qual forma e função estão intimamente ligadas à adaptação ecológica. A diversidade morfológica encontrada reforça o papel do Brasil como centro de biodiversidade vegetal e evidencia a necessidade de estudos integrados entre morfologia, genética e ecologia, a fim de aprofundar a compreensão dos mecanismos evolutivos e subsidiar ações de conservação da flora nativa.

Palavras-chave: fanerógamas; antófilos; adaptação; propágulos; corpo frutífero.



Referências

FORZZA, R. C. et al. **Catálogo de Plantas e Fungos do Brasil**. Rio de Janeiro: Instituto de Pesquisa Jardim Botânico, 2010.

SOUZA, Vinicius Castro; LORENZI, Harri. **Botânica sistemática: guia ilustrado para identificação das famílias de Angiospermas da flora brasileira, baseado em APG II**. 2005.

TECNOLOGIAS SUSTENTÁVEIS E INOVAÇÃO: ANÁLISES E PRINCIPAIS DESAFIOS DA ATUALIDADE

Poliana Oliveira (1), Alisson Paulinelli Ben Silva (2)

(1) Acadêmica de Administração EaD, Centro Universitário Faema – Unifaema, poliana.59927@unifaema.edu.br

(2) Docente de Administração, Centro Universitário Faema – Unifaema, silva.alisson@outlook.com.br

Diversos estudos têm apresentado a constante utilização desenfreada dos recursos naturais que, mesmo se ordem naturais, são utilizados sem a menor distinção. Para compreender de forma mais assertiva quais estratégias podem ser aplicadas cuja finalidade atenuar impactos severos, alguns indicadores podem ser monitorados e avaliados de forma periódica, bem como a demanda de mercado para tal utilização de recursos, fatores e perfil da empresa que utiliza os recursos e a pressão por trás da demanda e da necessidade (Pinsky e Kruglianskas, 2017). O objetivo de tal resumo foi compreender de forma mais aprofundada o impacto de tais indicadores na utilização de recursos naturais bem como seu impacto. A metodologia envolveu revisão bibliográfica realizada através da base de dados SCIELO incluindo 1 (um) artigo do ano de 2017. A partir das informações coletadas é possível compreender como a tecnologia tem sido cada vez mais protagonista de diversas inovações, o que pode ser caracterizado como algo positivo, entretanto, é preciso salientar sobre a importância do avanço tecnológico sem que sua existência impacte de forma severa e negativa para o mundo em um contexto geral, bem como para as próximas gerações (Pinsky e Kruglianskas, 2017). Quatro empresas foram analisadas, sendo elas: Grupo São Martinho, Kimberly-Clark Brasil, Oxiteno e Scania Brasil, a partir disso, foi possível compreender qual perfil de cada uma e quais suas maiores demandas. Em suma, a São Martinho tem apresentado cultura organizacional visando finalidades mais sustentáveis, além de demonstrar investimentos em modelos mais ecossustentáveis a partir de tecnologias mais avançadas e atuais. A Kimberly-Clark Brasil tem apresentado alta preocupação com a demanda social no que diz respeito a uma produção mais limpa visando assim redução de resíduos e preservação de uma imagem empresarial mais sustentável, ainda utiliza estratégias ecossustentáveis e tecnologias específicas para tal. O perfil da Oxiteno envolve qualidade na produção de seus produtos, entretanto, traz consigo preocupação e alta percepção sobre manejos e estratégias mais limpas que gerem menos impacto residual, parte de modelos tecnológicos e que estão atrelados a estratégias ecossustentáveis. Por sua vez, a Scania visa também a qualidade em suas produções além da eficiência energética para tal, evitando assim altos custos em sua produção. Ainda, preserva modelos ecossustentáveis e também se utiliza de tecnologias específicas. A partir dos resultados explorados é possível compreender como há preocupações específicas apresentadas por cada empresa, entretanto, cada uma em um nível de percepção. Alguns desafios apresentados pelas instituições citadas envolvem dificuldade financeira para a manutenção de práticas sustentáveis, isto é, utilização de instrumentos e insumos que gerem menos impacto, além da não existência ou baixa existência de políticas públicas direcionadas e assertivas que respaldem tais posicionamentos. Por fim, em termos de considerações finais é plausível considerar que embora haja interesse relevante em contribuir para um meio ambiente e cenários mais sustentáveis, diversos são os desafios em sua implementação. Em específico, desde fatores burocráticos até condições financeiras para sua realização.

Palavras-chave: tecnologias sustentáveis; inovação; estratégias.



Referência

PINSKY, V.; KRUGLIANSKAS, I. Inovação tecnológica para a sustentabilidade: aprendizados de sucessos e fracassos. **Estudos Avançados**, 31, (90), 2017.

UTILIZAÇÃO DE TÉCNICAS ANATÔMICAS PARA A AVALIAÇÃO DE QUALIDADE FISIOLÓGICA DE PLANTAS EM VIVEIROS

Kamila Vitória Fortunato Nuniz (1), Liliane Alves (2), Vanessa de Souza (3), Adriana Ema Nogueira (4)

- (1) Acadêmica de Agronomia, Centro Universitário Faema – Unifaema, kamila.64984@unifaema.edu.br
 (2) Acadêmica de Agronomia, Centro Universitário Faema – Unifaema, liliane.59532@unifaema.edu.br
 (3) Acadêmica de Agronomia, Centro Universitário Faema – Unifaema, vanessa.16858@unifaema.edu.br
 (4,5) Docentes de Agronomia, Centro Universitário Faema – Unifaema, agronomia@unifaema.edu.br

O presente trabalho propõe uma reflexão abrangente sobre a importância das técnicas anatômicas na avaliação da qualidade fisiológica de mudas produzidas em viveiros florestais, relacionando aspectos estruturais, funcionais e ambientais. A análise anatômica, quando associada à morfologia e à fisiologia vegetal, fornece subsídios essenciais para compreender os mecanismos internos que determinam o vigor, o crescimento e a adaptação das plantas. O estudo das estruturas reprodutivas das angiospermas, como flores, frutos e sementes, também contribui para aprimorar os processos de propagação e manejo de espécies com interesse florestal e ecológico. De acordo com Alves (2004), fatores ambientais e ergonômicos influenciam diretamente o desenvolvimento das mudas, destacando-se a importância do controle da luminosidade, da temperatura e da umidade nos viveiros. A integração desses fatores com a análise anatômica permite avaliar parâmetros estruturais como a espessura do pericarpo, a integridade do tegumento e a diferenciação dos tecidos condutores, fundamentais para estimar a qualidade fisiológica das plantas. Urbano et al. (2023) ressaltam que o manejo racional da irrigação exerce papel determinante na eficiência do uso da água e na formação de mudas com maior desempenho fisiológico. Estudos realizados com espécies florestais, como *Eucalyptus grandis*, evidenciam que diferentes regimes de irrigação provocam alterações anatômicas significativas, como o espessamento epidérmico e o aumento da lignificação dos vasos, os quais contribuem para a resistência ao estresse hídrico (Ferreira, 2012). Resultados semelhantes foram observados por Grisi (2006) em pesquisas com *Coffea arabica*, nas quais genótipos distintos apresentaram adaptações anatômicas e fisiológicas diferenciadas em resposta ao déficit hídrico. Essas variações estruturais, refletidas em características como a densidade estomática e o arranjo do parênquima, indicam estratégias de sobrevivência que estão diretamente relacionadas à qualidade das mudas e à sua capacidade de adaptação em campo. Assim, o uso de técnicas anatômicas, aliado ao manejo hídrico e à análise fisiológica, configura-se como uma abordagem indispensável para a produção sustentável de mudas florestais. Essa integração amplia o conhecimento sobre a estrutura e o funcionamento vegetal, permitindo aprimorar as condições de cultivo e garantir a formação de plantas mais vigorosas, resistentes e ambientalmente adaptadas.

Palavras-chave: anatomia vegetal; mudas florestais; manejo hídrico; sustentabilidade.

Referências

ALVES, José Urbano. **Análise ergonômica das atividades de propagação vegetativa de *Eucalyptus spp.* em viveiros.** 2001. 94 f. Dissertação (Mestrado em Ciência Florestal) – Universidade Federal de Viçosa, Viçosa, 2001.

GRISI, Fernanda Almeida. **Relações hídricas, bioquímicas e anatômicas de mudas de café (Coffea arabica L.) ‘Catuaí’ e ‘Siriema’ submetidas a déficit hídrico.** 2006. 59 f. Dissertação (Mestrado em Fisiologia Vegetal) – Universidade Federal de Lavras, Lavras, 2006.

SILVA, Richardson Barbosa Gomes da; SIMÕES, Danilo; GABIRA, Mônica Moreno; MUNIS, Rafael Almeida; CAMARGO, Diego Aparecido; ALMEIDA, Rodrigo de Oliveira; ARRUDA, Rosani do Carmo de Oliveira; PANDOLFO, Paloma Trevisan. **Manejo de irrigação em viveiros florestais: uso racional da água e análise da qualidade das mudas.** In: CIÊNCIAS E TECNOLOGIA DAS ÁGUAS: inovações e avanços em pesquisa. Viçosa: Editora Científica Digital, 2023. v. 1. ISBN 978-65-5360-318-9.

VIEIRA, Dayse Drielly Souza Santana. **Avaliação das alterações fisiológicas e metabólicas de plantas cítricas submetidas ao déficit hídrico.** 2016. 103 f. Tese (Doutorado em Genética e Biologia Molecular) – Universidade Estadual de Santa Cruz, Ilhéus, 2016.

USO DE DDG (DRIED DISTILLERS GRAINS) NA NUTRIÇÃO DE RUMINANTES

Aline Ferreira dos Santos (1), Flebson Montalvão (2), Adriana Ema Nogueira (3).

(1) Acadêmica de Agronomia, Centro Universitário Faema – Unifaema, aline.20647@unifaema.edu.br
(2,3) Docentes de Agronomia, Centro Universitário Faema – Unifaema) agronomia@unifaema.edu.br

O presente trabalho abordou o uso do DDG (Dried Distillers Grains – grãos secos de destilaria) na nutrição de ruminantes, com foco em bovinos de corte. De acordo com Leite, (2018) o DDG tem se destacado como uma fonte alternativa e econômica de nutrientes, podendo substituir parte do milho e do farelo de soja nas dietas. Em média, o DDG contém 30% a 35% de proteína bruta, boa fração de energia e elevada digestibilidade da fibra, o que o torna um ingrediente versátil tanto para animais de corte quanto para animais leiteiros. A utilização do DDG na dieta de ruminantes melhora o desempenho produtivo, favorece o ganho de peso, aumenta a eficiência alimentar e contribui para a redução de custos, sem comprometer a qualidade da carne ou do leite. Além disso, o seu teor de fibras digestíveis auxilia na manutenção da saúde ruminal, enquanto o teor de gordura fornece energia adicional, especialmente em dietas com alta proporção de volumoso. O estudo teve como objetivo analisar o potencial nutricional, econômico e sustentável desse coproduto gerado a partir da produção de etanol de milho. A escolha do tema se justifica pela crescente necessidade de alternativas alimentares que conciliem eficiência produtiva, redução de custos e sustentabilidade ambiental. A metodologia adotada consistiu em revisão bibliográfica de caráter descritivo e exploratório, baseada em artigos científicos, dissertações e dados técnicos recentes (Hoffmann, 2019; Leite, 2018; Renesto, 2021; Picanço, 2022). Os resultados indicaram que o DDG apresenta elevado teor de proteína bruta, energia digestível e fibra de qualidade, podendo substituir parcial ou totalmente ingredientes como o milho e o farelo de soja sem comprometer o desempenho zootécnico (Ferreira, 2020). Observou-se ainda que sua utilização reduz o custo alimentar e melhora a eficiência da conversão, além de contribuir para a mitigação de gases de efeito estufa e o fortalecimento da integração entre pecuária e agroindústria (Vieira et al., 2021). Conclui-se que o DDG é um insumo estratégico para modernizar a pecuária de corte, pois alia viabilidade econômica, eficiência nutricional e sustentabilidade ambiental, configurando-se como uma alternativa promissora para os sistemas produtivos brasileiros.

Palavras-chave: pecuária; bovinos; desempenho animal; sustentabilidade.

Referências

- FERREIRA, M. S. **Níveis de grãos úmidos de destilaria desengordurado em dietas para bovinos de corte confinados**. 2020. Dissertação (Mestrado em Zootecnia) – Universidade Federal de Viçosa, 2020.
- HOFFMANN, A. **Eficiência da substituição do farelo de algodão por DDGs na produção de bovinos de corte**. 2019. Tese (Doutorado em Zootecnia) – UNESP, Jaboticabal, 2019.
- LEITE, R. G. **Uso de DDGs na suplementação proteico-energética em bovinos em pastejo na estação chuvosa**. 2018. Dissertação (Mestrado em Zootecnia) – UNESP, Jaboticabal, 2018.
- PICANÇO, Y. S. **Grãos secos de destilaria em suplementos para bovinos em terminação a pasto**. 2022. Dissertação (Mestrado em Zootecnia) – UFGD, Dourados, 2022.



RENESTO, D. M. **Suplementação na fase de recria e os impactos durante a terminação de bovinos de corte.** 2021. Tese (Doutorado em Zootecnia) – UNESP, Jaboticabal, 2021.

VIEIRA, L. C. et al. **Utilização de DDG e WDG na nutrição de ruminantes.** In: Zootecnia de Precisão: desafios e aplicações. UFPEL; UFSM, 2021.

DA ALEMANHA AO BRASIL: O CASO MARTINA BIG E A (IN)APLICABILIDADE DA TRANSRACIALIDADE NAS POLÍTICAS DE COTAS NO BRASIL

Elenai Quinelato (1), Melissa Rodrigues de Souza (2), Hudson Carlos Avancini Persch (3)

(1,2) Acadêmicas de Direito, Centro Universitário Faema – Unifaema

(3) Docente do curso de Direito, Centro Universitário Faema – Unifaema

O caso da alemã Martina Big tornou-se um dos episódios mais polêmicos do debate contemporâneo sobre identidade racial. Mulher branca, Martina submeteu-se a diversos procedimentos estéticos e ao uso de injeções de melanina para escurecer a pele, alterar seus traços físicos e afirmar-se como uma “mulher negra transracial”. O episódio reacendeu discussões acerca dos limites da identidade racial, da apropriação cultural e da validade da autodeclaração em contextos de políticas afirmativas (Rothenbaum, 2023). No Brasil, onde a raça é entendida como uma construção social e histórica marcada pela experiência do racismo e pela exclusão estrutural, o caso suscita o debate sobre a (in)aplicabilidade da transracialidade à Lei nº 12.711/2012, conhecida como Lei de Cotas (Brasil, 2012). O objetivo deste estudo é examinar se a alegação de transracialidade pode ser considerada legítima como critério para acesso às políticas afirmativas brasileiras, discutindo o caso de Martina Big como ponto de partida para compreender as diferenças conceituais entre identidade de gênero e identidade racial e seus reflexos jurídicos. A metodologia utilizada é qualitativa, de natureza exploratória e analítica, fundamentada em revisão bibliográfica e documental. Foram analisadas produções teóricas das ciências sociais e jurídicas, a legislação brasileira sobre cotas raciais (Brasil, 2012) e Lei nº 15.142/2015 (Brasil, 2015), bem como a decisão do Supremo Tribunal Federal na ADPF 186/2012 (Brasil, 2012), que reafirmam a constitucionalidade das cotas raciais e o papel das comissões de heteroidentificação. Como resultados, observa-se que o conceito de transracialidade, embora utilizado em debates filosóficos e midiáticos, não encontra respaldo científico nem jurídico no contexto brasileiro. As políticas afirmativas raciais no Brasil se baseiam na reparação de desigualdades históricas e na vivência concreta do racismo, e não em percepções individuais de pertencimento (Machado, 2025). A autodeclaração racial, quando desacompanhada da vivência social e da experiência de discriminação, não é suficiente para justificar o acesso às cotas, razão pela qual as comissões de heteroidentificação atuam como instrumentos de controle e legitimidade. Na discussão, o estudo destaca que a tentativa de aproximar a transracialidade da transgeneridade é conceitualmente inadequada, uma vez que o gênero se refere a uma identidade individual e subjetiva, enquanto a raça se insere em uma estrutura coletiva de opressão e desigualdade (Machado, 2025). O caso de Martina Big, portanto, revela as tensões éticas e legais geradas quando a autodeclaração identitária é dissociada da realidade social e histórica de um grupo. Nesta senda, conclui-se que a transracialidade, embora desperte debates sobre liberdade identitária, não possui aplicabilidade legal ou ética nas políticas afirmativas brasileiras. A raça, no Brasil, é determinada por fatores sociais e históricos, e não por uma escolha pessoal, de modo que o reconhecimento de “identidades transraciais” representaria uma distorção das ações afirmativas e um enfraquecimento da luta contra o racismo estrutural (Barbosa; Black; Da Silva, 2024). Dessa forma, o caso de Martina Big reafirma a importância de manter as políticas de cotas ancoradas na reparação histórica e na promoção da justiça social para aqueles que efetivamente vivenciam as desigualdades raciais.

Palavras-chave: Lei de Cotas brasileira; raça; transracionalidade.

Referências

BARBOSA, Edilene Maria da Silva; BLACK, Taciana Lima de Paula; DA SILVA, Kalina Vanderlei Paiva. Gênero, raça e saúde mental da população negra: abordagem sócio-histórica. **Revista Remecs-Revista Multidisciplinar de Estudos Científicos em Saúde**, p. 3-10, 2024. Disponível em: <http://revistaremece.com.br/index.php/remecs/article/view/1539>. Acesso em: 09 nov. 2025.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. **Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental n. 186**. Relator: Min. Ricardo Lewandowski. Diário de Justiça Eletrônico, Brasília, DF, 26 abr. 2012. Disponível em: <chrome-extension://efaidnbmnnnibpcajpcgclefindmkaj/https://www.stf.jus.br/arquivo/cms/noticiario/ticiastfarquivo/anexo/adpf186.pdf>. Acesso em: 09 nov. 2025.

BRASIL. **Lei nº. 12.711, de 29 de agosto de 2012**. Dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 2012. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/112711.htm. Acesso em: 09 nov. 2025.

BRASIL. **Lei nº. 15.142, de 03 de junho de 2025**. Reserva às pessoas pretas e pardas, indígenas e quilombolas o percentual de 30% (trinta por cento) das vagas oferecidas nos concursos públicos para provimento de cargos efetivos e empregos públicos no âmbito da administração pública federal direta, das autarquias, das fundações públicas, das empresas públicas e das sociedades de economia mista controladas pela União e nos processos seletivos simplificados para o recrutamento de pessoal nas hipóteses de contratação por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público para os órgãos da administração pública federal direta, as autarquias e as fundações públicas; e revoga a Lei nº 12.990, de 9 de junho de 2014. Brasília, DF: Presidência da República, 2025. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2023-2026/2025/Lei/L15142.htm#art13. Acesso em: 09 nov. 2025.

ROTHENBAUM, Nathan. The transracial subject and the emotive regime: Rachel Dolezal, racial phronêsis, and inverted miscegenation. **Communication and Critical/Cultural Studies**, v. 20, n. 2, p. 252-269, 2023. Disponível em: <https://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1080/14791420.2023.2199819>. Acesso em: 09 nov. 2025.

MACHADO, Bárbara Araújo. **Política de identidade: gênero, raça, classe, sexualidade e a formação do movimento de mulheres negras no Brasil**. Dandara Editora, 2025.

IMPACTO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS NA GESTÃO DE RESÍDUOS SÓLIDOS EM ARIQUEMES-RO: AVANÇOS NA COLETA SELETIVA E DESATIVÇÃO DE LIXÕES

Santos, Thalita Cristina (1), Alisson Paulinelli Ben Silva (2)

(1) Acadêmica de Administração, Centro Universitário Faema – Unifaema, thalita.21188@unifaema.edu.br

(2) Docente do Centro Universitário Faema – Unifaema. E-mail: silva.alisson@outlook.com.br

Este resumo aborda o impacto das políticas públicas relacionadas à gestão de resíduos sólidos em Ariquemes, Rondônia. O foco está na coleta seletiva e na recente desativação do lixão municipal. O objetivo é entender como as ações tanto do município quanto do estado têm contribuído para uma cidade mais sustentável e para o cumprimento da Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS). Para isso, foram analisados documentos, notícias, comunicados oficiais e dados públicos divulgados em 2024, levando em conta a importância social, ambiental e política do assunto. Em novembro de 2024, o Governo do Estado de Rondônia entregou ao município de Ariquemes o primeiro Atestado de Desativação de Lixão, durante o “1º Seminário Intermunicipal de Gestão de Resíduos”, promovido pelo Consórcio Intermunicipal de Saneamento da Região Central de Rondônia (Cisan Central-RO) em parceria com a Secretaria de Estado do Desenvolvimento Ambiental (Sedam). Segundo as reportagens analisadas, o documento representa um marco para a política ambiental municipal e simboliza a transição para uma gestão sustentável dos resíduos (RONDÔNIA, 2024). De acordo com o portal News Rondônia (2024), essa certificação é vista como um reconhecimento público do compromisso do município com a sustentabilidade ambiental e o cumprimento das metas da PNRS. Essa certificação reconhece que o município encerrou formalmente a disposição irregular de resíduos e iniciou uma nova etapa de responsabilidade compartilhada, integrando planejamento técnico, gestão pública e participação social. A iniciativa está alinhada à PNRS, que estabelece o fim dos lixões e o incentivo à coleta seletiva, reciclagem e destinação final ambientalmente adequada. Dados de 2022 apontam que 88,25% da população de Ariquemes é atendida por coleta de resíduos domiciliares, embora apenas 2,32% dos materiais coletados sejam reciclados (ÁGUA E SANEAMENTO, 2022). Esses dados demonstram que a política pública precisa ser acompanhada de estratégias de educação ambiental que ampliem a conscientização e estimulem o engajamento comunitário na separação e destinação correta do lixo (ARIQUEMES ONLINE, 2024). Além disso, mostram a importância de políticas educacionais que reforcem a consciência ecológica e a corresponsabilidade dos cidadãos na redução e reaproveitamento de resíduos. Os resultados observados indicam que a política pública implementada em Ariquemes traz impactos positivos na redução da poluição, na melhoria da saúde pública e na valorização da gestão ambiental local. O processo de certificação também fortalece o papel da governança colaborativa, que envolve diferentes esferas do poder público e instituições intermunicipais. A experiência de Ariquemes demonstra que, quando há cooperação técnica e comprometimento político, é possível transformar práticas históricas de descarte inadequado em modelos sustentáveis de gestão de resíduos. Conclui-se que o caso de Ariquemes evidencia um processo de transição socioambiental relevante, que depende não apenas de infraestrutura e fiscalização, mas também de conscientização social, inovação tecnológica e investimento contínuo em políticas de longo prazo. A experiência reforça o papel das políticas públicas como instrumentos de transformação, inclusão e promoção da cidadania ecológica, servindo de exemplo para outros municípios brasileiros que buscam soluções efetivas para o manejo de resíduos sólidos urbanos.

Palavras-chave: sustentabilidade; coleta seletiva; políticas públicas.

Referências

ÁGUA E SANEAMENTO. **Municípios e saneamento:** Ariquemes – RO. Disponível em: <https://www.aguaesaneamento.org.br/municipios-e-saneamento/ro/ariquemes>. Acesso em: 09 nov. 2025.

ARIQUEMES ONLINE. **Município é exemplo na desativação de lixão e gestão ambiental.** 14 nov. 2024. Disponível em: <https://ariquemesonline.com.br/ariquemes/governo-de-ro-entrega-atestado-de-desativacao-de-lixao-na-gestao-sustentavel-de-residuos-em-ariquemes>. Acesso em: 10 nov. 2025.

NEWS RONDÔNIA. **Ariquemes recebe certificação por gestão sustentável de resíduos sólidos.** 14 nov. 2024. Disponível em: <https://newsrondonia.com.br/noticias/2024/11/14/governo-de-ro-entrega-atestado-de-desativacao-de-lixao-na-gestao-sustentavel-de-residuos-em-ariquemes>. Acesso em: 09 nov. 2025.

RONDÔNIA. **Governo de RO entrega atestado de desativação de lixão na gestão sustentável de resíduos em Ariquemes.** 14 nov. 2024. Disponível em: <https://rondonia.ro.gov.br/governo-de-ro-entrega-atestado-de-desativacao-de-lixao-na-gestao-sustentavel-de-residuos-em-ariquemes>. Acesso em: 10 nov. 2025.

TREMEMBÉ E O ESPETÁCULO DO CRIME: A SUBCELEBRIZAÇÃO DE CRIMINOSOS E O PERIGO DO HOLOFOTE MIDIÁTICO

Anna Luísa Pedroso E Coimbra (1), Ester Rebeca Soares (2) Jayana Lopes Tenorio (3)
Victor Emanuel Ferreira Rocha (4), Rubens Darolt Júnior (5).

(1,2,3,4) Acadêmicos de Direito, Centro Universitário Faema – Unifaema.

(5) Docente do curso de Direito, Centro Universitário Faema – Unifaema.

A série *Tremembé* retrata a rotina de presidiários conhecidos nacionalmente e reacende o debate sobre a subcelebrização de criminosos pela mídia, fenômeno que coloca em evidência a tênue fronteira entre informação, entretenimento e sensacionalismo. O objetivo desta análise é compreender como a exposição midiática contribui para a construção de uma imagem pública desses indivíduos, transformando-os em figuras de interesse social e, por vezes, admiradas, ao passo que os crimes cometidos passam a ser tratados como meros episódios do passado. A metodologia utilizada é qualitativa e observacional, fundamentada na análise crítica do conteúdo da série e na observação das reações populares em redes sociais, à luz de conceitos da psicologia forense e da criminologia, que permitem interpretar os impactos psíquicos, sociais e simbólicos dessa exposição tanto para os criminosos quanto para a sociedade. Os resultados apontam que muitos condenados passam a receber atenção e afeto de fãs, cartas e manifestações de apoio, adotando inclusive uma estética gospel para criar narrativas de redenção e empatia, o que favorece a reconstrução de suas imagens públicas (Campbell, 2024). Sob a ótica da psicologia forense, essa dinâmica pode alimentar mecanismos de narcisismo criminoso, nos quais o indivíduo passa a buscar o crime como forma de reconhecimento e notoriedade. Já a criminologia observa que esse tipo de representação midiática interfere na percepção social do delito e do delinquente, tornando o crime um produto de consumo simbólico (Penteado Filho, 2023). A discussão evidencia que a visibilidade midiática excessiva, ao dar palco e voz a pessoas condenadas, desvirtua o papel da comunicação social e pode contribuir para a glamourização da criminalidade, criando riscos de estímulo indireto a novos delitos praticados por indivíduos em busca de fama (Fernandes; Jacob, 2025). Além disso, o impacto sobre as famílias das vítimas é profundo, pois elas são obrigadas a reviver o trauma e a dor ao ver os fatos narrados sob um viés que muitas vezes favorece o agressor, configurando uma forma de revitimização. Conclui-se que oferecer holofotes a criminosos é eticamente prejudicial e socialmente perigoso, pois banaliza a violência, distorce valores morais e fragiliza a confiança na justiça. A análise reforça a importância de uma abordagem responsável, ética e crítica por parte da mídia, que respeite as vítimas e evite transformar o crime em espetáculo, reconhecendo que figuras criminosas não são e não devem ser tratadas como celebridades.

Palavras-chave: criminosos; holofote midiático; subcelebrização; Tremembé.

Referências

CAMPBELL, Ulisses. **Suzane:** Assassina e Manipuladora. São Paulo: Matrix, 2024.

FERNANDES, Marya Eduarda Dias; JACOB, Alexandre. Criminologia midiática: a perpetuação do perfil criminal condicionado pela mídia e seus reflexos na busca da justiça



penal. **Revista Multidisciplinar do Nordeste Mineiro**, v. 11, n. 1, p. 1-14, 2025.
Disponível em: <https://remunom.ojsbr.com/multidisciplinar/article/view/4097>. Acesso em:
09 nov. 2025.

PENTEADO FILHO, Nestor Sampaio. **Manual de criminologia**. 13 ed. São Paulo:
SaraivaJur, 2023.

A ATUAÇÃO DO ENFERMEIRO EM CONTEXTOS DE RESISTÊNCIA RELIGIOSA AO TRATAMENTO DOS TRANSTORNOS MENTAIS

Tiago Vinícius Martins da Silva (1), Elis Milena Ferreira do Carmo Ramos (2)

(1) Acadêmico de Enfermagem, Centro Universitário Faema – Unifaema, tiago.51362@unifaema.edu.br

(2) Docente Centro Universitário Faema – Unifaema e-mail: elis.ramos@unifaema.edu.br

Ao longo da trajetória histórica, o ser humano frequentemente buscou reduzir a complexidade de sua própria existência a explicações simplistas e unilaterais. Nesse contexto, a loucura era muitas vezes interpretada como manifestação de pecado, o que favoreceu a consolidação de preconceitos e do estigma social que ainda hoje permeia os transtornos mentais (Sá, Silva, Moreira, 2022). Nessa perspectiva, pesquisas indicam que a religião pode tanto favorecer a adesão ao tratamento, promovendo apoio social e estímulo positivo, quanto dificultá-lo, quando associada de forma rígida apenas a questões espirituais (Dias, 2021). Diante disso, torna-se relevante compreender as formas que a religião pode afetar de forma negativa no acolhimento e no tratamento de transtornos mentais. Este estudo tem por objetivo, apontar os fatores religiosos que interferem de forma negativa no enfrentamento do sofrimento psíquico e evidenciar a importância do enfermeiro na mediação desse processo, garantindo um cuidado integral, humanizado e culturalmente sensível. A metodologia utilizada para a elaboração da pesquisa foi a revisão bibliográfica, de caráter descritivo e exploratório. O delineamento temporal foi de 2020 a 2025, disponíveis em base da biblioteca virtual de saúde – BVS e google acadêmico. Nesse sentido, os transtornos mentais, quando analisados em interface com a religiosidade e tradições cristãs, historicamente foram cercados por concepções equivocadas e interpretações estigmatizantes. Em diversos contextos sociais, ainda prevalece a crença de que esses adoecimentos estão ligados a castigos divinos, manifestações demoníacas ou desvios morais. Essa compreensão contribui para o distanciamento e a exclusão do indivíduo, aumentando o isolamento social e dificultando sua recuperação. Somado a isso, certas práticas religiosas podem resultar na substituição de tratamentos médicos por rituais espirituais, na intensificação da culpa e da autocrítica, bem como na resistência ao uso de medicamentos ou ao acompanhamento profissional (Fobe, 2023). Com isso, esses fatores, em conjunto, tornam-se barreiras significativas para a adesão e a efetividade do tratamento em saúde mental. Faz-se ainda salientar, que o enfermeiro tem papel essencial na oferta de um cuidado integral, que considere não apenas os aspectos clínicos, mas também as dimensões sociais, culturais e espirituais do paciente. Atuando como mediador, ele promove o diálogo entre crenças religiosas e tratamento profissional, favorecendo relações de confiança, reduzindo estigmas e auxiliando na adesão terapêutica (Silva Filho, 2021). Pra tanto, fica claro que enfrentar o estigma das doenças mentais no contexto religioso requer a atuação esclarecedora da enfermagem, para orientar sobre os aspectos científicos e psicossociais do adoecimento. Na ausência desse diálogo, crenças distorcidas podem associar o transtorno mental à falta de fé ou castigo divino, reforçando o preconceito e dificultando a adesão ao tratamento clínico. Por outro lado, quando há aproximação entre profissionais de saúde e comunidades religiosas, a fé pode se tornar um recurso de apoio e acolhimento, fortalecendo o cuidado integral e a inclusão social.

Palavras-chave: cura pela fé; crenças religiosas; enfermagem psiquiátrica; não adesão do paciente; transtornos mentais.

Referências

DIAS, Alessandro Moreira. **A religião como fator da (não) adesão ao tratamento medicamentoso da depressão nos relatos de participantes de um grupo da terceira idade do município de Santa Rita de Minas – MG**. Vitória-ES, 2021. Dissertação (Mestrado) — Instituição (se conhecida), Vitória-ES, 2021. Disponível em: <https://www.proquest.com/openview/79e960997784f0763c0de208c73a9422/1?pq-origsite=gscholar&cbl=2026366&diss=y>. Acesso em: 29 set. 2025.

FOBE, J.-L. Religiosidade e doença mental: uma perspectiva bíblica. **Revista Fragmentos de Cultura – Revista Interdisciplinar de Ciências Humanas**, Goiânia, v. 33, n. esp., p. 54-65, 2023. DOI: <https://doi.org/10.18224/frag.v33iEsp.13490>. Disponível em: <https://seer.pucgoias.edu.br/index.php/fragmentos/article/view/13490>. Acesso em: 4 out. 2025.

SÁ, Ithanna Lima de; TATIANY DA SILVA, Sheyrlani; MOREIRA, Marcelo Hubner. Influência das crenças do público evangélico na adesão ao tratamento psicológico na cidade de imperatriz-ma. **Psicologia e Saúde em debate**, [S. l.], v. 8, n. 1, p. 396–408, 2022. DOI: 10.22289/2446-922X.V8N1A23. Disponível em: <https://www.psicodebate.dpgpsifpm.com.br/index.php/periodico/article/view/843>. Acesso em: 28 set. 2025.

SILVA FILHO, José Adelmo da. Religiosidade e espiritualidade em saúde mental: formação, saberes e práticas de enfermeiras. **Revista Brasileira de Enfermagem**, v. 74, n. 5, e20201049, 2021. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/reben/a/NWzcNsbrBgwHyQbYYNKXyLK/?format=html&lang=pt>. Acesso em: 4 out. 2025.

DOENÇAS CRÔNICAS E O IMPACTO NA QUALIDADE DE VIDA DOS PROFISSIONAIS DE ENFERMAGEM

Eriquis Henrique Alves de Sousa (1), Carlem Alexandre da Silva Filho (2),
Amanda da Silva Rodrigues (3), Elis Milena Ferreira do Carmo Ramos (4)

- (1) Acadêmico de Enfermagem, Centro Universitário Faema-Unifaema, Eriquis.55040@unifaema.edu.br
(2) Acadêmico de Enfermagem, Centro Universitário Faema-Unifaema, carlem.62244@unifaema.edu.br
(3) Acadêmica de Enfermagem, Centro Universitário Faema-Unifaema, amanda.60640@unifaema.edu.br
(4) Coord. grupo de estudos NAIDC, Centro Universitário Faema-Unifaema, elis.ramos@unifaema.edu.br

No complexo e dinâmico cenário da saúde, a enfermagem se destaca como profissão que exige conhecimento técnico-científico, e profunda capacidade de interação humana. A exposição cotidiana desses profissionais a situações que elevam a incidência de doenças crônicas é agravantes na qualidade de vida dos enfermeiros (LUCCHESI; MACEDO; MARCO, 2008). O objetivo deste resumo foi destacar as exacerbadas circunstâncias que elevam a piora da qualidade de vida e doenças crônicas destes profissionais. A metodologia foi revisão de literatura de caráter descritiva e exploratória, com materiais disponíveis na Biblioteca Virtual em Saúde (BVS) e Revista SBPH. O delineamento temporal observou publicações entre 2000 à 2025, os Descritores em Ciências da Saúde (DeCS) foram Enfermagem, doenças crônicas e autocuidado. Os profissionais de enfermagem estão expostos a diversos fatores de risco ocupacionais e psicossociais, como jornadas extensas, sobrecarga de trabalho, contato direto com o sofrimento humano e ambientes de alta pressão emocional. A exigência constante de atenção e responsabilidade favorece o estresse crônico, distúrbios do sono e desgaste físico. Além disso, a falta de reconhecimento profissional e o ritmo intenso contribuem para o adoecimento mental e físico. Esses fatores comprometem a qualidade de vida e o desempenho laboral da equipe de enfermagem. Sofrimento este que de acordo com Mendes e Araujo (2012), não deve inicialmente ser tomado como patológico, mas servir de alerta para que ajustes e ações sejam mobilizadas no sentido da obtenção de saúde. Conforme exposto por Borges (2005), o esgotamento físico e emocional decorrente das condições laborais adversas pode desencadear múltiplas alterações fisiológicas e psicossociais, comprometendo a homeostase do organismo. Tais condições incluem cefaleias recorrentes, distúrbios gastrointestinais, hipertonia muscular, variações da pressão arterial, fadiga crônica, astenia, quadros ansiosos e depressivos, bem como transtornos do sono. Assim, evidencia-se que o estresse ocupacional oriundo do ambiente de trabalho transcende o espaço profissional, repercutindo de forma significativa sobre as esferas biopsicossociais do indivíduo e comprometendo sua qualidade de vida e capacidade funcional. Como resultado, o absenteísmo é umas das realidades mais frequente neste ambiente de trabalho, elevando indicadores e indicadores de afastamento e elucidando a falta de atenção que a problemática requer, além da perda de qualidade do atendimento do paciente tendo em vista a rotatividade de profissionais com especialistas e expertise, como por exemplo, enfermeiros intensivista.

Palavras-chave: doenças crônicas; absenteísmo; biopsicossocial.

Referencias

BORGES, Livia de Oliveira (org.) et al. **Os profissionais de saúde e seu trabalho**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2005.

LUCCHESI, F.; MACEDO, P. C. M.; MARCO, M. A. Saúde mental na unidade de terapia intensiva. **Revista SBPH**, Rio de Janeiro, v. 11, n. 1, p. 19-30, 2008. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S151608582008000100003&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 13 nov. 2025

MENDES, Ana Magnólia; ARAUJO, Luciane Kozicz Reis. **Clínica em psicodinâmica do trabalho: o sujeito em ação**. Curitiba: Juruá, 2012.

SAÚDE MENTAL DOS ENFERMEIROS: PÓS PERÍODO PANDÊMICO

- (1) Acadêmico de Enfermagem, Centro Universitário Faema-Unifaema, rubson.59091@unifaema.edu.br
(1) Acadêmico de Enfermagem, Centro Universitário Faema-Unifaema, amanda.60640@unifaema.edu.br
(2) Docente Centro Universitário Faema – Unifaema, Ma. Kátia Regina Gomes Bruno

A enfermagem é uma profissão essencial para a saúde e o bem-estar da sociedade, mas também é conhecida por ser uma das mais estressantes e desgastantes. Os trabalhadores de enfermagem enfrentam diariamente desafios físicos e emocionais que podem afetar sua saúde mental e qualidade de vida. O COFEN já havia observado um olhar de cuidado focado em áreas de possíveis riscos, porém recentemente, durante e após a pandemia, houve uma mudança no cenário, com mais distanciamentos por depressão, ansiedade e Burnout. Isso se deve ao fato de que a enfermagem é uma profissão majoritariamente feminina, com 86% das profissionais sendo mulheres, que além de cuidar dos pacientes, também são provedoras do lar e têm uma sobrecarga de trabalho e responsabilidades. A falta de recursos, o baixo reconhecimento profissional e a faixa salarial pouco justa também contribuem para o estresse e a pressão no trabalho. A pandemia agravou ainda mais essa situação, tornando a saúde mental um assunto mais delicado entre os profissionais. No entanto, algumas estratégias criadas por enfermeiros foram fundamentais para ajudar a lidar com os desafios da pandemia. A familiarização com protocolos de doenças infecciosas, a sensação de realização profissional, o apoio social e a confiança na equipe foram essenciais para lidar com a pressão e o estresse. Além disso, estratégias de autorregulação, como práticas de exercícios físicos e de relaxamento, ouvir músicas suaves, conversar com familiares e amigos e dormir, promovem o alívio da tensão e a melhora da resiliência (Barbosa, 2023). A capacidade de resiliência e adaptação psicológica dos enfermeiros é fundamental para lidar com o estresse e a pressão do trabalho. Desenvolvendo essa capacidade, os enfermeiros podem adquirir confiança e coragem, construir resiliência para enfrentar desafios e realizar autotransformação positiva. Isso é essencial para que os enfermeiros possam lidar com a demanda de trabalho árduo e manter a qualidade do serviço prestado aos pacientes. É importante que os profissionais e gestores de saúde reconheçam a importância do bem-estar mental dos enfermeiros e implementem estratégias para promover o bem-estar e a qualidade de vida desses profissionais.

Palavras chave: saúde; ansiedade; pandemia; cuidado.

Referências

BARBOSA, Nanielle Silva; COSTA, Ana Paula Cardoso; RIBEIRO, Amanda Alves de Alencar; ROCHA, Eukália Pereira da; RIBEIRO, Paulo Victor de Sousa; FERNANDES, Márcia Astrês. Práticas de autocuidado em saúde mental de enfermeiros na pandemia da covid-19. **Revista Enfermagem Atual In Derme**, [S. l.], v. 97, n. 2, p. e023116, 2023. DOI: 10.31011/reaid-2023-v.97-n.2-art.1717. Disponível em: <https://revistaenfermagematual.com.br/index.php/revista/article/view/1717>. Acesso em: 14 out. 2025.

LIMA, L. A. de O.; Domingues Junior, P. L.; GOMES, O. V. de O. Saúde mental e esgotamento profissional: um estudo qualitativo sobre os fatores associados à síndrome de burnout entre profissionais da saúde. **Boletim de Conjuntura (BOCA)**, Boa Vista, v. 16, n. 47, p. 264–283, 2023. DOI: 10.5281/zenodo.10198981. Disponível em: <https://revista.ioles.com.br/boca/index.php/revista/article/view/2653>. Acesso em: 14 out. 2025.

A CONTRIBUIÇÃO DA ENFERMAGEM NA COORDENAÇÃO DO TRATAMENTO POLIQUIMIOTERÁPICO EM POPULAÇÃO PRIVADA DE LIBERDADE AFETADA PELA HANSENÍASE

Bruno Takashi Yamagishi (1), Eduardo Nascimento da Cruz (2), Tarciana de Oliveira Lopes (3), Claudilaine Desideiro Deolindo Alves (4), Sonia Carvalho Santana (5).

- (1) Acadêmico de Enfermagem, Centro Universitário Faema – Unifaema, bruno.63548@unifaema.edu.br.
- (2) Acadêmico de Enfermagem, Centro Universitário Faema – Unifaema, eduardo.52553@unifaema.edu.br
- (3) Acadêmico de Enfermagem, Centro Universitário Faema – Unifaema, tarciana.52713@unifaema.edu.br
- (4) Acadêmico de Enfermagem, Centro Universitário Faema – Unifaema, claudilaine.61747@unifaema.edu.br
- (5) Docente de Enfermagem, Centro Universitário Faema – Unifaema, sonia.carvalho@unifaema.edu.br

A hanseníase permanece como um importante desafio de saúde pública, especialmente no contexto prisional, onde a vulnerabilidade social e estrutural favorece sua disseminação. Nesse cenário, a enfermagem exerce papel fundamental na coordenação e continuidade do tratamento poliquimioterápico, garantindo a adesão terapêutica e a prevenção de incapacidades físicas entre as pessoas privadas de liberdade. O objetivo deste trabalho foi destacar o papel da enfermagem na continuidade do tratamento da hanseníase em unidades de detenção. Trata-se de uma revisão de literatura, realizada a partir de publicações disponíveis na Biblioteca Virtual em Saúde (BVS), *Scientific Electronic Library Online* (SciELO), Base de Dados de Enfermagem (BDEnf) e no acervo da Organização Pan-Americana da Saúde (OPAS/OMS). Foram incluídas publicações entre 2020 e 2025, e literaturas anteriores ao período citado, dado a pertinência do tema. Optou-se por excluir aquelas que não abordavam diretamente a temática. Os Descritores em Ciências da Saúde (DeCS) utilizados foram: Enfermagem, Hanseníase, População Privada de Liberdade e Sistema Prisional. Os resultados apontam os principais desafios enfrentados pela enfermagem carcerária na continuidade do tratamento poliquimioterápico. A Política Nacional de Atenção Integral à Saúde das Pessoas Privadas de Liberdade (PNAISP), instituída pelo Ministério da Saúde em 2014, reforça a importância das equipes multiprofissionais, especialmente do enfermeiro, cuja atuação é essencial nas ações de promoção, prevenção e recuperação da saúde de pessoas acometidas por hanseníase e outras doenças no ambiente prisional, assegurando o acesso universal e igualitário ao SUS (Hilleshein, 2025). As ações dos profissionais de saúde são fundamentais para que o direito à saúde das pessoas privadas de liberdade seja efetivamente garantido. Considerando que mais de 90% da população carcerária é composta por homens e que o ambiente prisional intensifica as vulnerabilidades à saúde, torna-se imprescindível compreender os fatores relacionados à saúde dessa população e os principais agravos aos quais estão expostos (Silva, 2016). O enfermeiro possui papel estratégico nesse contexto: é responsável por identificar e acompanhar os casos de hanseníase, realizar o diagnóstico inicial, coletar e encaminhar material biológico, além de referenciar casos graves aos serviços especializados. Também compete ao enfermeiro cadastrar e notificar os portadores, supervisionar o tratamento com consultas mensais, administrar a medicação, realizar curativos e orientar sobre a prevenção de incapacidades. Além disso, o profissional atua no tratamento de outras dermatoses e na avaliação dos comunicantes, em parceria com as equipes do PACS e do PSF, garantindo o controle, o tratamento adequado e a prevenção da hanseníase dentro do sistema prisional (Brasil, 2014). Considerações finais: Constatou-se que o enfermeiro é

essencial na detecção precoce, acompanhamento e supervisão do tratamento da hanseníase em detentos, assegurando a integralidade do cuidado e o acesso equitativo ao SUS. O fortalecimento das ações de enfermagem no sistema prisional é decisivo para o controle da doença, contribuindo para a promoção da saúde, a redução de agravos e a reintegração social da população privada de liberdade. Dessa forma, as equipes de saúde prisional devem organizar seus processos de trabalho de modo a acolher as principais demandas e necessidades dessa população, promovendo cuidado humanizado, resolutivo e inclusivo.

Palavras-chave: hanseníase; enfermagem; sistema prisional; tratamento; poli quimioterapia.

Referências

BRASIL. Ministério da Saúde. **Legislação em saúde no sistema prisional**. Brasília: Ministério da Saúde, 2014. 93 p. Disponível em: <https://www.gov.br/saude/pt-br/composicao/saps/pnaisp/publicacoes/cartilha-legislacao-em-saude-no-sistema-prisional/view>. Acesso em: 8 out. 2025.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. **Boletim Epidemiológico: hanseníase 2022**. Boletim especial, 25 jan. 2022. Disponível em: <https://antigo.aids.gov.br/pt-br/pub/2022/boletim-epidemiologico-de-hansenise-2022>. Acesso em: 10 out. 2025.

HILLESHEIN, A. G.; SANTOS, D. G.; CITOLIN, M. O.; FERNANDES, V. M. B.; VARGAS, M. A. de O. **Da formação à atuação do enfermeiro forense no sistema prisional brasileiro**. *Cogitare Enfermagem*, v. 30, p. e97429pt, 2025. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/ce.v30i0.97429pt>. Acesso em: 8 oct. 2025.

SILVA, A. C. L. G. da; NAZARIO, N. O.; LIMA, D. C. **Atenção à saúde do homem privado de liberdade**. Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina, 2016. Disponível em: <https://ares.unasus.gov.br/acervo/handle/ARES/7423>. Acesso em: 10 out. 2025.

A IMPORTÂNCIA DO AUTOCUIDADO NA PREVENÇÃO DAS INCAPACIDADES FÍSICAS NA HANSENÍASE

Eduardo Nascimento da Cruz (1), Tarciana de Oliveira Lopes (2), Bruno Takashi Yamagishi (3), Sonia Carvalho de Santana (4)

- (1) Acadêmico de Enfermagem, Centro Universitário Faema - Unifaema, eduardo52553@unifaema.edu.br
- (2) Acadêmico de Enfermagem, Centro Universitário Faema - Unifaema, tarciana52713@unifaema.edu.br
- (3) Acadêmico de Enfermagem, Centro Universitário Faema - Unifaema, bruno63548@unifaema.edu.br
- (4) Docente Enfermagem, Centro Universitário – Unifaema, sonia.carvalho@unifaema.edu.br

A hanseníase, doença infecciosa transmissível e crônica, capaz de causar significativo grau de incapacidade física, permanece como um relevante problema de saúde pública no Brasil. É causada pelo *Mycobacterium leprae*, bacilo intracelular obrigatório com tropismo por células cutâneas e nervos periféricos. Possui período de incubação entre dois e cinco anos, podendo gerar deformidades e incapacidades permanentes Cavalcante *et al.* (2025). Este estudo tem como objetivo evidenciar a importância do autocuidado como estratégia essencial na prevenção das incapacidades físicas em pessoas acometidas pela hanseníase. Trata-se de uma revisão de literatura, com base em publicações disponíveis na Biblioteca Virtual em Saúde (BVS), *Scientific Electronic Library Online* (SciELO), Base de Dados de Enfermagem (BDeF) e acervo da Organização Pan-Americana da Saúde (OPAS/OMS). Foram incluídos estudos publicados entre 2020 e 2025, excluindo-se aqueles que não abordavam diretamente o tema. Conforme a Estratégia Global de Hanseníase 2021–2030: “*Rumo à Zero Hanseníase*” (OMS, 2021), um dos principais desafios para a eliminação da doença reside no atraso da detecção precoce dos casos, relacionado à insuficiência de capacitação técnica dos profissionais de saúde e à ampla gama de diagnósticos diferenciais possíveis. Segundo DE OLIVEIRA *et al.* (2022), mesmo com ações de educação em saúde e esforços voltados ao diagnóstico precoce, a hanseníase ainda apresenta risco elevado de diagnóstico tardio, agravando as incapacidades físicas. O *M. leprae*, bacilo álcool-ácido resistente e gram-positivo, infecta principalmente as células de *Schwann*, potencializando deformidades e limitações (BRASIL, 2022). A hanseníase, marcada por estigma e discriminação atinge indivíduos de diferentes etnias, idades e gêneros. Em 2022, o Brasil notificou 22.129 novos casos, dos quais apenas 2.236 (88,1%) receberam avaliação de Grau de Incapacidade Física (GIF) no diagnóstico; destes, 11,5% apresentavam GIF 2, com lesões graves e visíveis nos olhos, mãos ou pés (Silva *et al.*, 2021). Esses dados representam cerca de 18,6% dos casos de incapacidade mundial, refletindo o impacto global da doença na qualidade de vida (QV) e acentuando a vulnerabilidade biopsicossocial dos acometidos. Evidencia-se, portanto, que a qualidade de vida das pessoas com sequelas da hanseníase encontra-se significativamente comprometida. Nesse contexto, o autocuidado emerge como uma ferramenta indispensável e estratégica para a prevenção de agravos, manutenção da funcionalidade e promoção da qualidade de vida das pessoas acometidas pela hanseníase. Mais do que uma prática individual, o autocuidado deve ser compreendido como um processo educativo contínuo, que fortalece a autonomia do paciente e o torna protagonista do próprio tratamento. A adesão a medidas simples, como a inspeção diária da pele e dos pés, o uso de calçados adequados e a realização de exercícios de reabilitação, pode prevenir o surgimento de lesões e reduzir significativamente o risco de incapacidades físicas. A atuação do enfermeiro, é essencial nesse

processo, envolve orientação, acompanhamento e estímulo ao desenvolvimento dessas práticas. Conclui-se que o incentivo ao autocuidado, aliado ao compromisso profissional e institucional, constitui um caminho promissor para minimizar sequelas, restaurar a qualidade de vida e promover a inclusão social, reafirmando o papel da enfermagem como agente transformador na luta contra a hanseníase (Costa, 2020).

Palavras-chave: autocuidado; enfermagem; hanseníase; incapacidade física.

Referências

BRASIL, 2025, **Proporção de casos novos de hanseníase avaliados e de grau 2 de incapacidade física no diagnóstico/SINAN/SVSA/MS - ESUSVS/ES**. Disponível em: <https://indicadoreshanseniaze.aids.gov.br/> . Acesso em: 10 out 2025.

CAVALCANTE, Jeane Lima et al. Promoção do autocuidado de pessoas com hanseníase: intervenção educativa à luz da teoria de Orem. **Revista Gaúcha de Enfermagem**, v. 42, p. e20200246, 2021. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rngenf/a/5dKVKtwFdGRRSJGgVRbddLz/?format=pdf&lang=pt> Acesso em 09 Out. 2025.

COSTA, R. M. P. G.; MENDES, Layza Castelo Branco. Qualidade de vida dos sujeitos com sequelas pela hanseníase e autocuidado: uma revisão integrativa. **Ciênc Cuid Saúde [Internet]**, v. 19, p. e45649, 2020. Disponível em: https://www.researchgate.net/profile/Rayla-Maria-Costa/publication/339812927_Qualidade_de_vida_dos_sujeitos_com_sequelas_pela_hanseniaze_e_autocuidado_uma_revisao_integrativa_Quality_of_life_of_people_with_leprosy_sequelae_and_self-care_an_integrative_review/links/605d2284a6fdccbfea084b5f/Qualidade-de-vida-dos-sujeitos-com-sequelas-pela-hanseniaze-e-autocuidado-uma-revisao-integrativa-Quality-of-life-of-people-with-leprosy-sequelae-and-self-care-an-integrative-review.pdf?origin=journalDetail&_rtd=e30%3D . Acesso em 09 out. 2025.

DA SILVA, Jocielle Cristina et al. A prevenção de incapacidades físicas em hanseníase e a equipe de saúde. **Doenças negligenciadas-hanseníase**, p. 19. Disponível em: <https://editoraomnisscientia.com.br/editora/livros/04030132.pdf#page=19>. Acesso em: 09 out. 2025.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE. **Rumo à zero hanseníase: estratégia global de hanseníase 2021–2030**. Nova Délhi: Organização Mundial da Saúde – Regional Office for South-East Asia, 2020. Disponível em: <https://www.who.int/publications/i/item/9789290228509> . Acesso em 09 out 2025.

OLIVEIRA, Aline Silva de. et al. Tecnologias educacionais associadas à prevenção de incapacidades advindas da hanseníase. **Revista Enfermagem Atual In Derme, [S. l.]**, v. 96, n. 40, p. e-021328, 2022. DOI: 10.31011/reaid-2022-v.96-n.40-art.1402. Disponível em: <https://www.revistaenfermagematual.com.br/revista/article/view/1402> . Acesso em: 9 out. 2025.

ADESÃO AO PROTOCOLO DE SEPSE EM UNIDADES DE EMERGÊNCIA: DA TEORIA À PRÁTICA CLÍNICA

Giovanna Brolezi de Lima (1), Willian Vinícius Zambom do Amparo (2), Sthefany Zambrana Guevara (3), Yasmin Garcia Reina (4), Elis Milena F. do Carmo Ramos (5)

- (1) Acadêmica de Enfermagem, Centro Universitário Faema-Unifaema, giovanna.50729@unifaema.edu.br
(2) Acadêmico de Enfermagem, Centro Universitário Faema-Unifaema, willian.42660@unifaema.edu.br
(3) Acadêmica de Enfermagem, Centro Universitário Faema-Unifaema, sthefany.53408@unifaema.edu.br
(4) Acadêmica de Enfermagem, Centro Universitário Faema-Unifaema, yasmin.50437@unifaema.edu.br
(5) Mestra, Docente UNIFAEMA, elis.ramos@unifaema.edu.br

A sepse é uma condição clínica grave, caracterizada por resposta inflamatória sistêmica desregulada frente a uma infecção, que pode evoluir rapidamente para choque séptico e falência múltipla de órgãos. Trata-se de uma das principais causas de mortalidade hospitalar, especialmente em unidades de urgência e emergência, onde o tempo de resposta é determinante para a sobrevivência do paciente. Diante disso, a adesão aos protocolos assistenciais torna-se essencial para garantir o diagnóstico precoce e o início imediato do tratamento adequado. O objetivo deste estudo é analisar a adesão ao protocolo de sepse em unidades de emergência, destacando a relação entre o conhecimento teórico dos profissionais e sua aplicação prática. A metodologia utilizada foi uma revisão integrativa de literatura, abrangendo estudos publicados entre 2021 e 2025 que discutem a implementação dos protocolos de sepse, o papel da equipe de enfermagem e os fatores que influenciam a adesão nas instituições de saúde (Silva et al., 2025). Os resultados evidenciam que, embora existam avanços nas políticas e diretrizes voltadas para o manejo da sepse, ainda persistem lacunas significativas na aplicação prática dos protocolos (Protocolo de sepse, 2024). Profissionais de saúde apresentam bom embasamento teórico sobre o diagnóstico e tratamento inicial, entretanto, a execução do “pacote hora-1”, que inclui medidas como coleta de lactato sérico, administração precoce de antibióticos e reposição volêmica adequada, nem sempre é realizada dentro do tempo recomendado (Cereus, 2023). As principais dificuldades observadas referem-se à sobrecarga de atendimentos nas emergências, à escassez de recursos humanos e materiais, à falta de atualização sobre as mudanças no protocolo e à ausência de fluxos assistenciais bem definidos entre os setores (Medeiros et al., 2021). Estudos recentes demonstram que programas de educação permanente, simulações clínicas realísticas e uso de checklists institucionais contribuem significativamente para a melhora na adesão, refletindo em redução da mortalidade e do tempo de internação (Machado et al., 2023). Conclui-se que, apesar dos avanços teóricos e das diretrizes estruturadas, a efetividade do protocolo de sepse nas unidades de emergência depende da integração entre capacitação profissional, suporte institucional e gestão eficiente. A prática baseada em evidências, aliada ao comprometimento da equipe multiprofissional e ao monitoramento dos indicadores de qualidade e segurança do paciente, é fundamental para transformar a teoria em prática e assegurar um cuidado rápido, seguro e eficaz aos pacientes com sepse.

Palavras-chave: sepse; protocolo de sepse; emergência hospitalar; enfermagem; segurança do paciente.

Referências

MACHADO, F. R. et al. Sepsis in Brazilian emergency departments: a prospective study. **Revista Brasileira / PubMed**, 2023. Disponível em: <https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/36729268/>.

MEDEIROS, D. N. M. et al. A Pediatric Sepsis Protocol Reduced Mortality and Progression to Organ Dysfunction. **Frontiers in Pediatrics**, 2021. Disponível em: <https://www.frontiersin.org/articles/10.3389/fped.2021.757721/full> .

CUREUS. **Promoting antibiotic stewardship and implementation of sepsis pathway in the emergency department.***, 2023. Disponível em: <https://www.cureus.com/articles/192273-promoting-antibiotic-stewardship-and-implementation-of-sepsis-pathway-in-the-emergency-department-a-quality-improvement-initiative>.

MARANHÃO (Estado). Secretaria de Estado da Saúde. Protocolo de Sepse — Unidade de Pronto Atendimento (UPA). São Luís: Secretaria de Estado da Saúde, 2024. Disponível em: https://www.saude.ma.gov.br/wpcontent/uploads/2024/08/PT_0016_PROTOCOLO_SEPSE_UPAS.pdf

SILVA, R. R. da et al. A atuação do enfermeiro frente ao paciente com sepse na urgência e emergência no Brasil: uma revisão da literatura. **RCMOS – Revista Científica Multidisciplinar O Saber**, 2025. Disponível em: <https://submissoesrevistarcmos.com.br/rcmos/article/view/1166>.

AVALIAÇÃO MULTIDIMENSIONAL DO IDOSO AFETADO PELA HANSENÍASE

Emily Gabriela Costa Salas Nogueira (1), Tiago Vinicius Martins da Silva (2), Verônica Moreira Dias (3), Sonia Carvalho de Santana (4).

(1) Acadêmica de Enfermagem, Centro Universitário Faema-Unifaema, emily.49012@unifaema.edu.br

(2) Acadêmico de Enfermagem, Centro Universitário Faema-Unifaema, tiago.51362@unifaema.edu.br

(3) Acadêmica de Enfermagem, Centro Universitário Faema-Unifaema, veronica.48349@unifaema.edu.br

(4) Docente de Enfermagem, Centro Universitário Faema – Unifaema, sonia.carvalho@unifaema.edu.br

A avaliação multidimensional é o processo diagnóstico utilizado para avaliar a saúde do idoso. Segundo a Classificação Internacional de Funcionalidade (CIF), os componentes da saúde são a funcionalidade e a incapacidade. Funcionalidade é um termo que abrange todas as funções do corpo, atividades e participação social, de maneira similar, incapacidade é um termo que abrange as deficiências, limitação das atividades ou restrição da participação social (Moraes, 2012). O Brasil apresenta uma taxa de envelhecimento populacional exuberante. Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a população idosa com mais de 60 anos representa 32,1 milhões de pessoas, equivalente a 15,8% da população do país (IBGE, 2025). Diante desse cenário o presente trabalho tem como objetivo analisar as fragilidades que o idoso com hanseníase possui ao desenvolver suas atividades de vida diária, destacando a maior vulnerabilidade decorrente dessas condições e a importância do enfermeiro na atenção primária à saúde, para o cuidado integral, com a promoção da autonomia e a prevenção de incapacidade. A metodologia utilizada neste estudo consiste em uma revisão bibliográfica e documental, com delineamento temporal entre os anos de 2020 a 2025, contemplando publicações relacionadas a hanseníase em idosos e cuidados de enfermagem. Nessa perspectiva, a hanseníase, ao acometer o idoso, interfere diretamente na execução das Atividades de Vida Diária (AVD), comprometendo sua autonomia e qualidade de vida. As lesões neurológicas provocadas pelo *Mycobacterium leprae* podem causar perda de sensibilidade, fraqueza muscular e deformidades nas mãos e pés, dificultando ações simples como se alimentar, vestir-se, realizar a higiene pessoal e locomover-se com segurança, Silva *et al.* (2025). Além disso o estigma e o isolamento provocados pela hanseníase afetam o emocional do idoso, diminuindo sua motivação para as atividades diárias. Assim, o envelhecimento aliado às limitações físicas da doença aumenta a vulnerabilidade e a perda de autonomia, tornando essencial o acompanhamento e o cuidado de enfermagem voltados à prevenção e reabilitação. Nesse contexto, o enfermeiro na Atenção Primária à Saúde tem papel fundamental no cuidado ao idoso com hanseníase, atuando desde a identificação precoce dos sinais e sintomas até o acompanhamento contínuo durante o tratamento. Por meio de ações de vigilância, educação em saúde e apoio ao autocuidado, o enfermeiro contribui para a prevenção de incapacidades, a adesão terapêutica e a reabilitação funcional. Além disso, seu vínculo direto com a comunidade permite oferecer suporte emocional e reduzir o estigma, promovendo uma melhor qualidade de vida e preservando a autonomia do idoso acometido pela doença, Marinho *et al.* (2022). Portanto, conclui-se que o idoso com hanseníase enfrenta limitações físicas e emocionais que comprometem suas Atividades de Vida Diária e aumentam sua vulnerabilidade. O acompanhamento pelo enfermeiro na Atenção Primária à Saúde se mostra indispensável, não apenas para o diagnóstico precoce e manejo clínico, mas também para a promoção do autocuidado, prevenção de incapacidades e suporte psicossocial.

Palavras-chave: Hanseníase; Idoso; Fragilidade; Atividade de vida diária; Autonomia
Referências

BRASIL. **Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania**. Crescimento da população idosa brasileira expõe urgência de políticas públicas para combater violações e desigualdades. 2024. Disponível em: <https://www.gov.br/mdh/pt-br/assuntos/noticias/2024/junho/crescimento-da-populacao-idosa-brasileira-expoe-urgencia-de-politicas-publicas-para-combater-violacoes-e-desigualdades> . Acesso em: 12 out. 2025.

MARINHO, J. I. .et al. Assistência de enfermagem à pessoa idosa com hanseníase na atenção básica. **Revista Multidisciplinar em Saúde**, [S. l.], v. 2, n. 4, p. 311, 2022. DOI: 10.51161/rem/3118. Disponível em: <https://editoraime.com.br/revistas/rem/article/view/3118> . Acesso em: 12 out. 2025.

SILVA, Addison Wesley Correa da. et al. Hanseníase em idoso: características epidemiológicas, clínicas e dermatoneurológicas em área endêmica da região Norte. **Revista Foco**, v. 18, n. 5, p. 1-22, maio 2025. DOI: 10.54751/revistafoco.v18n5-153. Disponível em: <https://ojs.focopublicacoes.com.br/foco/article/view/8636>. Acesso em: 12 out. 2025.

CONTRIBUIÇÕES DA ENFERMAGEM NA PREVENÇÃO E NO ACOMPANHAMENTO DA INFECÇÃO LATENTE POR TUBERCULOSE

Nicole Peixoto Souza Pinto (1), Tiago Vinicius Martins da Silva (2), Sonia Carvalho de Santana (3)

(1) Acadêmica de Enfermagem, Centro Universitário Faema-Unifaema, nicole.51014@unifaema.edu.br

(2) Acadêmico de Enfermagem, Centro Universitário Faema-Unifaema, tiago.51362@unifaema.edu.br

(3) Docente de Enfermagem, Centro Universitário Faema – Unifaema, sonia.carvalho@unifaema.edu.br

Estima-se que quase um quarto da população mundial esteja infectada pelo *Mycobacterium tuberculosis*, agente etiológico da Tuberculose (TB), (Brasil, 2022). A infecção latente da tuberculose (ILTb) caracteriza-se pela presença do bacilo no organismo sem que haja manifestação clínica da doença ativa. Na maioria dos casos, os indivíduos permanecem assintomáticos por longos períodos, não transmitindo o agente e apresentando certa proteção imunológica. Entretanto, mesmo sem evolução imediata para a tuberculose ativa, essas pessoas representam reservatórios do microrganismo, que pode se reativar em situações de fragilidade do sistema imunológico (Andrade, 2025). O presente resumo tem por objetivo, apresentar a importância e a singularidade da atuação do enfermeiro frente ao enfrentamento do *Mycobacterium tuberculosis*, como relevante questão epidemiológica. A metodologia utilizada foi a revisão de literatura, com base no acervo virtual do Ministério da Saúde, considerando o período de 2020 a 2025. Nessa perspectiva, o enfermeiro desempenha um importante papel em todas as fases da ILTB, desde sua identificação até a prevenção. Por ser o primeiro contato na atenção primária com o paciente, o profissional de enfermagem carrega a grande responsabilidade de ter um olhar clínico e atento aos sintomas e histórico da pessoa atendida, para que assim possa ser iniciado os protocolos de exames para confirmação e subsequente notificação e dar início ao tratamento assertivo, que reduz o risco de desenvolvimento de tuberculose ativa nas pessoas e ajuda a interromper a cadeia de transmissão da doença (Brasil 2024). Nesse viés, o tratamento constitui uma das principais atribuições do enfermeiro, que, além de orientar quanto ao protocolo terapêutico, atua na promoção da adesão ao tratamento por meio do esclarecimento sobre a condição de infectado, das possíveis reações adversas e do risco de contágio, contribuindo para o empoderamento do paciente e para a efetividade do cuidado. O papel do enfermeiro, quando desempenhado com padrão de excelência, aliado a promoção da educação em saúde, automaticamente contribui para a prevenção da doença, pois o tratamento da infecção latente pelo *Mycobacterium tuberculosis* é uma das principais estratégias para a eliminação da TB como problema de saúde pública no Brasil (Brasil, 2024). Portanto, é notório que o papel do enfermeiro é fundamental e indispensável no enfrentamento da ILTB, atuando como agente estratégico na vigilância, prevenção e controle da tuberculose. Sua atuação vai além da assistência direta, abrangendo a educação em saúde, o acompanhamento do tratamento e o fortalecimento da adesão terapêutica. Dessa forma, o trabalho do enfermeiro contribui significativamente para a redução da incidência da tuberculose ativa e para o alcance das metas propostas pelo Ministério da Saúde na erradicação da doença como problema de saúde pública.

Palavras-chave: ILTB; enfermagem; prevenção; importância; saúde pública.

Referências

ANDRADE, E. G. R. DE . et al.. Information on latent tuberculosis infection in higher education: social representations of nursing students. **Revista da Escola de Enfermagem da USP**, v. 59, p. e20250029, 2025. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/reeusp/a/cbSjJWvFTJbQG66HgMHhPHP/?lang=pt>. Acesso em: 09 out 2025.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Protocolo de vigilância da infecção latente pelo Mycobacterium tuberculosis no Brasil**. Brasília: Ministério da Saúde, 2022. Disponível em: <https://www.gov.br/saude/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/svsa/tuberculose/protocolo-de-vigilancia-da-infeccao-latente-pelo-mycobacterium-tuberculosis-no-brasil.pdf>. Acesso em: 24 setembro 2025.

BRASIL. Ministério da Saúde. **O tratamento da infecção latente pelo Mycobacterium tuberculosis**. Brasília: Ministério da Saúde, 2024. Disponível em: <https://www.gov.br/saude/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/svsa/tuberculose/o-tratamento-da-infeccao-latente-pelo-mycobacterium-tuberculosis.pdf>. Acesso em: 30 setembro 2025.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Tuberculose na Atenção Primária à Saúde: protocolo de enfermagem**. Brasília: Ministério da Saúde, 2024. Disponível em: <https://www.gov.br/saude/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/svsa/tuberculose/tuberculose-na-atencao-primaria-a-saude-protocolo-de-enfermagem.pdf>. Acesso em: 03 outubro 2025.

HANSENÍASE EM POVOS ORIGINÁRIOS DA REGIÃO NORTE: DESIGUALDADES SOCIAIS E BARREIRAS AO DIAGNÓSTICO PRECOCE

Yasmin Garcia Reina (1), Ana Regina Viana Martins (2), Tiago Vinicius Martins da Silva (3), Emily Gabriela Costa Salas Nogueira (4), Sonia Carvalho de Santana (5).

- (1) Acadêmica de Enfermagem, Centro Universitário Faema-Unifaema, yasmin.50437@unifaema.edu.br
 (2) Acadêmica de Enfermagem, Centro Universitário Faema-Unifaema, ana.45616@unifaema.edu.br
 (3) Acadêmico de Enfermagem, Centro Universitário Faema-Unifaema, tiago.51362@unifaema.edu.br
 (4) Acadêmica de Enfermagem, Centro Universitário Faema-Unifaema, emily.49012@unifaema.edu.br
 (5) Docente de Enfermagem, Centro Universitário Faema – Unifaema, sonia.carvalho@unifaema.edu.br

A hanseníase permanece como uma doença negligenciada no Brasil, com destaque para sua persistência entre os povos originários (povos indígenas) da região Norte, onde os índices de detecção continuam elevados (Brasil, 2025). Municípios como São Gabriel da Cachoeira (AM), Autazes (AM), Porto Velho (RO) e áreas rurais de Tocantins apresentam alta incidência da forma multibacilar, considerada a mais transmissível e grave (Brasil, 2025). A permanência da doença entre populações indígenas está associada a fatores estruturais e socioculturais, como barreiras linguísticas, mobilidade territorial, ausência de dados desagregados por etnia e escassez de políticas públicas culturalmente sensíveis, destaque feito por IMBIRIBA *et al.* (2009; Corrêa, 2017). Esses elementos dificultam o acesso ao diagnóstico precoce e ao tratamento adequado, contribuindo para que muitos pacientes indígenas já apresentem grau 2 de incapacidade física no momento da notificação, o que evidencia falhas na vigilância epidemiológica e na atenção básica (Brasil, 2025). A hanseníase é causada pelo *Mycobacterium leprae*, transmitido pelas vias aéreas superiores, e afeta principalmente a pele e os nervos periféricos (Brasil, 2020). Diante desse cenário, o presente estudo tem como **objetivo** analisar os fatores que influenciam a persistência da hanseníase entre os povos indígenas da região Norte do Brasil, com ênfase nos desafios para o diagnóstico e controle da doença. A **metodologia** adotada consiste em uma revisão bibliográfica e documental, abrangendo publicações entre os anos de 2000 e 2025, com base nos Descritores em Ciências da Saúde (DeCS): Hanseníase, Populações indígenas, Região Norte do Brasil e Saúde pública. Os resultados apontam que a abordagem intersetorial é essencial para o enfrentamento da hanseníase, considerando os determinantes sociais da saúde, como saneamento básico, educação, segurança alimentar e acesso à informação (Corrêa, 2017). A discussão evidencia que estratégias como a valorização dos saberes tradicionais, a formação de agentes indígenas de saúde e a ampliação da cobertura do Subsistema de Atenção à Saúde Indígena (SASISUS) são fundamentais para romper o ciclo de transmissão e reduzir o estigma associado à doença (BRASIL, 1999). Torna-se evidente que a superação da hanseníase como problema de saúde pública entre os povos indígenas da região Norte depende da implementação de políticas territorialmente adequadas e culturalmente respeitadas, que promovam equidade no acesso à saúde. O reconhecimento da diversidade social e cultural dos povos indígenas, a consideração e o respeito dos seus sistemas tradicionais de saúde são imprescindíveis para a execução de ações e projetos de saúde e para a elaboração de propostas de prevenção/promoção e educação para a saúde adequadas ao contexto local. (OMS, 2025).

Palavras-chave: hanseníase; povos indígenas; região norte; saúde pública; determinantes sociais.

Referências

BRASIL. Lei nº 9.836, de 23 de setembro de 1999. Acrescenta dispositivos à Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, instituindo o Subsistema de Atenção à Saúde Indígena. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 24 set. 1999. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9836.htm. Acesso em: 09 out. 2025.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Boletim Epidemiológico Especial de Hanseníase**. Brasília, DF, jan. 2025. Disponível em: <https://www.gov.br/saude/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/boletins/epidemiologicos/especiais/2025/boletim-epidemiologico-de-hanseniaze-numero-especial-jan-2025.pdf>. Acesso em: 09 out. 2025.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Caderneta de saúde da pessoa acometida pela hanseníase**. 1. ed. Brasília: Ministério da Saúde, Secretaria de Vigilância em Saúde, Departamento de Doenças de Condições Crônicas e Infecções Sexualmente Transmissíveis, 2020.

CORRÊA, J. I. de O. Hanseníase: análise epidemiológica e desigualdades sociais no Brasil. **Revista Pan-Amazônica de Saúde**, Belém, v. 8, n. 2, p. 55–62, 2017.

IMBIRIBA, E. B.; BASTA, P. C.; PEREIRA, E. dos S.; LEVINO, A.; GARNELO, L. Hanseníase em populações indígenas do Amazonas, Brasil: um estudo epidemiológico nos municípios de Autazes, Eirunepé e São Gabriel da Cachoeira (2000 a 2005). **Cadernos de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 25, n. 5, p. 972–984, 2009.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE. Relatório epidemiológico global da hanseníase 2025. **Aliança Contra Hanseníase, 2025**. Disponível em: <https://aal.org.br/oms-divulgados-globais-sobre-hanseniaze-no-relatorio-epidemiologico-2025>. Acesso em: 09 out. 2025.

INTEGRAÇÃO DE AÇÕES DE VIGILÂNCIA, PREVENÇÃO E CONTROLE DE DOENÇAS TROPICAIS NEGLIGENCIADAS NO SUS: PERSPECTIVAS EPIDEMIOLÓGICAS E OPERACIONAIS PARA HANSENÍASE

Érica Oliveira Batista de Andrade (1), Kaline Santos de Laia (2), Veronica Moreira Dias (3),
Tiago Vinicius Martins da Silva (4), Sonia Carvalho de Santana (5)

- (1) Acadêmica de Enfermagem, Centro Universitário Faema-Unifaema, erica.53574@unifaema.edu.br ,
(2) Acadêmica de Enfermagem, Centro Universitário Faema-Unifaema, Kaline.53678@unifaema.edu.br,
(3) Acadêmico de Enfermagem, Centro Universitário Faema-Unifaema, tiago.51362@unifaema.edu.br ,
(4) Acadêmica de Enfermagem, Centro Universitário Faema-Unifaema, Veronica.48349@unifaema.edu.br
(5) Docente de Enfermagem, Centro Universitário Faema – Unifaema, sonia.carvalho@unifaema.edu.br

As Doenças Tropicais Negligenciadas (DTN) persistem no Brasil com elevada carga de morbimortalidade, atingindo principalmente populações em situação de vulnerabilidade social. Entre essas enfermidades, a hanseníase destaca-se como um importante problema de saúde pública, demandando estratégias integradas entre os diferentes níveis de atenção e ações sustentadas no território. O presente estudo tem como objetivo refletir sobre os fundamentos para o enfrentamento da hanseníase como problema de saúde pública em âmbito global. Trata-se de uma revisão integrativa de literatura realizada a partir de publicações disponíveis na Biblioteca Virtual em Saúde (BVS), *Scientific Electronic Library Online* (SciELO) e acervo da Organização Pan-Americana da Saúde (OPAS/OMS). Foram incluídos estudos em português, inglês e espanhol, publicados entre 2017 a 2025, na temática proposta; trabalhos que não atendiam a esse critério foram excluídos. Os Descritores em Ciências da Saúde (DECS) foram: *Hanseníase* e *Doenças Negligenciadas*. Elencou-se três principais documentos como base, sendo eles “A Estratégia Global de Hanseníase 2021–2030 da OMS (Global Partnership for Zero Leprosy)” que estabelece como meta o “Zero Hanseníase”, estruturando-se em quatro pilares: (1) implementação de roteiros nacionais, (2) ampliação da prevenção e detecção ativa de casos, (3) tratamento e prevenção de incapacidades e (4) combate ao estigma e garantia dos direitos humanos (OMS, 2020). Outro documento prioritário nesse ordenamento é o Protocolo Clínico e Diretrizes Terapêuticas da Hanseníase (PCDT, MS, 2022), que reafirma o papel central da Atenção Primária à Saúde (APS) como eixo estruturante do enfrentamento da doença. A APS, enquanto porta de entrada do Sistema Único de Saúde (SUS), é responsável pela identificação precoce de sinais e sintomas, classificação operacional dos casos, acompanhamento terapêutico e ações educativas, é capaz de atender de 80% a 90% das necessidades de saúde. Além disso, atua na prevenção de incapacidades, vigilância de contatos e reabilitação integrada, em articulação com a Rede de Atenção à Saúde (RAS), na longitudinalidade do cuidado. Por fim, destaca-se a PORTARIA Nº 2.436, DE 21 DE SETEMBRO DE 2017 que *Aprova a Política Nacional de Atenção Básica, estabelecendo a revisão de diretrizes para a organização da Atenção Básica, no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS)*, sendo norteadora da Atenção Primária à Saúde (APS), em que pese sobre o fortalecimento da Estratégia Saúde da Família (ESF), com destaque do enfermeiro na equipe atuando de maneira integrada e complementar, favorece o acesso, a equidade e a continuidade do cuidado. (BRASIL, 2017). Conclui-se então que o fortalecimento da APS, a descentralização das ações e o investimento contínuo na capacitação dos profissionais de

saúde constituem pilares essenciais para alcançar a meta global de “Zero Hanseníase”, reduzindo a transmissão, as incapacidades e o estigma associado à doença.

Palavras -chave: doenças negligenciadas; enfermagem; hanseníase; vigilância.

Referências

BRASIL. Ministério da Saúde. Portaria nº 2.436, de 21 de setembro de 2017. **Aprova a política nacional de atenção básica, estabelecendo a revisão de diretrizes para a organização da atenção básica, no âmbito do sistema único de saúde (SUS)**. Diário Oficial da União. 22 Set 2017. Disponível em: https://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2017/prt2436_22_09_2017.html. Acesso em 10.Out. 2025.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde, Departamento de Doenças de Condições Crônicas e Infecções Sexualmente Transmissíveis. **Protocolo Clínico e Diretrizes Terapêuticas da Hanseníase** [recurso eletrônico] Ministério da Saúde, Secretaria de Ciência, Tecnologia, Inovação e Insumos Estratégicos em Saúde, Secretaria de Vigilância em Saúde. – Brasília: Ministério da Saúde, 2022. Disponível em: <https://www.gov.br/saude/pt-br/assuntos/saude-de-a-a-z/h/hanseniase/publicacoes/protocolo-clinico-e-diretrizes-terapeuticas-da-hanseniase-2022/view>. Acesso em 10. out.2025.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE (OMS). Escritório Regional para o Sudeste Asiático. **Estratégia Global de Hanseníase 2021–2030 “Rumo à zero hanseníase”**. Nova Delhi: OMS; 2021 dez. Disponível em: <https://www.who.int/publications/i/item/9789290228509>. Acesso em 10 out 2025

WORLD HEALTH ORGANIZATION (WHO). **Global leprosy (Hansen disease) update, 2020: impact of COVID-19 on the global leprosy control. Weekly epidemiological record 2021**; 96(36):421-444. Disponível em: <https://www.who.int/publications/i/item/who-wer9636-421-444>. Acesso em 10.out.25

USO DE TECNOLOGIA COMO FERRAMENTA DE ACOMPANHAMENTO A AFETADOS PELA HANSENÍASE: UMA REVISÃO INTEGRATIVA

Claudilane Desiderio Deolindo Alves (1), Kaline Santos de Laia (2), Érica Oliveira Batista de Andrade (3), Sonia Carvalho Santana (4)

- (1) Acadêmica de Enfermagem, Centro Universitário Faema-Unifaema, claudilaine.61747@unifaema.edu.br
(2) Acadêmica de Enfermagem, Centro Universitário Faema-Unifaema, Kaline.53678@unifaema.edu.br,
(3) Acadêmica de Enfermagem, Centro Universitário Faema-Unifaema, erica.53574@unifaema.edu.br ,
(4) Docente de Enfermagem, Centro Universitário Faema – Unifaema, sonia.carvalho@unifaema.edu.br

A hanseníase é uma doença infectocontagiosa crônica, transmitida pelas vias aéreas superiores, causada pelo *Mycobacterium leprae*, um bacilo intracelular obrigatório que se aloja nas células de *Schwann* de nervos periféricos. Permanece como relevante desafio de saúde pública. A evolução da doença é lenta e, se não tratada de maneira precoce e eficaz, acarreta sequelas dermatoneurológicas com comprometimentos autonômicos, motores e na sensibilidade/somatossensorial, decorrentes principalmente de episódios reacionais e eventos pós-alta, descrito por Souza *et al.* (2023). Contudo, o avanço tecnológico nos últimos anos tem transformado a abordagem, permitindo novas formas de acompanhamento clínico, educação em saúde e monitoramento remoto. Essas estratégias são vitais, pois fortalecem o diagnóstico precoce, melhoram a adesão terapêutica e auxiliam na prevenção de incapacidades físicas, fortalecendo as ações da Atenção Primária à Saúde (APS), conforme salientado por Costa *et al.* (2022; Oliveira *et al.* (2024). Este estudo visa identificar e sintetizar as diversas tecnologias digitais utilizadas e avaliadas em pesquisas publicadas entre 2020 e 2024, que atuam como ferramentas de acompanhamento e cuidado para pessoas com hanseníase. Realizamos uma revisão integrativa da literatura nas bases SciELO, LILACS e PubMed, utilizando os Descritores em Saúde (DeCS) "hanseníase", "tecnologia digital" e "acompanhamento em saúde". Foram incluídos artigos publicados entre 2020 e 2024 que abordassem o uso de ferramentas tecnológicas aplicadas ao cuidado e monitoramento de pacientes. Após uma triagem criteriosa e a leitura dos textos completos, cinco estudos foram selecionados por cumprirem todos os critérios de inclusão. As evidências analisadas destacam o papel crucial de ferramentas como aplicativos móveis, plataformas de telemonitoramento e prontuários eletrônicos. Estes recursos favorecem o acompanhamento remoto, otimizam o registro de dados clínicos e fornecem apoio direto à tomada de decisão dos profissionais de saúde, Méndez *et al.* (2021). Além disso, as tecnologias promovem uma comunicação mais eficaz entre a equipe e os pacientes, reforçando a educação em saúde e a continuidade do cuidado Silva *et al.* (2023). Apesar dos benefícios, persistem desafios, como a limitação do acesso à internet em áreas remotas, a necessidade de capacitação tecnológica dos profissionais e a essencial garantia da segurança das informações. As tecnologias digitais se consolidaram, no período entre 2020 e 2024, como ferramentas eficazes e inovadoras no acompanhamento da hanseníase, contribuindo para práticas mais integradas, seguras e humanizadas. Sua ampliação e sucesso exigem investimento em infraestrutura tecnológica, formação digital contínua dos profissionais e políticas públicas ativas que promovam a inclusão digital e o controle da doença.

Palavras-chave: hanseníase; tecnologia digital; acompanhamento em saúde; inovação telemonitoramento.

ALVES, C. D. D.; COVALESKI, J. P.; SILVA, M. da. Uso de tecnologias digitais no acompanhamento de pacientes com hanseníase. **Hansenologia Internationalis**, São Paulo, v. 49, n. 1, p. 1–9, 2024. Disponível em:

<<https://periodicos.saude.sp.gov.br/hansenologia/article/view/40288>>.

COSTA, M. L.; OLIVEIRA, F. R.; LOPES, J. P. Aplicativos móveis e o cuidado em hanseníase: revisão integrativa. **Revista Enfermagem UERJ, Rio de Janeiro**, v. 32, p. 1–12, 2022. Disponível em: <<https://www.e-publicacoes.uerj.br/enfermagemuerj/article/view/79681>>.

MÉNDEZ, L. J.; PÉREZ, R. M.; GÓMEZ, D. F. Uso de la tecnología para el seguimiento clínico en enfermedades infecciosas crónicas. **Aquichan, Bogotá**, v. 21, n. 3, p. 1–11, 2021. Disponível em: <<https://revistas.unisabana.edu.co/index.php/aquichan/article/view/23419>>.

OLIVEIRA, T. A.; SANTOS, R. C.; MORAIS, G. B. Telemonitoramento em hanseníase: inovações e desafios na prática da enfermagem. **Revista Interfaces: Saúde, Humanas e Tecnologia**, Ceará, v. 11, n. 2, p. 1–10, 2024. Disponível em: <<https://interfaces.unileao.edu.br/index.php/revista-interfaces/article/view/1520>>.

SILVA, A. M.; ROCHA, P. R.; BARBOSA, E. L. Tecnologias digitais na atenção básica: perspectivas para o cuidado contínuo. **Ciência e Inovação, Rio Grande do Sul**, v. 5, n. 2, p. 1–8, 2023. Disponível em:

<<https://periodicos.iffarroupilha.edu.br/index.php/cienciainovacao/article/view/405>>.

SOUSA J. R. de; Loureiro T. M. G. de; BrasilA.; MiquiliniL.; CabralA. dos S. Desenvolvimento e validação de aplicativo para auxílio do diagnóstico e gerenciamento clínico das reações, recidivas, reingressos e reinfecções da hanseníase. **Revista de Ciência e Inovação**, v. 9, n. 1, p. 1-27, 7 dez. 2023. Disponível em:

<<https://periodicos.iffarroupilha.edu.br/index.php/cienciainovacao/article/view/405>>.

Acesso em 09.out.2025.

ADESÃO TERAPÊUTICA EM DCNT: DESAFIOS PARA A ENFERMAGEM

Amanda da Silva Rodrigues (1), Carlem Alexandre da Silva Filho (2), Eriquis Henrique Alves de Souza (3), Elis Milena Ferreira do Carmo Ramos (4).

- (1) Acadêmica de Enfermagem, Centro Universitário Faema-Unifaema, amanda.60640@unifaema.edu.br
- (2) Acadêmico de Enfermagem, Centro Universitário Faema-Unifaema, carlem.62244@unifaema.edu.br
- (3) Acadêmico de Enfermagem, Centro Universitário Faema-Unifaema, eriquis.55040@unifaema.edu.br
- (4) Coord. do grupo de estudos NAIDC, Docente no Centro Universitário UNIFAEMA, elis.ramos@unifaema.edu.br

As Doenças Crônicas Não Transmissíveis (DCNT) constituem um grupo de enfermidades de origem não infecciosa, caracterizadas por curso prolongado, evolução lenta e necessidade de acompanhamento contínuo. Representam um dos maiores desafios contemporâneos para a saúde pública mundial, afetando indivíduos de diferentes faixas etárias e contextos socioeconômicos. A Organização Mundial da Saúde reconhece as DCNT como as principais responsáveis pela morbimortalidade global, exigindo estratégias de cuidado integral e políticas efetivas de prevenção e controle. O presente estudo tem como objetivo analisar as causas que influenciam a não adesão ao tratamento das DCNT e discutir os desafios enfrentados pela Enfermagem diante dessa realidade. A metodologia adotada baseia-se em uma revisão integrativa de literatura, realizada por meio da análise de artigos científicos nacionais publicados entre 2020 e 2024, disponíveis em bases como SciELO e Google Acadêmico. Foram incluídos estudos que abordam a assistência de Enfermagem a pacientes adultos com DCNT, enfatizando a adesão terapêutica e o cuidado integral. As DCNT compreendem doenças cardiovasculares, respiratórias crônicas, neoplasias e diabetes mellitus, sendo a principal causa de morte no Brasil e no mundo (Brasil, 2024). Tais condições repercutem diretamente na autonomia e na capacidade funcional do indivíduo, especialmente entre idosos, grupo em que há maior prevalência de múltiplas doenças crônicas. O uso simultâneo de diversas medicações, fenômeno conhecido como polifarmácia, amplia os riscos de interações e exige orientação clara quanto à posologia, aos efeitos adversos e à importância do seguimento terapêutico (Lavor, 2023). A literatura aponta que a adesão ao tratamento é influenciada por fatores socioeconômicos, cognitivos e emocionais, além de aspectos relacionados à relação profissional-paciente. Nessa perspectiva, a Enfermagem assume papel central na construção do vínculo terapêutico, no estímulo à autonomia e na educação em saúde como estratégia de enfrentamento às dificuldades de adesão. A comunicação empática e a escuta ativa fortalecem a confiança do paciente e de sua família, possibilitando uma compreensão mais profunda sobre a doença e os benefícios da continuidade do tratamento. O trabalho interdisciplinar se mostra essencial, envolvendo o enfermeiro, o psicólogo, o médico e o nutricionista em um cuidado centrado na pessoa. O acompanhamento regular, aliado à educação permanente em saúde, promove melhor adesão, reduz complicações e amplia a qualidade de vida. Conclui-se que a Enfermagem exerce papel vital na promoção da adesão terapêutica de pacientes com DCNT. Por meio do cuidado humanizado, educativo e integral, o enfermeiro contribui de forma decisiva para a redução da morbidade e mortalidade associadas, reforçando a importância do profissional como agente transformador no enfrentamento das doenças crônicas.

Palavras-chave: cuidado integral; doenças crônicas não transmissíveis; estratégias; polifarmácia; tratamento.

Referências

BORDONI, Henrique. Assistência de Enfermagem ao paciente com Doenças Crônicas não Transmissíveis. **Brazilian Journal of Implantology and Health Sciences**, Macapá, v. 9, n. 9, p. 1-14, set. 2024.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Vigilância das Doenças e Agravos Não Transmissíveis**. Brasília: MS, 2024.

LAVOR, Simony. Dificuldade dos idosos na adesão ao tratamento de doenças crônicas não transmissíveis. **Revista Enfermagem Atual In Derme**, Ceará, v. 98, n. 2, p. 2-16, dez. 2023.

ARTRITE REUMATOIDE: MANEJO DOS SINTOMAS E QUALIDADE DE VIDA

Karen Milena (1), Gabrielly Silva Santos Filgueira (2), Enzo Leander Chaves Salton (3),
Elis Milena Ferreira do Carmo Ramos (4)

(1) Acadêmica de Enfermagem, Centro Universitário Faema-Unifaema, karen.60551@unifaema.edu.br

(2) Acadêmica de Enfermagem, Centro Universitário Faema-Unifaema, gabrielly.63097@unifaema.edu.br

(3) Acadêmico de Enfermagem, Centro Universitário Faema-Unifaema, enzo.62265@unifaema.edu.br

(4) Enfermeira, Docente no Centro Universitário UNIFAEMA, elis.ramos@unifaema.edu.br

A artrite reumatoide (AR) é uma doença inflamatória crônica que afeta principalmente as articulações e pode causar dor intensa, rigidez e dificuldades na realização de atividades cotidianas. Além dos sintomas físicos, a AR pode gerar impactos emocionais, sociais e funcionais, afetando a qualidade de vida das pessoas que convivem com ela. Este trabalho tem como objetivo analisar os sintomas mais comuns da AR, as formas de tratamento utilizadas e de que maneira esses fatores interferem no dia a dia dos pacientes. A metodologia escolhida foi a revisão de literatura, a partir de artigos científicos e materiais atualizados sobre a doença, com foco nos desafios do controle dos sintomas e na importância de um cuidado integral. Entre os sinais clínicos mais frequentes estão edema, calor e sensibilidade nas articulações, especialmente nas mãos, punhos e pés, além de rigidez matinal que pode durar mais de uma hora. Também podem ocorrer sintomas gerais como cansaço excessivo, perda de apetite, febre baixa e emagrecimento, o que evidencia o impacto sistêmico da doença (Yaseen, 2025). Com o avanço da inflamação, as articulações podem apresentar deformidades e perda de função, dificultando ainda mais a realização de tarefas básicas. Além disso, a AR pode afetar órgãos internos, como os pulmões e o coração, o que requer atenção médica constante para evitar complicações. Estudos consultados mostram que, mesmo com os avanços no diagnóstico e no uso de medicamentos específicos como imunossuppressores e antirreumáticos modificadores da doença (DMARDs), muitos pacientes enfrentam dificuldades no acesso ao tratamento e reações adversas que comprometem a continuidade da terapêutica. De acordo com a Sociedade Brasileira de Reumatologia (2024), o tratamento da AR não deve se limitar ao uso de medicamentos; é imprescindível o acompanhamento multiprofissional, envolvendo fisioterapia, psicologia e cuidado de enfermagem. Esses profissionais contribuem para amenizar os sintomas, prevenir deformidades e acolher as demandas emocionais dos pacientes. Silva, Rover e Matheus (2025) salientam que a atenção primária à saúde possui papel estratégico, especialmente no seguimento contínuo e no estímulo à adesão ao tratamento. Este trabalho enfatiza que o enfermeiro, atuando diretamente com o paciente, pode oferecer orientação, escuta ativa e planejar intervenções que considerem as limitações individuais. Observa-se que, embora a AR seja uma condição complexa e desafiante, seu controle é viável por meio de um tratamento humanizado, multidisciplinar e acessível, que vá além do alívio dos sintomas físicos e se preocupe com o bem-estar integral da pessoa.

Palavras-chave: artrite reumatoide; cuidado multiprofissional; sintomas; qualidade de vida; tratamento.

Referências

SILVA, Rafaela Cristine; ROVER, Michele Rizzi; MATHEUS, João Pedro. Atenção farmacêutica à pessoa com artrite reumatoide no SUS: relato de experiência. *Revista AFMO*, São Paulo, v. 7, n. 160, p. 1–6, jan. 2024. Disponível em: <https://www.afmo.org.br/revista/index.php/revistaafmo/article/view/160>. Acesso em: 28 set. 2025.



SOCIEDADE BRASILEIRA DE REUMATOLOGIA. **Artrite reumatoide**. 2024. Disponível em: <https://www.reumatologia.org.br/doencas/artrite-reumatoide/>. Acesso em: 28 set. 2025.

YASEEN, Kinanah. **Artrite reumatoide (AR)**. Manual MSD Versão Saúde para a Família. Revisado em abril de 2024. Disponível em: Manuais MSD. Acesso em: 1 out. 2025.

EXPERIÊNCIA CLÍNICA NO CUIDADO FISIOTERAPÊUTICO DE UM PACIENTE COM AMPUTAÇÃO DECORRENTE DE PÉ DIABÉTICO

Guilherme da Costa Alves (1), Sellena Braga Medina (2), Patrícia Carolina Santana (3),
Juliana Pereira de Melo (4)

(1) Acadêmica de Fisioterapia, Centro Universitário Faema-Unifaema, sellena.58578@unifaema.edu.br

(1) Acadêmico de Fisioterapia, Centro Universitário Faema-Unifaema, guilherme.58679@unifaema.edu.br

(2) Acadêmica de Fisioterapia, Centro Universitário Faema-Unifaema, patricia.santana@unifaema.edu.br

(3) Docente de Fisioterapia e Especialista em Fisioterapia em traumatologia-ortopedia e esportiva, Centro Universitário Faema-Unifaema, juliana.melo@unifaema.edu.br

O pé diabético é uma complicação grave do diabetes mellitus, caracterizada por alterações neurológicas, vasculares e infecciosas que aumentam o risco de ulcerações, infecções e amputações, representando um desafio para a saúde pública (Boulton et al., 2018). Aproximadamente 15% dos pacientes com diabetes desenvolvem úlceras nos pés ao longo da vida, e a amputação é uma consequência frequente quando não há intervenção precoce e adequada (Armstrong et al., 2017). Este relato de experiência tem como objetivo descrever o acompanhamento fisioterapêutico de um paciente submetido à amputação parcial do pé direito, desenvolvido durante o Estágio Supervisionado I do sexto período do curso de Fisioterapia do Centro Universitário FAEMA. O paciente apresentou lesão traumática no quinto dedo, que evoluiu para infecção e necrose, culminando na amputação. O acompanhamento foi realizado em sessões semanais de uma hora, envolvendo a aplicação de microcorrente na borda da lesão, com o objetivo de estimular a regeneração tecidual e promover analgesia; laserterapia de baixa intensidade associada à microcorrente, visando potencializar o reparo tecidual e reduzir o edema; orientações sobre a marcha e o uso de muletas, com foco na mobilidade segura e na prevenção de sobrecarga no membro amputado; além de ações educativas voltadas para o autocuidado, abordando a higiene do membro residual e a prevenção de novas lesões. Durante o acompanhamento, observou-se melhora progressiva da cicatrização, redução da dor relatada pelo paciente, maior independência funcional e adesão satisfatória às orientações propostas. O uso combinado da microcorrente e da laserterapia mostrou-se eficaz na cicatrização e analgesia, corroborando evidências que destacam os benefícios da eletroterapia no tratamento de úlceras e complicações do pé diabético (Lima et al., 2021; Siqueira et al., 2019). A orientação funcional, por sua vez, foi determinante para promover segurança, autonomia e prevenir complicações secundárias, o que reforça a importância do engajamento ativo do paciente no processo de reabilitação (Armstrong et al., 2017). O estágio supervisionado possibilitou ao discente a vivência prática dos recursos fisioterapêuticos, bem como a reflexão sobre a importância da abordagem multiprofissional e da supervisão docente, elementos fundamentais para assegurar qualidade, humanização e ética na assistência. Conclui-se que a atuação fisioterapêutica, com associação de recursos eletroterapêuticos, estratégias de reabilitação funcional e educação em saúde, é essencial para favorecer a cicatrização, reduzir a dor e ampliar a independência de pacientes amputados em decorrência do pé diabético, além de constituir experiência formativa de grande relevância para o aprendizado acadêmico.

Palavras-chave: pé diabético; amputação; fisioterapia; laserterapia; microcorrente.

Referências

ARMSTRONG, D. G.; BOULTON, A. J. M.; BUS, S. A. Diabetic foot ulcers and their recurrence. **The New England Journal of Medicine**, Boston, v. 376, n. 24, p. 2367–2375, 2017.

BOULTON, A. J. M.; VILEIKYTE, L.; RAMSEY, S. D.; HOLZER, S. E.; LALLOVARE, P.; AREZZO, J. C. The diabetic foot: epidemiology, risk factors and the status of care. **Diabetes Voice, Brussels**, v. 63, n. 1, p. 1–10, 2018.

LIMA, R. A. de; SANTOS, A. P. R.; SILVA, C. G. da. Efeitos da microcorrente na cicatrização de feridas em pacientes diabéticos: uma revisão de literatura. **Revista Brasileira de Medicina**, São Paulo, v. 78, n. 3, p. 253–258, 2021.

SIQUEIRA, J. C.; MORAES, J. P.; RODRIGUES, M. E. Aplicações da laserterapia no tratamento de úlceras em membros inferiores de pacientes com diabetes mellitus. **Revista Saúde e Desenvolvimento**, Curitiba, v. 15, n. 2, p. 45–52, 2019.

IMPACTO DA SUPERLOTAÇÃO HOSPITALAR NOS DESFECHOS DE PACIENTES CRÍTICOS: GESTÃO, SEGURANÇA E QUALIDADE ASSISTENCIAL

Sthefany Zambrana Guevara (1), Willian Vinícius Zambom do Amparo (2), Giovanna Brolezi de Lima (3), Yasmin Garcia Reina (4), Elis Milena Ferreira do Carmo Ramos (5)

- (1) Acadêmica de Enfermagem, Centro Universitário Faema-Unifaema, sthefany.53408@unifaema.edu.br
(2) Acadêmico de Enfermagem, Centro Universitário Faema-Unifaema, willian.42660@unifaema.edu.br
(3) Acadêmica de Enfermagem, Centro Universitário Faema-Unifaema, giovanna.50729@unifaema.edu.br
(4) Acadêmica de Enfermagem, Centro Universitário Faema-Unifaema, yasmin.50437@unifaema.edu.br
(5) Docente de Enfermagem no Centro Universitário UNIFAEMA, elis.ramos@unifaema.edu.br

A superlotação hospitalar em unidades de urgência e emergência constitui um dos maiores desafios enfrentados pelos sistemas de saúde contemporâneos. Trata-se de um fenômeno multifatorial, resultante da alta demanda de pacientes, limitação de recursos humanos e estruturais e fragilidades na gestão dos fluxos assistenciais. Essa realidade impacta diretamente a segurança do paciente, a qualidade do atendimento e os desfechos clínicos de indivíduos em estado crítico, configurando um problema de saúde pública que exige respostas gerenciais eficazes e sustentáveis. O objetivo deste estudo é analisar os impactos da superlotação sobre a qualidade da assistência e os desfechos clínicos de pacientes críticos, identificando estratégias de gestão e indicadores de qualidade que possam minimizar os efeitos adversos decorrentes dessa condição. A metodologia adotada foi uma revisão narrativa de literatura, baseada em produções científicas nacionais e internacionais publicadas entre 2021 e 2024, incluindo artigos, dissertações e teses que abordam a superlotação hospitalar, a atuação da Enfermagem na triagem e classificação de risco e os indicadores de desempenho em unidades de urgência e emergência (Silva; Santos, 2024; Costa; Pereira, 2022). A busca foi realizada em bases como SciELO, Google Acadêmico e LILACS, priorizando estudos que tratam da segurança do paciente e da gestão hospitalar. Os resultados demonstram que a superlotação está associada ao aumento do tempo de espera, elevação da taxa de mortalidade, prolongamento do período de internação e maior incidência de eventos adversos, como infecções hospitalares e falhas na administração de medicamentos. A escassez de leitos, o déficit de profissionais qualificados e os processos de triagem ineficientes agravam a sobrecarga das equipes e comprometem a efetividade das intervenções clínicas (Costa; Pereira, 2022). A discussão evidencia que a adoção de protocolos de atendimento padronizados, o fortalecimento da classificação de risco e a capacitação contínua das equipes multiprofissionais são medidas essenciais para mitigar os efeitos da superlotação. Além disso, a integração entre os níveis de atenção — especialmente entre a atenção primária e os serviços de urgência — contribui para reduzir a procura desnecessária e otimizar os fluxos de atendimento (Almeida; Glória Filho; Sodré, 2021). Observa-se ainda que a utilização de indicadores de qualidade, como tempo médio de espera, taxa de ocupação de leitos e incidência de eventos adversos, constitui ferramenta imprescindível para o monitoramento da eficiência e da segurança nos serviços hospitalares. Tais indicadores permitem identificar gargalos, direcionar decisões gerenciais e fortalecer a cultura de segurança do paciente. Conclui-se que a superlotação hospitalar compromete não apenas os desfechos clínicos, mas também a confiabilidade e a eficiência dos serviços de saúde. Torna-se imperativo o investimento em políticas de gestão hospitalar mais robustas, aliadas à formação permanente dos profissionais de Enfermagem e à implementação de estratégias baseadas em evidências, a fim de garantir uma assistência segura, humanizada e de qualidade aos pacientes em situação crítica.

Palavras-chave: administração hospitalar; segurança do paciente; qualidade da assistência à saúde; cuidados críticos; unidades de terapia intensiva.

Referências

ALMEIDA GLÓRIA FILHO, E.; SODRÉ, M. C. C. Atuação da enfermagem na classificação de risco do serviço de urgência e emergência. **Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação**, v. 7, n. 10, out. 2021. Disponível em: <https://dspace.unila.edu.br/server/api/core/bitstreams/f427ee6d-6838-4a81-9517-88a882848192/content>.

BARBOSA, A. J. S. **Estratégias para a redução da superlotação em serviços de emergência: revisão sistemática**. Universidade de São Paulo, 2018. Disponível em: <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/17/17157/tde-29072024-094220/en.php>.

COSTA, L. F.; PEREIRA, R. S. **Impactos da superlotação em unidades de emergência: indicadores de qualidade e segurança do paciente**. Natal: Universidade Federal do Rio Grande do Norte, 2022. Disponível em: <https://repositorio.ufrn.br/handle/123456789/60904>.

SILVA, T. K. A.; SANTOS, C. O. O papel do enfermeiro no gerenciamento da triagem e classificação de risco em serviços de urgência e emergência: contribuições e orientação aos usuários. **Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação**, v. 10, n. 11, nov. 2024. Disponível em: <https://periodicorease.pro.br/rease/article/view/16916>.

PAPEL DO ENFERMEIRO NOS CUIDADOS PALIATIVOS: CONTRIBUIÇÃO PARA MELHOR QUALIDADE DE VIDA

Josiel Pereira Schmidt (1), Carlem Alexandre da Silva Filho (2), Elis Milena Ferreira do Carmo Ramos (3).

- (1) Acadêmico de Enfermagem, Centro Universitário Faema-Unifaema, josiel.62069@unifaema.edu.br
- (2) Acadêmico de Enfermagem, Centro Universitário Faema-Unifaema, carlem.62244@unifaema.edu.br
- (3) Docente de Enfermagem no Centro Universitário Unifaema, elis.ramos@unifaema.edu.br

Os cuidados paliativos constituem uma abordagem essencial que visa promover a qualidade de vida de pacientes com doenças que ameaçam a continuidade da vida, bem como de suas famílias. Essa prática busca aliviar o sofrimento por meio da prevenção e do controle da dor e de outros sintomas físicos, psicológicos, sociais e espirituais que acompanham o processo de adoecimento. De acordo com Brito et al. (2024), os cuidados paliativos são fundamentais para oferecer conforto, reduzir sintomas decorrentes do quadro clínico e proporcionar melhora significativa nos aspectos psicossociais. O enfermeiro, enquanto profissional de saúde, possui papel central nesse processo, pois é responsável por articular o cuidado, planejar intervenções e estabelecer uma relação de confiança com o paciente e seus familiares. O ato de cuidar, nesse contexto, vai além da técnica: exige sensibilidade, empatia, escuta ativa e solidariedade. O enfermeiro, ao compreender as necessidades singulares de cada indivíduo, torna-se mediador entre a equipe multiprofissional, o paciente e a família, assegurando uma assistência integral, humanizada e ética. É possível afirmar que os profissionais da saúde, especialmente os da Enfermagem, são os principais especialistas quando se trata de cuidados paliativos (Nascimento et al., 2024). O enfermeiro não se limita ao gerenciamento da equipe técnica, mas também atua de forma ativa na promoção do conforto, na redução da dor e na educação em saúde. Sua atuação contribui diretamente para a melhoria da qualidade de vida, pois possibilita o alívio dos sintomas físicos e emocionais e fortalece o suporte à família diante do processo de finitude. O presente estudo tem como objetivo enfatizar o papel do enfermeiro nos cuidados paliativos e analisar como sua atuação contribui para o bem-estar e a qualidade de vida dos pacientes. A metodologia adotada foi a pesquisa bibliográfica, baseada em estudos disponíveis nas bases SciELO e Google Acadêmico, com recorte temporal entre 2021 e 2025, priorizando artigos em português que abordam a prática de Enfermagem no contexto paliativo. Essa metodologia permitiu reunir evidências atualizadas sobre a relevância da atuação do enfermeiro e o impacto positivo dos cuidados humanizados. Os estudos revisados apontam que os protocolos de cuidados realizados pelos enfermeiros em contextos paliativos apresentam alta eficácia na melhora dos sintomas e, conseqüentemente, na qualidade de vida dos indivíduos em situação de vulnerabilidade clínica. A interação direta entre o enfermeiro e o paciente é vista como um fator essencial para o sucesso da assistência, pois fortalece o vínculo terapêutico e promove segurança emocional tanto ao paciente quanto à família (Costa, 2021). Dessa forma, o enfermeiro desempenha um papel decisivo não apenas no alívio de sintomas físicos e psíquicos, mas também na supervisão dos cuidados, na escuta qualificada e no apoio contínuo durante todas as etapas do tratamento. Conclui-se que a valorização da atuação da Enfermagem nos cuidados paliativos é indispensável para o fortalecimento da prática humanizada, ética e integral, promovendo uma melhor qualidade de vida e dignidade ao paciente em seu processo de viver e morrer.

Palavras-chave: cuidados paliativos; enfermeiro; finitude; humanização; qualidade de vida.

Referências

BRITO, Cleidiana Alves de *et al.* Cuidados Paliativos no Brasil: uma revisão de literatura. v. 6 n. 2. [S.L.]: **Brazilian Scientific Publications**. 01 fev. 2024. Disponível em: <https://bjih.s.emnuvens.com.br/bjih/article/view/1359>. Acesso em: 10 out. 2025.

COSTA, Ana Flávia Cirilo. Cuidados paliativos com ênfase em conforto. **Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação**, [S. l.], v. 7, n. 10, p. 1900–1907, 2021. DOI: 10.51891/rease.v7i10.2716. Disponível em: <https://periodicorease.pro.br/rease/article/view/2716>. Acesso em: 10 out. 2025.

NASCIMENTO, Nancy Bernardes do; *et al.* Atuação do enfermeiro à pacientes em cuidados paliativos: uma revisão integrada da literatura. v. 28 n. 312. [S.L.]: **Nursing Edição Brasileira**. 26 jun. 2024. Disponível em: <http://www.revistanursing.com.br/index.php/revistanursing/article/view/3207>. Acesso em: 10 out. 2025.

REABILITAÇÃO VESTIBULAR EM PACIENTE COM VERTIGEM POSICIONAL PAROXÍSTICA BENIGNA: RELATO DE EXPERIÊNCIA

Sellena Braga Medina (1), Guilherme da Costa Alves (2), Patrícia Caroline Santana (3)

(1) Acadêmica de Fisioterapia, Centro Universitário Faema-Unifaema, sellena.58578@unifaema.edu.br

(2) Acadêmico de Fisioterapia, Centro Universitário Faema-Unifaema, guilherme.58679@unifaema.edu.br

(3) Docente de Fisioterapia e Mestre em Saúde e Educação no Centro Universitário Faema-Unifaema, patricia.santana@unifaema.edu.br

A Vertigem Posicional Paroxística Benigna (VPPB) é um distúrbio vestibular periférico frequente, caracterizado por vertigem breve desencadeada por movimentos cefálicos. Ocorre devido ao deslocamento de otólitos da mácula utricular para os canais semicirculares, gerando estimulação anômala do sistema vestibular (Teixeira; Machado, 2006). É mais prevalente em adultos e idosos, principalmente mulheres, e compromete a qualidade de vida pela tontura, desequilíbrio e insegurança funcional (Ganança; Caovilla; Munhoz et al., 2005). Embora geralmente unilateral, pode se apresentar bilateralmente, aumentando a complexidade do diagnóstico e do manejo clínico. O tratamento fisioterapêutico é considerado primeira escolha, utilizando manobras de reposicionamento canalicular, como Epley e Semont, além de exercícios de reabilitação vestibular que favorecem a compensação neural (Herdman, 2016). Este relato descreve a experiência no Estágio Supervisionado I do curso de Fisioterapia do Centro Universitário UNIFAEMA, em clínica-escola vinculada ao SUS, no atendimento a uma paciente com VPPB bilateral. A avaliação incluiu anamnese, entrevista clínica e testes vestibulares (Dix-Hallpike bilateral e supine roll test). Confirmado o diagnóstico, foram aplicadas manobras de reposicionamento, seguidas de exercícios adaptados do protocolo de Cawthorne-Cooksey, contemplando estabilização do olhar, treino de equilíbrio e atividades funcionais. Durante o processo, a paciente apresentou tontura leve inicial, mas evoluiu com melhora progressiva da confiança, redução dos sintomas e maior segurança em atividades diárias. Estudos recentes confirmam que a associação de manobras e reabilitação vestibular potencializa os resultados clínicos (Costa, 2023; Ortega Solís et al., 2023). A vivência permitiu ao discente aplicar conhecimentos teóricos na prática clínica supervisionada, desenvolver raciocínio clínico e competências éticas, como sigilo profissional e acolhimento. Conclui-se que a fisioterapia é fundamental no manejo da VPPB, e o estágio supervisionado se mostra essencial para a formação técnica e humanística do futuro fisioterapeuta.

Palavras-chave: vertigem; reabilitação vestibular; estágio supervisionado; fisioterapia; apenas a primeira letra maiúscula.

Referências

APPIAH-KUBI, K. O.; GALGON, A.; TIERNEY, R.; LAUER, R.; WRIGHT, W. G. Concurrent vestibular activation and postural training recalibrate somatosensory, vestibular and gaze stabilization processes. **PLoS One**, v. 19, n. 7, e0292200, 2024. DOI: 10.1371/journal.pone.0292200. Disponível em: <https://journals.plos.org/plosone/article?id=10.1371/journal.pone.0292200>. Acesso em: 2 out. 2025.

COSTA, L. E. **Efeitos das manobras de reposição otolítica associadas a exercícios personalizados de fisioterapia vestibular em idosas com vertigem posicional paroxística benigna (VPPB): relato de casos.** Natal: Universidade Federal do Rio Grande do Norte, 2023.

GANANÇA, M. M.; CAOVILO, H. H.; MUNHOZ, M. S. L.; SILVA, M. L. G.; GANANÇA, F. F.; GANANÇA, C. F. Lidando com a vertigem posicional paroxística benigna. **Acta ORL**, v. 23, n. 1, p. 18-25, 2005.

HERDMAN, S. J.; CLENDANIEL, R. **Vestibular Rehabilitation**. 4. ed. Philadelphia: F.A. Davis, 2014.

ORTEGA SOLÍS, J.; REYNARD, P.; SPRUYT, K.; et al. Developing a serious game for gaze stability rehabilitation in children with vestibular hypofunction. **Journal of NeuroEngineering and Rehabilitation**, v. 20, n. 123, p. 1-12, 2023.

RIBEIRO, A. dos S. B.; PEREIRA, J. S. Melhora do equilíbrio e redução da possibilidade de queda em idosas após os exercícios de Cawthorne e Cooksey. **Revista Brasileira de Otorrinolaringologia** [Internet], v. 71, n. 1, p. 38-46, jan. 2005. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0034-72992005000100008>. Acesso em: 2 out. 2025.

TEIXEIRA, L. J.; MACHADO, J. N. P. Manobras para o tratamento da vertigem posicional paroxística benigna: revisão sistemática da literatura. **Revista Brasileira de Otorrinolaringologia**, 2006.

VAN NECHER, C.; REY, C.; BLÖM, A.; et al. **Efficient gaze stabilization during video Active Gaze Shift Test (vAGST) in bilateral vestibulopathy.** *Frontiers in Neurology*, 2024. *rology*, 2024.

TOXOPLAMOSE: CONSEQUÊNCIA DA TOXOPLAMOSE NA GESTAÇÃO

Amanda Duarte Apolinario Campos (1), Evelynn Estephany Oliveira da Silva (2) Cleidiane dos Santos Orssatto (3)

(1) Acadêmica de Farmácia, Centro Universitário Faema -Unifaema, amanda.53191@unifaema.edu.br

(2) Acadêmica de Farmácia do Centro Universitário Faema -Unifaema, evelynn.50569@unifaema.edu.br

(3) Docente e Coordenadora de Farmácia, Centro Universitário Faema – Unifaema, cleidiane.orssatto@unifaema.edu.br

A toxoplasmose é uma antroponose de ampla distribuição mundial, causada pelo protozoário *Toxoplasma gondii* (Spanhol, et al 2012). A infecção geralmente é assintomática em indivíduos imunocompetentes, mas pode causar graves consequências em imunodeprimidos e fetos, sendo especialmente preocupante durante a gestação. A toxoplasmose congênita pode causar aborto e danos neurológicos e/ou oculares ao feto (Lopes, et al.2011). As sequelas da toxoplasmose congênita podem ser graves, podendo conduzir à morte fetal ou a atraso mental severo (Martin, 2002). A transmissão pode ocorrer pela ingestão de oocistos presentes no solo, alimentos contaminados ou carnes mal cozidas contendo bradizoítos (Oliveira , Rodrigues, Anjos. 2024. Este estudo teve como objetivo descrever o agente etiológico da toxoplasmose, analisar as possíveis consequências da toxoplasmose congênita conforme o trimestre gestacional, apresentar os principais diagnósticos da doença. Trata-se de uma pesquisa bibliográfica de caráter descritivo, baseada em fontes científicas disponíveis em SciELO e Google Acadêmico publicadas entre os anos de 2000 e 2024. A toxoplasmose congênita é resultado da infecção materna primária durante a gestação. As consequências variam conforme o trimestre da gravidez. Quando a infecção ocorre no primeiro trimestre, as chances de transmissão são menores, porém as consequências são mais graves, podendo causar aborto, hidrocefalia e calcificações cerebrais (Oliveira, Rodrigues, Anjos. 2024). No segundo trimestre, pode haver comprometimento ocular e neurológico. Já no terceiro trimestre, apesar de a taxa de transmissão ser mais alta, os efeitos tendem a ser mais brandos ou mesmo ausentes ao nascimento. O diagnóstico é feito por meio da sorologia, com dosagem de anticorpos IgM e IgG. A presença de IgM com IgG negativo ou IgG de baixa avididade indica infecção recente (Cantos, et al. 2000). A profilaxia consiste em cuidados com higiene alimentar, evitando o consumo de carnes cruas ou mal cozidas, e contato com fezes de gatos infectados. toxoplasmose é um problema de saúde pública, principalmente entre gestantes. A realização do pré-natal com acompanhamento sorológico periódico é fundamental. A educação em saúde sobre formas de contágio e cuidados com a alimentação é essencial na prevenção. O pilar da prevenção da toxoplasmose congênita reside nos cuidados higiênicos que as mulheres não imunizadas devem ter (prevenção primária). O rastreio sorológico permite a suspeição ou até a confirmação do diagnóstico da respectiva infecção e, nessa eventualidade, está indicado o início do tratamento no sentido de se tentar evitar a transmissão materno-fetal (prevenção secundária) e minimizar as sequelas da doença (prevenção terciária). (Martin,2002). Como a infecção primária durante a gestação representa risco ao feto, o diagnóstico precoce com sorologia de IgG e IgM, aliado à avaliação da avididade de IgG, torna-se uma ferramenta decisiva para intervenção médica (Bátholo, et al. 2015). A tríade clássica da toxoplasmose congênita (coriorretinite, calcificações cerebrais, hidrocefalia microcefalia e alterações neurológicas) reforça a gravidade da infecção quando não diagnosticada a tempo cerebrais (Oliveira, Rodrigues, Anjos. 2024).

Palavras-chave: Toxoplasmose. gestantes. Toxoplasmose gondii. infecção congênita.

Referências

BÁRTHOLO, B. B. G. R. et al. Toxoplasmose na gestação. **Revista Hospital Universitário Pedro Ernesto**, v. 14, n. 2, 30 dez. 2015. Disponível em : Toxoplasmose na gestação | Revista Hospital Universitário Pedro Ernesto (TÍTULO NÃO-CORRENTE)

CANTOS, G. A. et al. Toxoplasmose: ocorrência de anticorpos antitoxoplasma gondii e diagnóstico. **Revista da Associação Médica Brasileira**, v. 46, p. 335–341, 1 out. 2000. Disponível em : SciELO Brasil - Toxoplasmose: ocorrência de anticorpos antitoxoplasma gondii e diagnóstico Toxoplasmose: ocorrência de anticorpos antitoxoplasma gondii e diagnóstico

LOPES-MORI, F. M. R. et al. Programas de controle da toxoplasmose congênita. **Revista da Associação Médica Brasileira**, v. 57, n. 5, p. 594–599, set. 2011. Disponível em : Programas de controle da toxoplasmose congênita - ScienceDirect

MARTINS, C. Toxoplasmose na gravidez. **Revista Portuguesa de Medicina Geral e Familiar**, v. 18, n. 5, p. 333–40, 1 set. 2002. Disponível em : Toxoplasmose na gravidez | Revista Portuguesa de Medicina Geral e Familiar

OLIVEIRA, S. G.; RODRIGUES, G. M.; ANJOS, L. F. Consequências da toxoplasmose na gestação. **Revista Liberum accessum**, v. 16, n. 2, p. 150–155, 2024. Disponível em : Consequências da toxoplasmose na gestação | Oliveira | Revista Liberum accessum

SPANHOL, M. R. et al. TOXOPLASMOSE NA GESTAÇÃO. **Revista Conhecimento Online**, v. 2, 15 set. 2012. Disponível em : TOXOPLASMOSE NA GESTAÇÃO | Revista Conhecimento Online

DESAFIOS E ESTRATÉGIAS NA BUSCA ATIVA DE GESTANTES EM ÁREAS RURAIS: O PAPEL DOS AGENTES COMUNITÁRIOS DE SAÚDE

Jefferson Monteiro Ribeiro (1), Jhan Karla Barroso de Miranda (2), Valéria Neves de Jesus (3), Sonia Carvalho Santana (4)

- (1) Acadêmico de Enfermagem, Centro Universitário Faema-Unifaema, Jefferson.47581@unifaema.edu.br
(2) Acadêmica de Enfermagem, Centro Universitário Faema-Unifaema, Jhan.47583@unifaema.edu.br
(3) Acadêmica de Enfermagem, Centro Universitário Faema-Unifaema, Valéria.58411@unifaema.edu.br
(4) Docente de Enfermagem, Centro Universitário Faema – Unifaema sonia.carvalho@unifaema.edu.br

A busca ativa de gestantes em áreas rurais é fundamental para garantir início precoce do pré-natal, reduzir desigualdades e qualificar a linha de cuidado materno-infantil, mas esbarra em barreiras logísticas (distância, transporte intermitente), organizacionais (fragmentação de fluxos) e socioculturais (baixa confiança e estigma), que se refletem na qualidade do cuidado ofertado no país (Melo, 2025). Este estudo teve como objetivo sistematizar, com base em evidências recentes, estratégias viáveis para equipes da Atenção Primária à Saúde (APS) fortalecerem a identificação e o seguimento de gestantes em territórios rurais, com destaque para o protagonismo dos Agentes Comunitários de Saúde (ACS). Adotou-se uma abordagem técnico-operacional, ancorada em análise narrativa de estudos indexados em SciELO e PubMed (2020–2025), priorizando ensaios e revisões sobre intervenção do ACS e uso de tecnologias de baixo custo na atenção pré-natal. Os principais resultados indicam que visitas domiciliares proativas dos ACS, com roteiros simples de estratificação de risco e mecanismos de retorno rápido à equipe, aumentam a probabilidade de as mulheres realizarem quatro ou mais consultas de pré-natal, quando comparadas apenas ao cuidado passivo em unidades (Regan et al., 2023). Em paralelo, lembretes por SMS e outras soluções móveis, integrados ao microplanejamento das microáreas, melhoram marcadores de processo — comparecimento ao pré-natal, presença de profissional qualificado no parto e comparecimento ao puerpério — oferecendo um caminho de baixo custo para mitigar perdas de seguimento em regiões extensas e com transporte irregular (Hailemariam et al., 2024). Na discussão, propõe-se combinar três eixos operacionais: (i) logística mínima (mapa de rotas, pontos de apoio comunitários e agendas sincronizadas com transporte local); (ii) tecnologias leves (listas ativas, lembretes por SMS e teleorientação para dúvidas imediatas); e (iii) gestão do cuidado baseada em vínculos (visitas iniciais do ACS para construir confiança, educação em saúde mediada por lideranças e comunicação ágil com a equipe). Conclui-se que a síntese de evidências respalda a adoção de visitas domiciliares proativas e lembretes móveis como estratégias factíveis e custo-efetivas para qualificar a busca ativa e reduzir atrasos críticos, contribuindo para desfechos mais seguros para gestantes e recém-nascidos em contextos rurais da APS.

Palavras-chave: busca ativa; gestantes; atenção primária; zona rural; agente comunitário de saúde.

Referências

HAILEMARIAM, T.; et al. Effect of short message service reminders in improving optimal antenatal care, skilled birth attendance and postnatal care in low- and middle-income countries: a systematic review and meta-analysis. **BMC Medical Informatics and Decision Making**, 2024. <https://bmcmmedinformdecismak.biomedcentral.com/articles/10.1186/s12911-024-02836-1>. Acesso em 11/10/2025

MELO, J. P. G.; et al. Qualidade do cuidado pré-natal e parto no Brasil. **Ciência & Saúde Coletiva**, 2025. <https://doi.org/10.1590/1413-81232025309.13162024>, Acesso em 09/10/2025

REGAN, M.; et al. The impact of a community health worker intervention on uptake of antenatal care: a cluster-randomized pragmatic trial in Dar es Salaam. **Health Policy and Planning**, 2023. <https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/36377764/> Acesso em 10/10/2025

ECMO EM EMERGÊNCIAS CRÍTICAS: EVIDÊNCIAS, LIMITAÇÕES E PERSPECTIVAS PARA PAÍSES EM DESENVOLVIMENTO

Willian Vinícius Zambom do Amparo (1), Sthefany Zambrana Guevara (2), Giovanna Brolezi de Lima (3), Yasmin Garcia Reina (4), Thays Dutra Chiarato Verícimo (5)

- (1) Acadêmico de Enfermagem, Centro Universitário Faema-Unifaema, willian.42660@unifaema.edu.br
- (2) Acadêmica de Enfermagem, Centro Universitário Faema-Unifaema, sthefany.53408@unifaema.edu.br
- (3) Acadêmica de Enfermagem, Centro Universitário Faema-Unifaema, giovanna.50729@unifaema.edu.br
- (4) Acadêmica de Enfermagem, Centro Universitário Faema-Unifaema, yasmin.50437@unifaema.edu.br
- (5) Docente e Mestra, Centro Universitário Faema-Unifaema, thays.chiarato@unifaema.edu.br

A oxigenação por membrana extracorpórea (ECMO) é uma tecnologia de suporte vital empregada em pacientes com insuficiência respiratória ou cardiovascular grave, quando métodos convencionais como ventilação mecânica ou suporte inotrópico tornam-se insuficientes (Castro et al., 2023). O presente estudo tem como objetivo analisar as evidências clínicas, limitações e perspectivas do uso da ECMO em emergências, com foco em países em desenvolvimento. Para isso, realizou-se uma revisão narrativa de literatura científica e relatórios institucionais, priorizando estudos publicados entre 2021 e 2024 que abordassem aspectos clínicos, estruturais e econômicos da ECMO (Oliveira, 2021; Almeida, 2022). Os principais achados indicam que a ECMO tem demonstrado eficácia em casos de síndrome do desconforto respiratório agudo (SDRA) e choque cardiogênico refratário, aumentando taxas de sobrevivência e permitindo recuperação funcional em pacientes selecionados (MOURA; SILVA, 2024). Entre os avanços, destacam-se melhorias tecnológicas nos circuitos e bombas, maior padronização de protocolos clínicos como as diretrizes da *Extracorporeal Life Support Organization* (ELSO) e normas nacionais e a formação de equipes multiprofissionais especializadas, incluindo médicos, enfermeiros e perfusionistas, o que contribui para a segurança operacional e redução de complicações (Pinto; Gomes, 2023). Entretanto, permanecem limitações significativas: o alto custo de aquisição e manutenção dos equipamentos, a necessidade de infraestrutura hospitalar avançada, a escassez de profissionais treinados e a dificuldade de implementação em hospitais de médio porte (Almeida, 2022; Oliveira, 2021). Em países em desenvolvimento, esses fatores restringem o uso da ECMO a centros de referência, dificultando sua incorporação em sistemas públicos de saúde. A discussão evidencia que, apesar do potencial terapêutico da ECMO, seu impacto depende de investimentos em capacitação profissional, políticas públicas de saúde e pesquisas sobre custo-efetividade, de modo a ampliar o acesso e o uso responsável da tecnologia em situações críticas (Moura; Silva, 2024). Conclui-se que a ECMO representa um avanço tecnológico relevante na medicina intensiva, oferecendo suporte temporário vital para pacientes em emergências respiratórias e cardiovasculares. A análise destaca, ainda, que modelos adaptativos de implementação da ECMO, aliados a estratégias de gestão e capacitação multiprofissional, configuram caminhos de inovação tecnológica e organizacional. Assim, o uso pleno e seguro da ECMO exige integração entre tecnologia, equipe qualificada e gestão estratégica em saúde, reforçando o papel essencial da enfermagem na segurança, eficiência e humanização do cuidado.

Palavras-chave: ECMO; emergências respiratórias; suporte circulatório; medicina intensiva; países em desenvolvimento.

Referências

ALMEIDA, J. F. de. **A utilização da ECMO no tratamento de insuficiências respiratórias graves: perspectivas clínicas e limitações estruturais no contexto brasileiro.** Rio de Janeiro: UFRJ, 2022. Disponível em: <http://objdig.ufrj.br/51/dissert/955214.pdf>.

CASTRO, M. R. et al. Oxigenação por membrana extracorpórea: desafios e avanços em emergências cardiovasculares. **Revista ARACE – Saúde e Ciência**, v. 6, n. 3, p. 45-58, 2023. Disponível em: <https://periodicos.newsciencepubl.com/arace/article/view/1880>.

MOURA, L. P.; SILVA, R. C. ECMO em emergências respiratórias: revisão de evidências clínicas e limitações operacionais. **Revista Contemporânea de Saúde**, v. 12, n. 1, p. 1-15, 2024. Disponível em: <https://ojs.revistacontemporanea.com/ojs/index.php/home/article/view/3995>.

OLIVEIRA, P. S. **Avanços tecnológicos e limitações da ECMO em unidades de terapia intensiva brasileiras.** Uberlândia: Universidade Federal de Uberlândia, 2021. Disponível em: <https://repositorio.ufu.br/handle/123456789/38815>.

PINTO, D. R.; GOMES, E. A. **Extracorporeal membrane oxygenation: evidence, challenges and perspectives in low-resource settings.** Comum RCAAP, 2023. Disponível em: <https://comum.rcaap.pt/server/api/core/bitstreams/31b68390-6f1d-4aac-9acf-b30104190ebd/content>.

ANÁLISE DO PERFIL FITOQUÍMICO ASSOCIADO ÀS ATIVIDADES ANTI-HELMÍNTICA E ANTIFÚNGICA DO MASTRUZ *CHENOPODIUM AMBROSIOIDES L.*

Tais Regina de Oliveira Rossoni (1), Stefani Alves de Oliveira (2), Nicole Soares Almeida (3), Júlia Guimarães Sulzbacher (4) Cleidiane Dos Santos Orssatto (5)

- (1) Acadêmica de Farmácia, Centro Universitário Faema-Unifaema, tais.50918@unifaema.edu.br
 (2) Acadêmica de Farmácia, Centro Universitário Faema-Unifaema, stefani.51135@unifaema.edu.br
 (3) Acadêmica de Farmácia, Centro Universitário Faema-Unifaema, nicole.50311@unifaema.edu.br
 (4) Acadêmica de Fisioterapia, Centro Universitário Faema-Unifaema, julia.50606@unifaema.edu.br
 (5) Docente e Coord. de Farmácia, Centro Universitário Faema-Unifaema, cleidiane.orssatto@unifaema.edu.br

O Mastruz *Chenopodium ambrosioides L.*, planta popularmente conhecida como Erva Santa Maria, pertencente à família *Chenopodiaceae* (Hotto, 2020). É uma planta amplamente distribuída em regiões tropicais e subtropicais, incluindo o Brasil. Tradicionalmente, é empregado na medicina popular para o tratar diversas doenças. Dentre o uso etnobotânico inclui-se a utilização da planta com finalidade anti-helmíntica e antifúngica (Nascimento, 2023). Para tanto, foi realizada uma pesquisa de revisão de literatura com carácter descritivo e exploratório, em plataformas científicas, como SCIELO, PubMed e Google Acadêmico. O delineamento temporal foi de 2015 a 2025, para correlacionar o seu perfil fitoquímico e as atividades biológicas relatadas. No que se refere aos compostos bioativos, na caracterização fitoquímica da planta foram identificados mais de 96 compostos (Silva *et al.*, 2023). Entre eles, são identificados compostos significativos, como no seu óleo essencial que tem em suas propriedades um peróxido volátil conhecido como ascaridol (Gomes *et al.*, 2022), além de outros compostos principais como os monoterpenos (β -cimeno, α -terpineno), sesquiterpenos e flavonoides. No que diz respeito a seu uso anti-helmíntico, essa atividade está relacionada à presença do ascaridol, que deve ser utilizado com moderação, pois a toxicidade do composto pode ser perigosa em alguns casos (Nascimento, 2023). A ação deste composto está associada ao efeito de dificultar a aderência dos parasitas intestinais aos tecidos (Gomes *et al.*, 2022). Estudos relatam que a eficácia antifúngica do óleo essencial de mastruz se deve à ação de seus constituintes, mono e sesquiterpenos. O mecanismo proposto envolve a interação desses compostos com a membrana celular fúngica, elevando sua permeabilidade e resultando na perda de material intracelular, o que leva à inibição do crescimento ou à morte celular (Mello *et al.*, 2025). Dada a composição química do óleo essencial de mastruz, caracterizada pela predominância de ascaridol e α -terpineno, é possível que exista a presença de efeitos sinérgicos entre seus componentes. Esta hipótese abre uma possibilidade de pesquisas futuras que tenham como finalidade confirmar a eficácia de cada composto de forma individual.

Palavras-chave: óleo essencial; ascaridol; mastruz; anti-helmíntica; antifúngica.

Referências

GOMES, Erika Gabrielly de Oliveira; LIMA, Lidiane Moura; SANTOS, Davi Lucas dos et al. **Caracterização fitoquímica e atividade biológica para espécie *Chenopodium ambrosioides L.*** *Research, Society and Development*, [S. l.], v. 11, n. 4, p.

e24111427268, 2022. DOI: <http://dx.doi.org/10.33448/rsd-v11i4.27268>. Disponível em: <https://rsdjournal.org/index.php/rsd/article/view/27268>. Acesso em: 06 out. 2025.

HORTO DIDÁTICO de **Plantas Medicinais do HU/CCS. Erva de Santa Maria**. Florianópolis: UFSC, 10 jan. 2020. Disponível em: <https://hortodidatico.ufsc.br/erva-de-santa-maria/> Acesso em: 06 out. 2025.

MELLO, Fábio Gabriell de Lima; DINIZ, Patrícia Fabian de Araújo; CORDEIRO, Láisa Vilar et al. Óleo essencial de *Dysphania ambrosioides* (L.) Mosyakin & Clemants: atividade antifúngica in vitro em cepas de *Sporothrix brasiliensis*. **Revista Principia**, [S. l.], v. 62, 2025. DOI: 10.18265/2447-9187a2025id8582. Disponível em: <https://periodicos.ifpb.edu.br/index.php/principia/article/view/8582>. Acesso em: 06 out. 2025.

NASCIMENTO, Elisângela. **Análise fitoquímica e avaliação da atividade antibacteriana do extrato hidroalcoólico de *Dysphania ambrosioides* (L.) Mosyakin & Clemants (mastruz)**. 2023. 42 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Farmácia) - Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 2023. Acesso em: 06 out. 2025.

SILVA, A. C. O. et al. **Chemical composition and evaluation of antibacterial and modulatory activity of *Dysphania ambrosioides* (L.) Mosyakin & Clemants essential oil**. *Naunyn-Schmiedeberg's Archives of Pharmacology*, 2023. Acesso em: 06 out. 2025.

ASSOCIAÇÃO ENTRE TABAGISMO E CÂNCER DE MAMA: RISCOS E IMPLICAÇÕES PARA A SAÚDE FEMININA

Gabrielly Silva Santos Filgueira (1), Karen Milena Lima Costa (2), Enzo Leander Chaves Salton (3), Elis Milena Ferreira do Carmo Ramos (4)

(1) Acadêmica de Enfermagem, Centro Universitário Faema-Unifaema, gabrielly63067@unifaema.edu.br

(2) Acadêmica de Enfermagem, Centro Universitário Faema-Unifaema, karen.60551@gmail.com

(3) Acadêmico de Enfermagem, Centro Universitário Faema-Unifaema, enzo.62265@unifaema.edu.br

(4) Enfermeira, Docente no Centro Universitário Faema- Unifaema elis.ramos@unifaema.edu.br

O tabagismo é uma das principais causas evitáveis de morte no mundo e está associado a diversos tipos de câncer, incluindo os de pulmões, traqueia, brônquios, boca, garganta, estômago, esôfago e, também, o de mama, que representa uma das neoplasias mais incidentes entre mulheres. Dados da Organização Mundial da Saúde (OMS) indicam que mais de 250 mil mulheres são fumantes em todo o mundo, apresentando maior risco de desenvolver câncer de mama, especialmente aquelas que iniciaram o hábito precocemente ou mantiveram o consumo por mais de uma década (Ministério da Saúde, 2024). O objetivo deste resumo é apresentar de forma clara e resumida a relação entre o tabagismo e o câncer de mama, destacando os riscos que o cigarro representa para a saúde feminina e as implicações clínicas e sociais dessa associação. A metodologia utilizada é a revisão de literatura de caráter descritivo e exploratório. A pesquisa foi realizada nos meses de setembro e outubro do ano de 2025, sendo utilizadas as bases de dados do Ministério da Saúde, Scielo e a biblioteca virtual Julio Bordignon do Centro Universitário FAEMA- UNIFAEMA. Como critérios de inclusão os materiais relevantes ao tema e os de exclusão materiais incompletos e sem fonte autoral. A presença de substâncias tóxicas no cigarro, como os hidrocarbonetos aromáticos policíclicos, exerce efeito sistêmico no organismo, favorecendo mutações genéticas e alterações hormonais que contribuem para a formação de tumores mamários (FEMAMA, 2024). Além disso, o tabagismo pode aumentar a agressividade tumoral e dificultar o diagnóstico precoce devido à alteração na densidade mamária. Estudos, como o de Peppone et al. (2024), indicam que mulheres fumantes com câncer de mama apresentam maior incidência de invasão angiolinfática e perineural, fatores associados à progressão tumoral e pior prognóstico. Apesar de haver divergências sobre a ligação direta entre o tabaco e o câncer de mama, a maioria dos estudos mostra uma relação importante, principalmente em grupos com tendência genética ou exposição prolongada ao tabaco. Observou-se que o ato de Parar de fumar é visto como um modo eficaz para reduzir o risco dessa doença, sendo vital a implantação de políticas públicas direcionadas à prevenção. Identificar o tabagismo como fator de risco para o câncer de mama é chave para a formulação de planos de saúde pública, educação preventiva e abordagem clínica personalizada. A união entre ações do governo, campanhas educativas e suporte ao abandono do cigarro pode ajudar significativamente a reduzir a incidência da doença, além de promover a saúde e o bem-estar feminino.

Palavras-chave: tabagismo; câncer de mama; saúde feminina; prevenção; riscos

Referências

FEMAMA. **Câncer de mama e o cigarro:** como o fumo influencia no risco de ter a doença. Disponível em: <https://femama.org.br/site/blog-da-femama/cancer-de-mama-e-o-cigarro-como-o-fumo-influencia-no-risco-de-ter-a-doenca>. Acesso em: 29 set. 2025.

MINISTÉRIO DA SAÚDE. **Tabagismo e câncer de mama: existe relação?** Brasília: Ministério da Saúde, 2021. Disponível em: <https://www.gov.br/saude/pt-br/assuntos/saude-brasil/prevencao-ao-cancer/tabagismo-e-cancer-de-mama-existe-relacao>. Acesso em: 30 set. 2025.

PEPPONE, L. J.; ALFANO, C. M.; WANG, X.; et al. The association between smoking and breast cancer characteristics and outcome. **BMC Cancer**, [S.l.], v. 17, n. 1, p. 1-10, 2017. Disponível em: <https://bmccancer.biomedcentral.com/articles/10.1186/s12885-017-3611-z>. Acesso em: 30 set. 2025.

WÜNSCH FILHO, Victor; MIRRA, Antonio Pedro; MENDOZA LÓPEZ, Rossana V.; ANTUNES, Leopoldo F. Tabagismo e câncer no Brasil: evidências e perspectivas. **Revista Brasileira de Epidemiologia**, São Paulo, v. 24, p. 1–15, 2021. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbepid/a/CLhtF576NfBYJt5CCFSMj6v/?format=pdf>. Acesso em: 29 set. 2025.

POTENCIAL TERAPÊUTICO DE *TURNERA SUBULATA*: UMA REVISÃO SOBRE SEUS COMPOSTOS BIOATIVOS E APLICAÇÕES FARMACOLÓGICAS

(1) João Victor Teixeira dos Santos, (2) Laraiane Bezerra Christ, (3) Letícia Costa Lachovski, (4) Lorrani Monegate, (5) Cleiciainara Bagio Lovo, (6) Ma. Cleidiane dos Santos Orssato

- (1) Acadêmico de Farmácia, Centro Universitário Faema – Unifaema, joao.51179@unifaema.edu.br
(2) Acadêmica de Farmácia, Centro Universitário Faema – Unifaema, laraiane.59540@unifaema.edu.br
(3) Acadêmica de Farmácia, Centro Universitário Faema – Unifaema, leticia.53032@unifaema.edu.br
(4) Acadêmica de Farmácia, Centro Universitário Faema – Unifaema, lorrani.57676@unifaema.edu.br
(5) Docente adjunta, Centro Universitário Faema – Unifaema, cleiciainara.bagio@unifaema.edu.br
(6) Docente adjunta, Centro Universitário Faema – Unifaema, cleidiane.orssato@unifaema.edu.br

Turnera subulata, pertencente à família *Passifloraceae*, é uma das espécies medicinais que têm despertado crescente interesse científico devido às suas propriedades bioativas. O uso de plantas medicinais para fins terapêuticos tem se intensificado, impulsionado pelo avanço das pesquisas que investigam seus efeitos de forma aprofundada (Costa, 2023). A família *Passifloraceae* compreende cerca de 220 espécies distribuídas em 12 gêneros, presentes nas Américas e na África. No Brasil, os gêneros mais representativos são *Piriqueta* e *Turnera*, que juntos somam aproximadamente 155 espécies. O gênero *Turnera*, por si só, reúne cerca de 135 espécies distribuídas pelas regiões tropicais e subtropicais da América e em algumas áreas da África (Andrade-Pinheiro et al., 2023). Este estudo tem como objetivo descrever os efeitos terapêuticos de *Turnera subulata*, seus compostos bioativos, mecanismos de ação e possíveis aplicações farmacológicas. Para isso, foi realizada uma revisão bibliográfica com base em artigos científicos disponíveis nas plataformas Google Acadêmico e PubMed entre os anos de 2018 e 2025. Popularmente conhecida como flor-do-guarujá ou chanana, *T. subulata* é uma espécie ruderal de porte arbustivo, com flores amarelas e corolas atrativas para polinizadores. De fácil cultivo e ampla distribuição, é utilizada tanto como planta ornamental quanto medicinal, com destaque para as regiões Sul e Sudeste do Brasil (Santos; Sousa-Souto, 2023). A espécie apresenta diversos efeitos biológicos relevantes, como propriedades ansiolíticas, antimicrobianas, antioxidantes e anti-inflamatórias (Vital Júnior et al., 2024). Os efeitos anti-inflamatórios de *Turnera subulata* têm sido atribuídos, principalmente, à sua capacidade de modular a produção de citocinas pró-inflamatórias. Estudos prévios, demonstraram que os extratos da planta apresentam atividade inibitória direta e indireta sobre a trombina, um fator de coagulação intimamente associado à resposta inflamatória. Além disso, os extratos mostraram baixa incidência de efeitos adversos, o que reforça seu potencial terapêutico em condições inflamatórias e trombóticas (Luz et al., 2022). Seus compostos bioativos flavonoides, terpenoides e alcaloides também atuam na regulação do neurotransmissor GABA, promovendo ação ansiolítica. Os antioxidantes presentes contribuem para a neutralização de radicais livres e redução do estresse oxidativo, favorecendo a prevenção de doenças crônicas e a promoção da saúde (Vital Júnior et al., 2024). Até o momento, não existem estudos *in vivo* ou clínicos com humanos envolvendo extratos de *Turnera subulata*; os dados disponíveis são exclusivamente provenientes de estudos *in vitro*. Por exemplo, Luz et al. (2022) investigaram os efeitos imunomodulatórios dos extratos aquosos e hidroetanólicos de flores e folhas sobre macrófagos RAW 264.7 ativados por LPS, observando redução de citocinas pró-inflamatórias e aumento de mediadores anti-inflamatórios. Já Saravanan et al. (2018) realizaram análises fitoquímicas e testes antimicrobianos com extratos da planta contra bactérias e fungos. Os extratos utilizados

nesses estudos foram preparados por decocção (extratos aquosos) e maceração com etanol/água 50:50 (extratos hidroetanólicos), seguidos de liofilização. Apesar de seu uso popular ser consolidado, ainda há escassez de estudos científicos que comprovem suas propriedades farmacológicas, evidenciando a necessidade de pesquisas que validem sua eficácia terapêutica (Saravanan *et al.*, 2018).

Palavras-chave: Plantas medicinais. *Turnera subulata*. Compostos bioativos. Atividade anti-inflamatória. Fitoterapia.

Referências

COSTA, Maria Eduarda Moreira da. Revisão bibliográfica do perfil fitoquímico e atividades biológicas da *Turnera subulata* SM. **Biodiversidade**, v. 22, n. 2, 2023. Disponível em: <https://periodicoscientificos.ufmt.br/ojs/index.php/biodiversidade/article/view/15855>. Acesso em: 18 de março 2025.

ANDRADE-PINHEIRO, Jacqueline Cosmo et al. LC-MS Analysis and Antifungal Activity of *Turnera subulata* Sm. *Plants*, v. 12, n. 2, p. 415, 2023. Disponível em: <https://www.mdpi.com/2223-7747/12/2/415>. Acesso em: 04 out. 2025.

SANTOS, Rafaella Santana.; SOUSA-SOUTO, Leandro. Nest refuse of *Acromyrmex balzani* (Hymenoptera: Formicidae) increases the plant vigor in *Turnera subulata* (Turneraceae). **Brazilian Journal of Biology**, v. 83, 2023. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/bjb/a/vzjhmWCSNLSnkFW9SFLKQkQ/?lang=en>. Acesso em: 04 out. 2025.

VITAL JÚNIOR, Antônio Carlos et al. The therapeutic potential of *Harpagophytum procumbens* and *Turnera subulata* and advances in nutraceutical delivery systems in neurodegenerative diseases. *Pharmaceuticals*, v. 17, n. 5, p. 660, 2024. DOI: <https://doi.org/10.3390/ph17050660>. Acesso em: 7 out. 2025.

LUZ, Romário Duarte de Luz *et al.* Chemical Characterization of Flowers and Leaf Extracts Obtained from *Turnera subulata* and Their Immunomodulatory Effect on LPS-Activated RAW 264.7 Macrophages. **Molecules**, v. 27, n. 3, p. 1084–1084, 6 fev. 2022. Disponível em: <https://www.mdpi.com/1420-3049/27/3/1084>. Acesso em: 16 de out. 2025.

SARAVANAN, Mythili et al. Phytochemical and pharmacological profiling of *Turnera subulata* Sm., a vital medicinal herb. **Industrial Crops and Products**, v. 124, p. 822–833, nov. 2018. Disponível em: <https://www.sciencedirect.com/science/article/abs/pii/S0926669018307647?via%3Dihub>. Acesso em: 7 out. 2025.

POTENCIALIZAÇÃO DOS EFEITOS FARMACOLÓGICOS DO AMARANTHUS VIRIDIS EM ASSOCIAÇÃO COM ERVAS DANINHAS: ENFOQUE NAS ATIVIDADES ANTIMICROBIANA, ANTIANÊMICA E FOTOPROTETORA

Nicole Soares Almeida (1), Jociel Honorato de Jesus (2)

- (1) Acadêmica de Farmácia, Centro Universitário Faema – Unifaema
 (2) Docente, Centro Universitário Faema – Unifaema

Amaranthus viridis é uma planta herbácea pertencente à família Amaranthaceae, que possui uma rica composição química e que ganhou atenção significativa no campo da medicina tradicional. Esta planta é conhecida por conter vários componentes bioativos que contribuem para o seu valor terapêutico (Hiader *et al.*, 2023). Estudos demonstram que seus extratos apresentam potencial atividades antimicrobiana, antianêmica e fotoprotetora, atribuídas à presença de compostos fenólicos, flavonoides, carotenoides, taninos, além de minerais essenciais como ferro, cálcio e magnésio (Kumari *et al.*, 2018; Bharathi *et al.*, 2019). Nos últimos anos, a eficácia de combinações de extratos de plantas medicinais, uma prática frequentemente utilizada na medicina tradicional tem se mostrado alvo de estudos. Nesse contexto surge o interesse de avaliar os efeitos sinérgicos entre essas complexas substâncias com propriedades terapêuticas (Casanova; Costa, 2017). Com base nas informações descritas, o presente trabalho tem como objetivo apresentar potenciais coadjuvantes para estudos futuros, sendo elas ervas daninhas comuns na região Norte do Brasil, como o mentrasto (*Ageratum conyzoides*), o picão-preto (*Bidens pilosa*) e a guanxuma (*Sida rhombifolia*). O mentrasto contém cumarinas, alcaloides e flavonoides, e estudos sobre sua atividade antimicrobiana e antioxidante (Souza, 2023). Compostos que poderiam intensificar a ação do *A. viridis* contra microrganismos patogênicos, além de reforçar a proteção contra radicais livres, importante no contexto fotoprotetor. Já o picão-preto é rico em saponinas, alcalóides flavonoides, poliacetilenos e derivados fenólicos, moléculas com reconhecida ação anti-inflamatória e antioxidante (Ekong *et al.*, 2025). Tais substâncias são capazes de contribuir tanto para a redução do estresse oxidativo quanto para a melhora da resposta inflamatória. A guanxuma, por sua vez, apresenta alcaloides, taninos e mucilagens (Teixeira, 2023) que segundo estudo podem interagir com minerais como o ferro (Saporittis *et al.*, 2024). Essa associação aos minerais presentes no *Amaranthus viridis*, poderiam promover maior eficiência na atividade antianêmica. A combinação de *Amaranthus viridis* com *Ageratum conyzoides*, *Bidens pilosa* e *Sida rhombifolia* configura uma estratégia promissora para a elaboração de formulações fitoterápicas multifuncionais, de baixo custo e relevância social, especialmente em comunidades que fazem uso tradicional dessas plantas. Estudos apresentaram resultados fitoquímicos que indicam que essas espécies compartilham compostos bioativos, como flavonoides, fenóis, alcaloides e minerais, que atuam sinérgicamente para potencializar suas atividades farmacológicas. Abrindo assim uma área de estudo com resultados promissores no contexto terapêutico.

Palavras-chave: *Amaranthus viridis*; sinergismo; atividade; compostos.

Referências

BHARATHI, D. R.; SAHANA, K. G.; MAHESH, C.; et al. Phytochemical composition and therapeutic effects of *Amaranthus viridis* Linn: a review. **International Journal of Indigenous Herbs and Drugs**, v. 7, n. 6, p. 110–113, 2022. DOI: 10.46956/ijihd.v7i6.370. Acesso em: 19 set. 2025.

CASANOVA, L. M.; COSTA, S. S. Interações sinérgicas em produtos naturais: potencial terapêutico e desafios. **Revista Virtual de Química**, [S.l.], v. 9, n. 2, p. 575–595, 2017. Disponível em: <http://static.sites.s bq.org.br/rvq.s bq.org.br/pdf/v9n2a09.pdf>. Acesso em: 19 set. 2025.

EKOM, Etukudo Monday; USMAN, Ibe Michael; OVIOSUN, Augustine; et al. Exploring the phytochemical profile, antioxidant and anti-inflammatory potential of *Bidens pilosa*: A Systematic Review. **Frontiers in Pharmacology**, v. 16, p. 1569527, 2025. DOI: 10.3389/fphar.2025.1569527.. Acesso em: 19 set. 2025.

HAIDER, Ali; IKRAM, Muhammad; FATIMA, Urooj; et al. Pharmaceutical activity of medicinal plant *Amaranthus viridis* Linn. due to its chemical constituents: A review. **Bioedusciences**, v. 7, n. 2, p. 143–148, 2023. DOI: 10.22236/jbes/12089

KUMARI, Sima; ELANCHERAN, R.; DEVI, Rajlakshmi. Phytochemical screening, antioxidant, antityrosinase, and antigenotoxic potential of *Amaranthus viridis* extract. **Indian Journal of Pharmacology**, v. 50, n. 3, p. 130–138, maio/jun. 2018. DOI: 10.4103/ijp.IJP_77_18. Acesso em: 19 set. 2025.

SAPORITTIS, Karen; MORALES, Rocío; MARTINEZ, María Julia. High pressure homogenization: a promising approach to expand food applications of chia mucilage. **International Journal of Biological Macromolecules**, v. 263, part 2, p. 129787, 2024. ISSN 0141-8130. DOI: 10.1016/j.ijbiomac.2024.129787. Acesso em: 19 set. 2025.

SOUZA, Josyele Moreira de; SILVA, Karoline Ferreira da; BARBOSA, Lucas Alves; SILVA, Victória da Costa. Perfil fitoquímico e atividades farmacológicas de *Ageratum conyzoides* L.: uma revisão de literatura. **Revista Brasileira de Práticas Integrativas e Complementares em Saúde**, Curitiba, v. 3, n. 6, p. 50–56, 2023. Disponível em: <https://www.revistasuninter.com/revistasauade/index.php/revista-praticas-interativas/article/view/1399>. Acesso em: 19 set. 2025.

TEIXEIRA, Marianne. **Perfil fitoquímico e atividades farmacológicas de *Ageratum conyzoides* L.: uma revisão de literatura**. 2023. 105 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Farmacêuticas) – Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2023. Disponível em: https://repositorio.ufsm.br/bitstream/handle/1/31603/TES_PPGCF_2023_TEIXEIRA_MARIANNE.pdf?sequence=1&isAllowed=y. Acesso em: 19 set. 2025.

**PROPRIEDADES TERAPÊUTICAS DE EXTRATOS DE ERVA SANTA LUZIA
(*EUPHORBIA HIRTA L.*): APLICAÇÕES TERAPÊUTICAS, ESPECTRO DE AÇÃO
E POSSÍVEIS CONTRAINDICAÇÕES**

Stefani Alves de Oliveira (1), Tais Regina de Oliveira Rossoni (2), Jociel Honorato de Jesus
(3)

(1) Acadêmica de Farmácia, Centro Universitário Faema – Unifaema, stefani.51135@unifaema.edu.br

(2) Acadêmica de Farmácia, Centro Universitário Faema – Unifaema, tais.50918@unifaema.edu.br

(3) Docente e Mestre do Centro Universitário Faema – Unifaema, jociel.honorato@unifaema.edu.br

A Erva-andorinha *Euphorbia Hirta L.* planta conhecida popularmente como erva-de-santa-luzia, pertencente à família *Euphorbiaceae*, é uma planta nativa da América tropical distribuindo-se em baixas altitudes, pelos trópicos e subtropicais sendo encontrada em todo Brasil (Mininel; Mininel, 2025). Normalmente, é aplicada na medicina popular para tratar diversas doenças, tendo propriedades terapêuticas populares como ações antibacterianas, anti-inflamatória, antitérmica e diurética (Ekpo & Pretorius, 2007). É uma erva picante, amarga, anti-séptica que expulsa flegma e alivia espasmos. realizou-se uma pesquisa de revisão de literatura de caráter descritivo e exploratório, utilizando plataformas científicas como SciELO, PubMed e Google Acadêmico, abrangendo o período de 2015 a 2025. a erva de santa luzia apresentou em muitas pesquisas muitas propriedades terapêuticas para asma, bronquite, enfisema, tosse nervosa, catarro, febre do feno e disenteria amébia. Externamente para queimaduras e verrugas (suco). Combinada com *Grindelia camporum* é utilizada para tratamento da bronquite e da asma (Simões, *et al.*, 1999). O extrato da erva de santa luzia possui também efeito analgésico e demonstrou atuar no Sistema Nervoso Central, não apenas reduzindo a sensação de dor, mas também como ansiolítico e sedativo forte mesmo em pequenas dosagens. A Erva de Santa Luzia apresenta um risco moderado de toxicidade para humanos devido a presença de ésteres de diterpeno na sua seiva, o contato com a seiva pode causar reações alérgicas, enquanto a ingestão acidental pode causar sintomas mais graves, como irritação na pele, vermelhidão e inchaço na pele. O uso prolongado da Erva de Santa Luzia pode resultar em efeitos colaterais indesejados, como irritação cutânea ou gastrointestinal. Mulheres gestantes ou lactantes e indivíduos com condições de saúde específicas devem buscar acompanhamento médico antes de consumir a erva. (picturethis, 2025). O estudo apresenta uma primeira análise ampla sobre as espécies do gênero *Euphorbia* usadas na saúde e no bem-estar humano. Os pesquisadores encontraram registros de uso medicinal para mais de 90% das categorias de medicamentos analisadas, indicando que *Euphorbia Hirta* tem grande potencial terapêutico e importância etnobotânica. Entre todos os usos, o mais frequente é o tratamento de problemas digestivos, o que pode estar relacionado à presença de compostos bioativos específicos nessas plantas (ERNST *et al.*, 2015).

Palavras-chave: *Euphorbia Hirta*; Erva de Santa Luzia; contra-indicações; propriedades terapêuticas.

Referências

EKPO, O.E.; PRETORIUS, E. Asthma, *Euphorbia hirta* and its anti-inflammatory properties. **South African Journal of Science**, v. 103, p. 201-203, 2007.



ERNST, M.; GRACE, O.M.; SASLIS-LAGOUDAKIS, C.H.; NILSSON, N.; SIMONSEN, H.T.; RØNSTED, N. Global medicinal uses of Euphorbia L. (Euphorbiaceae). **Journal of Ethnopharmacology**, v. 176, p. 90–101, 2015. DOI: 10.1016/j.jep.2015.01.020.

MININEL, F.J.; MININEL, S.M.X. Estudo fitoquímico de Euphorbia hirta L. (Euphorbiaceae). **Revista Tópicos, Ciências da Saúde**, 05 fev. 2025.

PICTURETHIS. Euphorbia resinifera. **Erva-de-Santa-Luzia é venenosa?** 2024.

SIMÕES, C.M.; SCHENKEL, E.P.; GOSMANN, G.; MELLO, J.C.P.; MENTZ, L.A.; PETROVICK, P.R. **Farmacognosia: da planta ao medicamento**. 2. ed. Florianópolis: Editora da UFSG.

TABAGISMO PASSIVO COMO FATOR DE RISCO NO CURSO CLÍNICO DA DOENÇA PULMONAR OBSTRUTIVA CRÔNICA

Carlem Alexandre da Silva Filho (1), Amanda da Silva Rodrigues (2), Eriquis Henrique Alves de Souza (3), Elis Milena Ferreira do Carmo Ramos (4).

- (1) Acadêmico de Enfermagem, Centro Universitário UNIFAEMA, carlem.62244@unifaema.edu.br
 (2) Acadêmica de Enfermagem, Centro Universitário UNIFAEMA, amanda.60640@unifaema.edu.br
 (3) Acadêmico em Enfermagem, Centro Universitário UNIFAEMA, eriquis.55040@unifaema.edu.br
 (4) Docente Coordenadora Grupo de Estudos NAIDC UNIFAEMA elis.ramos@unifaema.edu.br

O tabagismo passivo em si, refere-se à inalação involuntária de gases e partículas tóxicas provenientes da fumaça de produtos derivados de tabaco. Esse mesmo conceito é reconhecido e validado como um fator de risco e de agravamento da doença pulmonar obstrutiva crônica (DPOC), que no qual é definida como uma condição pulmonar que vai dificultar a respiração, ao causar efeitos inflamatórios e também obstrução das vias aéreas e gerando danos nos alvéolos pulmonares. Embora o tabagismo ativo seja um fator primário para a DPOC (Oliveira et al, 2023), é fulcral a análise do desenvolvimento de tal patologia em casos de tabagismo passivo, visto que a exposição à fumaça interfere no curso clínico da doença, trazendo em grande escala uma piora da função pulmonar e incluindo uma série de sintomas e complicações, impedindo um prognóstico adequado para tal intercorrência. Este estudo pretende enfatizar o malefício do tabagismo passivo na progressão clínica da DPOC. Para tal pesquisa, foi utilizado o método de pesquisa bibliográfica, onde as informações utilizadas foram retiradas de artigos e livros, tendo como apoio bases de dados como Google acadêmico, SCIELO e artigos disponíveis pelo Governo Federal. Foi aplicado um delineamento temporal de 2020 a 2025, com o intuito de trazer estudos atualizados referente a essa temática. Os estudos escolhidos e revisados afirmam que a exposição ao tabagismo de maneira passiva está altamente relacionada a um grande aumento do risco de desenvolvimento da doença pulmonar obstrutiva crônica em cidadãos não fumantes, apresentando uma maior prevalência de sintomas respiratórios, como dispneia, expectoração, cianoses e edemas periféricos (Costa; Silva; Ferraz, 2024). Ademais, é indispensável a notação da toxicidade presente na fumaça que sai do cigarro, visto que a mesma se difunde homoganeamente no ambiente, fazendo com que venha haver um aumento significativo de substâncias nocivas, como a nicotina, monóxido de carbono e demais substâncias tóxicas, que no qual acabam expondo os indivíduos não tabagistas a um maior risco de desenvolvimento da DPOC (Brasil, 2022). Com tais afirmações, é possível afirmar que a fumaça gerada pelo tabagismo ativo, não só afeta o praticante desta atividade, mas sim todos os indivíduos que convivem ou tem proximidade com o mesmo e isso acaba trazendo empecilhos que no qual podem levar ao processo de obtenção da DPOC ou o agravamento da mesma. E com isso, faz-se necessário uma maior divulgação desses dados analisados, para que venha haver uma maior conscientização populacional referente ao tabagismo passivo e sua forte ligação com o agravamento da doença pulmonar obstrutiva crônica. Com base no exposto, faz-se necessário a discussão de tal tema, visto que é de extrema importância para prevenir e manter a saúde da população.

Palavras-chave: tabagismo; curso clínico; doença pulmonar; exposição ambiental.

Referências

BRASIL, Ministério da Saúde. **Tabagismo Passivo:** A fumaça do cigarro é uma mistura de aproximadamente 7.000 substâncias tóxicas diferentes que afeta fumantes e não fumantes. [S.L.]. Ministério da Saúde. 20 de mai. 2022. Atualizado em 08 de abr. 2025. Disponível em: <https://www.gov.br/inca/pt-br/assuntos/causas-e-prevencao-do-cancer/tabagismo/tabagismo-passivo>. Acesso em: 1 out. 2025.

COSTA, Gabrieli dos Santos; SILVA, Mara Heloisa Gonçalves da; FERRAZ, Erica. **Tabagismo passivo:** implicações na qualidade de vida e na capacidade funcional devido ao convívio com a fumaça do cigarro. v. 9 n. 23. 16 nov. 2024. Disponível em: <https://rfs.emnuvens.com.br/rfs/article/view/315>. Acesso em: 1 out. 2025.

OLIVEIRA, Isabella Eduarda de Godoy; TEPEDINO, Karla Pessoa; RAMAGEM, Luíza Oliveira; CARON, Felipe Machado de Barros Fernandes; SOUSA, Keydson Augustine. A relação entre o tabagismo e a Doença Obstrutiva Pulmonar Crônica: uma revisão de literatura. **Brazilian Journal of Development**, [S. L.], v. 9, n. 3, p. 10837–10848, 2023. Disponível em: <https://ojs.brazilianjournals.com.br/ojs/index.php/BRJD/article/view/58110>. Acesso em: 1 out. 2025.

A IMPORTÂNCIA DA ATUAÇÃO DA ENFERMAGEM NA PREVENÇÃO DA HIPERTENSÃO GESTACIONAL

Eduarda Pizzo Martins (1), Gleice dos Santos Gomes Corrêa (2), Elis Milena Ferreira do Carmo Ramos (3)

- (1) Acadêmico de Enfermagem, Centro Universitário Faema – Unifaema, eduarda.52779@unifaema.edu.br,
(2) Acadêmico de Enfermagem, Centro Universitário Faema – Unifaema gleice.48553@unifaema.edu.br,
(3) Mestra, Docente Centro Universitário Faema – Unifaema, elis.ramos@unifaema.edu.br,

A hipertensão gestacional é o aumento da pressão arterial durante a gravidez, podendo causar sérios riscos à mãe e ao bebê se não for controlada. É uma das complicações mais comuns da gestação e a principal causa de mortalidade materna no Brasil. Por isso, a conscientização e o acesso a cuidados médicos adequados são essenciais para prevenir casos graves como pré-eclâmpsia e eclâmpsia. A enfermagem é essencial no cuidado à gestante, atuando desde o acolhimento até o acompanhamento no parto e puerpério, oferecendo apoio emocional, realizando procedimentos técnicos e garantindo a saúde da mãe e do bebê (Santos; Lopes, 2024). Esse trabalho tem como finalidade compreender a importância da atuação da enfermagem na prevenção e no manejo da hipertensão gestacional. O presente estudo trata-se de uma revisão de literatura de caráter descritivo e exploratório. Utilizando base de dados Google Acadêmico, Revista Eletrônica Acervo Saúde e Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação. Como critérios de inclusão foram selecionados materiais que estivessem dentro das palavras chave, em português e completos. Como critérios de exclusão, materiais incompletos e fora do idioma mencionado. O delineamento temporal foi do ano de 2019 a 2024. A consulta de enfermagem no pré-natal é fundamental para reduzir os índices de morbimortalidade materna e neonatal. O acompanhamento durante a gestação e o pós-parto, aliado a um atendimento humanizado e de qualidade, garante a realização de exames, vacinas e orientações adequadas. A atuação do enfermeiro, em conjunto com a equipe multiprofissional, promove um cuidado integral, voltado à prevenção, detecção precoce de agravos e esclarecimento das dúvidas da gestante sobre seus direitos. (Silva *et al.*, 2021). A detecção precoce das gestantes no pré-natal é fundamental para garantir a saúde da mãe e do bebê, permitindo identificar precocemente gravidezes de risco e realizar intervenções adequadas. A atuação dos enfermeiros no cuidado a pacientes com síndrome hipertensiva é fundamental para proteger a saúde da mãe e do bebê, prevenir complicações, manejar intercorrências e garantir uma assistência de qualidade, preservando a vida (Conceição, 2019). Fica evidente, que a hipertensão gestacional demanda acompanhamento pré-natal precoce e contínuo, essencial para prevenir complicações graves para a mãe e o bebê. A enfermagem desempenha papel central nesse cuidado, oferecendo suporte emocional, realizando procedimentos técnicos, monitorando sinais vitais e garantindo a execução de exames e vacinas.

Palavras-chave: enfermagem; hipertensão gestacional; prevenção.

Referências

CONCEIÇÃO, Antonio Laeliton Marques Carvalho da. **Assistência de Enfermagem na Hipertensão Gestacional e Eclâmpsia**. 2019. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação

em Enfermagem) – Faculdade Pitágoras, Bacabal, 2019. Disponível em:
https://repositorio.pgsscogna.com.br/bitstream/123456789/35310/1/antonio_laeliton_ativida-de-defesa.pdf

SANTOS, Melissa Almeida dos; LOPES, Juliana Menezes. Atuação do enfermeiro na detecção precoce da hipertensão gestacional e pré-eclâmpsia. **Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação**, v. 10, n. 12, p. 203-211, 2024. Disponível em:
<https://periodicorease.pro.br/rease/article/view/17264>

SILVA, E. C. da; *et al.* Atuação do enfermeiro na prevenção das síndromes hipertensivas na gestação no âmbito da atenção básica. **Acervo Saúde**, Recife, v. 13, n. 2, 2021. Disponível em: <https://acervomais.com.br/index.php/saude/article/view/6448>.

O ENFRENTAMENTO DAS BARREIRAS DE ACESSO AO TRATAMENTO DA HANSENÍASE NO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE

Tarciana de Oliveira Lopes (1), Eduardo Nascimento da Cruz (2), Bruno Takashi Yamagishi (3), Carla Medina Rocha (4) Sonia Carvalho Santana (5)

- (1) Acadêmica de Enfermagem, Centro Universitário Faema – Unifaema, tarciana52713@unifaema.edu.br,
 (2) Acadêmico de Enfermagem, Centro Universitário Faema – Unifaema, eduardo52553@unifaema.edu.br,
 (3) Acadêmico de Enfermagem, Centro Universitário Faema – Unifaema, bruno63548@unifaema.edu.br,
 (4) Acadêmica de Enfermagem, Centro Universitário Faema – Unifaema Carla. 52667@unifaema.edu.br
 (5) Docente de Enfermagem, Centro Universitário Faema – Unifaema sonia.carvalho@unifaema.edu.br,

Em 2022, foram notificados 174.087 casos novos de hanseníase no mundo, destes, 19.635 ocorreram no Brasil, configurando o país como detentor da segunda maior carga da doença globalmente. A hanseníase, também conhecida como lepra, é uma doença infecciosa crônica causada pelo *Mycobacterium leprae*, que afeta principalmente a pele, os nervos periféricos e, em casos graves, outros órgãos e sistemas do corpo humano. (Corrêa, 2024). Este estudo tem como objetivo evidenciar as dificuldades enfrentadas pelas pessoas acometidas frente ao tratamento adequado. Trata-se de uma revisão de literatura realizada a partir de publicações disponíveis na Biblioteca Virtual em Saúde (BVS), *Scientific Electronic Library Online* (SciELO) e no acervo da Organização Pan-Americana da Saúde (OPAS/OMS). Como critérios de inclusão, foram selecionadas publicações entre 2020 e 2025 e excluídas aquelas que não abordavam diretamente o tema. Os resultados apontam que após o diagnóstico da hanseníase o tratamento preconizado é a Poliquimioterapia Única (PQT-U) oferecido pelo Sistema Único de Saúde (SUS), com duração entre seis meses e 12 meses, na dependência do tipo de terapêutica. Souza *et al.* (2025, p. 4). A persistência da hanseníase está intimamente associada a desigualdades socioeconômicas e iniquidades destacadas por determinantes sociais. Situações como dificuldade de acesso aos serviços de saúde, atraso no diagnóstico, barreiras sociais e estruturais, estigma social persistem como obstáculos enfrentados pelos portadores de hanseníase. (Corrêa, 2024). Historicamente associada à exclusão e preconceito, a doença ainda carrega um forte peso simbólico. Muitos pacientes evitam procurar atendimento médico por medo de serem discriminados, o que contribui para a subnotificação e atraso no início do tratamento, conforme citado por Guimarães *et al.* (2025). As medidas utilizadas na Atenção Primária à Saúde (APS) para o controle da hanseníase foram capacitação profissional, descentralização das atividades, atividades de educação em saúde, definição de atribuições profissionais e uso de instrumentos específicos na assistência de Enfermagem. (Leite, 2020). Conclui-se que essas medidas de prevenção e controle estão em consonância com as recomendações mundiais e do governo brasileiro para a redução da carga da hanseníase, evidenciando os esforços para a descentralização das ações na APS. Evidenciou-se também que o cuidado com a hanseníase continua um desafio para a população, tendo barreiras como preconceito e estigma, vulnerabilidade social, e que é fundamental ter estratégias que ajudem na diminuição dessas barreiras como ações educativas, conscientização para acabar com o estigma, além de ampliar o acesso aos serviços de saúde em áreas vulneráveis.

Palavras-chave: hanseníase; estigma social; barreiras de acesso; vulnerabilidade social.

Referências

CORRÊA, José Irismar de Oliveira. HANSENÍASE: análise epidemiológica e desigualdades sociais no Brasil. **Revista Foco**, [S.l.], v. 18, n. 5, p. 1-14, [s.d.]. Disponível em:
[https://www.minerva.edu.py/archivo/7/5/Artigo%201%20Hansen%C3%ADase%20\(1\).pdf](https://www.minerva.edu.py/archivo/7/5/Artigo%201%20Hansen%C3%ADase%20(1).pdf). Acesso em 08 out 2025.

GUIMARÃES, Mateus Henrique Dias. Desafios no diagnóstico e na adesão ao tratamento da hanseníase no contexto da saúde pública brasileira. **Contribuciones a las Ciencias Sociales**, São José dos Pinhais, v. 18, n. 5, 2025. Disponível em:
<https://ojs.revistacontribuciones.com/ojs/index.php/clcs/article/view/17846/10320>. Acesso em 08 out 2025.

LEITE, Thiaskara Ramile Caldas; SILVA, Ingrid Grangeiro Bringel; LANZA, Fernanda Moura; MAIA, Evanira Rodrigues; LOPES, Maria do Socorro Vieira; CAVALCANTE, Edilma Gomes Rocha. Ações de controle da hanseníase na atenção primária à saúde: uma revisão integrativa. VITTALLE - **Revista de Ciências da Saúde**, [S. l.], v. 32, n. 3, p. 175–186, 2020. DOI: 10.14295/vittalle.v32i3.11080. Disponível em:
<https://periodicos.furg.br/vittalle/article/view/11080> Acesso em: 9 out. 2025.

ORGANIZAÇÃO PAN-AMERICANA DA SAÚDE (OPAS). **Hanseníase**. [s.d.] Disponível em: <https://www.paho.org/pt/topicos/hanseniaze>. Acesso em 08 out 2025.

SOUZA, C.V.G. Acesso e acessibilidade na Atenção Primária à Saúde. **Escuela de Enfermería da USP**, [S.l.], v. 18, n. 5, p. 1-14, 2025. Disponível em:
<https://www.scielo.br/j/ean/a/qsdnj56xVvN8LxQtfrwzwcC/?format=html&lang=pt> Acesso em 08 out 2025.

O PAPEL DA ENFERMAGEM NO MANEJO DA DOR EM PACIENTES COM FIBROMIALGIA

Enzo Leander Chaves Salton (1), Karen Milena (2), Gabrielly Silva Santos Filgueira (3), Elis Milena Ferreira do Carmo Ramos (4).

- (1) Acadêmico de Enfermagem, Centro Universitário Faema – Unifaema, enzo.62265@unifaema.edu.br
- (2) Acadêmica de Enfermagem, Centro Universitário Faema – Unifaema, karen.60551@unifaema.edu.br
- (3) Acadêmica de Enfermagem, Centro Universitário Faema – Unifaema, Gabrielly.63097@unifaema.edu.br
- (4) Docente e Mestre, Centro Universitário Faema – Unifaema, elis.ramos@unifaema.edu.br

A fibromialgia se caracteriza por não ter uma causa definida, sendo considerada uma disfunção do processamento sensorial no qual causam dores intensas, o diagnóstico é clínico, sem realização de exames; para possível diagnóstico é atribuído a entrevista clínicas e critérios pré-estabelecidos para identificação da doença reumática. A síndrome da fibromialgia trata-se de uma condição de saúde limitante com repercussão na realização das atividades de vida diária, pois está condicionada a dores intensas e generalizadas que impactam diretamente o autocuidado do indivíduo (Antunes, 2020). Assim, este estudo busca descrever a assistência ao portador de Síndrome Fibromiálgica, na atenção à saúde, sob o olhar do enfermeiro. Considerando a natureza multidimensional da fibromialgia, o tratamento e a compreensão do paciente se tornam processos complexos, englobando o controle de sintomas, novos hábitos e o uso de medicamentos. A educação do paciente é uma ferramenta poderosa no enfrentamento da fibromialgia, pois torna-se um cuidado no qual os enfermeiros têm a responsabilidade de fornecer informações claras e compreensíveis sobre a condição, tratamentos disponíveis e estratégias de autogerenciamento, capacitando os pacientes no processo de cuidado. Sendo assim as práticas integrativas se adequa nas resoluções, nas quais existem evidências significativas e desfechos positivos na utilização de terapias alternativas em pacientes com fibromialgia, contribuindo para redução sintomatológica, obtendo melhora da qualidade de vida desses indivíduos, os autores (Campos e Rached, 2018) definem que a abordagem do enfermeiro no cuidado tem relação com a reabilitação, pois proporciona resultados benéficos, Dada a diversidade de sintomas e a presença de componentes psicológicos nos casos de fibromialgia, torna-se essencial o uso de ferramentas de avaliação padronizadas, como o Questionário de Impacto da Fibromialgia (FIQ), as Escalas Beck de Ansiedade e Depressão (BAI e BDI), juntamente com questionários sobre sono, estresse e qualidade de vida, conforme a necessidade específica de cada paciente (Pinto, 2022). Normalmente, o enfermeiro(a) é o profissional da saúde a ter o primeiro contato com pacientes fibromiálgicos, e é por meio do paciente que o enfermeiro(a) dispõe dos detalhes relatados e assim através de ferramentas é capaz de construir um plano terapêutico. O processo de enfermagem, de forma sistematizada, mostrou com base em literatura ser uma ferramenta potente para direcionar o enfermeiro na condução do caso e no apoio às equipes multiprofissionais. Práticas alternativas e integrativas associadas às convencionais são acessíveis na atenção primária à saúde desde que haja adesão do paciente, e isso só é possível por meio de processos educacionais e integração com a equipe. Portanto, na assistência primária à saúde o diagnóstico como o tratamento para o paciente por meio do processo de enfermagem se faz possível, com escuta qualificada e trabalho integrativo em equipe. Em resumo, a humanização e o planejamento no atendimento à pessoa com fibromialgia envolvem tratar o paciente com empatia, respeito e compreensão, adaptar o tratamento às suas necessidades individuais e fornecer informações

claras e educativas, esses aspectos são essenciais para garantir um cuidado de qualidade e promover o bem-estar do paciente.

Palavras-chave: fibromialgia; enfermeiros; individualidade; qualidade de vida.

Referências

ANTUNES, L. **Cuidados de enfermagem para a pessoa com a síndrome da fibromialgia**. Florianópolis: 2020. Disponível em: TCC_LUCAS_ANTUNES_ENFERMAGEM.pdf (ufsc.br). Acesso 01/06/2023.

BERSOTTI, F. M.; et al. Terapias alternativas no controle da dor. **Revista CPAQV - Centro de Pesquisas Avançadas em Qualidade de Vida**, [S. l.], v. 16, n. 2, 2024. DOI: 10.36692/V16N2-107R. Disponível em: <https://revista.cpaqv.org/index.php/CPAQV/article/view/2062>. Acesso em: 7 abr. 2025.

CAMPISTA, Stephany; MARTINS, Regina. **Assistência à pessoa com síndrome fibromiálgica na atenção primária à saúde: manejo e diagnóstico de enfermagem**. Repositório Institucional, v. 1, n. 1, 2023.

CAMPOS, M; CHARED, R. Papel da enfermagem na reabilitação física. JN: International Journal of Health Management Review. v. 3, n. 1. mai. 2017. Disponível em: O papel da enfermagem na reabilitação física | **International Journal of Health Management Review** (ijhmreview.org). Acesso em: 12/10/2023.

PINTO, P. **Fibromialgia, intervenção psicológica e interdisciplinaridade**. 2022. 49 f. TCC (Graduação em psicologia) – Universidade de Taubaté. Taubaté, SP: 2022. Disponível em: Fibromialgia, intervençãõ psicológica e interdisciplinaridade (unitau.br). Acesso em: 22/10/2023.

PROGRAMA DE SAÚDE ESCOLAR E O ALINHAMENTO DE AÇÕES NA PREVENÇÃO DA HANSENÍASE COMO DOENÇA NEGLIGENCIADA

Veronica Moreira Dias (1), Ana Regina Viana Martins (2), Sonia Carvalho de Santana (3)

- (1) Acadêmica de Enfermagem, Centro Universitário Faema – Unifaema, Veronica.48349@unifaema.edu.br
(2) Acadêmica de Enfermagem, Centro Universitário Faema – Unifaema, Ana.45616@unifaema.edu.br,
(3) Docente de Enfermagem, Centro Universitário Faema – Unifaema, sonia.carvalho@unifaema.edu.br,

O Programa de Saúde na Escola (PSE) configura-se como uma política pública estratégica para o fortalecimento da intersetorialidade entre saúde e educação, promovendo o desenvolvimento integral de crianças, adolescentes e jovens da rede pública de ensino. Idealizado e implementado o Programa Saúde nas Escolas (PSE) visa garantir a abordagem de temas específicos de saúde. É de fundamental importância que as Unidades Básicas de Saúde (UBS) se distribuam de modo equitativo em relação às instituições de ensino para ampliar a possibilidade de maior efetividade das ações do Programa Saúde na Escola (PSE). Santos.*et al.* (2025). O objetivo deste estudo foi compreender como são realizadas as ações do Programa Saúde na Escola voltadas ao enfrentamento da hanseníase enquanto doença negligenciada. Trata-se de uma revisão de literatura, com base em publicações disponíveis na Biblioteca Virtual em Saúde (BVS), *Scientific Electronic Library Online* (SciELO), Base de Dados de Enfermagem (BDEnf), disponíveis entre 2000-2025. **Os resultados** evidenciam que o (PSE) constitui uma importante estratégia intersetorial entre os Ministérios da Saúde e da Educação, voltada à promoção da saúde e à prevenção de agravos entre crianças e adolescentes. No contexto das Doenças Tropicais Negligenciadas, destaca-se a hanseníase, enfermidade ainda presente em diversas regiões do Brasil e associada a condições de vulnerabilidade social. A integração das ações do PSE com a Atenção Primária à Saúde possibilita a detecção precoce de casos suspeitos, o encaminhamento oportuno para diagnóstico e tratamento, além de atividades educativas que combatem o estigma e fortalecem a vigilância em saúde, exigindo ações contínuas de prevenção, diagnóstico precoce e controle. (SILVA, 2024). O alinhamento entre educação e saúde é essencial para romper o ciclo de transmissão da hanseníase e promover a conscientização sobre sua prevenção, contribuindo para o alcance das metas de eliminação da doença como problema de saúde pública. (Cantuária, 2024). A integração das equipes do PSE com a Atenção Primária à Saúde favorece a identificação de sinais e sintomas da doença durante as atividades escolares, ampliando o acesso aos serviços de saúde e reduzindo o tempo entre o início dos sintomas e o diagnóstico. Mediante o exposto justifica-se a presença do enfermeiro no contexto escolar, atuando como elo entre a equipe de saúde da atenção primária e a comunidade educativa, promovendo educação escolar contínua, uma vez que essa ação impacta positivamente na qualidade de vida de toda a comunidade escolar.

Palavras-chave: atenção primária à saúde; hanseníase; doença negligenciada; enfermeiro; programa de saúde na escola.

Referências

CANTUÁRIA, D. F. G. A Saúde na Escola: Uma Continuidade Necessária. **Revista Científica FESA**, [S. l.], v. 3, n. 18, p. 48–64, 2024. DOI: 10.56069/2676-0428.2024.447. Disponível em: <https://revistafesa.com/index.php/fesa/article/view/447>. Acesso em: 13 out. 2025.

FETTERMANN, Fernanda Almeida et al. Programa de saúde na escola e o alinhamento de ações na prevenção do coronavírus. **Research, Society and Development**, v. 10, n. 5, e37810514686, 2021. DOI: <https://doi.org/10.33448/rsd-v10i5.14686>. Acesso em: 13 out. 2025.

SANTOS, Edilton Rodrigues et al. Análise da distribuição espacial do Programa Saúde na Escola sob a perspectiva do princípio de equidade. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 30, p. e05792023, 2025. *Ciência & Saúde Coletiva* [online]. v. 30, n. 02, e05792023. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/1413-81232025302.05792023>>. Acesso: em 13 Out 2025

SILVA, Francisca Andreza Passos; SOUSA, Jonathan Pereira De; NASCIMENTO, Maria Berenice Gomes; FERNANDES, Marcelo Costa. Suspeição de hanseníase: educação em saúde com adolescentes para diagnóstico precoce. **Caderno Impacto em Extensão**, Campina Grande, v. 5, n. 2, 2024. Disponível em: <https://revistas.editora.ufcg.edu.br/index.php/cite/article/view/2903>. Acesso em: 13 out. 2025.

QPCR E TESTES POINT-OF-CARE NA HANSENÍASE: POTENCIAL PARA AMPLIAÇÃO DA VIGILÂNCIA EM SAÚDE PÚBLICA

Ana Regina Viana Martins (1), Veronica Moreira Dias (2), Yasmin Garcia Reina (3), Sonia Carvalho de Santana (4)

(1) Acadêmica de Enfermagem, Centro Universitário Faema – Unifaema, Ana.45616@unifaema.edu.br,

(2) Acadêmica de Enfermagem, Centro Universitário Faema – Unifaema, Veronica.48349@unifaema.edu.br,

(3) Acadêmica de Enfermagem, Centro Universitário Faema – Unifaema, Yasmin.50437@unifaema.edu.br.

(4) Docente de Enfermagem, Centro Universitário Faema – Unifaema, sonia.carvalho@unifaema.edu.br,

A hanseníase permanece como uma Doença Tropical Negligenciada (DTN) de grande relevância para a saúde pública, sobretudo em países endêmicos como o Brasil, Nitsuma *et al.* (2021). Conforme Lopes *et al.* (2021) a transmissão da hanseníase ocorre principalmente através de gotículas respiratórias de pessoas que têm formas multibacilares da doença e que não estão em tratamento. Apesar do contágio parecer simples, a doença tem uma baixa taxa de transmissão e a maioria das pessoas expostas ao bacilo não desenvolve a doença devido à resistência natural do corpo humano. Conforme Pinheiro *et al.* (2024), os avanços na biologia molecular têm possibilitado o desenvolvimento de testes rápidos e sensíveis para a detecção do *Mycobacterium leprae*, contribuindo significativamente para o diagnóstico precoce e o aprimoramento das estratégias de vigilância em saúde. A utilização de técnicas como a reação em cadeia da polimerase (PCR) e seus derivados, incluindo o PCR em tempo real (qPCR) e os testes moleculares point-of-care, permite identificar material genético do bacilo em amostras de pele, sangue ou esfregaço intradérmico, mesmo em casos paucibacilares e assintomáticos. (Alburquerque, 2024). O objetivo deste estudo aborda a incorporação de testes rápidos baseados em biologia molecular como ferramenta para fortalecer a vigilância em saúde da hanseníase, uma doença tropical negligenciada que ainda representa importante desafio no Brasil. Trata-se de uma revisão de literatura, realizada a partir de publicações disponíveis na Biblioteca Virtual em Saúde (BVS), *Scientific Electronic Library Online* (SciELO), Base de Dados de Enfermagem (BDEnf) e no acervo da Organização Pan-Americana da Saúde (OPAS/OMS). Foram incluídas publicações entre 2020 e 2025. Optou-se por excluir aquelas que não abordavam diretamente a temática. Os Descritores em Ciências da Saúde (DeCS) utilizados foram: Hanseníase, Teste molecular rápido. Vigilância em saúde. Diagnóstico precoce. Doenças Tropicais Negligenciadas. Os principais resultados destacam que a incorporação de testes rápidos baseados em biologia molecular amplia a capacidade de rastreamento de contatos e a vigilância ativa em áreas endêmicas, reduzindo o tempo entre o início da infecção e o início do tratamento. Além disso, a incorporação de testes moleculares aos serviços da Atenção Primária à Saúde (APS) fortalece o papel do enfermeiro e vigilância epidemiológica na identificação precoce e na interrupção da cadeia de transmissão. A combinação entre tecnologia diagnóstica e ações intersectoriais no âmbito das redes de atenção, contribui para a detecção oportuna de novos casos, o monitoramento territorial e o alcance das metas de eliminação da hanseníase como problema de saúde pública.

Palavras-chave: hanseníase; teste molecular rápido; vigilância em saúde; diagnóstico precoce; doenças tropicais negligenciadas.

Referência

ALBUQUERQUE, Andressa Almeida. **Estabelecimento de métodos moleculares para detecção de *Mycobacterium leprae* como ferramenta de diagnóstico para hanseníase**. 2025. 116 f. Tese (Doutorado em Biotecnologia) - Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2024. Disponível em: <https://repositorio.ufc.br/handle/riufc/80480>. Acesso em 13 out 2025.

LOPES, F. DE C. et al.. Hanseníase no contexto da Estratégia Saúde da Família em cenário endêmico do Maranhão: prevalência e fatores associados. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 26, n. 5, p. 1805–1816, maio 2021. Disponível em : <https://doi.org/10.1590/1413-81232021265.04032021>. Acesso em : 13 out 2025

NIITSUMA, E. N. A. et al.. Fatores associados ao adoecimento por hanseníase em contatos: revisão sistemática e metanálise. **Revista Brasileira de Epidemiologia**, v. 24, p. e210039, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1980-549720210039>. Acesso em 13 out 2025

PINHEIRO MDS, Vieira MP, Santos DCM, Castelo Branco A, Oliveira LBP, Fraga LAO. **Valor diagnóstico da PCR quantitativa em acompanhamento de um paciente com hanseníase: relato de caso**. *Hansen Int.* 2024;49:e40201. doi: <https://doi.org/10.47878/hi.2024.v49.40201>. Acesso em 13 out 2025.

QUALIDADE DE VIDA DO IDOSO AFETADO PELA HANSENÍASE

Kaline Santos de Laia (1), Claudilane Desiderio Deolindo Alves (2), Érica Oliveira Batista de Andrade (3), Sonia Carvalho Santana (4)

- (1) Acadêmica de Enfermagem, Centro Universitário Faema – Unifaema, *Kaline.53678@unifaema.edu.br*,
 (2) Acadêmica de Enfermagem, Centro Universitário Faema – Unifaema, *claudilaine.61747@unifaema.edu.br*
 (3) Acadêmica de Enfermagem, Centro Universitário Faema – Unifaema, *erica.53574@unifaema.edu.br* ,
 (4) Docente de Enfermagem, Centro Universitário Faema – Unifaema, *sonia.carvalho@unifaema.edu.br*,

A hanseníase é uma doença infectocontagiosa causada pelo *Mycobacterium leprae*, que acomete principalmente os nervos periféricos. Quando não tratada, pode causar danos permanentes como incapacidades físicas, deformidades e exclusão social. Classificada pela Organização Mundial de Saúde (OMS) como uma doença tropical negligenciada, sua ocorrência está comumente associada às más condições socioeconômicas de uma população. O estigma e a discriminação vêm desempenhando um papel importante de exclusão social e omissão de direitos a essas pessoas. Nesse sentido, países endêmicos, a exemplo do Brasil, baseados nas propostas da Estratégia Global de Hanseníase 2021 - 2030 buscam atingir um mundo com zero hanseníase, zero incapacidade, estigma e discriminação. (OMS, 2020). O convívio direto e prolongado com pessoas não tratadas constitui importante fator de transmissão. No Brasil, o aumento da população idosa traz novos desafios à saúde pública, pois o envelhecimento provoca alterações fisiológicas como sarcopenia, lentificação motora e declínio cognitivo que, somadas às limitações físicas decorrentes da hanseníase, intensificam as dificuldades funcionais e a perda de autonomia. Além das sequelas físicas, os idosos com hanseníase frequentemente vivenciam situações de rejeição, estigma e preconceito, que comprometem sua saúde mental e qualidade de vida, salientado por Oliveira *et al.* (2024). O presente estudo tem como objetivo abordar a qualidade de vida e seus fatores associados em pacientes idosos com hanseníase. Trata-se de uma revisão de literatura baseada em publicações disponíveis na Biblioteca Virtual em Saúde (BVS), *Scientific Electronic Library Online* (SciELO), Base de Dados de Enfermagem (BDEnf) e acervo da Organização Pan-Americana da Saúde (OPAS/OMS), abrangendo o período de 2020 a 2025. Foram utilizados os Descritores em Ciências da Saúde (DeCS): Enfermagem, Hanseníase, Idoso, Qualidade de Vida e Saúde Pública. Os resultados evidenciam a importância de reconhecer as características peculiares do idoso, sendo a avaliação da funcionalidade global o ponto de partida para o planejamento das ações de saúde. Observou-se que os principais comprometimentos estão relacionados à função física, à dor e à saúde mental, com destaque para a perda de sensibilidade como fator determinante de incapacidade, conforme Araujo *et al.* (2023). O diagnóstico em indivíduos com 60 anos ou mais apresenta maior prevalência entre pessoas do sexo masculino, de raça/cor parda ou negra, com baixa escolaridade e renda, reforçando o impacto das vulnerabilidades socioeconômicas e do estigma. Assim, a aplicação da Sistematização da Assistência de Enfermagem (SAE) é fundamental para oferecer um cuidado integral, humanizado e centrado nas necessidades do idoso com hanseníase. O acompanhamento contínuo, considerando as particularidades do envelhecimento — como a sarcopenia, a fragilidade e as alterações cognitivas —, é essencial para garantir intervenções

adequadas e promover melhor qualidade de vida, mesmo diante das limitações impostas pela doença, destacado por Fonseca *et al.* (2020).

Palavras-chave: hanseníase; idoso; qualidade de vida; saúde pública.

ARAUJO, D. M. et al. Hanseníase e seu impacto na qualidade de vida de pessoas com incapacidades físicas: uma revisão de escopo. **Revista Brasileira de Enfermagem**, v. 77, n. Supl. 3, 2024. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/reben/a/b6QBTG8434CT5qdvMn4BrcS/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 9 out. 2025.

FONSECA, H. G. da; BERTONCINI, P. M. R. P.; BORGES, J. A. M.; LIMA, T. M.; REIS, P. A. M. Sistematização da assistência de enfermagem a um idoso com hanseníase / Systematization of nursing care to an elderly with leprosy. **Brazilian Journal of Development**, [S. l.], v. 6, n. 6, p. 40843–40853, 2020. DOI: 10.34117/bjdv6n6-575. Disponível em: <https://ojs.brazilianjournals.com.br/ojs/index.php/BRJD/article/view/12237>. Acesso em: 10 oct. 2025.

OLIVEIRA, Gabriela Teixeira Ribeiro de; BOCONCELO, Isabela; NARDI, Susilene Maria Tonelli; MARCIANO, Lucia Helena Soares Camargo; PRADO, Renata Bilion **Ruiz**. Estratégias de enfrentamento, limitação de atividades diárias e participação social de idosos que têm ou tiveram hanseníase: Enfrentamento de Idosos com Hanseníase. **Revista Brasileira em Promoção da Saúde**, [S. l.], v. 37, p. 1–13, 2024. DOI: 10.5020/18061230.2024.14403. Disponível em: <https://ojs.unifor.br/RBPS/article/view/14403>. Acesso em: 9 out. 2025.

WORLD HEALTH ORGANIZATION (WHO). Regional Office for South-East Asia. Estratégia Global de Hanseníase 2021-2030 - “rumo à zero hanseníase” [Internet]. World Health Organization. Regional Office for South-East Asia; 2020 Disponível em: » <https://apps.who.int/iris/handle/10665/341501>. Acesso em 09 out 2025.

A (RE)VITIMIZAÇÃO DE VÍTIMAS DE CRIMES SEXUAIS E AS POLÍTICAS MITIGATÓRIAS DO ESTADO DE RONDÔNIA

Paula Ildiane Dalfior Silva (1), Naihara Oliveira da Silva (2), Bruno Neves da Silva (3)

- (1) Acadêmica de Direito do Centro Universitário Faema – Unifaema, paula.64704@unifaema.edu.br
(2) Acadêmica de Direito do Centro Universitário Faema – Unifaema, naihara.2970@unifaema.edu.br
(3) Professor Esp. em Direito em Centro Universitário Faema – Unifaema, bruno.silva@unifaema.edu.br

O presente trabalho analisa o fenômeno da violência institucional e a revitimização de mulheres vítimas de estupro no Estado de Rondônia, especialmente quando buscam o sistema de justiça e os serviços públicos de atendimento. A pesquisa parte da constatação de que o Estado, embora deva atuar como garantidor de direitos, muitas vezes reproduz práticas discriminatórias e revitimizantes (Souza; Silva, 2019). O estudo tem como objetivo geral compreender como as políticas públicas e institucionais de Rondônia têm sido implementadas para mitigar a revitimização, e como objetivo específico identificar suas lacunas e efetividade. A metodologia adotada é qualitativa e descritiva, com base em revisão bibliográfica e documental de leis, campanhas públicas e literatura científica sobre o tema (Teixeira, 2023). Também foram analisadas campanhas midiáticas e comunicacionais de enfrentamento à violência sexual, a fim de identificar discursos que, mesmo com propósito preventivo, acabam reforçando estigmas e culpabilização das vítimas (Alczuk; Munaretto; Consalter, 2022). Os resultados demonstram que, apesar dos avanços legislativos, como a Lei nº 14.245/2021 (Lei Mariana Ferrer) e a Lei nº 14.321/2022, persistem falhas estruturais e simbólicas no atendimento às vítimas, revelando carência de capacitação profissional, insuficiência de políticas intersetoriais e desigualdade territorial de acesso aos serviços. As análises indicam ainda que slogans como “não se cale” e “denuncie” deslocam a responsabilidade do agressor para a vítima, configurando revitimização simbólica (Bandeira, 2014). Conclui-se que o enfrentamento da violência sexual requer práticas institucionais baseadas na escuta qualificada, acolhimento humanizado e campanhas midiáticas com perspectiva de gênero. É imprescindível fortalecer políticas públicas integradas e capacitações contínuas para que a denúncia seja um ato de libertação, e não uma nova experiência de dor (Feitosa; Carvalho, 2023).

Palavras-chave: violência institucional; estupro; revitimização; políticas públicas; Rondônia.

Referências

ALCZUK, M. A. D.; MUNARETTO, M. A.; CONSALTER, Z. M. A revitimização midiática e o direito ao esquecimento como ferramenta de proteção das mulheres vítimas de violência de gênero. **Revista RIOS**, v. 17, n. 33, p. 192–213, 2022.

BANDEIRA, Lourdes Maria. Violência de gênero: a construção de um campo teórico e de investigação. **Sociedade e Estado**, Brasília, v. 29, n. 2, p. 449-469, 2014.



FEITOSA, A. P. P.; CARVALHO, V. R. B. A violência institucional contra a mulher vítima de crimes sexuais. **JNT – Facit Business and Technology Journal**, v. 03, ed. 46, p. 83-113, 2023.

SOUZA, F.; SILVA, G. Violência institucional e revitimização: desafios para o enfrentamento da violência de gênero. **Revista Direito e Práxis**, v. 10, n. 4, 2019.

TEIXEIRA, Fábيا Ferreira. Acolhimento de vítimas de violência sexual em serviços de saúde pública no Brasil: uma revisão integrativa. **Saúde e Sociedade**, São Paulo, v. 32, n. 1, p. 1–14, 2023. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/sausoc/a/F76K8HSJzbFbNKrrcFj8ZrD/>. Acesso em: 09 nov. 2025.

A IMPORTÂNCIA DO FARMACÊUTICO CLÍNICO NO CUIDADO INTENSIVO DO ADULTO E DESAFIOS ENFRENTADOS

Eduarda Batista de Souza (1), Nayara Barroso Mantaia (2), Cleiciainara Bagio Lovo (3), Taline Canto Tristão (4)

- (1) Acadêmica de Farmácia. Centro Universitário Faema – Unifaema. eduarda.61581@unifaema.edu.br
(2) Acadêmica de Farmácia. Centro Universitário Faema – Unifaema. nayara.59691@unifaema.edu.br
(3) Docente adjunta. Centro Universitário Faema – Unifaema. cleiciainara.bagio@unifaema.edu.br
(4) Coord. do Curso de medicina. Centro Universitário Faema – Unifaema. taline.canto@unifaema.edu.br

Introdução: A Unidade de Terapia Intensiva (UTI) é um setor destinado ao cuidado de pacientes em estado crítico, oferecendo assistência multiprofissional especializada, monitoramento contínuo e suporte às funções vitais durante falhas agudas de órgãos (Marshall et al., 2017). O farmacêutico tem sido incorporado à equipe multiprofissional da UTI para otimizar o monitoramento dos fármacos, avaliação da eficácia terapêutica e promoção da segurança ao paciente (Santos et al., 2021). A UTI é um ambiente favorável a atuação do farmacêutico clínico, pois facilita as intervenções farmacêuticas junto à equipe multiprofissional. O farmacêutico intensivista contribui para a segurança do paciente no uso de medicamentos, para a racionalização dos custos hospitalares e atua como referência em informações sobre fármacos para a equipe de saúde (Ferreira et al., 2021). **Objetivo:** Descrever a importância da atuação do farmacêutico clínico na UTI, destacando suas principais responsabilidades, contribuições para a segurança do paciente e desafios enfrentados na prática profissional. **Metodologia:** Trata-se de uma revisão de literatura, extraída de artigos publicados em inglês e português, entre 2017 e 2025, nas bases de dados Scielo, PubMed e Google Scholar. Foram utilizados os descritores “atuação farmacêutica”, “importância”, “desafios”, “unidade de terapia intensiva” combinados com o booleano AND. **Resultados e discussões:** A UTI é um setor para pacientes críticos, oferecendo cuidado multiprofissional, monitoramento contínuo e suporte às funções vitais (Marshall et al., 2017). A presença do farmacêutico clínico nessa equipe multidisciplinar é essencial para reduzir erros de prescrição, prevenir interações medicamentosas, promover o uso racional de fármacos, como os antimicrobianos, e favorecer o sucesso terapêutico (Viana et al., 2017). A interação medicamentosa (IM) é um importante problema de saúde pública, associada ao aumento do tempo de internação e dos custos hospitalares. O risco de IM é maior na UTI, devido ao uso de múltiplos medicamentos em pacientes críticos (Silva et al., 2020). Os farmacêuticos clínicos em UTI oncológica devem conhecer as condições relacionadas ao câncer e estar capacitados para identificar e manejar as toxicidades associadas aos esquemas quimioterápicos mais utilizados (Santos et al., 2020). A administração de antibióticos orientada por um farmacêutico resulta em menor taxa de mortalidade e de multirresistência aos antibióticos (Zhongwang et al., 2017). No entanto, é importante reconhecer os desafios da área, como a falta de profissionais, incentivo e baixo reconhecimento do farmacêutico intensivista. Para aproveitar seu potencial na UTI, é fundamental que as instituições de saúde e ensino valorizem sua atuação. Investir no farmacêutico é investir na qualidade do cuidado farmacoterapêutico, na segurança do paciente e na excelência da gestão hospitalar (Santos et al., 2024). **Conclusão:** A atuação do farmacêutico clínico na UTI é essencial para a segurança do paciente, redução de erros, prevenção de interações medicamentosas e uso racional de medicamentos. Sua presença contribui para a otimização da farmacoterapia, redução de custos hospitalares e apoio à equipe multiprofissional. Apesar dos desafios relacionados à falta de profissionais, incentivo e reconhecimento, a valorização do farmacêutico intensivista pelas

instituições de saúde é fundamental, pois reflete diretamente na qualidade do cuidado, segurança do paciente e eficiência da gestão hospitalar.

Palavras-chave: atuação farmacêutica; importância; unidade de terapia intensiva; desafios.

Referências

FERREIRA, Helena Kelly Santos. et al. A importância do farmacêutico clínico no uso racional de antibióticos em unidades de terapia intensiva. **Acta Farmacêutica Portuguesa**, v. 10, n.2, p.33-49, 2021.

MARSHALL, John C. et al. What is an intensive care unit? A report of the task force of the World Federation of Societies of Intensive and Critical Care Medicine. **Journal of Critical Care**, v. 37, p. 270–276, 2017.

SANTOS, Juliana Pereira. et al. Cuidado farmacêutico em UTI oncológica. **Brazilian Journal of health Review**, v. 3, n. 3, p. 5697-5704, 2020.

SANTOS, Julianderson de Souza. et al. Farmacêutico na UTI: um profissional essencial no suporte à vida. **Revista Brasileira de Revisão de Saúde**, v. 1, p. 5597–5611, 2024.

SANTOS, Pricila Soares, et al. Atuação do farmacêutico clínico na unidade de terapia intensiva. **REVISA**, v. 10, n. esp. 2, p. 833–838, 2021.

SILVA, Gabriel Gustavo Santana. et al. Importância do farmacêutico clínico na diminuição das interações medicamentosas ao paciente oncológico na unidade de terapia intensiva. **Brazilian Journal of health Review**, v. 3, n. 5, p. 15542-15556, 2020.

VIANA, Stéphanie de Souza Costa. et al. Interventions of the clinical pharmacist in na Intermediate Care Unit for elderly patients. **Einstein**, v. 15, n. 3, p. 283-8, 2017.

ZHONGWANG, Li. et al. Pharmacist-driven antimicrobial stewardship in intensive care units in East China: a multicenter prospective cohort study. **American Journal of Infection Control**, v. 45, n. 9, p. 983–989, 2017.

MORFOLOGIA DAS SEMENTES E SUA INFLUÊNCIA NA GERMINAÇÃO E NO VIGOR DE PLÂNTULAS

Nathiely Reinaldo (1), Wendy Moreira (2), Luiz Eduardo Gusmão (3), Otávio Arraes Gabriel (4), Adriana Ema Nogueira (5), Nilvani Rodrigues Cabral (6)

(Centro Universitário FAEMA- UNIFAEMA, Nathielyreinando@gmail.com)

(1,2,3,4) Acadêmicos do Curso de Bacharelado em Agronomia, Centro Universitário Faema – Unifaema)

(5,6) Docentes do Curso de Bacharelado em Agronomia, Centro Universitário Faema – Unifaema)

A semente parece simples, mas é nela que começa a vida de quase todas as plantas. Mesmo sendo pequena, ela guarda tudo que a planta precisa para nascer e crescer nos primeiros dias. Quando a gente observa com atenção, percebe que a maioria das sementes é formada por três partes principais: o tegumento, o embrião e, em algumas espécies, o endosperma. O tegumento funciona como uma casquinha protetora, que evita danos físicos, perda de água e até ataque de fungos. Em algumas plantas, essa camada é tão dura que a água não consegue entrar fácil, atrasando a germinação ou provocando dormência na semente (Silva, 2022). Dentro da semente fica o embrião, que é como uma plantinha bem pequenininha. Ele já tem a radícula, que vai virar a raiz, o caule inicial e os cotilédones, que guardam nutrientes importantes. Se o embrião estiver malformado, ou sofrer algum dano, ele até pode germinar, mas a plântula fica fraca e muitas vezes não sobrevive (Ferreira; Costa, 2023). Em muitas sementes também existe o endosperma, que é uma reserva de alimento cheia de nutrientes, tipo amido e óleos, que alimentam o embrião até que ele consiga fazer fotossíntese sozinho (Oliveira, 2021). A germinação começa quando a semente absorve água e 'acorda' do seu estado de dormência. A primeira parte que aparece é a radícula, que rompe o tegumento e começa a formar a raiz. A velocidade que isso acontece, e também a uniformidade entre várias sementes, são usadas pra avaliar o vigor, ou seja, a capacidade de crescer forte (Santos et al., 2024). Mesmo com solo úmido e temperatura adequada, sementes velhas ou mal armazenadas podem germinar pouco. Entender como a semente é por dentro não é só teoria, ajuda muito a escolher sementes melhores, armazenar direito, usar técnicas como escarificação e evitar prejuízos na lavoura. A semente, mesmo sendo pequena, já mostra se a planta vai ter força pra se desenvolver ou não. E é incrível pensar que algo tão minúsculo determina tanto da vida da planta.

Palavras-chave: propágulos; vitalidade; mudas; estrutura embrionária.

Referências

FERREIRA, L.; COSTA, M. **Fisiologia de sementes**. São Paulo: Atlas, 2023.

OLIVEIRA, R. **Fundamentos de botânica**. Rio de Janeiro: LTC, 2021.

SANTOS, P. et al. Qualidade de sementes e vigor. **Revista de Agronomia**, 2024.

SILVA, J. **Morfologia e desenvolvimento de sementes**. 1. ed. Curitiba: Educar, 2022.

A RESPONSABILIDADE AMBIENTAL DO PRODUTOR RURAL NO CONTEXTO DO NOVO CÓDIGO FLORESTAL E A SUSTENTABILIDADE NO AGRONEGÓCIO

John Carlos de Almeida Gomes (1), Sheliane Santos Soares do Nascimento (2).

Centro Universitário Faema – Unifaema, john_almeida_gomes@hotmail.com

(1) Acadêmico de direito, Centro Universitário FAEMA – UNIFAEMA.

(2) Docente de direito, Centro Universitário FAEMA – UNIFAEMA

O Novo Código Florestal, revestido de princípios consagrados na Constituição Federal e no Direito Ambiental, estabelece ao produtor rural o dever de compatibilizar a produção econômica com a conservação ambiental, assegurando o cumprimento da função socioambiental da propriedade. Quando tais determinações não são observadas, resultando em danos ao meio ambiente, aplica-se a responsabilização do agente. Portanto, este estudo teve como objetivo analisar a responsabilidade ambiental do produtor rural no contexto do Novo Código Florestal. Para tanto, adotou-se, no percurso metodológico, uma abordagem bibliográfica e documental, voltada à análise jurídico-dogmática do tema proposto. Como principais resultados, o estudo demonstrou que o meio ambiente ecologicamente equilibrado constitui direito fundamental de eficácia imediata, impondo obrigações tanto ao Estado quanto aos particulares. Verificou-se, ainda, que os princípios da prevenção, precaução, poluidor-pagador e da função socioambiental norteiam o exercício da atividade rural, vinculando-a à proteção e recuperação do meio ambiente. O Novo Código Florestal, por sua vez, introduziu instrumentos como o Cadastro Ambiental Rural (CAR) e o Programa de Regularização Ambiental (PRA), que visam conciliar a produtividade com a sustentabilidade, reforçando a responsabilidade objetiva e *propter rem* do produtor pelos danos ambientais. Conclui-se, assim, que o Novo Código Florestal buscou equilibrar o desenvolvimento produtivo/econômico e preservação ambiental, reafirmando a responsabilidade civil ambiental como instrumento de efetivação dos direitos fundamentais, em que o agronegócio deve pautar-se por práticas sustentáveis e juridicamente responsáveis.

Palavras-chave: novo código florestal; responsabilidade ambiental; produtor rural; sustentabilidade; direito ambiental.

Referências

BARROS, Dalmo Arantes et al. Breve análise dos instrumentos da política de gestão ambiental brasileira. **Política & Sociedade**, v. 11, n. 22, p. 155-180, 2012.



BECHARA, Erika. A responsabilidade civil do poluidor indireto e a obrigação propter rem dos proprietários de imóveis ambientalmente degradados. **Cadernos Jurídicos da Escola Paulista da Magistratura**, p. 137-165, 2019.

BECKER, Bruno et al. Código Florestal do Rio Grande do Sul e os conflitos com o Novo Código Florestal Brasileiro. **Nativa, Sinop**, v. 5, n. 1, p. 47-51, 2017.

BERRO, Maria Priscila. Responsabilidade civil por dano extrapatrimonial coletivo em decorrência do dano ambiental. **South American Journal of Basic Education, Technical and Technological**. v.7, n.1, 2020.

APLICAÇÃO DE TÉCNICAS DE MICROSCOPIA NA ANÁLISE ANATÔMICA VEGETAL NA EVOLUÇÃO DAS ESTRUTURAS REPRODUTIVAS DAS ANGIOSPERMAS

Pedro Felipe Gavelli Rosa (1), Vinicius Triper (2), Adriana Ema Nogueira (3), Nilvani Rodrigues Cabral (4).

(Centro Universitário FAEMA- UNIFAEMA, pedrofgavelli@gmail.com)

(1,2) Acadêmicos do Curso de Bacharelado em Agronomia, Centro Universitário Faema – Unifaema

(3,4) Docentes do Curso de Bacharelado em Agronomia, Centro Universitário Faema – Unifaema

De acordo com Dos Santos (2018), com o passar dos anos e com o surgimento de novas tecnologias, cresceu o interesse em buscar conhecimento para compreender o funcionamento das plantas, abrangendo todas as fases do seu desenvolvimento, desde o nascimento, crescimento, floração e reprodução até o momento em que completam seu ciclo de vida e morrem. Esse interesse também envolve entender como as plantas se defendem de pragas e doenças, o que impulsionou o avanço de pesquisas voltadas para a anatomia e a fisiologia vegetal. De acordo com Mestriner (2021), o surgimento da microscopia, no século XVII, representou um marco decisivo para a ciência, pois permitiu observar estruturas antes invisíveis ao olho humano e abriu novas possibilidades para o estudo detalhado dos tecidos e das células vegetais. A utilização de diferentes tipos de microscópios possibilitou análises mais precisas da genética vegetal em níveis celular e molecular, contribuindo significativamente para o desenvolvimento de sementes mais produtivas, resistentes e adaptadas a condições adversas do ambiente. Tais avanços permitiram aos produtores selecionar cultivares mais adequadas às características de suas lavouras, garantindo maior eficiência, sustentabilidade e rentabilidade na agricultura moderna. As tecnologias de microscopia, como a óptica, a eletrônica e a de fluorescência, são fundamentais no melhoramento genético, possibilitando identificar pragas, doenças e genes associados à resistência ao estresse hídrico, além de fornecer informações essenciais para o controle de agentes patogênicos, segundo (Berselli, 2021). A partir desse progresso tecnológico, tornou-se viável estudar de forma mais profunda o funcionamento interno das plantas e compreender suas interações com o meio ambiente, o que auxilia na criação de estratégias para otimizar a produção agrícola. Esses estudos também permitem utilizar cruzamentos genéticos para alcançar variedades vegetais mais fortes, saudáveis e de alto rendimento. Assim, a microscopia consolidou-se como uma das ferramentas mais importantes da biotecnologia e da agronomia, tornando-se indispensável para o avanço científico e para o desenvolvimento de uma agricultura cada vez mais inovadora, sustentável e eficiente.

Palavras-chave: histologia; técnicas de visualização; ebiotecnologia; flora.

Referências

BERSELLI, Arthur Peixoto; BONADIO, Dora Takiya; DIAS, Henrique Moura. Ver para crer: abordagens com microscopia de fluorescência no estudo de interação planta-microrganismo. **Laboratório de Fisiologia Vegetal**, p. 187. 2021



MESTRINER, Ana Cláudia Dinamarco; SIMÕES, Maria Helena. Microscopia é arte: um novo olhar sobre as disciplinas de embriologia e histologia. **Anais do Fórum de Inovação Docente em Ensino Superior**, v. 4, 2021.

SANTOS, Ana Caroline Gonçalves Gomes dos; MACHADO, Vera de Mattos. **Uso da história da ciência em uma aula sobre microscopia**. 2018.

CENTRO DE ACOLHIMENTO PARA PESSOAS EM SITUAÇÃO DE RUA EM PORTO VELHO/RO: UMA REVISÃO BIBLIOGRÁFICA SOBRE ARQUITETURA SOCIAL E INCLUSÃO URBANA

Wagner Soares de Souza (1), Hélio Ferreira de Castro Neto (2), Gustavo Ciufa Menossi (3),
Luide Lemos Santos (4)

Centro Universitário Faema – Unifaema, wgrsoares.souza@gmail.com

(1,2) Docentes do curso de Arquitetura e Urbanismo, Centro Universitário Faema – Unifaema,

(3,4) Acadêmicos do curso de Arquitetura e Urbanismo, Centro Universitário Faema – Unifaema.

A questão das pessoas em situação de rua configura-se como uma das expressões mais complexas da exclusão social no Brasil, refletindo desigualdades estruturais e a insuficiência das políticas públicas de habitação e assistência social. O presente trabalho tem como objetivo discutir, sob a forma de revisão bibliográfica, a importância da arquitetura social como instrumento de reintegração e dignidade humana, tomando como referência o projeto de um Centro de Acolhimento para Pessoas em Situação de Rua proposto para a cidade de Porto Velho/RO. A metodologia adotada baseou-se em levantamento bibliográfico e documental, contemplando autores que tratam da vulnerabilidade urbana e da marginalização social (Costa, 2005; Escorel, 1999; Varanda; Adorno, 2004; Alcântara; Abreu; Farias, 2015), bem como em referenciais arquitetônicos nacionais e internacionais que demonstram a relevância do espaço físico na recuperação social de grupos em vulnerabilidade (ArchDaily, 2013; 2014; 2015). A revisão aponta que o ambiente construído pode contribuir significativamente para o bem-estar psicológico, a segurança e o senso de pertencimento dos indivíduos, quando projetado com princípios de acessibilidade, conforto térmico e integração comunitária. O estudo destaca ainda que, em Porto Velho, a ausência de equipamentos públicos destinados ao acolhimento dessa população amplia os impactos urbanos negativos, como a poluição visual, a insegurança e a degradação ambiental, tornando urgente a implementação de políticas de inclusão com suporte físico adequado. Assim, o projeto arquitetônico desenvolvido neste trabalho foi concebido como um espaço de transição e acolhida, com ênfase em ambientes funcionais, sustentáveis e humanizados. O edifício proposto prevê áreas de convivência, dormitórios, refeitório, lavanderia, atendimento psicológico e médico, além de espaços administrativos e de capacitação profissional. O conceito arquitetônico buscou conciliar estética moderna e funcionalidade social, utilizando materiais como concreto e vidro para favorecer iluminação natural e ventilação cruzada, reduzindo o consumo energético. Ressalta-se que, junto à revisão bibliográfica, foi entregue um modelo de projeto arquitetônico completo, contendo estudos de terreno, implantação, fluxogramas de funcionamento, análise de insolação, ventilação predominante e proposição de soluções construtivas aplicáveis à realidade climática amazônica. Conclui-se que a arquitetura, enquanto expressão social e técnica, pode ser um agente transformador capaz de promover inclusão, cidadania e justiça urbana, contribuindo para a construção de uma cidade mais humana e solidária.

Palavras-chaves: arquitetura social; pessoas em situação de rua; Porto Velho; inclusão urbana.

Referências

ALCÂNTARA, S. C.; ABREU, D. P.; FARIAS, A. A. Pessoas em situação de rua: das trajetórias de exclusão social aos processos emancipatórios de formação de consciência, identidade e pertencimento. **Revista Colombiana de Psicología**, v. 24, n. 1, p. 129–143, 2015.

ARCHDAILY. **Casa de Acolhimento para Menores** / CEBRA. 2015. Disponível em: <https://www.archdaily.com.br>.

ARCHDAILY. **Mos Architects assume projeto humanitário no Nepal**. 2014. Disponível em: <https://www.archdaily.com.br>.

ARCHDAILY. **Albergue Sa Vinyeta** / Ripolltizon. 2013. Disponível em: <https://www.archdaily.com.br>

COSTA, A. P. M. População em situação de rua: contextualização e caracterização. **Revista Virtual Textos & Contextos**, n. 4, 2005.

ESCOREL, S. **Vidas ao léu**: uma etnografia da exclusão social. Rio de Janeiro: Fiocruz, 1999.

VARANDA, W.; ADORNO, R. C. F. Descartáveis urbanos: discutindo a complexidade da população de rua e o desafio para políticas de saúde. **Saúde e Sociedade**, v. 13, p. 56–69, 2004.

ESTUDO DO DESEMPENHO DA MISTURAS CIMENTÍCIAS CONTENDO REJEITO DE GARIMPO E POLIESTIRENO SULFONADO (PSS)

Emanuel Antônio Divino (1), Roemir Peres Machado Moreira (2), Dhione Marcos da Silva (3),

(1) Acadêmico de Engenharia Civil, Centro Universitário Faema – Unifaema, emanuel.divino@grupovar.org

(2) Doutor em Física, Centro Universitário Faema – Unifaema, peresroemir@gmail.com

(3) Esp. em Eng. de Seg. do Trabalho, Centro Universitário Faema – Unifaema, dhione.silva@unifaema.edu.br

A mineração artesanal em Rondônia gera grandes volumes de rejeitos, que normalmente são depositados sem tratamento adequado, provocando impactos ambientais e ocupando áreas que poderiam ser reaproveitadas. Nesse contexto, torna-se relevante investigar o potencial desses materiais como componentes em misturas cimentícias, reduzindo o passivo ambiental. Paralelamente, a crescente produção de resíduos plásticos, especialmente de poliestireno, motiva a busca por alternativas sustentáveis para sua reciclagem e incorporação em materiais de construção. Assim, propõe-se o uso de poliestireno sulfonado (PSS), obtido a partir da reciclagem de copos plásticos, em forma de tiras, como aditivo em compósitos contendo rejeito de mineração (Brasil; Inacio, 2021). À face do exposto, o presente estudo tem como objetivo avaliar a influência da adição de tiras de poliestireno sulfonado nas propriedades físicas e mecânicas de um compósito cimentício elaborado com rejeito de mineração de garimpo localizado em Rondônia, visando identificar possíveis melhorias em plasticidade, resistência e durabilidade. Como proposta metodológica, foram realizadas coletas de rejeitos provenientes de um garimpo da região localizada no Vale do Jamari, Rondônia, os quais foram secos, peneirados e caracterizados granulometricamente (NBR 17054, 2022). O poliestireno sulfonado (PSS) foi obtido a partir da reciclagem de copos plásticos de poliestireno e posteriormente triturados em dimensões inferiores a 1 cm. As misturas foram confeccionadas com cimento Portland, adicionando rejeito de mineração na proporção 25%, 50% e 75%, já o PSS em massa nas proporções 0%, 0,5%, 1,0% e 1,5%, mantendo a relação água/cimento constante (Almada et al., 2022; NBR 7215, 2019). Os ensaios realizados compreenderam análise de consistência, absorção por capilaridade, permeabilidade e verificação da formação de fissuras, com idades de 7, 28 e 56 dias. O delineamento do estudo indicou aumento da plasticidade com o acréscimo de PSS, demonstrando o efeito plastificante do aditivo. A absorção e a permeabilidade apresentaram reduções progressivas conforme o aumento da proporção de PSS, evidenciando menor porosidade do material. A utilização de rejeito de mineração, associada à adição de tiras de poliestireno sulfonado, representa uma alternativa sustentável para a construção civil, reduzindo impactos ambientais e promovendo o reaproveitamento de resíduos industriais e plásticos. O material produzido apresentou bom desempenho razoável nas propriedades analisadas, mostrando-se promissor para aplicações em revestimentos e elementos não estruturais. Estudos complementares são recomendados para avaliar a viabilidade econômica e o comportamento em longo prazo do compósito.

Palavras-chave: sustentabilidade; rejeito; aditivos.

Referências

ALMADA, B. S. *et al.* Study of mechanical, durability and microstructural properties of cementitious composite with addition of different iron ore tailings from Brazil. **Journal of Materials Research and Technology**, v. 18, p. 1947-1962, 2022.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS – **NBR 7215: 2019** – Cimento Portland –Determinação da resistência à compressão de corpos de prova cilíndricos. Rio de Janeiro, 2019.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS – **NBR 17054: 2022** – Agregados –Determinação da composição granulométrica – Método de ensaio. Rio de Janeiro, 2022.

BRASIL, Amanda Cesar Azevedo; Inacio, Gabriel Graciano. **Estudo da adição de poliestireno sulfonado** – PSS, obtido por meio da reciclagem e processamento de copos plásticos, em argamassas cimentícia. 2021. Trabalho de Conclusão de Curso, Pontifícia Universidade Católica de Goiás, Goiás, 2021.

INOVAÇÃO DOCENTE E CAPACITAÇÃO CONTINUADA COMO PILARES PARA A QUALIDADE NO ENSINO SUPERIOR

Weslei Gonçalves Borges (1) Pâmela da Silva Roberto (2)

- (1) Doutorando pelo Programa de Pós-Graduação em Ciências da Educação. Mestre em Saúde e Educação. Pró-Reitor Acadêmico e Docente do Centro Universitário Faema – Unifaema, weslei0204@gmail.com
(2) Mestranda pelo Programa de Pós-Graduação em Ciências da Educação. Secretaria Geral do Centro Universitário Faema – Unifaema, pamelaroberto00@gmail.com

A educação superior contemporânea enfrenta desafios crescentes diante da complexidade social e tecnológica que caracteriza o século XXI. Nesse cenário, a inovação docente e a capacitação continuada tornam-se elementos essenciais para o fortalecimento da prática pedagógica e a promoção da qualidade no ensino. Este estudo tem como objetivo analisar de que forma os programas de formação docente e o incentivo à inovação pedagógica contribuem para o aprimoramento das competências profissionais e institucionais no ensino superior. A pesquisa fundamenta-se em abordagem qualitativa, de caráter descritivo, apoiada em revisão bibliográfica e análise documental de políticas institucionais voltadas à formação e ao desenvolvimento profissional docente. Autores como Imbernón (2020), Nóvoa (2017), Libâneo (2021) e Tardif (2019) reforçam que o professor é um agente transformador cuja prática exige atualização constante e reflexão crítica sobre os processos de ensino e aprendizagem. Verificou-se que a formação continuada, quando estruturada de forma colaborativa e permanente, promove a criação de espaços de diálogo entre pares, estimulando a troca de experiências e o fortalecimento de uma cultura pedagógica inovadora. Além disso, observou-se que instituições que investem em capacitações contínuas e em metodologias ativas conseguem alinhar seus currículos às demandas contemporâneas, favorecendo o protagonismo estudantil e o uso criativo de recursos tecnológicos. Os resultados indicam que a inovação docente está diretamente relacionada ao apoio institucional, à valorização do professor e à articulação entre políticas de gestão, planejamento pedagógico e avaliação. Nesse sentido, a formação continuada deve ir além de ações pontuais, configurando-se como um processo sistemático e estratégico voltado ao desenvolvimento de competências reflexivas, éticas e críticas. Conclui-se que a consolidação de práticas inovadoras depende do engajamento coletivo e de políticas institucionais sustentáveis, capazes de integrar teoria e prática, tecnologia e humanização. Assim, a capacitação docente é mais do que uma exigência do mercado educacional; é uma condição para a construção de uma universidade comprometida com a transformação social e o aprendizado significativo.

Palavras-chave: inovação docente; capacitação continuada; formação superior; metodologias ativas; desenvolvimento profissional.

Referências

- FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia:** saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1996.
- IMBERNÓN, Francisco. **Formação docente e profissional: formar-se para a mudança e a incerteza.** 9. ed. São Paulo: Cortez, 2020.



LIBÂNEO, José Carlos. **Didática**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2021.

NÓVOA, António. **Professores: imagens do futuro presente**. Lisboa: Educa, 2017.

TARDIF, Maurice. **Saberes docentes e formação profissional**. 19. ed. Petrópolis: Vozes, 2019.

O ENSINO DA BIOÉTICA NA SAÚDE: TECENDO NOVOS CAMINHOS PARA UMA PRÁTICA RESPONSÁVEL

Jéssica Castro dos Santos (1); Patrícia Caroline Santana (2); Cleidenice dos Santos Orssatto (3); Juliana Pereira de Melo (4)

- (1) Doutoranda pelo Programa de Pós-graduação em Bioética, Ética Aplicada e Saúde Coletiva (PPGBIOS/UFF). Mestre em Saúde e Educação e Educação (UNAERP). Fisioterapeuta (Unifaema). Docente do Centro Universitário Faema – Unifaema, jessica.castro@unifaema.edu.br
- (2) Mestre em Saúde e Educação e Educação (UNAERP). Fisioterapeuta (Unifaema). Docente do Centro Universitário Faema – Unifaema, patricia.santana@unifaema.edu.br
- (3) Fisioterapeuta e Coordenadora do Curso de Fisioterapia e Docente do Centro Universitário Faema – Unifaema, cleidenice.orssatto@unifaema.edu.br
- (4) Fisioterapeuta e Docente do Centro Universitário Faema – Unifaema, juliana.melo@unifaema.edu.br

Diante dos desafios contemporâneos, a formação em saúde, demanda cada vez mais uma concepção ampliada de cuidado, alicerçada no respeito à dignidade humana, na autonomia e na responsabilidade social. Considerando este cenário, o ensino da bioética torna-se elemento estruturante fundamental da prática profissional, sobretudo, para a área da saúde, pois ultrapassa a transmissão apenas de conteúdos e de condutas e se configura como um exercício contínuo de reflexão e crítica diante dos dilemas que emergem a prática clínica. O ensino da bioética na saúde desempenha papel fundamental durante a formação, visto que a prática clínica envolve decisões que podem afetar diretamente a vida, a autonomia e a dignidade das pessoas. Sob esse olhar, o objetivo desta pesquisa é promover a reflexão sobre o papel docente no ensino da bioética na saúde, contribuindo para a formação de profissionais capazes de tomar decisões éticas, responsáveis e socialmente comprometidas, por meio de um breve levantamento bibliográfico sobre o tema. De acordo com Beauchamp e Childress (2002), quatro princípios sustentam o julgamento ético na área da saúde, são eles: autonomia, beneficência, não maleficência e justiça. Esses princípios possibilitam avaliar situações práticas, considerando direitos, riscos e consequências. Nesse sentido, é possível perceber que o debate ético não permanece estático, pois se transforma à medida que novas demandas sociais e tecnológicas emergem. Por isso, compreender os princípios clássicos da bioética é condição necessária, mas não suficiente para enfrentar os desafios atuais. No contexto da formação em saúde, especificamente no ensino da bioética, os autores Rego e Palácios (2017) enfatizam a importância de discutir e avaliar o cumprimento dos objetivos educacionais, para então relacionar essa avaliação com os conteúdos, métodos e técnicas de ensino utilizados. Os autores sugerem ainda que, quando bem estruturado, este processo educativo pode ser um instrumento essencial na formação ética e bioética de profissionais de saúde. É por essas e outras que, autores contemporâneos têm cada vez mais, ampliado a discussão da bioética diante dos avanços tecnológicos e das novas vulnerabilidades humanas. De acordo com Schramm (2020), a bioética atual precisa considerar não apenas o cuidado individual, mas também os impactos sociais e coletivos da prática em saúde, incorporando princípios como precaução, responsabilidade e proteção dos mais vulneráveis. Essa perspectiva atualizada exige que profissionais da saúde estejam preparados para lidar com desigualdades, tecnologias emergentes e dilemas ético-políticos que atravessam os sistemas de cuidado. Por isso, ensinar ética ao futuro profissional da saúde não significa apenas transmitir normas, mas promover reflexão crítica, empatia e acima de tudo responsabilidade social.



Palavras-chave: ética; bioética; saúde; educação.

Referências

BEAUCHAMP, Tom L.; CHILDRESS, James F. **Princípios de Ética Biomédica**. 5. ed. São Paulo: Loyola, 2002.

REGO, S.; PALÁCIOS, M. Contribuições para planejamento e avaliação do ensino da bioética. **Revista Bioética** (Impr.). [Internet], v. 25, n. 2, 1º ago. 2017. Disponível em: https://revistabioetica.cfm.org.br/revista_bioetica/article/view/1375.

SCHRAMM, Fermin Roland. **Bioética da proteção: uma proposta para a sustentabilidade da vida humana**. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2020.

OS IMPACTOS DO ABUSO SEXUAL NA CONSTITUIÇÃO DA SEXUALIDADE MASCULINA: UMA REVISÃO INTEGRATIVA SOB A ÓTICA PSICANALÍTICA

Ângela Oliveira da Silva (1), Kátiuscia Carvalho de Santana (2)

(1) Acadêmica de Psicologia, Centro Universitário Faema – Unifaema, angela.47143@unifaema.edu.br

(2) Psicóloga, Mestre, Docente Centro Universitário Faema – Unifaema, katiuscia.carvalho@unifaema.edu.br

O presente trabalho realiza uma revisão integrativa para analisar os impactos do abuso sexual na constituição da sexualidade masculina sob a ótica psicanalítica. Partindo da premissa de que o abuso sexual infantil instaura marcas traumáticas que afetam a relação com o corpo, a identidade e as formas de vínculo, o estudo teve como objetivo reunir e discutir evidências teóricas e clínicas sobre as repercussões do trauma na masculinidade e as barreiras socioculturais ao acolhimento. A metodologia consistiu na seleção e análise crítica de artigos indexados nas bases SciELO e PubMed, publicados entre 2010 e 2025 e revisados por pares, adotando procedimentos de revisão integrativa e análise de conteúdo temática (Souza *et al.*, 2010). Os resultados apontam correlações consistentes entre abuso sexual na infância e maior prevalência de transtornos psiquiátricos, comportamentos de risco (uso abusivo de álcool e drogas) e disfunções sexuais na vida adulta (Fergusson *et al.*, 2013; Barth *et al.*, 2013). A análise psicanalítica evidencia que o trauma pode comprometer processos de simbolização, provocar fragilização narcísica e alterar a organização fálica, traduzindo-se clinicamente em fragmentação identitária, repetição compulsiva do sintoma e dificuldades na elaboração do desejo (Oliveira; França, 2019; Freud, 1905). Além disso, fatores como machismo estrutural e a cultura do silêncio intensificam a invisibilidade das vítimas masculinas, inibindo a denúncia e o acesso à escuta clínica (Rosa, 2021; Gauto; Martins, 2025). Diante disso, discutem-se implicações práticas: a necessidade de espaços terapêuticos sensíveis ao gênero, formação profissional para atendimento acolhedor, articulação com redes interdisciplinares e políticas públicas que promovam prevenção e suporte contínuo. Conclui-se que a abordagem psicanalítica oferece instrumentos valiosos para a reconstrução simbólica do sujeito traumatizado, mas exige integração com estratégias comunitárias e de saúde pública para reduzir o estigma e ampliar o acesso ao cuidado. Recomenda-se pesquisa futura com amostras mais diversificadas e estudos longitudinais que aprofundem mecanismos psíquicos e neurobiológicos associados às diferenças nos desfechos, além de avaliar intervenções clínicas focalizadas em trauma capazes de promover reintegração afetiva e reparação simbólica (Fergusson *et al.*, 2013; Rosa, 2021).

Palavras-chave: violência; desenvolvimento psicosssexual; masculinidade; trauma; escuta.

Referências

BARTH, J. *et al.* The current prevalence of child sexual abuse worldwide: a systematic review and meta-analysis. **International Journal of Public Health**, v. 58, n. 3, p. 469–483, 2013.

FERGUSSON, D. M.; MCLEOD, G. F. H.; HORWOOD, L. J. Childhood sexual abuse and adult developmental outcomes: findings from a 30-year longitudinal study in New Zealand. **Child Abuse & Neglect**, v. 37, n. 9, p. 664-674, 2013.

FREUD, S. Os três ensaios sobre a teoria da sexualidade. In: **Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud**. v. 7. Rio de Janeiro: Imago, 1996. p. 117-231.

GAUTO VASQUES, C. G.; MARTINS, A. M. Abuso sexual de meninos: determinantes sociais e impactos psicossociais. Saberes: **Revista Interdisciplinar de Filosofia e Educação**, v. 25, n. 1, p. SM04, 2025.

OLIVEIRA, A. A. B.; FRANCA, C. P. De pai para filho: o paradoxo fundamental da masculinidade. **Estudos Interdisciplinares em Psicologia**, Londrina, v. 10, n. 1, p. 83-106, abr. 2019.

ROSA, C. Violência/abuso sexual contra meninos: masculinidades e silenciamentos em debate. **Pesquisa em Foco (UEMA)**, 2021.

TRANSFORMAÇÃO PEDAGÓGICA E TECNOLÓGICA NA FORMAÇÃO DOCENTE: CAMINHOS PARA A INOVAÇÃO NO ENSINO SUPERIOR

Weslei Gonçalves Borges (1) Pâmela da Silva Roberto (2)

(1) Doutorando pelo Programa de Pós-Graduação em Ciências da Educação. Mestre em Saúde e Educação.

Pró-Reitor Acadêmico e Docente do Centro Universitário Faema – Unifaema, weslei0204@gmail.com

(2) Mestranda pelo Programa de Pós-Graduação em Ciências da Educação. Secretaria Geral do Centro Universitário Faema – Unifaema, pamelaroberto00@gmail.com

A integração entre tecnologia e pedagogia tornou-se um dos principais desafios e oportunidades para a educação superior. Este trabalho tem como objetivo discutir o papel das tecnologias digitais no processo de formação e capacitação docente, destacando sua relevância para a construção de práticas inovadoras e sustentáveis. A pesquisa baseia-se em uma abordagem qualitativa e exploratória, fundamentada em revisão teórica de autores como Kenski (2021), Moran (2018), Bacich (2018), Valente (2019) e Freire (1996), além da análise de práticas institucionais que promovem a inovação educacional. O estudo evidencia que o uso de tecnologias educacionais, como ambientes virtuais de aprendizagem, metodologias híbridas e ferramentas interativas, tem ampliado o alcance e a efetividade dos processos formativos, fortalecendo o protagonismo docente e discente. Observou-se que a inserção tecnológica, quando acompanhada de suporte pedagógico e capacitação adequada, transforma o ensino em uma experiência dinâmica, colaborativa e contextualizada. A formação de professores com competências digitais e reflexivas é, portanto, um eixo estruturante para o ensino superior contemporâneo, permitindo o desenvolvimento de práticas que conciliam inovação, inclusão e sustentabilidade. Além disso, as experiências analisadas demonstram que as tecnologias digitais podem atuar como mediadoras do conhecimento, ampliando a interação entre teoria e prática, e estimulando a construção coletiva do saber. Entretanto, a efetividade dessas inovações depende da adoção de políticas institucionais consistentes, capazes de garantir condições materiais, infraestrutura e valorização profissional. O estudo conclui que a transformação pedagógica e tecnológica requer uma mudança de paradigma, em que o docente deixa de ser mero transmissor de conteúdo para assumir o papel de mediador e designer de experiências de aprendizagem. Assim, a tecnologia não substitui o professor, mas potencializa sua atuação, quando aliada a práticas humanizadas e socialmente comprometidas. Por fim, destaca-se que o fortalecimento da cultura de inovação docente, sustentada por formação continuada e políticas inclusivas, representa o caminho para uma educação superior transformadora, ética e adaptada às exigências do século XXI.

Palavras-chave: inovação tecnológica; formação docente; ensino superior; educação digital; sustentabilidade pedagógica.

Referências

BACICH, Lilian; MORAN, José. **Metodologias ativas para uma educação inovadora**. Porto Alegre: Penso, 2018.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

KENSKI, Vani Moreira. **Educação e tecnologias: o novo ritmo da informação**. 10. ed. Campinas: Papirus, 2021.



MORAN, José Manuel. **Metodologias ativas para uma aprendizagem mais profunda.** São Paulo: Edições Loyola, 2018.

VALENTE, José Armando. **Aprendizagem híbrida: desafios e possibilidades.** Campinas: Papyrus, 2019.

BAUHINIA FORFICATA NO TRATAMENO DE DIABETES MELLITUS

Elza Lorryne Vittal (1), Iaminy Kettlin Lopes Silva (2), Sabrina de Jesus Sobrinho (3),
Cleidiane dos Santos Orssatto (4)

- (1) Acadêmica de Farmácia, Centro Universitário Faema – Unifaema, elzalorryne2003@gmail.com
 (2) Acadêmica de Farmácia, Centro Universitário Faema – Unifaema, iaminy.51073@unifaema.edu.br
 (3) Acadêmica de Farmácia, Centro Universitário Faema – Unifaema, sabrinaasobrinho@gmail.com
 (4) Docente orientadora, Centro Universitário Faema – Unifaema, cleidiane.orssatto@unifaema.edu.br

A *Bauhinia forficata*, conhecida popularmente como pata-de-vaca, é uma espécie vegetal nativa do Brasil amplamente utilizada na medicina tradicional por suas propriedades hipoglicemiantes, diuréticas e depurativas. Diversas comunidades utilizam suas folhas em forma de chá para auxiliar no controle da glicose sanguínea, o que despertou o interesse científico sobre seus potenciais efeitos terapêuticos. O presente trabalho teve como objetivo analisar as evidências científicas relacionadas à ação hipoglicemiante dessa planta, utilizando publicações disponíveis nas bases PubMed, Scielo e Google Acadêmico entre os anos de 2015 e 2025. A literatura revisada demonstra que os efeitos benéficos da *Bauhinia forficata* estão associados principalmente à presença de flavonoides, especialmente quercetina e kaempferol. Esses compostos bioativos apresentam mecanismos de ação diversos, incluindo o estímulo à secreção pancreática de insulina, o aumento da captação periférica de glicose e a inibição de enzimas responsáveis pela gliconeogênese hepática. Além disso, destacam-se suas propriedades antioxidantes, que auxiliam na redução do estresse oxidativo um dos fatores agravantes das complicações diabéticas. Estudos experimentais e clínicos indicam que extratos padronizados da planta contribuem para a redução significativa da glicemia de jejum, da hemoglobina glicada e para a melhora do perfil lipídico em pacientes com diabetes tipo 2. Em modelos animais, observouse ainda a preservação da integridade das células beta pancreáticas e o aumento da expressão de receptores de insulina nos tecidos musculares, o que melhora a resposta glicêmica. Além da ação hipoglicemiante, a *B. forficata* também apresenta propriedades anti-inflamatórias e antioxidantes, que podem atuar de forma sinérgica no controle das complicações metabólicas. Contudo, ainda são necessários estudos clínicos de maior duração que avaliem a padronização dos extratos, as concentrações ideais de flavonoides e possíveis efeitos adversos em tratamentos prolongados. Assim, a *Bauhinia forficata* se destaca como uma promissora alternativa fitoterápica e coadjuvante no tratamento do diabetes mellitus, reforçando a importância do uso racional de plantas medicinais com base em evidências científicas.

Palavras-chave: plantas medicinais; Diabetes mellitus; *Bauhinia forficata*; flavonoides. fitoterapia.

REFERÊNCIAS

OLIVEIRA, I. R.; SILVA, J. F.; PEREIRA, M. A. Use of *Bauhinia forficata* in the treatment of type 2 Diabetes mellitus. **Research, Society and Development**, v. 11, n. 14, p. 1–15, 2022.

RENA, G.; HARDIE, D. G.; TALLARICO, J. Metformin: mechanisms of action and clinical implications. **Nature Reviews Endocrinology**, v. 13, n. 10, p. 569–581, 2017.

RODRIGUES, R. C.; ALMEIDA, F. L.; SOUZA, T. F. Bauhinia forficata Link extract attenuates insulin resistance by preserving glucose uptake in gastrocnemius muscle. **Journal of Ethnopharmacology**, v. 305, p. 114279, 2023.

SANTOS, M. A.; LIMA, D. P.; FERREIRA, A. Effects of Bauhinia forficata Link Tea on Lipid Profile in Diabetic Patients. **Journal of Ethnopharmacology**, v. 241, p. 111985, 2019.

TONELLI, C. A.; PEREIRA, L. R.; MENDES, S. Clinical efficacy of capsules containing standardized extract of Bauhinia forficata Link (pata-de-vaca) as adjuvant treatment in type-2 diabetes patients: A randomized, double blind clinical trial. **Journal of Ethnopharmacology**, v. 282, p. 114620, 2022.

DISPONIBILIDADE HÍDRICA DO SOLO EM ÁREA CULTIVADA E EM SISTEMA DE REFLORESTAMENTO COM FRUTÍFERAS

Ruan Gabriel Vagmakre (1), Dhione Marcos da Silva (2).

(1) Acadêmico do curso de Agronomia (Instituto Federal de Rondônia - IFRO)

(2) Esp. em Eng. de Seg. do Trabalho, Centro Universitário Faema – Unifaema, dhione.silva@unifaema.edu.br

RESUMO

O manejo do solo altera drasticamente suas propriedades físicas, especialmente a capacidade de armazenamento de água, que é vital para a agricultura. O objetivo deste trabalho foi comparar a disponibilidade hídrica do solo, determinada pelo método gravimétrico padrão (estufa), entre duas áreas adjacentes com históricos de manejo distintos: uma área de cultivo antrópico (A1) e uma área reflorestada com espécies frutíferas há cerca de 15 anos (A2). Foram coletadas 6 amostras de solo em cada área (A1 e A2), totalizando 12 amostras. A umidade foi determinada pelo método da estufa. Os dados foram submetidos à análise descritiva e a um Teste t de Student (Welch Two Sample t-test). Os resultados indicaram que a área reflorestada (A2) apresentou um teor médio de umidade (M=30,11%) estatisticamente superior ao da área cultivada (A1) (M=24,75%). A análise estatística confirmou que essa diferença é altamente significativa ($p = 0,01006$), permitindo concluir que o sistema de reflorestamento com frutíferas, demonstrou uma capacidade superior de armazenamento de água no solo em comparação com a área de cultivo convencional.

Palavras-chave: umidade do solo; sistemas de manejo; disponibilidade hídrica

INTRODUÇÃO

O teor de água, ou umidade do solo, é um dos atributos físicos mais importantes e variáveis do solo, sendo seu conhecimento crucial para a agronomia. A forma como o solo é manejado impacta diretamente sua estrutura, porosidade e teores de matéria orgânica, alterando fundamentalmente a capacidade de armazenamento de água (Brady; Weil, 2010).

Sistemas de cultivo convencional, com revolvimento intenso e baixa cobertura, tendem a degradar a estrutura do solo. Essa prática acelera a decomposição da matéria orgânica, rompe os agregados e favorece a compactação, reduzindo a capacidade de infiltração e retenção de água (Ramos *et al.*, 2015).

Em contrapartida, sistemas conservacionistas ou perenes, como o reflorestamento com espécies frutíferas (sistemas agroflorestais), tendem a melhorar os atributos físicos e químicos do solo. A ausência de revolvimento e o aporte contínuo de matéria orgânica

(folhas, galhos, raízes) aumentam o carbono orgânico, melhoram a agregação e a porosidade, resultando em maior capacidade de infiltração e armazenamento de água (Nicodemo, 2011).

Diante do exposto, o objetivo deste trabalho foi utilizar o método padrão da estufa para comparar a disponibilidade hídrica do solo entre uma área de cultivo antrópico (A1) e uma área adjacente reflorestada com espécies frutíferas há cerca de 15 anos (A2), avaliando o impacto do manejo na retenção de água.

MATERIAL E MÉTODOS

O experimento foi conduzido no Centro Universitário FAEMA – UNIFAEMA, localizado nas coordenadas 9°53'32"S 63°01'37"W com altitude média de 135 metros. O município de Ariquemes se localiza-se na região centro-norte do estado de Rondônia, com clima, segundo a classificação de Köppen, do tipo Awi (transição entre Tropical Chuvoso e Monçônico). A região é caracterizada por um clima quente e úmido, com temperatura média de 25,62°C, precipitação anual de 2.290 mm e um período de estiagem de 3 a 4 meses (CARVALHO et al., 2016). O solo da região é classificado, em predominância, como Latossolos e Argissolo (podzólico) (Embrapa, 1998).

A primeira área (A1) é caracterizada por cultivo antrópico de mandioca e milho . A segunda área (A2) é um sistema de reflorestamento com espécies frutíferas, em repouso de cultivos anuais há cerca de 15 anos. Em cada área, foram coletadas 6 amostras de solo, na profundidade de 0-20 cm, as amostras foram acondicionadas em sacos plásticos, identificadas e transportadas ao Laboratório de Solos do Centro Universitário Faema - Unifaema.

A determinação da umidade gravimétrica seguiu o método padrão da estufa, conforme descrito por Teixeira *et al.* (2017), sendo separado 20g de cada amostra de solo levadas à estufa a 105°C por 24 horas e pesadas novamente para obtenção da massa seca. O teor de água foi expresso em porcentagem (%). Os dados obtidos foram sujeitos à análise de estatística descritiva e Teste t de Student utilizando o *software* R 4.5.2 (R Foundation..., 2021) ao nível de significância de 5% ($p < 0,05$), para verificar se haveria diferença estatística significativa entre as médias de estufa nos grupos A1 e A2.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Os resultados da análise estatística descritiva dos teores de água no solo para as duas áreas de manejo estão apresentados na Tabela 1.

Tabela 1. Estatística descritiva do teor de água (%) do solo nas áreas A1 (Cultivada) e A2 (Reflorestada), com N=6 por área.

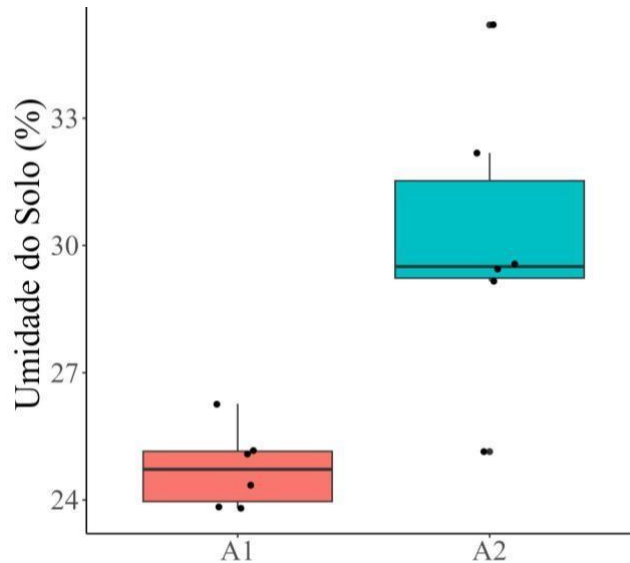
Estatística	Área 1 (Área cultivada)	Área 2 (Reflorestada)
Nº de amostras	6	6
Média (%)	24,75	30,11
Desvio padrão (DP)	0,99	3,54
Coef. de Variação (%)	4,01	11,76
Máximo (%)	26,27	35,20
Mínimo (%)	23,81	25,14

Fonte: Os autores (2025)

A análise descritiva demonstra que a área reflorestada (A2) apresentou uma média de umidade (30,11%) numericamente superior à da área cultivada (A1) (24,75%). A diferença média entre os dois sistemas foi de 5,36 pontos percentuais.

Para verificar se essa diferença era estatisticamente real e não fruto do acaso, foi aplicado o Teste t (*Welch Two Sample t-test*). Os resultados da análise inferencial foram ($t = -3.759$, $df = 5.786$, $p\text{-value} = 0.01006$).

Gráfico 1. Comparação da Umidade (%) entre as Áreas A1 e A2. A diferença entre os grupos é estatisticamente significativa ($p < 0.05$).



Fonte: Os autores (2025)

Como o p-valor (0,01) é menor que o nível de significância adotado ($p < 0,05$), rejeita-se a hipótese nula. Isso comprova estatisticamente que a diferença nas médias de umidade entre as duas áreas é real e significativa.

A discussão desses resultados corrobora o consenso científico. A área A1 (cultivada) apresentou menor retenção hídrica, um resultado consistente com estudos que demonstram a degradação estrutural causada pelo manejo convencional. A área A2 (reflorestada), por sua vez, corrobora estudos da Embrapa que indicam que a conversão para sistemas florestais melhora os atributos do solo, aumentando a microporosidade e a retenção de água (Castro; Dias; Chaves, 1995).

É interessante notar o Coeficiente de Variação (CV%): a Área A1 foi muito homogênea (CV=4,01%), enquanto a Área A2 foi mais variável (CV=11,76%). Isso é esperado, pois o sistema reflorestado cria microambientes (sombra, sol, proximidade de troncos), levando a uma maior variabilidade natural da umidade no campo, o que é um indicador de um sistema ecológico mais complexo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com base nos objetivos e resultados deste trabalho, conclui-se que o manejo do solo influencia significativamente a disponibilidade hídrica. Fica demonstrado que a área

reflorestada com frutíferas (A2) apresenta um teor médio de umidade (30,11%) estatisticamente superior ao da área de cultivo antrópico (A1) (24,75%). A diferença média de 5,36 pontos percentuais, validada estatisticamente ($p = 0,01006$), permite afirmar que o sistema de reflorestamento com frutíferas, após 17 anos, é mais eficiente na conservação da água no solo em comparação ao sistema de cultivo convencional avaliado.

REFERÊNCIAS

BRADY, N. C.; WEIL, R. R. **The nature and properties of soils**. 14. Ed. New York: Prentice Hall, 2010. 624 p.

CASTRO, C. B; DIAS, A. C. C. P; CHAVES, R. S. **Retenção de água de um Latossolo Amarelo sob capoeira e cultivo intensivo**. Boletim FCAP, Belém, v. 24, n. 45-56, jul./dez. 1995.

CARVALHO, R. L. S. Comportamento das séries temporais de temperatura do ar, umidade e precipitação pluviométrica no município de Ariquemes (Rondônia-Brasil). **Revista Brasileira de Climatologia**, Curitiba, v.18, p.123-142, 2016.

EMBRAPA. **Mapa do Município de Ariquemes**. Embrapa Amazônia Oriental, 1998. Disponível em: <https://ainfo.cnptia.embrapa.br/digital/bitstream/item/144421/1/MapaARIQUEMES.pdf> . Acesso em: 10 de nov. 2025.

NICODEMO, M. L. F. **Dinâmica da água em sistemas agroflorestais**. São Carlos: Embrapa Pecuária Sudeste, 2011. 1 p. (Comunicado Técnico Online, 114). Disponível em: <http://www.infoteca.cnptia.embrapa.br/infoteca/handle/doc/909003>. Acesso em: 10 de nov. 2025

RAMOS, M. R.; CURCIO, G. R.; DEDECEK, R. A.; GOMES, J. B. V. Levantamento de solos e caracterização de suas fragilidades e potencialidades. In: **XXXV CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIA DO SOLO**, Natal - RN, 2015.

TEIXEIRA, P. C.; DONAGEMMA, G. K.; FONTANA, A.; TEIXEIRA, W. G. **Manual de métodos de análise de solo**. Brasília: Embrapa, p. 573, 2017.

DIAGNÓSTICO MOLECULAR DA ANEMIA FALCIFORME: UM DIREITO À SAÚDE INTEGRAL

Julia de Oliveira Ferreira Zanatta (1), Eliene Montalvão (2), Maria Helena Silva Félix (3), Cleiciainara Bagio Lovo (4), Keila de Assis Vitorino (5)

(1) Julia de Oliveira F. Zanatta, Centro Universitário Faema – Unifaema, juliaoliveirazanatta@gmail.com

(2) Eliene Montalvão, Centro Universitário FAEMA – Unifaema, elienemontalvao2@gmail.com

(3) Maria Helena Silva Félix, Centro Universitário FAEMA – Unifaema, maria.60214@unifaema.edu.br

(4) Cleiciainara Bagio Lovo, Centro Universitário FAEMA – Unifaema, cleiciainara.bagio@unifaema.edu.br

(5) Keila de Assis Vitorino, Centro Universitário FAEMA – Unifaema, keila.vitorino@unifaema.edu.br.

RESUMO

A anemia falciforme (AF) é uma doença hereditária ocasionada por mutação no cromossomo 11, no qual, resulta na formação da hemoglobina falciforme, que leva a perda de função dos eritrócitos. Apesar das consequências graves dos riscos acometidos aos pacientes da doença, o tratamento precoce ou acessível à população é desafiador. Diante disso, este trabalho tem como objetivo analisar o diagnóstico molecular precoce da anemia falciforme, bem como ressaltar sobre os direitos das pessoas em ter acesso a este. Para isso, realizou-se uma revisão bibliográfica através de artigos publicados no período entre 2020 a 2025, em português e inglês, encontrados nos bancos de dados como *SciELO* e *Google acadêmico*. O diagnóstico padrão ouro é realizado através da eletroforese de hemoglobina, que confirma a presença da hemoglobina S (HbS). Por meio do hemograma é possível identificar a presença de drepanócitos, morfologias eritrocitárias características da doença falciforme, no entanto, as alterações são visíveis somente em uma fase mais tardia da doença. O teste do pezinho é essencial para o diagnóstico precoce em recém-nascidos antes do início dos sintomas, porém, constata-se que, muitos pais ainda desconhecem o verdadeiro impacto e importância desse procedimento. No intuito de garantir o direito à saúde integral, programas são disponibilizados pelo Sistema Básico de Saúde preconizando o diagnóstico e tratamento aos portadores da doença. Desta forma, nota-se a necessidade de incentivo de novos estudos e pesquisas que ampliem o conhecimento sobre a patologia e suas formas de tratamento.

Palavras-chave: anemia falciforme; tratamento; diagnóstico molecular; direito à saúde.

INTRODUÇÃO

A anemia falciforme (AF) é uma doença de caráter genético ocasionada por mutação no cromossomo 11, onde ocorre a substituição de ácido glutâmico por valina, na posição 6 da cadeia β , resultando na formação de hemoglobina S, um eritrócito com alteração da hemoglobina, o que leva a perda de função por hipóxia, apresentando uma morfologia semelhante a uma “foice”, caracterizando a doença falciforme, que ocorre

predominantemente em indivíduos negros, pardos e afrodescendentes (Cândido- Bacani, 2022).

Os fenômenos vaso-oclusivos e hemólise crônica são os principais sintomas clínicos e podem originar complicações como acidente vascular ou cerebral, anemia crônica, dores falciformes, asplenia funcional, falência de órgãos devido a hipóxia, infecções frequentes, que assim prejudicam e podem diminuir a qualidade de vida de um indivíduo que vive com essa patologia (Costa, 2022).

Em virtude das consequências graves dos riscos acometidos aos pacientes da doença, deve-se evidenciar que o tratamento precoce e aconselhamento genético são de suma importância para minimizar os sintomas, evitar complicações futuras e caracterizar a doença, além de evitar também que a AF seja fatal ao paciente (Cardoso, 2021).

Pessoas com anemia falciforme enfrentam problemas e dificuldades provocadas pelo processo de adoecimento que dificultam direta ou indiretamente seu cotidiano, como exemplo, afetando a conquista e possibilidade da obtenção de um emprego. Existe ainda a discriminação racial, que interfere nos aspectos psicológicos e sociais que acometem a vida do indivíduo (Costa, 2024).

Apesar disso, a realidade do tratamento precoce ou acessível à população acometidos pela anemia falciforme se desvia da realidade vivenciada na sociedade atual (Costa, 2024). Desse modo, o presente estudo tem por objetivo, analisar o diagnóstico molecular precoce da anemia falciforme, bem como ressaltar sobre os direitos das pessoas em ter acesso a este.

MÉTODO

Os métodos utilizados neste presente estudo foram revisões de literatura, como artigos científicos e *e-books* publicados online, publicados no período entre os anos de 2020 a 2025, em português e inglês. Encontrados nos bancos de dados como *SciELO*, sendo usado como palavras chaves de pesquisa “anemia falciforme”, “*diagnosis sickle cell*”, “*treatment sickle cell*”. Sendo selecionados apenas os mais recentes, e com melhor base de estudo.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A anemia falciforme é uma doença sanguínea hereditária caracterizada pela criação de

moléculas anormais de Hemoglobina S no sangue, fazendo assim com que os eritrócitos possuam uma forma alterada de meia lua ou foice, também nomeada drepanócitos (Elendu, 2023).

As opções de tratamento da AF são ainda muito limitadas, sendo que a única terapia curativa da doença é o transplante de células-tronco hematopoiéticas (HSCT), normalmente disponível com um doador relacionado compatível, que está disponível para apenas cerca de 15% dos pacientes (Park, 2021).

O diagnóstico envolve testes genéticos, exames laboratoriais e avaliação clínica para o reconhecimento da doença, como o hemograma completo, a eletroforese de hemoglobina e o teste de sickledex (Elendu, 2023).

Por meio do hemograma é possível visualizar através do esfregaço sanguíneo, e laudar alterações na morfologia das hemácias, identificando a presença das hemoglobinas S em formato de foice, caracterizando a doença falciforme de uma maneira mais simples, apesar de não ser um método precoce para o diagnóstico, pois as alterações são visíveis somente uma fase mais tardia da doença (Araújo, 2020).

Dessa forma, o diagnóstico padrão ouro é realizado através da eletroforese de hemoglobina, que confirma a presença das hemoglobinas HbA (hemoglobina alfanormal), HbF (hemoglobina fetal), HbC e HbS, servindo, portanto, como diagnóstico confirmatório para doença falciforme quando apresenta HbS positivo no exame (Abdulhadi, 2024).

Embora seja preciso e considerado o melhor diagnóstico atualmente, podendo ser realizado em recém-nascidos e adultos, os custos, em comparação aos outros tipos de exames, são elevados e os laboratórios em geral possuem recursos limitados para seu desenvolvimento, o que o torna inacessível a pessoas de classe baixa, bem como sua disponibilidade em cidades pequenas e periféricas (Abdulhadi, 2024).

Diante disso, o teste do pezinho é essencial para o diagnóstico precoce da anemia falciforme em recém-nascidos antes do início dos sintomas, possibilitando que os gestores tenham conhecimento e orientação necessária da doença para recorrerem a acompanhamentos dos casos sintomáticos, e a implementação de práticas preventivas para impedir que a AF prejudique a qualidade de vida futuramente daquele indivíduo (Cândido-Bacani, 2022).

Embora a triagem neonatal seja fundamental para o diagnóstico precoce, é importante destacar que muitos pais ainda desconhecem o verdadeiro impacto e importância desse procedimento. A grande maioria dos genitores desconhece a necessidade dos

resultados dos testes, ou não compreende seu valor, normalmente por precariedade do conhecimento em relação à doença (Rocha, 2021).

Deve-se destacar que há uma demora na divulgação dos resultados da TN. Por esse motivo, muitas crianças não conseguem receber esse diagnóstico a tempo. Os sistemas responsáveis por liberar esses resultados às vezes não enviam, se perdem ou demoram bastante para serem entregues, o que pode fazer com que a criança já apresente sintomas ou até tenha uma crise antes mesmo de receber o diagnóstico laboratorial (Rocha, 2021).

Os tratamentos são pautados no suporte, com medicamentos que auxiliam o paciente no tratamento das dores e aliviar os sintomas, como, anti-inflamatórios não esteroidais (AINEs), opióides, e o medicamento hidroxiuréia (Elendu, 2023).

Segundo o Ministério da Saúde, por meio da Portaria nº 1.391/2005, no dia 16 de Agosto de 2005, com a criação da Política Nacional de Atenção Integral às Pessoas com Doença Falciforme e outras Hemoglobinopatias, pontua e explana as diretrizes no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS) para promover uma ação integral voltada para esses pacientes, incluindo diagnóstico precoce, prevenção, tratamento e reabilitação, bem como, o acesso aos medicamentos necessários (Brasil, 2005).

O diagnóstico precoce por meio da triagem neonatal é disponível na Atenção Básica, que estabelece que após o diagnóstico confirmado da anemia falciforme, a criança passe a ser vinculada à unidade básica de saúde e em seguida encaminhada para o Serviço de Atenção Especializada. Para crianças e adultos que não tiveram acesso à triagem neonatal, o SUS oferta o exame de eletroforese de hemoglobina na Atenção Básica e na rotina do pré-natal (Araújo, 2020).

Diante disso, deve-se destacar que grande porcentagem dos portadores da anemia falciforme são pessoas pobres e com baixa escolaridade, tendo estes uma dificuldade na compreensão em relação a adesão de tratamento, afetando o comparecimento frequente aos centros de hemoterapia.

Além destes fatores econômicos, as políticas públicas presentes atualmente possuem uma elevada problemática relacionado a busca por mecanismos melhores para a visibilidade da doença, como também na melhora da articulação das políticas públicas e sistematização, para que pacientes de baixa renda possam ter acesso total e adequado aos tratamentos, medicamentos e diagnósticos em plenitude ao direito fundamental que deveria ser disponível de forma acessível (Dutra Junior, 2020).

Sendo assim, é notável que o acesso a ferramentas diagnósticas precisas e custo-

efetivas continuam sendo um desafio, especialmente em países de baixa e média renda. Métodos laboratoriais tradicionais são altamente precisos, mas frequentemente inacessíveis devido aos altos custos, limitações de recursos e barreiras logísticas (Abdulhadi, 2024).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diversos avanços tecnológicos surgiram na área do diagnóstico molecular da anemia falciforme, sendo possível garantir o direito do paciente, dando acesso e tratamento adequado, como também contribuindo com desenvolvimento terapêutico e tecnológico. Entretanto, faz-se necessário o incentivo de novos estudos e pesquisas que ampliem o conhecimento sobre a patologia e suas formas de tratamento.

REFERÊNCIAS

ABDULHADI, Ali Alqahtani. A Review of Advancements in Laboratory Diagnostics For Sickle Cell Disease. **Journal of International Crisis and Risk Communication Research**, v. 7 p. 565–577, 2024.

ARAÚJO, Francisca. Early diagnosis of sickle cell anemia: a literature review. **Research, Society and Development**, v. 9, n. 4, p. e79942516, 2020.

BRASIL. Ministério da Saúde. Lei Nº 1.391. **Institui no âmbito do Sistema Único de Saúde, as diretrizes para a Política Nacional de Atenção Integral às Pessoas com Doença Falciforme e outras Hemoglobinopatias**. 16 de agosto de 2005. Disponível em: https://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2005/prt1391_16_08_2005.html. Acesso em: 09 set 2025.

CARDOSO, Andréia Insabralde de Queiroz; JUNIOR, Marcos Antonio Ferreira; POMPEO, Carolina Mariano; SARAT, Caroline Neris Ferreira; CARDOSO, Mayk Penze; IVO, Maria Lúcia. Estudos econômicos completos sobre tratamentos da anemia falciforme. **Acta Paul Enferm.**, v. 34, eAPE01641, 2021.

CÂNDIDO-BACANI, Priscila de Matos; GRILO, Patricia Medeiros Silva; RAMOS, Vanessa da Silveira; ZANCHIN, Michelly; PEREIRA, Indiara Correia; OLIVEIRA, Josane Sousa Palmiere; BACANI, Vitor Matheus; BELINI JUNIOR, Edis. Incidence of hemoglobinopathies and spatialization of newborns with sickle cell trait in Mato Grosso do Sul, Brazil. **Einstein (São Paulo)**, v.320, eA06535, 2022.

COSTA, Priscila Neves; SANTOS, Jucicleide do Socorro Sales; BELLO, Maria de Nazaré Dias; NETO, Paulo de Oliveira Paes de Lira; TIAGO, Allan Carlos da Silva. Anemia falciforme, diagnóstico precoce e aconselhamento genético na doença falciforme: uma revisão de literatura. **Revista JRG**, n. 15, v.7, 2024.

DUTRA JUNIOR, Paulo Henrique de Freitas; RAMOS, Edith Maria Barbosa. Uma Análise Histórica Normativa Do Direito A Saúde Na Compreensão De Políticas Públicas Aos Portadores Da Anemia Falciforme Na Sociedade Brasileira. **Revista Ceuma Perspectivas**, v. 34, n. 3, p. 129–145, 2020.

ELENDU, Chukwuka et al. Understanding Sickle cell disease: Causes, symptoms, and treatment options. **Medicine (Baltimore)**, v. 102, p.1-7, 2023.

PARK, So Hyun; BAO, Gang. CRISPR/Cas9 gene editing for curing sickle cell disease. **Transfusion and apheresis science: official journal of the World Apheresis Association**, v.60, 2021.

ROCHA, Rafael; SOUZA, Tania Vignuda de; MORAES, Rita de Cássia Melão de; NASCIMENTO, Luana de Cassia Nunes; COUTO, Leila Leontino do; FARIAS, Iraína Fernandes de Abreu. (Lack of) knowledge of mothers about sickle cell trait and disease: a qualitative study. **Revista Brasileira de Enfermagem**, v. 75, 2021.

SANTOS, Helena Pimentel dos; DOMINGOS, Claudia Regina Bonini; CASTRO, Simone Martins de. Twenty Years of Neonatal Screening for Sickle Cell Disease in Brazil: The Challenges of a Continental Country with High Genetic Heterogeneity. **Revista de Erros Inatos do Metabolismo e Triagem**, v. 9, 2021.

MODELAGEM JURÍDICA DE DECISÕES INTERAGENTES DO DIREITO PARA O SÉCULO XXI

José Wagner Malcher da Silva (1), Paulo Roberto Meloni Monteiro Bresan (2)

(1) Acadêmico de Direito, Centro Universitário Faema – Unifaema, jose.malcher@unifaema.edu.br

(2) Docente de Direito, Centro Universitário Faema – Unifaema, paulo.bresan@unifaema.edu.br

RESUMO

A MJDI integra Jurimetria, Psicologia Jurídica e a Teoria dos Jogos para tornar decisões mais racionais e humanas, reduzindo prazos, elevando acordos e promovendo justiça eficiente, ética e sensível na formação e atuação jurídica.

Palavras-chave: modelagem jurídica; jurimetria; teoria dos jogos; psicologia jurídica; decisões interagentes.

INTRODUÇÃO

A prática jurídica contemporânea exige uma evolução significativa na formação dos operadores do Direito, que precisam ir além da mera aplicação de normas. A complexidade crescente dos sistemas processuais e a necessidade de decisões mais ágeis, justas e baseadas em evidências impulsionam a busca por novos modelos. Nesse contexto, a Modelagem Jurídica de Decisões Interagentes (MJDI) surge como uma abordagem teórica-interdisciplinar inovadora, integrando conhecimentos da Jurimetria, Psicologia Jurídica e Teoria dos Jogos.

O objetivo central é compreender e otimizar as interações entre as partes em conflito, antecipando comportamentos, otimizar e maximizando resultados. Este resumo expandido explora a MJDI como um paradigma jurídico para operadores do Direito, tornando-os a atuar como estrategistas decisórios no século XXI sobre os alicerces da Ciência da otimização.

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA E METODOLOGIA

A MJDI fundamenta-se em três pilares:

Jurimetria: Utiliza a análise estatística de dados processuais para quantificar padrões de decisões judiciais e prever resultados. Autores como Guedes [1] são

referências nesse campo, fornecendo ferramentas para uma compreensão estatística do Direito (Ciência de Dados).

Teoria dos Jogos: Aplica modelos matemáticos para analisar interações estratégicas entre agentes racionais (Ciências da Matemática Aplicada). Von Neumann e Morgenstern [2] são os precursores, cujos conceitos permitem identificar as melhores estratégias para cada parte em um litígio.

Psicologia Jurídica: Estuda os fatores psicológicos e vieses cognitivos que influenciam as decisões humanas no contexto jurídico (Ciência do Comportamento). Kahneman [3] e Rachlinski [4] frisam que são essenciais para entender como emoções e percepções afetam o comportamento das partes e dos julgadores.

A metodologia (Fig.1) empregada na pesquisa original é de natureza quantitativa-qualitativa, com base em análise técnica e científica das decisões. Foram examinados cenários em direito civil (pensão alimentícia) para demonstrar a aplicabilidade e eficácia da MJDis na prática. A integração desses campos permite uma visão holística e preditiva do processo decisório jurídico.

FLUXO DA METODOLOGIA MJDis



Fig.1

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A aplicação da MJDis nos casos estudados revelou resultados promissores, que reforçam seu potencial como ferramenta de previsibilidade jurídica, transformadora na formação e atuação dos operadores do Direito. A integração de dados jurimétricos com a análise comportamental e estratégica aumenta significativamente a capacidade de prever desfechos processuais.

Redução do Tempo Processual: A MJDis utilizou 500 ações de alimentos e essas foram modeladas. O tempo médio dos processos, após a modelagem, foi diminuída significativamente (Fig.2), facilitando a identificação de pontos de convergência e a promoção de acordos.

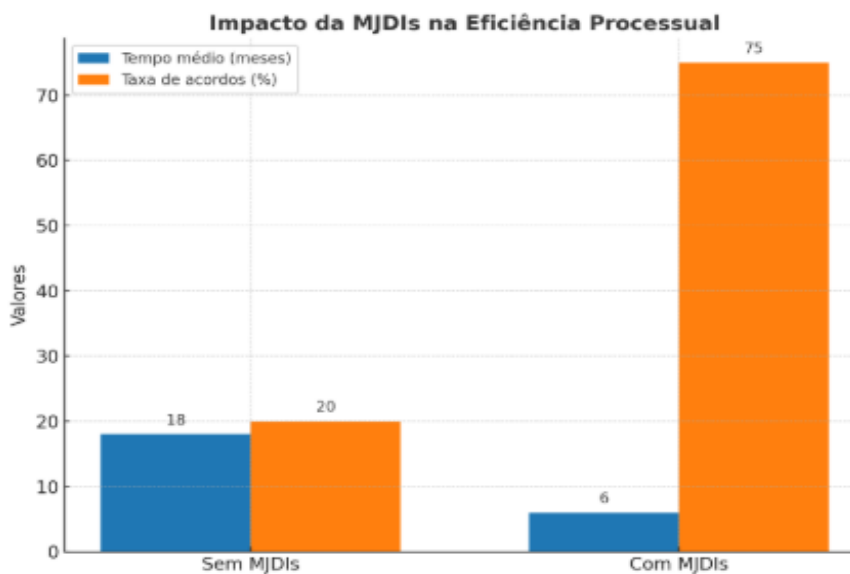


Fig.2

O gráfico demonstra que a aplicação das MJDis aumenta a eficiência e a consensualidade processual, reduzindo o tempo médio de resolução de 18 para 6 meses e elevando a taxa de acordos de 20% para 75%, ou seja, reduz tempo médio de litígios em aproximadamente 67% (18 para 6 meses) e eleva a taxa de acordos em 55 pontos percentuais (de 20% para 75%).

Aumento da Taxa de Acordos: A probabilidade de acordos pode ser elevada em até 20% (Fig.3) pontos percentuais, indicando uma maior eficiência na resolução consensual de conflitos.

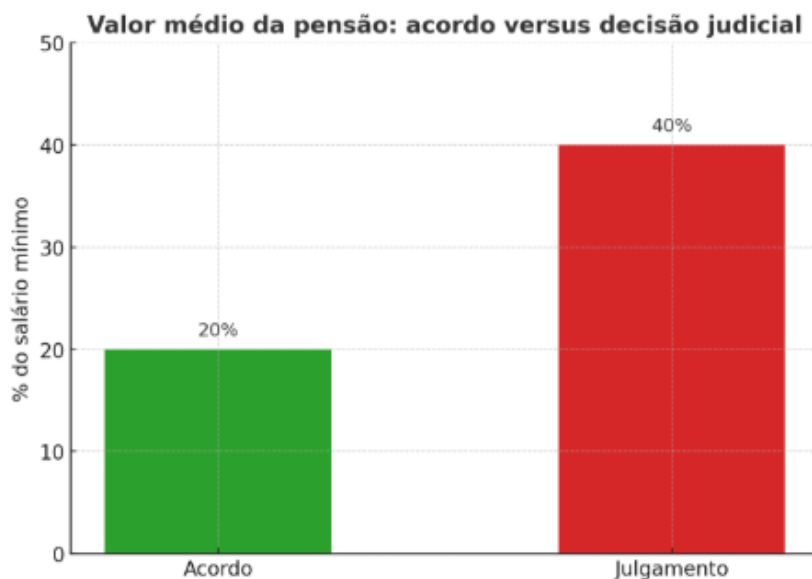


Fig.3

O gráfico revela que, nos acordos, a pensão média corresponde a 20% do salário mínimo, enquanto nas decisões judiciais chega a 40%, indicando que o acordo busca moderação, ao passo que o julgamento prioriza a proteção do menor, ou seja, ênfase na necessidade e menor atenção na possibilidade.

Decisões Baseadas em Evidências: A abordagem orienta decisões pautadas em ciência de dados e ciência comportamental, superando a mera intuição ou experiência. Além dos ganhos em eficiência e previsibilidade, a pesquisa abordou a compatibilidade da MJDis com a Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD – Lei nº 13.709/ 2018) [5].

A utilização de dados sensíveis no contexto da MJDis exige a observância rigorosa dos princípios de tratamento legítimo, minimização, anonimização e supervisão humana, garantindo a ética e a responsabilidade no uso da informação.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Modelagem Jurídica de Decisões Interagentes (MJDis) representa uma evolução paradigmática para a prática do Direito. Ela transforma a visão tradicional e linear do operador do Direito em um estrategista decisório, capaz de antecipar movimentos, compreender vieses e propor soluções mais justas, eficientes e humanas. A MJDis não substitui

o juízo de valor, mas o refina com dados, lógica e empatia, preparando os futuros profissionais para os desafios do século XXI.

Portanto, a MJDI é um compromisso com um Direito mais justo, ágil e preparado para as demandas da sociedade contemporânea e sistema complexo adaptativo.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018. *Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD)*. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 15 ago. 2018. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2018/lei/113709.htm. Acesso em: 5 abr. 2025.

GUEDES, Marcelo Nunes. *Jurimetria: como a estatística pode mudar o Direito*. 1. ed. São Paulo: Editora **Revista dos Tribunais**, 2016. ISBN 978-85-203-6795-7.

KAHNEMAN, Daniel. **Thinking, fast and slow**. New York: Farrar, Straus and Giroux, 2011.

NEUMANN, John von; MORGENSTERN, Oskar. *Theory of games and economic behavior*. 3. ed. Princeton: Princeton University Press, 1953.

RACHLINSKI, Jeffrey J. The “New” Law and Psychology: A Reply to Critics, Skeptics, and Cautious Supporters. **Cornell Law Review**, v. 85, n. 3, p. 739–766, 2000.

ABANDONO AFETIVO COMO ATO ILÍCITO CIVIL E SUAS IMPLICAÇÕES NA RESPONSABILIDADE CIVIL NAS RELAÇÕES FAMILIARES

Nicolas Augusto Mota Da Silva (1), Elenai Quinelato (2), Melissa Rodrigues de Souza (3), Paulo Roberto Meloni Monteiro Bressan (4)

- (1) Acadêmicos de Direito, Centro Universitário Faema – Unifaema
- (2) Acadêmicos de Direito, Centro Universitário Faema – Unifaema
- (3) Acadêmicos de Direito, Centro Universitário Faema – Unifaema
- (4) Docente no Centro Universitário Faema – Unifaema

RESUMO

O presente estudo analisa o abandono afetivo como ato ilícito civil, à luz da Lei nº 15.240/2025, que reconhece expressamente a omissão parental como conduta geradora de responsabilidade civil. A pesquisa discute como a nova lei, ao incluir a assistência afetiva como dever jurídico e o abandono como ofensa reparável, positivou o entendimento doutrinário e jurisprudencial já consolidado sobre o tema. Examina-se ainda a correlação entre o abandono afetivo e as diversas formas de dano que dele decorrem — moral, material e existencial —, tendo como base os princípios constitucionais da dignidade da pessoa humana, da solidariedade e da afetividade. A metodologia empregada é qualitativa, dedutiva e bibliográfica, com análise de doutrinas contemporâneas, da legislação vigente e de decisões judiciais. Os resultados demonstram que o reconhecimento legal do abandono afetivo reforça a função ética e pedagógica da responsabilidade civil, assegurando proteção integral às dimensões psíquicas, patrimoniais e existenciais da vida familiar. Conclui-se que a nova lei representa um avanço na consolidação do valor jurídico da afetividade, sem inovar materialmente, pois apenas formaliza a evolução teórica e jurisprudencial já existente no Direito de Família brasileiro.

Palavras-chave: abandono afetivo; responsabilidade civil; dano existencial; dignidade humana; afetividade.

INTRODUÇÃO

O Direito de Família brasileiro vem passando por uma transformação estrutural que desloca seu foco do modelo patrimonialista para uma perspectiva centrada na afetividade, na dignidade da pessoa humana e na solidariedade. Essa mudança, impulsionada pelo processo de constitucionalização do Direito Civil, redefine as bases da convivência familiar e atribui novo significado à responsabilidade civil nas relações entre pais, filhos e demais integrantes da entidade familiar.

A promulgação da Lei nº 15.240/2025 marca um ponto decisivo nesse movimento de evolução. A norma alterou o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) para reconhecer expressamente o abandono afetivo como ato ilícito civil, estabelecendo a possibilidade de indenização por danos morais, materiais e existenciais. Essa previsão legal não cria um novo dever, mas positiva um entendimento doutrinário e jurisprudencial já consolidado, que há anos vem afirmando que a omissão afetiva fere o dever jurídico de cuidado e compromete o pleno desenvolvimento da personalidade.

Tartuce (2018; 2022) e Gonçalves (2020) sustentam que a responsabilidade civil contemporânea cumpre função compensatória e pedagógica, pois não apenas repara o prejuízo causado, mas também previne novas violações. No contexto familiar, essa dimensão ética se evidencia de forma especial, uma vez que a negligência afetiva ultrapassa o campo emocional, atingindo as esferas social, moral e até econômica do indivíduo.

Conforme estabelece o artigo 227 da Constituição Federal, é dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança e ao adolescente, com absoluta prioridade, o direito à convivência familiar e comunitária, o que reforça a natureza jurídica do afeto como componente essencial do desenvolvimento humano. Nesse sentido, a nova lei reafirma o princípio da proteção integral, previsto também no ECA, segundo o qual o abandono afetivo deixa de ser mera questão moral e passa a configurar violação de direito fundamental, ensejando a responsabilidade civil plena.

Dessa forma, o presente estudo tem como objetivo analisar a repercussão da Lei nº 15.240/2025 na consolidação do abandono afetivo como ato ilícito civil, destacando sua relação com as diferentes formas de dano e seu papel na consolidação da afetividade como valor jurídico estruturante do Direito de Família. Busca-se demonstrar que a nova legislação não inova materialmente o ordenamento, mas reafirma a evolução doutrinária e jurisprudencial que vem humanizando a responsabilidade civil e promovendo a efetivação da dignidade nas relações familiares.

METODOLOGIA

O estudo desenvolvido possui natureza qualitativa e caráter exploratório-descritivo, voltado à compreensão do abandono afetivo como ato ilícito civil, à luz da Lei nº 15.240/2025 e de sua integração ao sistema de responsabilidade civil. Adotou-se o

método dedutivo, partindo dos princípios constitucionais da dignidade da pessoa humana, da afetividade e da solidariedade familiar, para analisar como tais fundamentos se concretizam nas relações parentais e nas consequências jurídicas da omissão afetiva.

A pesquisa utilizou procedimentos bibliográficos, documentais e jurisprudenciais. A etapa bibliográfica contemplou obras de referência do Direito Civil e do Direito de Família, especialmente de Flávio Tartuce (2018; 2022), Carlos Roberto Gonçalves (2020), Pablo Stolze Gagliano e Rodolfo Pamplona Filho (2022) e Bressan *et al.* (2025), autores que discutem a expansão da responsabilidade civil e o reconhecimento do dano existencial como categoria autônoma.

A análise documental envolveu a Lei nº 15.240/2025, e do Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei nº 8.069/1990), com o objetivo de identificar as alterações introduzidas pela nova legislação, especialmente no tocante à positivação do abandono afetivo como ato ilícito civil e à consolidação do dever jurídico de assistência emocional. No campo jurisprudencial, foram examinadas decisões relevantes do Superior Tribunal de Justiça (STJ) e de tribunais estaduais, destacando-se o REsp 1.159.242/SP, que reconheceu a omissão afetiva como fundamento para indenização por danos morais, materiais e existenciais. Essa análise buscou evidenciar que o entendimento consolidado pela jurisprudência precedeu a edição da lei, demonstrando que a norma teve caráter declaratório e sistematizador, e não propriamente inovador.

A interpretação dos dados foi conduzida sob uma abordagem crítica e comparativa, confrontando as contribuições doutrinárias e jurisprudenciais com o conteúdo normativo da nova lei. O propósito foi verificar se o abandono afetivo, ao ser formalmente reconhecido como ato ilícito civil, alterou de forma substancial o tratamento jurídico das relações familiares ou apenas reafirmou uma tendência consolidada de humanização da responsabilidade civil.

A partir da metodologia delineada, os resultados obtidos revelam a consolidação de uma tendência doutrinária e jurisprudencial que antecede a Lei nº 15.240/2025, permitindo compreender como a nova norma reafirma e amplia a tutela do afeto no âmbito da responsabilidade civil familiar.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

resultados da pesquisa evidenciaram que a Lei nº 15.240/2025 não inovou substancialmente o ordenamento jurídico brasileiro, mas positivou uma construção doutrinária e jurisprudencial já consolidada acerca do abandono afetivo como ato ilícito civil. Desde o início da década de 2010, decisões do Superior Tribunal de Justiça (STJ) como o REsp 1.159.242/SP, já reconheciam que a omissão parental no dever de cuidado e convivência configurava violação à dignidade da pessoa humana, sendo passível de responsabilidade civil. Dessa forma, a nova lei assumiu caráter declaratório, formalizando o entendimento segundo o qual o dever de afeto e de presença é tão jurídico quanto o dever material de sustento.

A inclusão do abandono afetivo no texto do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) ampliou a clareza normativa e consolidou a afetividade como dever jurídico, superando a antiga percepção de que se tratava apenas de valor moral. A norma reforça a ideia de que o cuidado emocional é expressão do princípio da solidariedade familiar, reconhecendo que a ausência injustificada de vínculo afetivo constitui conduta ilícita passível de reparação. Com isso, o Direito reafirma sua função pedagógica e preventiva, desestimulando comportamentos negligentes e fortalecendo o ideal de convivência familiar como espaço de proteção integral.

A partir desse novo enquadramento legal, a responsabilidade civil nas relações familiares passou a abarcar, de forma explícita, três dimensões de dano decorrentes do abandono afetivo: moral, material e existencial, todas tuteladas pelo princípio da reparação integral.

O dano moral emerge da violação da esfera íntima da pessoa, atingindo sua integridade psíquica, autoestima e sensação de pertencimento. No contexto familiar, o sofrimento causado pela rejeição, pela ausência de cuidado ou pela indiferença afetiva gera sentimentos de desamparo e humilhação, muitas vezes refletidos na dificuldade de construção da própria identidade. A doutrina e a jurisprudência reconhecem que esse sofrimento ultrapassa o campo emocional e representa uma verdadeira ofensa à dignidade da pessoa humana, justificando o dever de indenizar como forma de restabelecer o equilíbrio subjetivo e simbólico do indivíduo.

O dano material, por sua vez, manifesta-se quando a omissão afetiva gera reflexos econômicos concretos. Situações como a necessidade de custear tratamento psicológico, o comprometimento do desempenho escolar ou a perda de oportunidades de desenvolvimento pessoal e profissional evidenciam que o abandono afetivo não se limita à dimensão moral, pois pode produzir também prejuízos patrimoniais mensuráveis. Nesse contexto, a responsabilidade civil exerce função reparadora e compensatória, assegurando que os efeitos econômicos da violação sejam reconhecidos e ressarcidos de forma justa.

O dano existencial, por fim, representa a violação mais profunda e abrangente, pois afeta o projeto de vida e o pleno desenvolvimento da personalidade. Ele ocorre quando a ausência de afeto e de convivência parental compromete a autonomia emocional, a formação da identidade e a capacidade de estabelecer vínculos sociais saudáveis. O dano existencial traduz a frustração de viver uma vida plena e significativa, em consonância com o direito fundamental à dignidade. Conforme Gagliano e Pamplona Filho (2022), trata-se da “expressão mais avançada da tutela civil”, ao passo que Tartuce (2022) o entende como o ponto culminante da humanização da responsabilidade civil, pois traduz o dever ético de reparar qualquer lesão que afete o direito de ser e de coexistir.

O estudo demonstrou que, embora esses três tipos de dano possam coexistir, o dano existencial tem caráter mais abrangente, por englobar as demais dimensões sob o prisma da dignidade e da realização pessoal. Essa compreensão reforça a necessidade de se interpretar a reparação civil de modo holístico, considerando não apenas a compensação financeira, mas também o restabelecimento simbólico e emocional da vítima.

Além disso, a pesquisa evidenciou que a lei fortalece o diálogo entre o Direito Civil e o Direito da Criança e do Adolescente, ampliando a aplicação do princípio da proteção integral previsto no artigo 227 da Constituição Federal e no artigo 4º do ECA. Ao reconhecer o abandono afetivo como violação ao direito de convivência e ao desenvolvimento pleno, a norma reafirma que o dever de cuidado é instrumento essencial para a efetivação dos direitos fundamentais da criança e do adolescente.

Entretanto, a efetividade prática da Lei nº 15.240/2025 ainda enfrenta desafios interpretativos e probatórios. A comprovação do abandono afetivo nem sempre é simples, pois envolve aspectos subjetivos e psicológicos difíceis de mensurar. Da mesma forma, a quantificação dos danos, sobretudo os de natureza existencial, exige sensibilidade e rigor

técnico, de modo a evitar tanto a banalização da indenização quanto a negação de tutela em casos legítimos. Nesse ponto, o papel do Poder Judiciário é essencial, cabendo-lhe aplicar a norma com equilíbrio, prudência e empatia, valorizando a prova afetiva e o contexto social de cada caso.

Ainda que apresente tais desafios, a positivação do abandono afetivo como ato ilícito civil constitui um avanço civilizatório e jurídico, ao reconhecer o afeto como valor jurídico central e fundamento das relações familiares. A nova lei consolida o movimento de humanização da responsabilidade civil, ampliando a compreensão de que o dano não se resume à perda material, mas alcança a integridade emocional e a própria existência. Assim, o ordenamento jurídico reafirma sua vocação ética, pedagógica e protetiva, promovendo uma justiça relacional que busca restaurar, no seio familiar, o equilíbrio rompido pela ausência de amor, cuidado e presença.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Lei nº 15.240/2025 constitui um marco na consolidação do abandono afetivo como ato ilícito civil, ao reconhecer expressamente o dever jurídico de cuidado, presença e afeto no âmbito das relações parentais. Ao incluir essa previsão no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), o legislador reafirmou que o afeto não é mera expressão moral, mas uma obrigação jurídica essencial à formação da pessoa e à efetivação da dignidade da pessoa humana. O estudo evidenciou, contudo, que a norma possui natureza declaratória, uma vez que positivou o entendimento doutrinário e jurisprudencial já consolidado nas últimas décadas, o qual reconhecia a omissão afetiva como fundamento para a responsabilização civil.

A análise desenvolvida permitiu verificar que as condutas omissivas no ambiente familiar produzem danos múltiplos e interligados – morais, materiais e existenciais – que demandam uma reparação integral e proporcional. O dano moral manifesta-se na dor psíquica e na humilhação decorrentes da rejeição; o dano material, nas perdas concretas e nos prejuízos econômicos resultantes da negligência; e o dano existencial, na frustração do projeto de vida e na violação do direito de ser e de conviver. Esse tríplice dimensão reforça a compreensão de que o abandono afetivo transcende o campo emocional, alcançando a estrutura da existência e exigindo do Direito uma resposta que restaure, tanto quanto possível, a dignidade violada.

A Lei nº 15.240/2025 amplia também o alcance da responsabilidade civil, ao fortalecer sua função pedagógica e preventiva. Ao reconhecer o afeto como valor jurídico estruturante, o ordenamento passa a desestimular a indiferença emocional e a promover uma cultura de solidariedade familiar. A reparação civil, nesse contexto, assume papel educativo e restaurador, servindo não apenas à compensação, mas à reconstrução dos vínculos e à reafirmação da ética do cuidado no seio familiar.

Contudo, a efetividade prática da norma depende da atuação sensível e criteriosa do Poder Judiciário, responsável por aplicar o Direito de forma equilibrada e humanizada. A comprovação do abandono afetivo e a quantificação dos danos, especialmente os de natureza existencial, exigem do julgador prudência, empatia e atenção ao contexto social e psicológico das partes. Somente com uma interpretação comprometida com a dignidade da pessoa humana será possível concretizar a justiça relacional pretendida pelo legislador.

Sob o ponto de vista teórico, a lei reafirma o processo de humanização e constitucionalização do Direito Civil, aproximando o Direito de Família da realidade social contemporânea. Ao reconhecer juridicamente a ausência de afeto como lesão à personalidade e ao projeto de vida, o ordenamento jurídico brasileiro reforça sua vocação ética e consolida o dano como expressão máxima da tutela da dignidade. Assim, mais do que inovar no plano normativo, a nova lei simboliza a maturidade do Direito em compreender que a convivência familiar é também um direito fundamental, e que a omissão afetiva deve ser tratada como verdadeira violação à essência do ser humano.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Diário Oficial da União, Brasília, 1988.

BRASIL. **Lei nº 15.240, de 17 de junho de 2025**. Altera o Estatuto da Criança e do Adolescente para reconhecer o abandono afetivo como ato ilícito civil e prever indenização por dano decorrente. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 18 jun. 2025. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2023-2026/2025/Lei/L15240.htm. Acesso em: 8 nov. 2025.

BRESSAN, Paulo Roberto Meloni Monteiro et al. Arranjos familiares e afetividade como valor jurídico estruturante. **Revista DCS**, v. 22, n. 83, p. 1–12, 2025.

GAGLIANO, Pablo Stolze; PAMPLONA FILHO, Rodolfo. **Manual de Direito Civil**: volume único. 6. ed. São Paulo: SaraivaJur, 2022.

GONÇALVES, Carlos Roberto. **Responsabilidade Civil**. 18. ed. São Paulo: Saraiva, 2020.

IBDFAM. **Sancionada lei que reconhece o abandono afetivo como ato ilícito civil e prevê indenização**. Disponível em: <https://ibdfam.org.br/noticias/13374/>. Acesso em: 08 nov. 2025.

TARTUCE, Flávio. **Manual de Direito Civil**: volume único. 12. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2022.

TARTUCE, Flávio. **Manual de Responsabilidade Civil**: volume único. Rio de Janeiro: Forense, 2018.

O DANO EXISTENCIAL NAS RELAÇÕES FAMILIARES

Gabriel Moraes de Jesus Silva (1), Vanessa da Silva Bressan Monteiro (2), Elenai Quinelato (3), Melissa Rodrigues de Souza (4), Paulo Roberto Meloni Monteiro Bressan (5)

(1,2,3,4) Acadêmicos de Direito, Centro Universitário Faema – Unifaema

(5) Docente no Centro Universitário Faema - Unifaema

RESUMO

O presente estudo analisa o dano existencial no contexto das relações familiares, à luz da doutrina civilista contemporânea e da evolução da responsabilidade civil. O instituto é compreendido como violação da esfera de realização pessoal e do projeto de vida do indivíduo, atingindo dimensões que transcendem o dano moral tradicional. O objetivo consiste em compreender como o dano existencial se manifesta nas relações familiares e de que modo o Direito pode assegurar sua reparação à luz dos princípios da dignidade da pessoa humana, da solidariedade e da afetividade. A metodologia é qualitativa e bibliográfica, fundamentada em autores como Tartuce (2018; 2022), Gagliano e Pamplona Filho (2022), Gonçalves (2020) e Bressan et al. (2025), além da análise de decisões do Superior Tribunal de Justiça e de tribunais estaduais. Os resultados demonstram que o dano existencial vem sendo reconhecido como categoria autônoma no Direito de Família, especialmente em casos de abandono afetivo, violência psicológica e alienação parental, reafirmando a necessidade de uma reparação integral que contemple o sofrimento existencial e não apenas o dano moral. Conclui-se que o instituto representa um avanço teórico e prático, ao reforçar o papel humanizador da responsabilidade civil e consolidar o valor jurídico da afetividade como fundamento ético das relações familiares.

Palavras-chave: dano existencial; direito de família; dignidade humana; afetividade. responsabilidade civil.

INTRODUÇÃO

A evolução do Direito de Família no Brasil reflete a transição de um modelo patriarcal e patrimonialista para uma concepção centrada na afetividade e na dignidade da pessoa humana, princípios que passaram a orientar tanto a constituição quanto a dissolução das relações familiares. Esse movimento, impulsionado pela constitucionalização do Direito Civil, ampliou a tutela da pessoa e trouxe à tona novas formas de responsabilização decorrentes da violação dos deveres familiares, entre as quais se destaca o dano existencial.

Compreendido como a lesão ao direito de viver uma vida plena e ao livre desenvolvimento da personalidade, o dano existencial atinge o projeto de vida do indivíduo, afetando sua capacidade de realização pessoal, social e emocional. A doutrina contemporânea, representada por Tartuce (2018; 2022), Gagliano e Pamplona Filho (2022) e Gonçalves (2020), reconhece que esse tipo de dano ultrapassa a esfera do sofrimento subjetivo, característico do dano moral, e alcança o núcleo da existência humana, exigindo uma resposta reparatória pautada pela ética, pela justiça relacional e pela função social da responsabilidade civil.

No campo das relações familiares, o dano existencial manifesta-se em situações de abandono afetivo, alienação parental e violência psicológica, nas quais o descumprimento dos deveres de cuidado e respeito compromete a integridade emocional e o sentido de pertencimento dos envolvidos. Conforme observa Bressan *et al.* (2025), a família é o primeiro espaço de formação da afetividade e de construção de identidade, e, justamente por essa razão, também se torna o ambiente em que as lesões ao projeto de vida se revelam mais intensas.

Diante desse cenário, este trabalho tem como objetivo analisar o dano existencial no âmbito do Direito de Família, examinando seus fundamentos teóricos, sua distinção em relação ao dano moral e suas implicações práticas na jurisprudência brasileira. Busca-se demonstrar que o reconhecimento desse instituto representa um avanço ético e jurídico, ao consolidar a afetividade como valor jurídico estruturante e reafirmar o compromisso do Direito com a promoção da dignidade humana e com a efetividade das relações familiares.

METODOLOGIA

A pesquisa desenvolvida possui natureza qualitativa, com enfoque exploratório e descritivo, voltado à análise crítica do dano existencial no âmbito do Direito de Família. Adotou-se o método dedutivo, partindo dos princípios gerais da responsabilidade civil e dos fundamentos constitucionais da dignidade da pessoa humana para compreender sua aplicação específica nas relações familiares contemporâneas.

A investigação baseou-se em pesquisa bibliográfica e documental, realizada a partir de obras de referência do Direito Civil brasileiro, especialmente Tartuce (2018; 2022), Gagliano e Pamplona Filho (2022) e Gonçalves (2020), que abordam a evolução

teórica da responsabilidade civil e o reconhecimento de novas categorias de dano. Também foi incorporada a contribuição de Bressan *et al.* (2025), que discute a afetividade como valor jurídico estruturante das relações familiares.

Complementarmente, realizou-se o exame de jurisprudências do Superior Tribunal de Justiça e de tribunais estaduais, com destaque para decisões sobre abandono afetivo, alienação parental e violência psicológica, a fim de identificar como o dano existencial vem sendo reconhecido e aplicado na prática judicial brasileira.

A análise dos dados foi conduzida de forma interpretativa e crítica, confrontando a teoria doutrinária com a realidade jurisprudencial e social. O objetivo foi identificar convergências e lacunas na aplicação do instituto, permitindo compreender o dano existencial não apenas como conceito teórico, mas como instrumento de efetivação da dignidade e da solidariedade nas relações familiares.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os resultados evidenciam que o dano existencial vem se consolidando como uma categoria autônoma no campo da responsabilidade civil, resultado da ampliação da tutela jurídica sobre a dimensão existencial da pessoa humana. Conforme explica Tartuce (2018), trata-se da violação do direito de viver de forma plena e digna, manifestada na supressão do tempo existencial e na frustração do projeto de vida, elementos que compõem a liberdade de realização pessoal e a construção da identidade individual.

Sob a perspectiva de Gagliano e Pamplona Filho (2022), o dano existencial marca uma nova etapa evolutiva da responsabilidade civil, que deixa de proteger apenas o patrimônio ou a esfera psíquica para alcançar a existência concreta do ser humano — seu modo de viver, conviver e desenvolver-se socialmente. Para os autores, o cotidiano, com suas experiências, expectativas e vínculos afetivos, torna-se o verdadeiro núcleo da proteção jurídica, revelando a dimensão ética e humanista do Direito Civil contemporâneo.

Essa concepção assume especial relevância no Direito de Família, em que o ambiente afetivo constitui, simultaneamente, espaço de formação e de vulnerabilidade. O núcleo familiar, responsável por moldar vínculos de identidade e pertencimento, pode também se tornar o cenário de violações profundas à dignidade e ao projeto de vida de

seus integrantes. Nessas circunstâncias, o dano existencial traduz a ruptura da própria experiência de ser e de coexistir, exigindo do Direito uma resposta reparatória que reafirme a centralidade da pessoa e da afetividade nas relações familiares.

De acordo com Bressan *et al.* (2025), a família, por ser o espaço originário da afetividade e da construção de sentido existencial, é também o ambiente em que o dano ao projeto de vida tende a ocorrer com maior frequência. O valor familiar, enquanto núcleo de identidade e pertencimento, potencializa os efeitos destrutivos das condutas que rompem laços de confiança e cuidado. Por isso, o sofrimento causado por violações no âmbito doméstico é, não raro, classificado pela jurisprudência como dano moral, ainda que sua natureza e profundidade revelem prejuízos mais amplos, próprios do dano existencial.

Essa discussão encontra eco na jurisprudência brasileira, especialmente nas decisões que reconhecem o abandono afetivo como hipótese de reparação civil. O Superior Tribunal de Justiça, no REsp 1.159.242/SP, afirmou que a omissão parental que compromete o desenvolvimento emocional e social do filho configura ilícito indenizável, pois atinge diretamente o direito de convivência e o projeto de vida. Casos semelhantes vêm sendo analisados pelos tribunais estaduais, sobretudo em contextos de violência psicológica, alienação parental e descumprimento de deveres conjugais, o que demonstra a expansão do conceito para a prática judicial.

Gagliano e Pamplona Filho (2022) observam que a distinção entre dano moral e dano existencial é sutil, mas necessária, pois apenas este último reconhece a afetação do direito de ser e de realizar-se. Já Gonçalves (2020) destaca que, nas relações familiares, a indenização deve exercer também uma função pedagógica, restaurando o equilíbrio emocional e reforçando o dever jurídico de afeto e respeito mútuo.

Dessa forma, ao reconhecer a especificidade do dano existencial, a doutrina amplia o horizonte da responsabilidade civil, conferindo-lhe dimensão não apenas reparatória, mas também transformadora. O reconhecimento dessa categoria permite compreender que o sofrimento resultante de violações no ambiente familiar ultrapassa a esfera emocional, repercutindo na própria estrutura da vida em comum. A indenização, portanto, deve transcender o simples ressarcimento e assumir caráter de restauração ética, reafirmando a função social da família e a necessidade de preservação dos laços de afeto e solidariedade.

Nos novos arranjos familiares, como as uniões homoafetivas, as famílias multiparentais e as formações monoparentais, o dano existencial ganha contornos ainda mais complexos. A quebra do reconhecimento afetivo, a exclusão de um dos genitores ou o desrespeito à identidade parental podem gerar danos que atingem o núcleo essencial do projeto de vida, exigindo do Judiciário uma interpretação sensível e inclusiva, compatível com o princípio da dignidade da pessoa humana e com o pluralismo familiar reconhecido pela Constituição de 1988.

Apesar desse avanço teórico e jurisprudencial, parte da doutrina civilista ainda manifesta resistência em aceitar o dano existencial como categoria autônoma, argumentando que ele representaria uma duplicidade do dano moral. Contudo, autores como Tartuce (2018) e Gagliano e Pamplona Filho (2022) sustentam que a distinção é necessária para garantir uma reparação integral da dignidade humana, especialmente nas relações familiares, onde as consequências emocionais e existenciais se entrelaçam de forma intensa e contínua.

Por fim, Bressan *et al.* (2025) reforçam que, diante do papel social da família e da centralidade da afetividade como valor jurídico estruturante, as lesões ao projeto de vida merecem reconhecimento autônomo, sob pena de reduzir a complexidade dos vínculos humanos a meras emoções compensáveis. Nesse sentido, o dano existencial atua como ponte conceitual entre o Direito Civil e os direitos fundamentais, permitindo uma tutela mais ampla e coerente da personalidade e da vida em comum.

Assim, os resultados indicam que o dano existencial no Direito de Família representa não apenas um avanço conceitual, mas também uma necessidade prática de justiça relacional, ao reconhecer juridicamente sofrimentos que comprometem o sentido de vida e a autonomia dos indivíduos dentro das relações afetivas. O instituto, ao ser aplicado com prudência e sensibilidade, reafirma o compromisso do Direito com a dignidade humana, a solidariedade e a reconstrução ética das relações familiares.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O dano existencial, ao adentrar o campo do Direito de Família, amplia o alcance da proteção jurídica à dignidade humana e reafirma o caráter ético das relações familiares. Trata-se de um avanço teórico e prático que aproxima o Direito da realidade social

contemporânea, reconhecendo que o sofrimento existencial, e não apenas o material, merece tutela reparatória como expressão da efetividade dos direitos fundamentais.

A análise evidenciou que o reconhecimento do dano existencial está vinculado à evolução da responsabilidade civil e à consolidação dos princípios constitucionais da dignidade da pessoa humana, solidariedade familiar e afetividade. Como apontam Tartuce (2018; 2022) e Gagliano e Pamplona Filho (2022), a reparação civil deve exercer não só função compensatória, mas também função pedagógica e restauradora, voltada à reconstrução dos vínculos e à prevenção de novas violações.

Observou-se ainda que a aplicação prática desse instituto vem sendo gradualmente acolhida pela jurisprudência, sobretudo em casos de abandono afetivo, violência psicológica e alienação parental, o que demonstra a maturidade do sistema jurídico brasileiro em reconhecer os danos que atingem a dimensão existencial do ser humano. Essa tendência revela uma transformação cultural: o Direito Civil deixa de ser um instrumento apenas patrimonial e passa a incorporar uma visão humanista e relacional da justiça.

Por outro lado, a pesquisa revelou que ainda há resistência doutrinária quanto à autonomia do dano existencial, sendo comum a sua confusão com o dano moral. Todavia, a diferenciação proposta pelos autores contemporâneos reafirma a necessidade de uma reparação integral, capaz de abarcar não apenas a dor psíquica, mas também a ruptura dos projetos de vida e do sentido de pertencimento. Nesse ponto, o instituto se apresenta como um mecanismo de reconstrução da dignidade e da vida em comum, especialmente no contexto familiar.

Conclui-se, portanto, que a consolidação do dano existencial representa uma virada paradigmática no campo da responsabilidade civil brasileira, integrando o Direito de Família a uma nova dimensão ética, sensível e humanizada. Seu reconhecimento reforça a centralidade da pessoa nas relações afetivas e reafirma o compromisso do Estado e da sociedade com a promoção de uma convivência fundada no respeito, na empatia e na justiça relacional.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. **Diário Oficial da União**, Brasília, 1988.

BRESSAN, Paulo Roberto Meloni Monteiro *et al.*, Arranjos familiares e afetividade como valor jurídico estruturante. **Revista DCS**, v. 22, n. 83, p. 1–12, 2025.

GAGLIANO, Pablo Stolze; PAMPLONA FILHO, Rodolfo. **Manual de Direito Civil**: volume único. 6. ed. São Paulo: SaraivaJur, 2022.

GONÇALVES, Carlos Roberto. **Responsabilidade Civil**. 18. ed. São Paulo: Saraiva, 2020.

TARTUCE, Flávio. **Manual de Direito Civil**: volume único. 12. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2022.

TARTUCE, Flávio. **Manual de Responsabilidade Civil**: volume único. Rio de Janeiro: Forense, 2018.

AMBIÊNCIA HOSPITALAR E COMUNICAÇÃO DE MÁS NOTÍCIAS: CONTRIBUIÇÕES DA PSICOLOGIA AMBIENTAL E HOSPITALAR

Nathã Victor de Oliveira Bernardo (1), Luciane de Andrade Melo (2)

(1) Acadêmico de Psicologia, Centro Universitário Faema – Unifaema, natha.44340@unifaema.edu.br

(2) Docente do Curso de Psicologia, Centro Universitário Faema – Unifaema,
luciane.melo@unifaema.edu.br

RESUMO

A ambiência hospitalar é entendida como o tratamento do espaço físico, social e relacional para produzir acolhimento, conforto e privacidade, um fator que influencia diretamente à comunicação de más notícias (CMN). Diante de tal cenário, este estudo se apresenta, como uma revisão bibliográfica qualitativa (integradora), através análise de conteúdos, articulando contribuições da Psicologia Ambiental e da Psicologia Hospitalar. Foram considerados cadernos e diretrizes nacionais (PNH/Humaniza SUS; INCA), protocolo SPIKES, clássicos e revisões em design em saúde (Ulrich; Herd), além de evidências recentes sobre ruído e guias aplicados de projeto ambiental. Os achados convergem em cinco eixos: (1) **setting** (privacidade, conforto, ruído, iluminação), como condição basal para confiança e compreensão; (2) **tempo/fluxo** (conversas sem interrupções, profissional sentado, presença de acompanhantes a critério do paciente); (3) **biofilia** (janelas, vistas e elementos naturais favorecendo restauração emocional e menor uso de analgésicos); (4) **controle/autonomia** (escolhas do paciente/família, regulação de luz, assentos e participação); (5) **protocolos** (SPIKES e PNH), que operacionalizam o preparo ambiental e a humanização do encontro clínico. Conclui-se que a qualificação da ambiência — com metas de ruído, luz natural/dimerizável, vistas/verde, privacidade acústico-visual e dispositivos de participação — potencializa a CMN e alinha-se às diretrizes nacionais.

Palavras-chave: ambiência hospitalar; psicologia ambiental; comunicação de más notícias; humanização; design baseado em evidências.

INTRODUÇÃO

A Política Nacional de Humanização (PNH) define ambiência como a organização intencional do espaço para qualificar encontros, garantir privacidade e conforto, articulando dimensões físicas, relacionais e simbólicas do cuidado (Brasil, 2010; 2011). Nesse horizonte, a comunicação de más notícias (CMN) depende não apenas

da competência comunicacional, mas também das condições do ambiente, que medeiam emoções, compreensão e vínculo com pacientes e familiares. Tais eventos de conteúdo sensíveis e impactantes na vida do sujeito são frequentes em instituições hospitalares e clínicas de saúde, através disso, a Psicologia Ambiental subsidia razões as quais o lugar importa — pela regulação de privacidade/territorialidade, pelo controle percebido, pela sobrecarga sensorial e pelos significados do espaço —, ao passo que a Psicologia Hospitalar traduz esses mecanismos na clínica do cuidado em contextos de sofrimento e decisão compartilhada (Cavalcante; Elali, 2017; Angerami-Camon, 2002). Coerente com esse quadro, o protocolo **SPIKES** incorpora o ambiente já no “S – Setting up”, recomendando privacidade, tempo protegido e gestão de interrupções como pré-condições da conversa (Baile et al., 2000).

Neste estudo, objetivou-se analisar de que modo a ambiência hospitalar influencia a comunicação de más notícias (CMN), à luz das contribuições da Psicologia Ambiental e da Psicologia Hospitalar. Para alcançar esse propósito, propôs-se identificar, na literatura, os conceitos de ambiência e ambientação pertinentes ao contexto hospitalar; compreender as dimensões psicológicas e simbólicas dos espaços na vivência de pacientes e profissionais; explorar explicações da Psicologia Ambiental sobre os efeitos do ambiente no comportamento e nas emoções em settings de saúde; discutir a relevância da ambiência na prática comunicacional de más notícias; e propor recomendações teórico-práticas que subsidiem a humanização desses espaços.

MÉTODO

O presente estudo trata-se de uma revisão bibliográfica qualitativa, de caráter integrador, conduzida por análise de conteúdo (Bardin, 2011). O corpus reuniu cadernos e diretrizes nacionais da PNH/Humaniza SUS e do INCA, o protocolo SPIKES (Baile et al., 2000), estudos clássicos e revisões de design baseado em evidências que relacionam ambiente e desfechos em saúde (Ulrich, 1984; Ulrich et al., 2008), o guia aplicado de *Environmental Design* do sistema de saúde norte-americano (U.S. Department Of Veterans Affairs, 2018) e uma revisão sistemática sobre ruído em UTI (Vreman et al., 2023). A partir da leitura e da codificação temática, as unidades de registro foram organizadas em cinco eixos analíticos — *setting*, tempo/fluxo, biofilia, controle/autonomia e protocolos — integrando fundamentos teóricos, evidências

empíricas e recomendações práticas sobre a influência da ambiência na comunicação de más notícias.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Os achados sobre **setting** indicam que privacidade e conforto constituem condições basais para a comunicação de más notícias. As diretrizes da PNH orientam garantir confidencialidade por barreiras visuais e sonoras (salas, divisórias, cortinas), bem como acessibilidade e confortabilidade (materiais, ergonomia, adequação cultural), compreendendo o ambiente como dispositivo relacional do cuidado (Brasil, 2010; Brasil, 2011). Em termos de desfecho comunicacional, quartos individuais e ambientes com maior privacidade estão associados a melhor experiência do paciente e a interações mais qualificadas entre equipe e usuário (Ulrich et al., 2008).

No recorte do ruído, as evidências mostram que hospitais frequentemente excedem faixas de referência internacional (≈ 35 dB dia/30 dB noite) e que a exposição sonora se relaciona a ansiedade, pior qualidade do sono e erros; intervenções educativas, sinalização/feedback e ajustes ambientais podem reduzir níveis, ainda que com magnitudes heterogêneas e, muitas vezes, de curto prazo (Vreman et al, 2023)

Quanto à **iluminação**, recomenda-se maximizar luz natural e janelas (associadas a bem-estar, sono e satisfação) e adotar iluminação artificial dimerizável e adequada à tarefa, respeitando ritmos circadianos (U.S. Department Of Veterans Affairs, 2018; Ulrich et al., 2008).

No eixo **tempo/fluxo**, o protocolo SPIKES recomenda preparar o ambiente, arranjar privacidade, silenciar pagers/telefones, sentar-se e envolver acompanhantes quando apropriado, de forma a proteger o tempo da conversa e reduzir interrupções (BAILE et al., 2000). Materiais orientadores do INCA/MS reforçam a necessidade de avisar previamente sobre restrições inevitáveis e assegurar ritmo de fala compatível com a compreensão do paciente (Brasil; Inca, 2010).

Em **biofilia**, o estudo clássico de Ulrich (1984) demonstrou que pacientes cirúrgicos com vista para árvores tiveram menor tempo de internação e menor uso de analgésicos quando comparados a pacientes com vista para parede, sustentando recomendações de janelas, pátios e arte naturalista como distrações positivas que reduzem

dor e ansiedade e criam um microclima menos estressante para conversas difíceis (U.S. Department Of Veterans Affairs, 2018).

Por fim, em **controle/autonomia**, a literatura em Psicologia Ambiental associa percepção de controle a menor estresse (Cavalcante; Elali, 2017). Na prática, permitir ajustar luz/temperatura, escolher assentos, decidir sobre a presença de acompanhante e pactuar o tempo da conversa aumenta respeito, compreensão e adesão (U.S. Department Of Veterans Affairs, 2018; Brasil, 2010). Em protocolos, o SPIKES organiza a CMN ao integrar preparo do setting, avaliação de percepção/convite, informação em blocos e empatia (Baile et al., 2000), enquanto a PNH fundamenta a ambiência como estratégia de humanização (privacidade e acolhimento), e os materiais do INCA/MS oferecem roteiros e recomendações aplicáveis ao SUS (Sistema Único de Saúde) (Brasil, 2011; Brasil; INCA, 2010).

Os resultados convergem para a ambiência como **mediadora psicossocial** da comunicação de más notícias. A privacidade, entendida como regulação do acesso e do campo sensorio-relacional, e o controle percebido pelo paciente/família aumentam a segurança e a abertura comunicacional. Em paralelo, a redução de estressores sensoriais (ruído excessivo, ofuscamento, iluminação inadequada) e a exposição à natureza favorecem restauração emocional, condição para atenção, empatia e compreensão no encontro clínico (Ulrich, 1984; Ulrich et al., 2008; Vreman et al., 2023; U.S. Department Of Veterans Affairs, 2018).

A articulação entre Psicologia Ambiental (privacidade, territorialidade, proxêmica e significados do lugar) e Psicologia Hospitalar (clínica do vínculo e comunicação com famílias) dá suporte tanto às diretrizes de humanização da PNH quanto aos passos operacionais do SPIKES (Brasil, 2010; Brasil, 2011; Baile et al., 2000; Brasil; INCA, 2010).

Entendida como dispositivo relacional do cuidado, a ambiência opera como mediadora psicossocial que traduz escolhas arquitetônicas em efeitos afetivo-cognitivos relevantes para a comunicação e para os desfechos em saúde, articulando arquitetura, psicologia e prática clínica (Brasil, 2010; 2011). Pela lente da Psicologia Ambiental, mecanismos como privacidade/territorialidade, controle percebido, sobrecarga sensorial e significados do lugar explicam como o espaço condiciona emoções, atenção e vínculo — dimensões cruciais na comunicação de más notícias (Cavalcante; Elali, 2017;

Angerami-Camon, 2002). Em sentido complementar, a gestão do ruído emerge como variável ambiental crítica, dada sua relação com ansiedade, sono e erros, exigindo soluções combinadas de educação, feedback e arquitetura (Vreman et al., 2023). Assim, a ambiência integra fundamentos psicológicos, evidências ambientais e normativas em saúde, consolidando-se como eixo de interseção capaz de qualificar tanto o ato comunicacional quanto a experiência terapêutica.

RECOMENDAÇÕES TEÓRICO-PRÁTICAS

À luz das evidências, recomenda-se instituir salas de CMN com porta, aviso “não interromper” e três cadeiras (profissional, paciente, acompanhante), evitando mesa-barreira frontal (Brasil, 2011; Brasil; INCA, 2010). Devem-se adotar metas de ruído com sensores/feedback em tempo real, educação em serviço e intervenções arquitetônicas para aproximar-se de valores de referência (Vreman et al., 2023).

Em iluminação, priorizar luz natural e dimerização para regular intensidade, prevenindo ofuscamento e ajustando a tarefa clínica (Ulrich et al., 2008; U.S. Department Of Veterans Affairs, 2018). Em biofilia, priorizar Janelas com vista, pátios/jardins e arte naturalista, quando viável (Ulrich, 1984). Em controle/autonomia, permitir escolhas do paciente (luz, assento, presença de acompanhante) e tempo protegido para CMN (Cavalcante; Elali, 2017; Baile et al., 2000). Por fim, recomenda-se adotar o SPIKES articulado à PNH, com checklist ambiental no prontuário para padronizar o preparo do setting (Brasil, 2010; Baile et al., 2000).

LIMITAÇÕES E PERSPECTIVAS

A evidência sobre intervenções de ruído revela heterogeneidade metodológica e efeitos predominantemente de curto prazo (Vreman et al., 2023). Há escassez de estudos que isolem variáveis espaciais micro (layout, distâncias, ângulos de assento, barreiras físicas) e avaliem seu impacto direto sobre indicadores de CMN (compreensão, satisfação, carga emocional). Perspectivas futuras incluem estudos observacionais, experimentais e simulações clínicas em salas de CMN reais, combinando medidas

psicofisiológicas e experiência do paciente/família para orientar diretrizes espaciais mais específicas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em síntese, a ambiência hospitalar emerge neste trabalho não como adereço estético, mas como dispositivo clínico-ético capaz de qualificar a comunicação de más notícias ao integrar dimensões psicossociais e ambientais do cuidado. Quando planejada com privacidade efetiva, tempo protegido e gestão de interrupções, aliada ao controle do ruído, à iluminação adequada (preferindo luz natural e dimerização), à biofilia (vistas/elementos naturais) e à autonomia do paciente (escolhas sobre luz, assentos e presença de acompanhante), a ambiência favorece atenção, empatia e compreensão, com potenciais reflexos em bem-estar e desfechos clínicos. Recomenda-se institucionalizar checklists ambientais articulando SPIKES e PNH, bem como pactos organizacionais entre assistência, arquitetura/engenharia e gestão para ajustes de baixo e médio custo (sinalização “não interromper”, layout sem barreiras, silenciamento de pagers, metas de ruído, qualificação da luz). Reconhecem-se limites da evidência — especialmente a heterogeneidade de intervenções acústicas e a escassez de estudos que testem microconfigurações espaciais diretamente ligadas à qualidade da CMN —, o que demanda ensaios de implementação, métodos mistos e indicadores clínico-experienciais. Assim, sustenta-se que a ambiência é eixo estruturante para a intersecção entre saúde, arquitetura e psicologia, alinhado às diretrizes nacionais e à humanização do cuidado.

REFERÊNCIAS

ANGERAMI-CAMON, V. A. (org.). **Psicologia hospitalar: teoria e prática**. São Paulo: Pioneira, 2002.

BAILE, W. F. et al. **SPIKES—A six-step protocol for delivering bad news. The Oncologist**, v. 5, p. 302-311, 2000.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2011.

BRASIL. Ministério da Saúde. **HumanizaSUS: Política Nacional de Humanização – Ambiência**. 2. ed. Brasília: MS, 2010.

BRASIL. Ministério da Saúde. **HumanizaSUS na atenção hospitalar: cadernos**. Brasília: MS, 2011.

BRASIL; INSTITUTO NACIONAL DE CÂNCER (INCA). **Comunicação de notícias difíceis: compartilhando desafios na atenção à saúde**. Rio de Janeiro: INCA/MS, 2010.

CAVALCANTE, S.; ELALI, G. (org.). **Temas básicos em Psicologia Ambiental**. Petrópolis: Vozes, 2017.

CUNHA, G. **A cor no ambiente hospitalar**. 2004.

ULRICH, R. S. View through a window may influence recovery from surgery. **Science**, v. 224, n. 4647, p. 420-421, 1984.

ULRICH, R. S. et al. A review of the research literature on evidence-based healthcare design. **HERD**, v. 1, n. 3, p. 61-125, 2008.

UNITED STATES. Department of Veterans Affairs. **Whole Health Library: Environmental Design**. 2018.

VREMAN, D. J. et al. The effectiveness of the interventions to reduce sound levels in the ICU: a systematic review. **Critical Care Explorations**, v. 5, n. 4, 2023.

NAMORO, AFETIVIDADE E TECNOLOGIA: A AUTONOMIA PESSOAL COMO EXPRESSÃO DE LIBERDADE NO DIREITO DAS FAMÍLIAS

Ana Clara Werner dos Santos (1), Vanessa da Silva Bressan Monteiro (1), Paulo Roberto Meloni Monteiro Bressan (2)

(1,2) Acadêmicos de Direito, Centro Universitário Faema – Unifaema

(3) Docente Centro Universitário Faema – Unifaema

RESUMO

O presente estudo analisa o namoro como expressão da autonomia afetiva e do livre desenvolvimento da personalidade, sob a ótica do Direito das Famílias e das transformações tecnológicas contemporâneas. Diferentemente da união estável, o namoro não produz efeitos patrimoniais, mas constitui um espaço legítimo de convivência, aprendizado e amadurecimento emocional, no qual se exercita a liberdade relacional e o direito de amar sem imposições legais. A pesquisa, de natureza qualitativa e dedutiva, fundamentou-se em autores como Flávio Tartuce (2022), Maria Berenice Dias (2021), Carlos Roberto Gonçalves (2019) e Pablo Stolze Gagliano e Rodolfo Pamplona Filho (2022), além de decisões do Superior Tribunal de Justiça sobre o “namoro qualificado”. Também foram considerados estudos recentes sobre a influência da inteligência artificial (IA) nas relações afetivas, com base em reportagens do G1 (2025), CNN Brasil (2025) e Exame (2025). Os resultados indicam que o namoro, mesmo diante das transformações digitais, preserva seu papel como espaço de liberdade e de afirmação existencial, reafirmando o afeto como valor jurídico e social. Conclui-se que o reconhecimento jurídico do namoro — humano ou mediado por tecnologia — reforça a função humanizadora do Direito das Famílias e a centralidade da dignidade da pessoa humana como fundamento das novas formas de amar e conviver.

Palavras-chave: namoro; autonomia pessoal; afetividade; liberdade; direito das famílias.

INTRODUÇÃO

O Direito de Famílias brasileiro, a partir da Constituição Federal de 1988, passou a reconhecer o afeto como valor jurídico e a dignidade da pessoa humana como fundamento das relações familiares. Esse movimento de constitucionalização deslocou o eixo das relações do formalismo para a liberdade, reconhecendo o amor e a convivência como expressões legítimas da autonomia pessoal. Nesse cenário, o namoro surge como um fenômeno social e jurídico relevante, mas que desafia os limites da juridicidade, uma

vez que constitui um vínculo afetivo livre de efeitos patrimoniais e desprovido de intenção familiar imediata.

Como afirma Bressan *et al.* (2025), a afetividade consolida-se como valor jurídico estruturante, pois desloca o eixo de legitimidade das relações humanas do formalismo institucional para o campo da liberdade e da convivência ética. Essa concepção reforça a compreensão de que o namoro é também uma forma de expressão social e moralmente relevante, na qual a escolha afetiva traduz o exercício concreto da autonomia pessoal.

Tartuce (2022) ensina que o afeto é um valor jurídico estruturante, mas o seu reconhecimento não implica, necessariamente, a criação de vínculos obrigacionais. O namoro, diferentemente da união estável, caracteriza-se pela espontaneidade e pela ausência do *animus familiae*, representando, portanto, um exercício da autonomia privada e da liberdade de amar. Dias (2021) observa que o namoro é um espaço de descoberta e convivência, que contribui para a formação ética e emocional do indivíduo, sem que disso decorram obrigações jurídicas. Nesse mesmo sentido, Gonçalves (2019) destaca que o Direito não deve impor deveres patrimoniais a relações afetivas que se desenvolvem no campo da liberdade e da confiança recíproca. Esse entendimento encontra amparo no art. 1.513 do Código Civil, que assegura a liberdade de casar e de constituir família, princípio que, por analogia, protege também o direito de amar e de se relacionar livremente.

Entretanto, a contemporaneidade tem ampliado as formas de vivência do afeto, incorporando as tecnologias digitais como mediadoras das relações humanas. Aplicativos de relacionamento e interações baseadas em inteligência artificial (IA) têm transformado a maneira como as pessoas se conectam e constroem vínculos. De acordo com o G1 (2025), relacionamentos com parceiros criados por IA já são realidade; a CNN Brasil (2025) destaca que tais ferramentas estão reformulando os aplicativos de namoro, tornando-os mais personalizados e empáticos; e a Exame (2025) revelou que oito em cada dez jovens da geração Z considerariam se relacionar ou até mesmo se casar com uma inteligência artificial.

Essas transformações indicam uma reconfiguração das relações afetivas, em que a presença física deixa de ser o único parâmetro de convivência. As interações virtuais passam a gerar experiências emocionais reais, evocando empatia e apego, ainda que mediados por algoritmos. Esse cenário exige do Direito uma releitura das fronteiras entre

o humano e o digital, garantindo que a liberdade e a dignidade continuem sendo os fundamentos de toda forma de vínculo.

Diante disso, o presente estudo tem como objetivo analisar o namoro como expressão de autonomia pessoal e liberdade afetiva, observando suas dimensões jurídicas e sociais, e refletindo sobre os desafios impostos pelas novas tecnologias à compreensão tradicional das relações humanas. O tema é abordado sob o prisma da autonomia existencial, reconhecendo que o afeto, independentemente do meio em que se manifeste, permanece como um exercício da liberdade humana e como um direito fundamental à convivência emocional e ética.

METODOLOGIA

A pesquisa desenvolvida possui natureza qualitativa e caráter dedutivo, partindo dos princípios constitucionais da dignidade da pessoa humana e do livre desenvolvimento da personalidade para analisar o namoro como expressão da autonomia afetiva e da liberdade individual no Direito das Famílias. O estudo busca compreender o fenômeno afetivo tanto em sua dimensão jurídica quanto em suas novas manifestações sociais mediadas pela tecnologia.

A investigação foi estruturada como pesquisa bibliográfica e documental, combinando análise doutrinária clássica e contemporânea com fontes normativas, jurisprudenciais e jornalísticas. No campo teórico, foram utilizadas as obras de Flávio Tartuce (2022), Maria Berenice Dias (2021), Carlos Roberto Gonçalves (2019), Cristiano Chaves de Farias e Nelson Rosendal (2020) e Pablo Stolze Gagliano e Rodolfo Pamplona Filho (2022). Esses autores discutem a afetividade como valor jurídico estruturante, distinguem o namoro da união estável e sustentam a importância da autonomia relacional como expressão da dignidade humana.

A pesquisa também incorporou análise jurisprudencial, com destaque para o Recurso Especial nº 1.723.829/MG, julgado pelo Superior Tribunal de Justiça (STJ), que firmou o entendimento de que o “namoro qualificado” não produz efeitos jurídicos típicos da união estável por ausência do *animus familiae*. Essa decisão foi examinada como referência interpretativa para compreender os limites entre o vínculo afetivo espontâneo e as relações familiares juridicamente reconhecidas.

Além das fontes tradicionais, a pesquisa utilizou materiais jornalísticos contemporâneos publicados pelo G1 (2025), CNN Brasil (2025) e Exame (2025), que

abordam o avanço das tecnologias de inteligência artificial (IA) nos relacionamentos e os impactos sociais das interações afetivas digitais. Essas fontes foram consideradas de relevância científica por oferecerem evidências do comportamento afetivo contemporâneo, permitindo uma análise interdisciplinar entre o Direito, a tecnologia e a sociologia das relações humanas.

A análise dos dados foi conduzida de forma interpretativa e crítica, relacionando os conceitos jurídicos de liberdade e afeto com as novas formas de convivência e interação emocional surgidas na era digital. O objetivo foi compreender se o namoro, diante das transformações tecnológicas e culturais, mantém-se como espaço de autonomia afetiva e liberdade existencial, e de que modo o Direito deve responder às novas dinâmicas das relações humanas sem perder de vista a centralidade da dignidade da pessoa.

A partir dessa metodologia, os resultados obtidos revelam a persistência do namoro como campo de liberdade e experimentação afetiva, ainda que ressignificado pela presença crescente das tecnologias digitais.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os resultados da pesquisa confirmam que o namoro permanece como uma das expressões mais legítimas da liberdade afetiva e da autonomia pessoal no âmbito do Direito das Famílias. Mesmo sem produzir efeitos jurídicos patrimoniais, o namoro assume relevância existencial e social, por representar um espaço de descoberta emocional e construção de identidade. Conforme ensina Maria Berenice Dias (2021), trata-se de um encontro de afetos que não pretende gerar deveres ou obrigações jurídicas, mas experiências de convivência e aprendizado humano.

A jurisprudência brasileira reforça esse entendimento. O Superior Tribunal de Justiça, no julgamento do Recurso Especial nº 1.723.829/MG, consolidou o entendimento de que o “namoro qualificado” — ainda que duradouro e público — não se confunde com a união estável, por ausência do *animus familiae*, isto é, da intenção de constituir família. Esse posicionamento, como destaca Carlos Roberto Gonçalves (2019), é essencial para preservar a autonomia relacional e evitar a patrimonialização de relações que se desenvolvem no campo da liberdade.

De modo complementar, Flávio Tartuce (2022) e Pablo Stolze Gagliano e Rodolfo Pamplona Filho (2022) afirmam que o afeto é, sim, um valor jurídico, mas que não deve ser confundido com o dever de constituir vínculos familiares. O afeto, ao ser reconhecido pelo Direito, não se transforma automaticamente em fonte de obrigação. Essa diferenciação é fundamental para garantir o direito de amar livremente, protegido pelos princípios constitucionais da dignidade da pessoa humana e do livre desenvolvimento da personalidade, bem como pelo art. 1.513 do Código Civil, que assegura a liberdade de casar e de constituir família — e, por consequência, de viver o amor sem formalidades impostas pelo Estado.

O estudo evidenciou, ainda, que o conceito de namoro vem sendo ressignificado pelas transformações culturais e tecnológicas contemporâneas. Com o avanço das redes sociais, dos aplicativos de relacionamento e da inteligência artificial (IA), as experiências afetivas passaram a se manifestar também em ambientes digitais. Segundo reportagem do G1 (2025), relacionamentos com parceiros criados por IA já são uma realidade. A CNN Brasil (2025) observa que os algoritmos estão tornando os aplicativos de namoro mais personalizados e emocionalmente responsivos, enquanto a Exame (2025) aponta que oito em cada dez jovens da geração Z considerariam manter um relacionamento amoroso com uma inteligência artificial.

De acordo com Bressan *et al.* (2025), mais do que um sentimento privado, o afeto assume função social, contribuindo para a coesão comunitária e para a formação de vínculos responsáveis, pautados na solidariedade e na dignidade. Assim, o namoro, ainda que livre de formalidades jurídicas, participa dessa função social do afeto ao promover convivência, respeito e reconhecimento mútuo entre indivíduos.

Esses dados revelam uma mudança significativa na forma de vivenciar o afeto: a presença física deixa de ser o único parâmetro da convivência e o vínculo emocional passa a ser mediado por códigos e algoritmos. A afetividade, nesse novo contexto, torna-se híbrida — mescla a interação humana com a virtual, sem perder sua dimensão emocional. Para o Direito, esse fenômeno representa um desafio inédito: como garantir a proteção da dignidade e da autonomia da pessoa humana em relações que extrapolam os limites do convívio tradicional?

A doutrina civilista alerta para o risco de o Direito tentar regular todas as manifestações de afeto. Como ponderam Gagliano e Pamplona Filho (2022), a

juridicização excessiva das relações pessoais pode violar a liberdade íntima e emocional dos indivíduos. Essa advertência é ainda mais pertinente no contexto digital: se o amor humano já escapa à normatização, o afeto tecnológico, mediado por IA, exige prudência redobrada. O papel do Direito, portanto, não é o de normatizar o sentimento, mas o de garantir as condições éticas, sociais e jurídicas para que ele se desenvolva de maneira livre, segura e digna.

Os resultados da pesquisa permitem concluir que o namoro contemporâneo, seja presencial, virtual ou mediado por inteligência artificial, deve continuar sendo compreendido como expressão da liberdade afetiva e da autonomia existencial. O Direito das Famílias, ao reconhecer a importância do afeto, deve também preservar sua espontaneidade, evitando que a técnica jurídica transforme em obrigação aquilo que nasce da escolha. O amor, em qualquer forma ou linguagem, continua sendo um ato de liberdade — e é essa liberdade que o Direito, como instrumento de civilização, deve proteger.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo desenvolvido permitiu compreender que o namoro permanece como uma das manifestações mais autênticas da liberdade afetiva e da autonomia pessoal, situando-se entre o campo do afeto e o da autodeterminação. Ainda que não produza efeitos jurídicos patrimoniais, o namoro possui importância existencial, pois representa um espaço de amadurecimento emocional, convivência e aprendizado sobre o outro, no qual o indivíduo exercita sua autonomia relacional e o direito de amar sem imposições legais.

A análise doutrinária e jurisprudencial demonstrou que o Direito das Famílias tem buscado equilibrar o reconhecimento do afeto como valor jurídico com a necessidade de preservar a liberdade individual. Ao distinguir o namoro da união estável, o Superior Tribunal de Justiça consolidou um entendimento essencial: o amor e a convivência só produzem efeitos jurídicos quando acompanhados da vontade consciente de constituir família. Tal posição, apoiada por autores como Maria Berenice Dias (2021), Carlos Roberto Gonçalves (2019) e Flávio Tartuce (2022), assegura que o Estado não deve intervir nas relações puramente afetivas, sob pena de violar o princípio constitucional da dignidade da pessoa humana e o direito fundamental ao livre desenvolvimento da personalidade.

Entretanto, as transformações sociais e tecnológicas do século XXI vêm ampliando o horizonte da afetividade. As interações digitais e os relacionamentos

mediados por inteligência artificial (IA), como apontam reportagens recentes do G1 (2025), da CNN Brasil (2025) e da Exame (2025), introduzem novas formas de convivência emocional, muitas vezes desprovidas de presença física, mas não de vínculo afetivo. Essas experiências, embora artificiais na origem, produzem impactos psicológicos e sociais reais, exigindo do Direito uma reflexão sobre as fronteiras do humano e sobre o alcance jurídico do afeto em um mundo cada vez mais digitalizado.

Nesse cenário, a função do Direito não é a de regular ou validar cada forma de vínculo, mas a de proteger a liberdade e a dignidade nas relações afetivas, independentemente do meio em que se desenvolvam. A prudência hermenêutica deve prevalecer sobre o impulso normativo, para que a técnica jurídica não aprisione o sentimento humano em categorias rígidas. O namoro — seja ele vivido de maneira presencial, virtual ou mediada por algoritmos — continua a ser um ato de liberdade emocional, expressão do direito de cada pessoa de amar, escolher e se relacionar conforme sua própria identidade e vontade.

Sob essa ótica, o reconhecimento da afetividade como paradigma normativo evidencia que o Direito deve proteger não apenas estruturas familiares, mas também experiências afetivas que promovem o desenvolvimento pessoal e a realização existencial (Bressan *et al.*, 2025). O namoro, portanto, deve ser visto como uma dessas experiências legítimas de afeto e liberdade, cuja proteção simbólica reforça o caráter humanizador do Direito das Famílias.

Conclui-se, portanto, que o namoro contemporâneo é mais do que uma relação social: é um exercício ético e existencial da autonomia. Ele reafirma o amor como escolha, e não como dever, e o afeto como experiência legítima da liberdade humana. Diante da realidade tecnológica emergente, o Direito das Famílias deve manter-se atento, não para controlar os novos modos de amar, mas para garantir que, em qualquer tempo e sob qualquer forma — humana ou digital —, a dignidade da pessoa humana continue sendo o centro irradiador de todas as relações.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, 5 out. 1988.

BRESSAN, Paulo Roberto Meloni Monteiro *et al.* Arranjos familiares e afetividade como valor jurídico estruturante. **Revista DCS**, v. 22, n. 83, p. 1–12, 2025.

CNN BRASIL. **IA poderá mudar radicalmente aplicativos de namoro**; entenda. 2025. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/tecnologia/ia-podera-mudar-radicalmente-aplicativos-de-namoro-entenda/>. Acesso em: 10 nov. 2025.

DIAS, Maria Berenice. **Manual de Direito das Famílias**. 14. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2021.

EXAME. **O futuro dos relacionamentos: 8 em cada 10 jovens da geração Z casariam com uma IA**. 2025. Disponível em: <https://exame.com/inteligencia-artificial/o-futuro-dos-relacionamentos-8-em-cada-10-jovens-da-geracao-z-casariam-com-uma-ia/>. Acesso em: 10 nov. 2025.

FARIAS, Cristiano Chaves de; ROSENVALD, Nelson. **Curso de Direito Civil: Famílias**. 11. ed. Salvador: Juspodivm, 2020.

G1. **Relacionamentos com parceiros criados por IA já são realidade**. 2025. Disponível em: <https://g1.globo.com/fantastico/noticia/2025/03/09/relacionamentos-com-parceiros-criados-por-ia-ja-sao-realidade.ghtml>. Acesso em: 10 nov. 2025.

GAGLIANO, Pablo Stolze; PAMPLONA FILHO, Rodolfo. **Manual de Direito Civil: volume único**. 6. ed. São Paulo: SaraivaJur, 2022.

GONÇALVES, Carlos Roberto. **Direito Civil Brasileiro: volume 6 – Direito de Família**. 16. ed. São Paulo: Saraiva, 2019.

TARTUCE, Flávio. **Manual de Direito Civil: volume único**. 12. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2022.

PARALISIA DO SONO: O IMPACTO EMOCIONAL DE UM FENÔMENO INVISÍVEL

Naíza Carolina Faria Dos Santos (1), Katiúscia Carvalho de Santana (2).

(1) Acadêmico de Psicologia, Centro Universitário Faema – Unifaema, naiza.44157@unifaema.edu.br

(2) Docente e Mestre em Dimensões do Cuidado e Práticas Sociais, Centro Universitário Faema Unifaema, katiuscia.carvalho@unifaema.edu.br

RESUMO

Poucos fenômenos do sono são tão perturbadores quanto despertar consciente em um corpo imobilizado, acompanhado por sensações e alucinações vívidas. A paralisia do sono é uma parassonia associada à fase REM caracterizada pela incapacidade temporária de realizar movimentos voluntários durante a transição entre o sono e a vigília. A escolha do tema justifica-se pela relevância clínica, psicológica e cultural desse fenômeno, que pode provocar sofrimento emocional, ansiedade e comprometimento do bem-estar geral. Diante disso, o presente trabalho busca compreender a paralisia do sono de modo multidimensional, analisando seus aspectos fisiológicos, psicológicos e culturais, bem como identificar manifestações clínicas recorrentes e estratégias de manejo propostas na literatura. Os resultados apontam que a paralisia do sono está relacionada à persistência da atonia muscular da fase REM e à ativação de estruturas cerebrais ligadas ao medo, o que explica a ocorrência de alucinações e reações emocionais intensas. Verificou-se que as interpretações culturais exercem influência direta sobre a experiência do fenômeno, podendo intensificar o medo e agravar o sofrimento. Conclui-se que a compreensão da paralisia do sono exige uma abordagem clínica integrada, envolvendo psicoeducação, higiene do sono, psicoterapia e, quando necessário, suporte farmacológico.

Palavras-chave: crenças culturais; paralisia do sono; psicoterapia; sofrimento psicológico. sono.

INTRODUÇÃO

A paralisia do sono (PS) é uma parassonia do sono REM caracterizada pela incapacidade temporária de realizar movimentos voluntários na passagem entre o sono e a vigília. Embora seja um fenômeno de curta duração e autolimitado, suas manifestações clínicas são intensas. Os indivíduos frequentemente relatam opressão no peito,

dificuldade respiratória e alucinações vívidas, o que gera expressivo sofrimento psicológico e angústia (Farooq; Anjum, 2025; Akhtar, 2025).

É fundamental compreender a PS para além de suas bases biológicas, considerando as repercussões emocionais e as interpretações culturais. O entendimento equivocado da condição como algo sobrenatural ou patológico reforça o estigma, aumenta o medo e a ansiedade, e retarda a busca por ajuda adequada (Sullivan, 2023). O problema de pesquisa consiste na lacuna de conhecimento sobre a interação entre as manifestações físicas, cognitivas e culturais da PS e o sofrimento psicológico. Dada a alta prevalência e sua associação com transtornos de ansiedade e distúrbios do sono, uma análise abrangente é justificada para subsidiar a psicoeducação e o manejo clínico.

Diante disso, este estudo tem como objetivo geral descrever e explorar a Paralisia do Sono (PS) sob uma perspectiva multidimensional, abordando seus aspectos fisiológicos, psicológicos e culturais. Especificamente, busca-se: (a) descrever as características clínicas e científicas da PS; (b) analisar sua influência no bem-estar emocional; (c) discutir as crenças populares associadas; e (d) revisar as estratégias de manejo e intervenções psicológicas propostas na literatura.

MÉTODO

O presente trabalho consiste em uma revisão integrativa da literatura com o objetivo de sintetizar evidências científicas sobre a Paralisia do Sono em suas dimensões fisiológicas, psicológicas e culturais. A análise da literatura sobre o tema revela-se essencial para compreender o conhecimento já consolidado e identificar lacunas existentes na área (Campos, 2023).

A pesquisa foi realizada nas bases PubMed, PsycINFO, SciELO e Google Acadêmico, utilizando os descritores “paralisia do sono”, “sono REM” e “sleep paralysis AND anxiety”. Adotou-se uma abordagem qualitativa, considerando a relevância teórica e a consistência metodológica dos estudos.

Foram incluídos artigos de revisão e pesquisas empíricas sobre prevalência, fisiopatologia e intervenções terapêuticas, e excluídos materiais não revisados por pares ou de baixa relevância.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

A análise dos estudos revisados mostra que a paralisia do sono é uma condição multifatorial que ultrapassa a explicação biológica, envolvendo mecanismos neurofisiológicos, repercussões psicológicas e interpretações culturais. A literatura destaca que o fenômeno decorre da persistência da atonia muscular característica da fase REM, concomitante ao despertar parcial da consciência, resultando em uma dissociação entre o corpo e a mente (Figorilli *et al.*, 2021). Essa desconexão está associada à ação de neurotransmissores como GABA e glicina, responsáveis pela inibição motora durante o sono, o que explica a sensação de paralisia experimentada pelos indivíduos. Estudos apontam que aproximadamente 30% da população mundial vivenciará ao menos um episódio de paralisia do sono ao longo da vida (Hefnawy *et al.*, 2024), sendo os principais fatores de risco a privação de sono, o estresse crônico, o consumo de substâncias psicoativas e a presença de transtornos de ansiedade (Ramos *et al.*, 2019).

Os relatos descritos na literatura revelam que as manifestações sensoriais e emocionais da paralisia do sono são frequentemente marcadas por alucinações vívidas e experiências de medo extremo. As alucinações hipnagógicas e hipnopômicas incluem percepções de presenças ameaçadoras, sensação de sufocamento ou pressão sobre o peito e experiências extracorpóreas (Akhtar, 2025). Do ponto de vista neurocientífico, essas experiências estão relacionadas à ativação da amígdala e do córtex pré-frontal, estruturas envolvidas na resposta de medo e na tentativa de interpretação consciente do evento (Farooq; Anjum, 2025). Tais achados se mostram consistentes com pesquisas que descrevem o impacto psicológico da paralisia do sono, frequentemente associado a pânico, ansiedade antecipatória, confusão mental e somnifobia (medo de dormir), o que compromete a qualidade do sono e as funções cognitivas diurnas (Denis, 2018; Blood; Cacciatore, 2022).

Ao comparar as evidências científicas, observa-se que as interpretações culturais têm papel determinante na forma como o fenômeno é compreendido e vivenciado. O conceito de cultural priming sustenta que o contexto cultural influencia diretamente a percepção e o significado atribuído à experiência (Jalal *et al.*, 2021). No Brasil, por exemplo, a paralisia do sono é frequentemente relacionada ao mito da Pisadeira, entidade folclórica que se senta sobre o peito do adormecido, enquanto no Japão é chamada de Kanashibari, relacionado a espíritos que aprisionam o indivíduo durante o sono. Essa diversidade de explicações revela a intersecção entre neurociência e cultura, indicando

que crenças sobrenaturais podem intensificar o medo e perpetuar o sofrimento psicológico. Nesse sentido, a psicoeducação se destaca como uma intervenção eficaz para desmistificar o fenômeno sem desvalorizar as tradições simbólicas e culturais, promovendo a compreensão científica de maneira empática e acessível.

A literatura evidencia resultados consistentes em abordagens terapêuticas não farmacológicas, especialmente na Terapia Cognitivo-Comportamental (TCC) e na psicoeducação. A TCC mostra-se eficaz por auxiliar o indivíduo na identificação e compreensão de pensamentos disfuncionais, favorecendo o desenvolvimento de estratégias de enfrentamento diante dos episódios, como o relaxamento muscular, o controle respiratório e a reestruturação cognitiva (Sharpless; Doghramji, 2015). Já a psicoeducação cumpre papel essencial na redução da ansiedade e do estigma, esclarecendo que a paralisia do sono é uma alteração temporária e fisiológica do sono REM. Além disso, recomenda-se a implementação de práticas de higiene do sono, como horários regulares, ambiente adequado e manejo do estresse, uma vez que fatores psicossociais têm relação direta com a recorrência dos episódios (Rauf *et al.*, 2023).

Contudo, persistem limitações relevantes nas pesquisas revisadas, especialmente quanto à padronização de protocolos terapêuticos e à integração entre os fatores culturais e clínicos nos tratamentos. A subnotificação de casos e a resistência em procurar ajuda profissional também dificultam a generalização dos resultados e a elaboração de diretrizes universais de manejo clínico. Outro ponto de atenção é a escassez de estudos longitudinais que avaliem os efeitos psicológicos de longo prazo da paralisia do sono, o que indica uma lacuna importante para futuras investigações.

De modo geral, a análise comparativa da literatura demonstra que a paralisia do sono deve ser compreendida como um fenômeno multifatorial que envolve aspectos neurofisiológicos, emocionais e culturais. Sua relevância clínica e teórica está na necessidade de ampliar o entendimento sobre a relação entre os processos biológicos do sono e as experiências subjetivas associadas ao medo e à ansiedade. Além disso, observa-se que o avanço das pesquisas sobre o tema pode favorecer o desenvolvimento de intervenções mais específicas e baseadas em evidências, ampliando o alcance da psicologia no campo dos distúrbios do sono. Dessa forma, este estudo reforça a importância de integrar diferentes perspectivas científicas para subsidiar práticas terapêuticas mais consistentes e embasadas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A compreensão da Paralisia do Sono requer a integração entre aspectos neurofisiológicos, psicológicos e culturais. A literatura mostra que o fenômeno ultrapassa a dimensão biológica, envolvendo sofrimento emocional, medo e prejuízos à qualidade de vida. Os objetivos do estudo se cumprem ao identificar características clínicas, impactos psicológicos e interpretações culturais, além de revisar estratégias terapêuticas como a Terapia Cognitivo-Comportamental e a psicoeducação. Persistem limitações quanto à padronização de protocolos e à escassez de estudos longitudinais e interculturais. Conclui-se que a Paralisia do Sono é uma experiência complexa que exige práticas clínicas integradas, humanizadas e culturalmente sensíveis, capazes de promover acolhimento e reduzir o sofrimento.

REFERÊNCIAS

- AKHTAR, Z. B. Voices in the night: Sleep paralysis & The intersection of brain, trauma, traditions. **Journal of Pain Research and Management**, v. 1, n. 1, p. 62–74, 17 jul. 2025. DOI: <https://doi.org/10.46439/Painresearch.1.007>. Acesso em: 28 ago. 2025.
- BLOOD, C.; CACCIATORE, J. It started after trauma: the effects of traumatic grief on sleep paralysis. **OMEGA – Journal of Death and Dying**, 12 maio 2022. DOI: <https://doi.org/10.1177/00302228221093895>. Acesso em: 23 ago. 2025.
- CAMPOS, L. R. M.; CRUVINEL, B. V.; OLIVEIRA, G. S.; SANTOS, A. O. A revisão bibliográfica e a pesquisa bibliográfica numa abordagem qualitativa. **Cadernos da FUCAMP**, v. 22, n. 57, p. 96-110, 30 ago. 2023. Disponível em: <https://revistas.fucamp.edu.br/index.php/cadernos/article/view/3042>. Acesso em: 16 ago. 2025.
- DENIS, D. Relationships between sleep paralysis and sleep quality: current insights. **Nature and Science of Sleep**, [s. l.], v. 10, p. 355–367, nov. 2018. DOI: <https://doi.org/10.2147/NSS.S158600>. Acesso em: 28 ago. 2025.
- FAROOQ, M.; ANJUM, F. Paralisia do sono. Treasure Island (FL): **StatPearls Publishing**, jan. 2025. Disponível em: <https://www.ncbi.nlm.nih.gov/books/NBK562322/>. Acesso em: 23 ago. 2025.
- FIGORILLI, M. *et al.* Neurophysiological aspects of REM sleep behavior disorder (RBD): a narrative review. **Brain Sciences**, v. 11, n. 12, p. 1588, 30 nov. 2021. DOI: <https://doi.org/10.3390/brainsci11121588>. Acesso em: 07 set. 2025.

HEFNAWY, M. T.; AMER, B. E.; AMER, S. A.; *et al.* Prevalência e características clínicas da paralisia do sono: uma revisão sistemática e meta-análise. **Cureus**, v. 16, n. 1, p. e53212, 30 jan. 2024. DOI: <https://doi.org/10.7759/cureus.53212>. Acesso em: 22 set. 2025.

JALAL, B.; ESKICI, H. S.; ACARTÜRK, C.; HINTON, D. E. Beliefs about sleep paralysis in Turkey: Karabasan attack. **Transcultural Psychiatry**, v. 58, n. 3, p. 414-426, 2021. DOI: <https://doi.org/10.1177/1363461520909616>. Acesso em: 23 jul. 2025.

RAMOS, D. F. *et al.* Paralisia do sono recorrente – medo de dormir. **Revista Paulista de Pediatria**, v. 38, p. e2018226, 2019. DOI: <https://doi.org/10.1590/1984-0462/2020/38/2018226>. Acesso em: 23 ago. 2025.

RAUF, B. *et al.* Paralisia isolada do sono: características clínicas, percepção da etiologia, estratégias de prevenção e interrupção em uma grande amostra internacional. **Sleep Medicine**, v. 104, p. 105–112, 2023. DOI: <https://doi.org/10.1016/j.sleep.2023.02.023>. Acesso em: 14 set. 2025.

SÁ, J. F. R. de; MOTA-ROLIM, S. A. A paralisia do sono no folclore brasileiro e em outras culturas. **Revista Estudos Culturais**, n. 8, p. 61–83, 2023. DOI: [10.11606/issn.2446-7693i8p61-83](https://doi.org/10.11606/issn.2446-7693i8p61-83). Acesso em: 14 set. 2025.

SHARPLESS, B. A.; DOGHARAMJI, K. **Paralisia do sono: perspectivas históricas, psicológicas e médicas**. Nova York: Oxford University Press, 2015.

SULLIVAN, F. **Fenomenologia e interpretações da paralisia do sono: uma amostra da Aotearoa, Nova Zelândia**. 2023. Tese (Doutorado em Psicologia) – Universidade Massey, Manawatu, Nova Zelândia, 2023.

VULNERABILIDADE SOCIOECONÔMICA E OS IMPACTOS NA SAÚDE MENTAL

Victor Hugo Slobozan (1), Cleidenice dos Santos Orssatto (2)

(1) Acadêmico de Psicologia, Centro Universitário Faema – Unifaema, victor.52504@unifaema.edu.br

(2) Docente do Centro Universitário Faema – Unifaema, cleidenice.orssatto@unifaema.edu.br

RESUMO

O objetivo do presente estudo foi o de destacar a correlação existente entre a vulnerabilidade socioeconômica e o surgimento de transtornos de saúde mental. A falta de escolas de boa qualidade, oportunidades no mercado de trabalho formal e as condições de pobreza fazem com que as comunidades periféricas voltem seus olhos para as atividades ilícitas pois aparentam proporcionar retorno financeiro contínuo e bem remunerado. É justamente nesse oco que o crime se estrutura, oferecendo renda, garantindo proteção e até serviços básicos, onde o estado se recusa a ir de encontro. O método aplicado baseou-se em uma revisão integrativa qualitativa de artigos científicos, com foco particular em dados derivados das bases de dados SciELO, LILACS e BVS. Os achados mostram que as doenças mentais aumentam consideravelmente com baixa renda, baixos índices de educação, alto desemprego e exclusão social; isso também se reflete em menos pessoas acessando serviços de saúde. A saúde mental deve ser promovida por políticas públicas integradas, territorializadas e intersetoriais para reduzir as desigualdades na doença mental. A vulnerabilidade socioeconômica também é proposta como um determinante para a saúde mental. Portanto, são necessárias justiça social mais ampla, educação e acesso equitativo à saúde para enfrentar a desigualdade.

Palavras-chave: saúde mental; vulnerabilidade socioeconômica; transtornos mentais.

INTRODUÇÃO

A vulnerabilidade socioeconômica tem sido amplamente discutida como um determinante importante da saúde mental, particularmente em situações de desigualdade e exclusão (Carmo; Santos; Paquiela, 2024). Saúde, conforme definida pela Organização Mundial da Saúde (OMS), vai além da ausência de doenças e é compreendida como um estado completo de bem-estar físico, mental e social (OMS, 1946). O Brasil também adota

esses princípios, afirmando em sua Constituição Federal de 1988 que todo indivíduo tem direito à saúde (Brasil, 1988).

No entanto, para inúmeros brasileiros que vivem na pobreza, as disparidades sociais se refletem diretamente em suas condições de vida menor renda, acesso precário ou insuficiente a serviços básicos, moradia insegura e pouco acesso à educação fatores que afetam de forma significativa o bem-estar psicológico e emocional (Pessoa; Soares, 2023). A desigualdade de renda e a exclusão social, portanto, configuram-se como elementos centrais que contribuem para o agravamento das condições de sofrimento mental, especialmente em comunidades periféricas (Silva, 2021).

O presente teve, portanto, o objetivo de destacar a correlação existente entre a vulnerabilidade socioeconômica e o surgimento de transtornos de saúde mental.

MÉTODO

Este estudo trata-se de uma revisão integrativa de literatura, de caráter qualitativo. A coleta de dados foi efetuada nas seguintes bases de dados: como SciELO, LILACS e BVS, empregando os termos 'saúde mental', 'vulnerabilidade social' e 'desigualdade socioeconômica', juntamente com o operador booleano AND. Foram analisados artigos publicados entre 1999 e 2024, em português e inglês, que abordam a relação entre vulnerabilidade social e saúde mental. Os métodos utilizados foram concebidos para assegurar rigor científico e uma interpretação abrangente dos dados.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

A análise integrativa de todos os estudos realizados indica uma forte associação entre a vulnerabilidade socioeconômica e o aumento de transtornos mentais na população. A literatura sugere que os determinantes sociais da saúde incluindo renda, educação, habitação, emprego e acesso a serviços são fatores fundamentais que contribuem para as desigualdades observadas nas taxas de doenças mentais.

Estudos emergentes mostram que, entre outros fatores, pobreza, desemprego, baixos níveis educacionais e habitação precária estão associados a taxas mais altas de depressão e ansiedade (Carmo et al., 2024; Pessoa; Soares, 2023). Portanto, compreender

essa correlação entre fatores sociais e saúde mental é vital para a realização de políticas públicas eficazes.

Carmo, Santos e Paquiela (2024) apontam que a vulnerabilidade social está significativamente relacionada à exclusão e oportunidades limitadas e leva ao aumento das taxas de transtornos como ansiedade, depressão e estresse crônico em adultos. Condições de vida insuficientes e redes de apoio social diminuem a capacidade de lidar com adversidades e facilitam a manifestação de sintomas psicológicos e agravamento do sofrimento mental.

Pessoa e Soares (2023) destacam de forma semelhante que vulnerabilidades territoriais como falta de infraestrutura adequada, serviços públicos precários e insegurança social influenciam a saúde mental coletiva. Os autores afirmam: "ignorar as condições de vida como um fator impactante na saúde mental dos indivíduos é negar a existência de um problema." Assim, esses territórios de desigualdade dão origem à reprodução do sofrimento e exclusão, especialmente onde o Estado não garante que as políticas possam ser comunitárias e abrangentes.

A escassez de oportunidades no mercado de trabalho formal e a pobreza tornam a participação em atividades ilícitas mais atrativa, pois oferecem ganhos financeiros mais imediatos (Freeman, 1999, p. 337). A desigualdade cria territórios de exclusão e nessa falha que o crime se organiza para ocupar esse espaço oferecendo renda onde o estado não oferece, proteção onde o estado não chega e até serviços básicos.

Assis et al. (2009) examinaram o papel da desigualdade socioeconômica na saúde mental das crianças: crianças que estão abaixo da linha da pobreza, vivem com pais de baixa escolaridade e estão em lares monoparentais apresentaram mais problemas comportamentais e menor competência social. Os autores enfatizam que o efeito cumulativo da acumulação de fatores de risco pobreza, baixa escolaridade, discriminação e desestruturação familiar no desenvolvimento do estado emocional de uma pessoa pode exacerbar desigualdades e vulnerabilidades psicológicas na idade adulta.

Silva (2021) aborda essa questão ao relatar como o exemplo brasileiro de desigualdade molda o Sistema Único de Saúde (SUS). Embora o SUS tenha sido criado com base na universalidade e equidade, o acesso desigual aos serviços ainda reproduz desigualdades estruturais no país, e o autor afirma que esse é o caso. Não tivemos políticas

de saúde mental consistentes e recursos concentrados em áreas mais desenvolvidas, o que agrava a situação de vulnerabilidade, especialmente em regiões periféricas e rurais.

Em suma, os estudos concordam que a vulnerabilidade socioeconômica influencia a saúde mental em múltiplas dimensões inter-relacionadas: individual, coletiva e territorial. A precariedade econômica ligada à exclusão social resulta em disponibilidade restrita de redes de apoio e cuidados de saúde que corroem a saúde emocional. Portanto, há uma necessidade crítica e urgente de políticas públicas integradas, intersetoriais e territorializadas que sejam capazes de enfrentar as desigualdades estruturais e contribuir para a equidade na saúde mental de forma sustentável e humanizada.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A vulnerabilidade socioeconômica exerce influência direta na saúde mental, agravando condições de sofrimento psicológico e emocional. A desigualdade de renda, o baixo nível educacional e a exclusão social se configuram como determinantes sociais da saúde que exigem intervenções intersetoriais e políticas públicas efetivas. A promoção da equidade em saúde requer ações integradas entre os setores da educação, assistência social e saúde, com foco em territórios vulneráveis. Reforça-se a importância de políticas que valorizem o cuidado em liberdade e o acesso universal a serviços de saúde mental, conforme os princípios do SUS. A superação das desigualdades é, portanto, condição essencial para o desenvolvimento de uma sociedade mais justa, saudável e psicologicamente equilibrada.

REFERÊNCIAS

ASSIS, Simone G.; AVANCI, Joviana Q.; OLIVEIRA, Raquel V. de V. Desigualdades socioeconômicas e saúde mental infantil. **Revista de Saúde Pública**, v.43, supl.1, p.92-100, 2009.

CARMO, Gabrielle M. do; SANTOS, Laiz B. P.; PAQUIELA, Larissa C. K. dos. A influência da vulnerabilidade social na saúde mental de adultos: uma revisão integrativa. **Revista Contemporânea**, v.4, n.11, p.1-22, 2024.

BRASIL. **Constituição (1988)**. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal, 1988.

FREEMAN, Richard B. The economics of crime. **Crime and Justice**, v. 20, p. 337-375, 1999.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE (OMS). **Constituição da Organização Mundial da Saúde**. Nova Iorque: OMS, 1946.

PESSOA, Denise; SOARES, Themis. Vulnerabilidades sociais do território e os impactos na saúde mental: revisão integrativa. **Cadernos UniFOA**, v.18, n.52, p.1-11, 2023.

SILVA, Adriana S. Desigualdade socioeconômica na saúde pública brasileira e sua influência no desenvolvimento de transtornos mentais. **Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação**, v.7, n.11, p.1612-1620, 2021.

TOXOPLASMOSE CONGÊNITA EM ARIQUEMES, RONDÔNIA: ANÁLISE EPIDEMIOLÓGICA DOS CASOS NOTIFICADOS ENTRE 2022 E 2024

Gabriely Francolino Pereira (1), Letícia Costa Lachovski (2), João Victor Teixeira dos Santos (3), Poliani Karina Lima Cardoso (4), Mirela Auxiliadora de Oliveira Félix (5), Cleiciainara Bagio Lovo (6), Keila de Assis Vitorino (7)

- (1) Acadêmica de Biomedicina. Centro Universitário FAEMA – Unifaema. gabrielyfrancolino@gmail.com
(2) Acadêmica de Farmácia. Centro Universitário FAEMA – Unifaema. Leticia.53032@unifaema.edu
(3) Acadêmico de Farmácia. Centro Universitário FAEMA – Unifaema. joao.51179@unifaema.edu.br
(4) Acadêmica de Biomedicina. Centro Universitário FAEMA – Unifaema. poliani.59865@unifaema.edu.br
(5) Acadêmica de Biomedicina. Centro Universitário FAEMA – Unifaema. miirelafelixxx@gmail.com
(6) Docente adjunta. Centro Universitário FAEMA – Unifaema. cleiciainara.bagio@unifaema.edu.br
(7) Docente adjunta. Centro Universitário FAEMA – Unifaema. keila.vitorino@unifaema.edu.br

RESUMO

A Toxoplasmose é uma infecção de ampla distribuição mundial, no qual, em situações particulares, pode evoluir para quadros graves, de ordem neurológica e ocular, prevalentes nos casos de infecção congênita. Diante disso, este estudo teve como objetivo analisar o perfil epidemiológico dos casos de toxoplasmose congênita notificados no município de Ariquemes, Rondônia, no período de 2022 a 2024. A coleta de dados foi realizada por meio do Sistema de Informações de Agravos de Notificação (Sinan), considerando variáveis como número de casos, faixa etária, raça/cor e evolução clínica. No período analisado, foram registrados 934 casos, com maior número de notificações em 2023. Observou-se predominância entre indivíduos autodeclarados pardos e gestantes com idade entre 20 e 39 anos. Em relação à evolução clínica, verificou-se predominância de casos com evolução para cura e ausência de óbitos, o que pode estar relacionado à implementação da triagem neonatal ampliada, que favorece o diagnóstico precoce e o tratamento imediato dos recém-nascidos infectados.

Palavras-chave: epidemiologia; infecções congênitas; toxoplasmose congênita; Ariquemes.

INTRODUÇÃO

A toxoplasmose é uma zoonose causada pelo protozoário *Toxoplasma gondii*, pertencente ao filo Apicomplexa. É uma infecção de ampla distribuição mundial, capaz de atingir diferentes espécies de mamíferos, aves e répteis, que funcionam como hospedeiros intermediários. O ciclo do parasito, entretanto, só se completa nos felídeos, considerados os hospedeiros definitivos (Lozano, 2019).

Na maioria dos indivíduos, a infecção é assintomática ou manifesta-se de forma leve, com sintomas inespecíficos semelhantes à um resfriado. Contudo, em situações particulares, pode evoluir para quadros graves. Entre os cenários de maior preocupação, destaca-se a transmissão vertical durante a gestação, conhecida como toxoplasmose congênita, que pode ocasionar sérias repercussões, sobretudo, de ordem neurológica e ocular, comprometendo o desenvolvimento e a qualidade de vida do recém-nascido. Pacientes imunocomprometidos também estão entre os grupos de maior risco (Capobiango, 2016).

De acordo com o Ministério da Saúde, a toxoplasmose congênita representa um problema relevante de saúde pública. Estima-se que, anualmente, no estado de Rondônia ocorram aproximadamente 38 casos notificados, caracterizando-se como um desafio persistente para os sistemas de vigilância e assistência. As consequências da infecção primária na gestação incluem abortamento espontâneo, natimorto, restrição de crescimento intrauterino, parto prematuro e manifestações clínicas severas, como hidrocefalia, calcificações intracranianas e coriorretinite (Brasil, 2025).

Nesse contexto, o rastreamento sorológico durante o pré-natal, aliado a orientações alimentares e medidas básicas de higiene, constitui uma das principais estratégias para reduzir a transmissão vertical. Ainda assim, falhas na implementação dessas medidas permanecem frequentes em diversos países, inclusive no Brasil, o que explica a manutenção de números expressivos de casos congênitos (Miranda, 2025).

Diante disso, o presente estudo tem como objetivo analisar o perfil epidemiológico da toxoplasmose congênita no município de Ariquemes, Rondônia, Brasil, considerando os casos notificados entre 2022 a 2024.

MÉTODO

Trata-se de um estudo descritivo, retrospectivo, com abordagem qualitativa, que utilizará dados secundários previamente coletados por meio de consulta online ao Departamento de Informática do Sistema Único de Saúde (DATASUS) e ao Sistema de Informações de Agravos de Notificação (SINAN), referentes aos casos confirmados e notificados de toxoplasmose congênita no município de Ariquemes, estado de Rondônia, Brasil, no período de 2022 a 2024. Os dados tabulados contemplam as notificações registradas no município supracitado, e as variáveis analisadas incluem: quantidade de

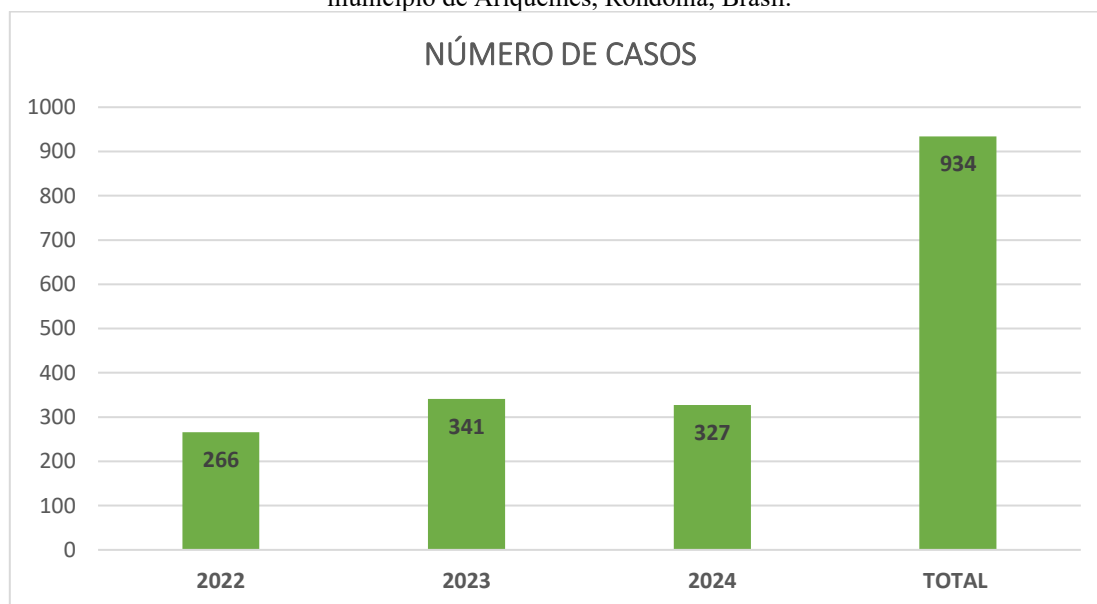
casos, faixa etária, raça e evolução clínica. Após a coleta, os dados foram organizados e analisados em planilhas do programa Microsoft Excel®, permitindo a visualização e interpretação dos padrões epidemiológicos observados neste período.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

A toxoplasmose congênita (TC) representa um importante desafio à saúde pública no Brasil, com prevalência superior à observada em diversos países (Tibúrcio et al., 2021). Dados de um levantamento nacional da última década identificou ampla variação na soroprevalência entre gestantes, de 20,9% no interior do Nordeste a 81,96% em municípios da região Norte, evidenciando a influência de fatores ambientais, socioeconômicos e culturais específicos de cada região (Mello et al., 2022).

Em Ariquemes (RO), os dados do Sistema de Informação de Agravos de Notificação (SINAN) registraram 266 casos de toxoplasmose congênita em 2022, 341 em 2023 e 327 em 2024, totalizando 934 casos no período (**Gráfico 1**).

Gráfico 1. Casos de toxoplasmose congênita notificados no período de 2022 a 2024 no município de Ariquemes, Rondônia, Brasil.



Fonte: Autoria própria (2025).

Embora os números permaneçam elevados, observa-se uma discreta redução na incidência entre os anos de 2023 e 2024. Essa tendência também tem sido identificada em estudos realizados em outras localidades, sugerindo que a diminuição dos fatores de

risco esteja relacionada, sobretudo, à melhoria das condições de higiene e ao aumento da disseminação de informações sobre medidas preventivas (Mello et al., 2022).

Além da análise temporal, é relevante observar o perfil demográfico dos casos registrados, conforme apresentado na **Tabela 1**, que detalha a distribuição por faixa etária e raça/cor.

Tabela 1. Perfil epidemiológico dos casos de toxoplasmose congênita no município de Ariquemes, Rondônia, Brasil, no período de 2022 a 2024.

Raça	2022	2023	2024	TOTAL
Ign/Branco	3	9	21	33
Branco	66	85	66	217
Preto	19	16	22	57
Amarelo	3	5	5	13
Parda	171	220	208	599
Indígena	4	6	5	15
Total de casos	266	341	327	934
Faixa Etária	2022	2023	2024	TOTAL
10 a 14	6	7	2	15
15 a 19	67	66	66	199
20 a 39	190	258	256	704
40 a 59	3	10	3	16
Total de casos	266	341	327	934

Fonte: A autoria própria (2025).

Estratificando os dados, os casos de toxoplasmose congênita entre 2022 e 2024 ocorreram principalmente entre indivíduos da raça parda, que representaram 64,1% do total (599 casos), seguidos por brancos (217), pretos (57), indígenas (15), amarelos (13) e ignorados/brancos (33).

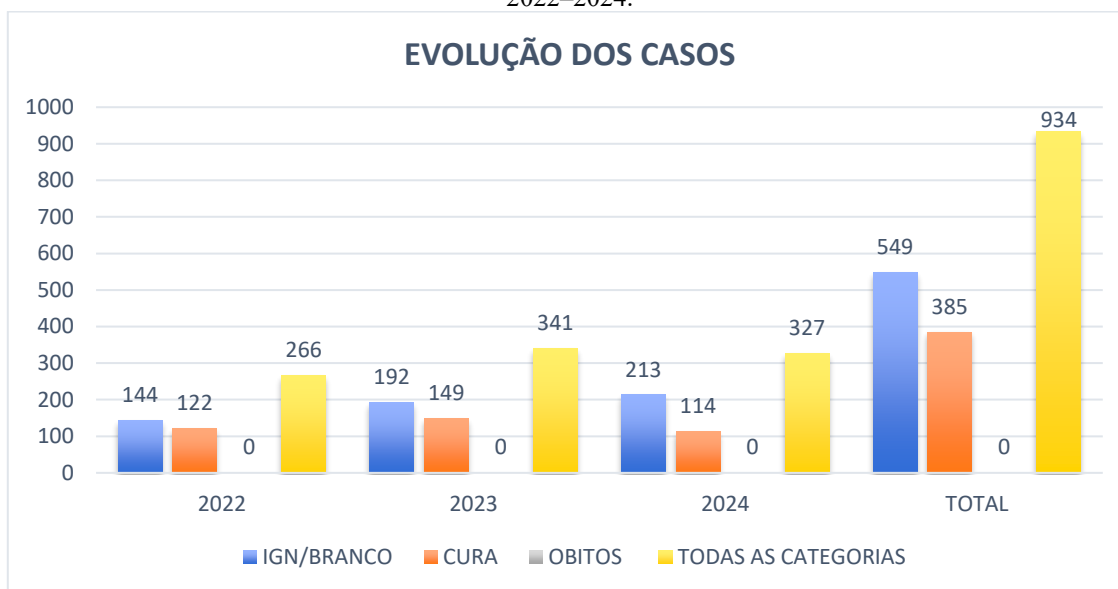
Embora não existam evidências que estabeleçam a raça parda como fator de risco específico para a toxoplasmose, essa predominância pode estar relacionada à ampla miscigenação da população brasileira, refletindo a composição étnica predominante nas notificações (Galdino et al., 2024).

Em relação à faixa etária, a maior concentração foi observada entre gestantes de 20 a 39 anos, com 704 registros (75,4%), seguida pelos grupos de 15 a 19 anos (199 casos), 10 a 14 anos (15 casos) e 40 a 59 anos (16 casos). Segundo Rosa et al. (2024),

essa faixa etária corresponde ao intervalo reprodutivo da mulher, o que pode favorecer maior exposição aos fatores de risco associados à infecção.

Complementarmente, a classificação clínica dos casos notificados oferece subsídios relevantes para avaliar a efetividade das ações de diagnóstico e tratamento da toxoplasmose congênita. Os dados apresentados no **Gráfico 2** indicam desfechos clínicos favoráveis, com predominância de casos evoluindo para cura e ausência de óbitos durante o período analisado.

Gráfico 2. Evolução dos casos de toxoplasmose congênita segundo classificação clínica, 2022–2024.



Fonte: Autoria própria (2025).

A melhoria dos desfechos clínicos observados nos casos de toxoplasmose congênita pode estar associada à implementação da triagem neonatal nacional (Petersen et al., 2022). A Portaria nº 1.369, de 8 de julho de 2022, do Ministério da Saúde, consolidou as diretrizes da triagem neonatal ampliada, incluindo a toxoplasmose congênita como condição rastreável no Programa Nacional de Triagem Neonatal, o que favorece o diagnóstico precoce e o tratamento oportuno.

No presente estudo, observou-se predominância de registros com evolução clínica para cura, o que pode refletir os avanços trazidos pela triagem neonatal. No entanto, destaca-se também um número expressivo de notificações classificadas como ignoradas ou em branco (549 casos), evidenciando uma limitação importante na completude dos dados.

Esse cenário guarda semelhança com o observado no relatório técnico da Universidade Federal do Rio Grande do (UFRN) sobre sífilis congênita, que aponta falhas na investigação dos casos e fragilidades nos sistemas de informação. A ausência de dados clínicos consolidados compromete a análise dos desfechos, distorce os indicadores epidemiológicos e dificulta o planejamento de ações efetivas. Tais evidências reforçam a necessidade de qualificação dos registros no SINAN, com foco na gestão dos casos e na integração entre vigilância e atenção à saúde (Valentim, 2023).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste estudo, observou-se que os casos de toxoplasmose congênita se mantiveram elevados ao longo dos anos, afetando principalmente gestantes pardas entre 20 e 39 anos. A maioria dos registros apresentou evolução clínica para cura, sem ocorrência de óbitos. Destaca-se a importância da triagem neonatal ampliada para o diagnóstico precoce e tratamento adequado. No entanto, o número expressivo de notificações com evolução ignorada ou em branco indica falhas no preenchimento das fichas e limita a análise dos desfechos.

REFERÊNCIAS

- BRASIL. Ministério da Saúde. Portaria nº 1.369, de 8 de julho de 2022. Institui diretrizes para a triagem neonatal ampliada no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS). **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, n. 130, p. 88, 11 jul. 2022. Disponível em: https://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2022/prt1369_08_06_2022.html. Acesso em: 04 outubro 2025.
- BRASIL. **Toxoplasmose**. Disponível em: <https://www.gov.br/saude/pt-br/assuntos/saude-de-a-a-z/t/toxoplasmose>. Acesso em: 5 out. 2025.
- CAPOBIANGO, Jaqueline Dario *et al.* Toxoplasmose adquirida na gestação e toxoplasmose congênita: uma abordagem prática na notificação da doença. **Epidemiologia e Serviços de Saúde**, v. 25, p. 187-194, 2016.
- GALDINO, Andressa Karla Barros *et al.* perfil epidemiológico e prevalência de toxoplasmose no estado do Piauí entre 2019 e 2022. **Revista Contemporânea**, v. 4, n. 5, p. e4109, 2024.

LOZANO, Tatiani da Silva Palhota. Perfil epidemiológico da toxoplasmose nas gestantes atendidas nas unidades básicas de saúde do município de Araçatuba, São Paulo. 2019. **Dissertação (Mestrado) – Universidade Estadual Paulista (Unesp)**, Faculdade de Medicina Veterinária, Araçatuba.

MELLO, Cintia Oselame de et al. Perfil epidemiológico da toxoplasmose em gestantes e soroprevalência nacional. **Arquivos Catarinenses de Medicina**, Florianópolis, v. 51, n. 1, p. 71–88, 2022.

MIRANDA, Gabriela de Deus et al. Um estudo a respeito do cenário epidemiológico da toxoplasmose congênita no Brasil. **Revista Brazilian Journal of Development**, v. 7, n. 4, p. 729–739, 2025.

PETERSEN, Eskild et al. Congenital toxoplasmosis: Should we still care about screening? *Food and Waterborne Parasitology*, v. 27, p. e00162, 2022.

ROSA, Victor Hugo Júlio da et al. Perfil epidemiológico da toxoplasmose gestacional no estado do Amazonas: Toxoplasmose gestacional no Amazonas. **Brazilian Journal of Implantology and Health Sciences**, v. 6, n. 1, p. 981–991, 2024.

TIBÚRCIO, Jacqueline Domingues et al. Psychometric properties of CVFQ7-BR-toxo to evaluate vision-related quality of life in children with congenital toxoplasmosis in Brazil. **Arquivos Brasileiros de Oftalmologia**, v. 85, p. 46–58, 10 set. 2021.

VALENTIM, Ricardo Alexsandro de Medeiros, et al. (org.). **Congenital Syphilis reporting in Brazil: an alert about poor case investigation**. Natal: LAIS/SEDIS/UFRN, 2023. 58 p.

ALTERAÇÕES FISIOLÓGICAS DO ENVELHECIMENTO E SEUS IMPACTOS FUNCIONAIS

Kauane Rosa Fernandes (1), Vitor de Araujo Pegos (2), Juliana Pereira de Melo (3)

(1) Acadêmica de Fisioterapia, Centro Universitário Faema - Unifaema. kauane.21046@unifaema.edu.br

(2) Acadêmica de Fisioterapia pelo Centro Universitário Faema -Unifaema vitor.50389@unifaema.edu.br

(3) Docente e Esp. em Fisioterapia em traumatologia-ortopedia e esportiva. Centro Universitário Faema – Unifaema, juliana.melo@unifaema.edu.br

RESUMO

O envelhecimento é um processo natural e progressivo que envolve transformações fisiológicas, psicológicas e sociais, as quais impactam diretamente a funcionalidade e a qualidade de vida do indivíduo idoso. Este estudo tem como objetivo identificar as principais alterações fisiológicas associadas ao envelhecimento e seus efeitos sobre a capacidade funcional. Trata-se de uma pesquisa descritiva e qualitativa, realizada por meio de revisão de literatura, com busca de artigos publicados entre 2015 e 2025 nas bases de dados PEDro, SciELO, PubMed, Medline e Google Acadêmico. Foram utilizados descritores em português e inglês relacionados ao envelhecimento, senescência e capacidade funcional. Os resultados evidenciam que o processo de senescência afeta múltiplos sistemas do organismo, destacando-se alterações nos sistemas nervoso, cardiovascular, respiratório, musculoesquelético e sensorial. Essas modificações reduzem a força muscular, a elasticidade dos tecidos, a capacidade pulmonar e a eficiência cognitiva, resultando em limitações funcionais e perda de autonomia. Além disso, a diminuição da acuidade sensorial e a fragilidade óssea aumentam o risco de quedas e isolamento social. Conclui-se que compreender as mudanças fisiológicas do envelhecimento é essencial para o desenvolvimento de estratégias terapêuticas e preventivas voltadas à promoção da funcionalidade e da qualidade de vida na terceira idade.

Palavras-chave: envelhecimento; senescência; capacidade funcional.

INTRODUÇÃO

O envelhecimento é um processo gradual que envolve mudanças nos aspectos biológicos, psicológicos e sociais do indivíduo. Essas alterações influenciam diretamente no comportamento e nas relações interpessoais. Vale destacar que esse processo não ocorre de forma igual para todas as pessoas, já que cada indivíduo envelhece de maneira única, conforme suas experiências, condições de vida e características pessoais (Veras; Oliveira, 2018).

Segundo Pontes *et al* (2025), o processo de envelhecimento reflete um acúmulo gradual de mudanças biológicas e funcionais ao longo do tempo, culminando na senescência que é um processo de declínio progressivo da funcionalidade dos sistemas corporais. Essa deterioração afeta tecidos, órgãos e sistemas de forma distinta, tornando-se perceptível em sinais como a perda de elasticidade da pele, o aumento da fragilidade óssea e a redução da força muscular.

Dentre as limitações adquiridas nessa etapa da vida, ressaltam-se as físicas e cognitivas. Essas limitações trazem consigo dificuldades de adaptação ao meio e suscetibilidade a danos patológicos que podem levar à morte. Esse processo é caracterizado como uma diminuição da capacidade do corpo em manter a homeostase nas situações de sobrecarga funcional (Diniz *et al.*, 2019).

Os déficits cognitivos impactam significativamente todos os aspectos da vida de uma pessoa, podendo comprometer o desempenho em diversas áreas de ocupação, como as Atividades Básicas de Vida Diária (ABVD), Atividades Instrumentais de Vida Diária (AIVD), lazer e trabalho. Esses comprometimentos afetam diretamente a capacidade funcional do idoso, podendo resultar em situações de incapacidade. Essa condição, por sua vez, pode levar à disfunção ocupacional, provocada pela desestruturação ou alteração da rotina diária, somando-se à limitação funcional já existente (Diniz *et al.*, 2019).

Diante desse contexto, o presente resumo tem como objetivo identificar as principais alterações fisiológicas associadas ao envelhecimento e seus impactos na funcionalidade do indivíduo idoso.

MÉTODO

O presente trabalho trata-se de uma pesquisa descritiva e qualitativa, no qual procura revisar a literatura por meio de artigos acadêmicos publicados entre 2015 a 2025. Para tanto, as buscas foram realizadas nas seguintes bases de dados eletrônicas: Physiotherapy Evidence Database (PEDro); Scientific Electronic Library Online (SciELO); US National Library of Medicine (PubMed); Medical Literature Analysis and Retrieval System Online (Medline); Google Acadêmico.

Por fim, os termos associados e seus sinônimos aplicados para o levantamento dos dados foram baseados no vocabulário de Descritores em Ciências da Saúde (DeCS), resultando nas seguintes palavras chaves: “Envelhecimento”; “Senescência”;

“Capacidade Funcional”. De igual modo, foram utilizados os descritores na língua inglesa: “Aging”; “Senescence”; “Functional Capacity”.

RESULTADOS

Relacionada a alterações multifatoriais nos sistemas cardiovascular, respiratório, musculoesquelético, nervoso, digestivo e sensorial, a senescência é influenciada diretamente pela diminuição do metabolismo e pela morte celular (Pontes *et al.*, 2025).

De acordo com Santos *et al* (2020) o sistema nervoso ocorre a perda de neurônios e a diminuição das sinapses, típicas do envelhecimento cerebral, provocando um declínio cognitivo progressivo, que afeta funções como a memória, a atenção e a velocidade de processamento das informações.

No contexto respiratório, pessoas idosas tendem a perder a elasticidade dos alvéolos e a força dos músculos respiratórios, o que, conseqüentemente, reduz a capacidade pulmonar e compromete a ventilação pulmonar do indivíduo. A diminuição da capacidade vital funcional acarreta complicações respiratórias e até mesmo em hospitalizações (Vogelmeier *et al.*, 2021).

Decorrente da diminuição da flexibilidade arterial e da queda na força de bombeamento do coração, observa-se, no sistema cardiovascular, um aumento significativo na prevalência de hipertensão e outras doenças cardíacas entre indivíduos idosos, o que contribui de forma expressiva para os altos índices de mortalidade nesse grupo populacional (Lopes *et al.*, 2022). Ademais, alterações nos componentes sanguíneos e na função endotelial elevam o risco de eventos cardiovasculares agudos, como infarto do miocárdio e acidente vascular cerebral (AVC). Tal fator se dá pelo aumento de células inflamatórias na corrente sanguínea e na diminuição da produção de óxido nítrico, substância responsável pela dilatação dos vasos sanguíneos (Manty *et al.*, 2021).

As mudanças sensoriais associadas ao envelhecimento podem gerar impacto direto na convivência da pessoa idosa com o ambiente e na qualidade de vida. Alterações como a perda da precisão visual e auditiva, juntamente com a diminuição da capacidade de percepção de odores e sabores, podem ocasionar desnutrição e reclusão social desta população. Em decorrência da senescência, doenças oculares como catarata, degeneração macular e a perda auditiva progressiva podem reduzir a qualidade da interação social,

induzindo o indivíduo a um quadro de saúde mental instável e negativo (Oliveira *et al.*, 2021).

Silva *et al* (2021) afirma que, o sistema musculoesquelético é o mais afetado pela fase do envelhecimento, pois ocorre nele o processo chamado de sarcopenia. Essa condição deteriora a capacidade funcional dos idosos, fazendo com que eles percam massa muscular e força, o que leva à diminuição da mobilidade e ao aumento do risco de quedas e lesões.

A fraqueza muscular, definida como a diminuição da força de contração muscular, é um sintoma frequente na senescência e apresenta potencial para o declínio funcional e a inatividade física, aumentando a dependência e as chances de institucionalização, extinguindo aos poucos a capacidade funcional da pessoa idosa.

A capacidade funcional pode ser definida como a mobilidade que o indivíduo possui para tomar decisões, exercer as atividades instrumentais e básicas da vida diária sem dificuldade (Duarte *et al.*, 2020). Essa é uma das fases da vida em que corpo e mente se modificam e, com o passar dos anos, o idoso apresenta funções físicas diminuídas, tornando essencial a prática de atividades que promovam qualidade de vida e contribuam para uma melhor expectativa de vida.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo aqui apresentado se faz necessário devido à crescente necessidade de compreender o processo de envelhecimento e os efeitos que ele tem sobre o corpo humano. A senescência, inevitavelmente, provoca alterações fisiológicas que afetam diretamente a funcionalidade do indivíduo, comprometendo sua autonomia e gerando impactos nos aspectos físicos, mentais e sociais.

Com foco no desenvolvimento da comunidade acadêmica, o referido estudo oferece uma base teórica sólida para que se desenvolva, no futuro, novas intervenções, tecnologias e abordagens terapêuticas direcionadas à promoção da qualidade de vida na terceira idade.

REFERÊNCIAS

DINIZ, L. R.; Gomes, D. C. A.; Kitner, D. **Geriatrics**. Rio de Janeiro: MedBook Editora, 2019. E-book. pág.17. ISBN 9786557830048.

DUARTE, T. C. F.; Lopes, H. S.; Campos, H. L. M. **Atividade física, propósito de vida de idosos ativos da comunidade:** um estudo transversal. *Revista Pesquisa em Fisioterapia*, v. 10, n. 4, p. 591-598, 2020.

LOPES, R. *et al.* Aptidão cardiovascular e envelhecimento saudável: um estudo longitudinal. *International Journal of Geriatric Cardiology*, v. 30, n. 2, p. 120-128, 2022.

Mänty, M. *et al.* Disfunção endotelial e risco cardiovascular em adultos mais velhos. *Ciência Atual do Envelhecimento*, v. 14, n. 3, p. 215-228, 2021.

OLIVEIRA, J. *et al.* Perda sensorial em idosos e impacto nutricional. *Geriatric Sensory Studies*, 2021.

PONTES, F. G. A. *et al.* Senescência e mudanças corporais: uma análise abrangente das alterações fisiológicas e funcionais no envelhecimento. *Cad. Pedagógico* [Internet]. 2025. 22(1):e13561

SANTOS, T. *et al.* Declínio cognitivo no envelhecimento: o papel da estimulação mental. *NeuroAging*, v. 15, n. 2, p. 101-112, 2020.

SILVA, M. *et al.* Sarcopenia e atividade física no envelhecimento: efeitos na vida diária. *Journal of Gerontology*, v. 76, n. 3, p. 229-237, 2021.

Veras, R. P.; Oliveira, M. Envelhecer no Brasil: a construção de um modelo de cuidado. *Ciência & Saúde Coletiva* [Internet]. 2018; 23(6):1929–36.

VOGELMEIER, C. F. *et al.* Estratégia global para o diagnóstico, gestão e prevenção da DPOC: relatório de 2020. *Global Initiative for Chronic Obstructive Lung Disease*, 2021.

ASSISTÊNCIA DE ENFERMAGEM AO IDOSO COM DOENÇA CRÔNICA NA ATENÇÃO PRIMÁRIA À SAÚDE.

Laura Bezerra da Silva (1), Elis Milena Ferreira Do Carmo Ramos (2)

(1) Acadêmico de Enfermagem, Centro Universitário Faema – Unifaema)

(2) Coordenadora do curso de Enfermagem Centro Universitário Faema – Unifaema

RESUMO

O aumento da população idosa representa um desafio crescente para o sistema de saúde no Brasil, especialmente na Atenção Primária, onde a enfermagem desempenha um papel crucial na promoção, prevenção e monitoramento de doenças crônicas que afetam os idosos. Nesse cenário, o propósito deste estudo foi examinar a assistência de enfermagem a idosos com doenças crônicas no contexto da Atenção Primária à Saúde. É uma análise integrativa da literatura, realizada entre maio e agosto de 2025, nas bases SciELO, LILACS e PubMed, empregando os termos “enfermagem”, “idoso”, “doenças crônicas” e “atenção primária à saúde”, levando em conta publicações de 2023 a 2025. Os achados indicaram que a intervenção do enfermeiro é fundamental para o manejo das doenças crônicas e a elevação da qualidade de vida do idoso, ressaltando-se ações como a orientação em saúde, o estímulo ao autocuidado, a observação de sinais e sintomas e a adesão às terapias medicamentosas e não medicamentosas. Notou-se também que a relação criada entre o enfermeiro e o paciente contribui para o monitoramento contínuo e a prevenção de complicações. A conversa mostrou que, apesar de haver desafios como a carga excessiva de trabalho e a escassez de recursos, a enfermagem desempenha um papel crucial na promoção de um cuidado abrangente, humanizado e focado no idoso. Chegase à conclusão de que o cuidado de enfermagem na atenção primária é fundamental para um envelhecimento saudável e para a eficácia das políticas de saúde, sendo essencial o investimento em treinamento profissional e a integração de ações interdisciplinares.

Palavras-chave: enfermagem; saúde primaria; doenças crônicas; idoso.

INTRODUÇÃO

O envelhecimento é um processo natural caracterizado pela acumulação de danos moleculares e celulares com o passar do tempo, levando a uma diminuição progressiva

das habilidades físicas e mentais, além de elevar o risco de enfermidades e morte e além dos aspectos biológicos, o processo de envelhecimento também inclui mudanças sociais e emocionais, como a aposentadoria, alterações de residência e perdas emocionais (Who, 2025). No Brasil, de acordo com a Lei Número 10.741, de 1o de Outubro de 2003, considera-se idoso aquele com 60 anos ou mais (definição legal do Estatuto do Idoso) sendo esta faixa etária também considerada para as políticas públicas brasileiras e estudos demográficos nacionais, garantindo que todos os idosos tenham acesso de maneira universal e equitativa a ações e serviços interligados e contínuos, voltados para a prevenção, promoção, proteção e recuperação da saúde, com foco especial nas enfermidades que mais afetam os idosos. A população brasileira está envelhecendo rapidamente, concentrando em poucas décadas uma mudança que levou mais de um século em nações avançadas. A expectativa de vida passou de 45,5 anos em 1940 para 76,4 anos em 2024, e prevê-se que, até 2070, 37% da população será idosa. Isso nos leva a ponderar que esse processo apresenta desafios como o crescimento das doenças crônicas não contagiosas, a sobrecarga dos sistemas de saúde e previdência, além da necessidade de reestruturar as redes de assistência para fomentar funcionalidade e independência. (Melo et al, 2025). O aumento da população idosa é um desafio para o sistema de saúde do Brasil, particularmente na Atenção Primária onde a enfermagem desempenha um papel crucial na promoção, prevenção e monitoramento de condições crônicas que afetam os idosos (Nascimento, 2025). Portanto, o propósito desta pesquisa foi examinar a assistência de enfermagem ao idoso com doenças crônicas no contexto da Atenção Primária à Saúde.

MÉTODO

O resumo expandido trata-se de uma revisão integrativa da literatura, elaborada com o intuito de reunir e analisar as evidências científicas disponíveis sobre a assistência de enfermagem ao idoso com doenças crônicas na Atenção Primária à Saúde. A pesquisa foi realizada nas bases de dados SciELO, LILACS, Google Acadêmico e PubMed, utilizando os descritores “enfermagem”, “idoso”, “doenças crônicas” e “atenção primária à saúde”. Foram incluídos artigos publicados entre 2023 a 2025, disponíveis em português e que abordassem diretamente a atuação do enfermeiro no cuidado a idosos com condições crônicas. Excluíram-se trabalhos duplicados, resumos de eventos e publicações que não apresentavam relação direta com o tema. Após a leitura e seleção dos estudos, os

dados foram organizados e analisados de forma qualitativa e descritiva, permitindo identificar as principais práticas, desafios e contribuições da enfermagem nesse contexto assistencial.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Os resultados da revisão integrativa evidenciaram que a Atenção Primária representa um local de grande importância e diversidade para o trabalho do enfermeiro. Nas equipes da Estratégia de Saúde da Família, as ações são focadas na promoção da saúde, prevenção de doenças e no acompanhamento contínuo das famílias em uma determinada área (Vieira et al, 2025). Dentro dessas equipes, o enfermeiro desempenha um papel fundamental na coordenação e integração das ações de saúde, assumindo responsabilidades, que abrangem o planejamento, acolhimento dos usuários, avaliação de resultados, gerenciamento da saúde, oferta de assessoria, realização de pesquisas e promoção da educação em saúde. Essas funções são essenciais para garantir a integralidade e qualidade do cuidado recebido (Purcino, 2024). O estímulo ao autocuidado também se mostra importante, pois possibilita que os idosos participem ativamente da gestão de sua saúde, o que pode resultar em menos hospitalizações e em uma melhora da autonomia funcional. Além disso, o monitoramento constante dos sinais e sintomas pelas equipes de enfermagem ajuda a identificar rapidamente complicações, permitindo intervenções eficazes e oportunas (Santos, 2025). Foi observado que a relação entre enfermeiro e paciente favorece o acompanhamento a longo prazo e a prevenção de complicações. Essa relação é fortalecida através da consulta de enfermagem, que oferece uma abordagem individual e centrada no paciente, facilitando a identificação de necessidades específicas e a implementação de cuidados apropriados (Figueiredo et al, 2025). A discussão mostrou que, apesar dos avanços, há desafios significativos na assistência a idosos com doenças crônicas na Atenção Primária à Saúde. Entre eles, podemos destacar a sobrecarga de trabalho dos profissionais de saúde, a falta de profissionais adequados e as limitações na infraestrutura das unidades de saúde. Esses fatores podem prejudicar a efetividade das ações de cuidado e a qualidade da assistência (Trindade et al, 2025). Além do mais, a integração entre os diversos níveis de atenção à saúde e a colaboração com a rede de apoio intersetorial são fundamentais para oferecer um cuidado completo e humanizado. A adoção de protocolos de avaliação e acompanhamento, juntamente com a participação ativa dos idosos nas decisões sobre seu

cuidado, têm se mostrado estratégias eficazes para melhorar os resultados de saúde dessa população (Lira, 2025).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo destacou a importância da atuação da enfermagem na Atenção Primária à Saúde no cuidado a idosos com doenças crônicas. A prática de orientação, monitoramento contínuo e promoção do autocuidado é essencial para melhorar a qualidade de vida dos idosos e prevenir complicações. A relação entre enfermeiro e paciente é crucial para um acompanhamento eficaz e personalizado. No entanto, desafios como a sobrecarga de trabalho, falta de recursos e insuficiência de pessoal impactam a qualidade da assistência. Portanto, é necessário investir em capacitação profissional e melhorar a infraestrutura das unidades de saúde. Além disso, a integração entre os diferentes níveis de atenção e a colaboração com redes de apoio intersetoriais são fundamentais para um cuidado completo e eficaz. A participação ativa dos idosos nas decisões sobre seu tratamento também é essencial para um envelhecimento saudável. Em síntese, a enfermagem tem um papel central no cuidado ao idoso, sendo fundamental garantir um atendimento acessível, integral e humanizado, por meio de melhorias na formação profissional e nas condições de trabalho.

REFERÊNCIAS

AGÊNCIA SENADO. **Envelhecimento da população impulsiona novas ações em defesa dos idosos**. Agência Senado, 18 jun. 2025. Disponível em:

<https://www12.senado.leg.br/noticias/infomaterias/2025/06/envelhecimento-da-populacao-impulsiona-novas-acoes-em-defesa-dos-idosos>

LIRA, S. J.; SANTOS, R. S. dos; CRUZ, A. C. N. Atenção integral a saúde: A importância da intersetorialidade na prática do enfermeiro na estratégia da família. **Revista foco**, [S. l.], v. 18, n. 6, p. e8572, 2025. DOI: 10.54751/revistafoco.v18n6-090. Disponível em: <https://ojs.focopublicacoes.com.br/foco/article/view/8572>.

PURCINO, Maria Luisa Amorim. **Contribuições do enfermeiro no atendimento ao idoso portador de diabetes mellitus na atenção primária à saúde**. Orientador: Francielle Bosi Rodrigues Veloso. 2024. 10 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) - Universidade Vila Velha – UVV, Vila Velha - ES, 2024.

SANTOS, Gessika de Sousa. **Enfermagem na saúde do adulto e do idoso**. 1. ed. Rio de Janeiro: Freitas Bastos, 2025. 250 p. ISBN 9786556755199. Disponível em: <https://pt.everand.com/book/845822873/Enfermagem-na-Saude-do-Adulto-e-do-Idoso>

SCHNEIDER, Rodolfo Herberto; IRIGARAY, Tatiana Quarti. O envelhecimento na atualidade: aspectos cronológicos, biológicos, psicológicos e sociais. **Estudos de Psicologia** (Campinas), v. 25, p. 585-593, 2008.

SILVA MELO, Débora Prestes; NICKEL, Daniela Alba; YAMAGUCHI, Demilto. Envelhecimento populacional e a saúde da pessoa idosa no Brasil: desafios e perspectivas para a atenção primária à saúde. **Asklepion: Informação em Saúde**, Rio de Janeiro, v. 4, n. 2, p. e-115, 2025. DOI: 10.21728/asklepion.2025v4n2e-115. Disponível em: <https://revistaasklepion.emnuvens.com.br/asklepion/article/view/115>

TRINDADE, Girlandia Barros; BARROS, Lenilda Assis; NUNES, Maria Eliene Sampaio; NUNES, Rafael Silva. Análise das políticas públicas em saúde no Brasil e o cuidado ao idoso na atenção básica. **Revista Políticas Públicas & Cidades**, [S. l.], v. 14, n. 2, p. e1832, 2025. DOI: 10.23900/2359-1552v14n2-81-2025. Disponível em: <https://journalppc.com/RPPC/article/view/1832>

VIEIRA, Franjefferson de Sousa; et al. O papel da Estratégia Saúde da Família (ESF) na promoção da saúde e prevenção de doenças crônicas no Brasil. **Cognitus Interdisciplinary Journal**, [S. l.], v. 2, n. 2, p. 19–32, 2025. DOI: 10.71248/z9yezd48. Disponível em: <https://ojs.editoracognitus.com.br/index.php/revista/article/view/55>.

WORLD HEALTH ORGANIZATION (WHO). **Ageing and health**. Genebra: WHO, 1 out. 2025. Disponível em: <https://www.who.int/news-room/fact-sheets/detail/ageing-and-health>

CORRIDA E CICLISMO EM PERSPECTIVA: PREFERÊNCIA POPULAR E BENEFÍCIOS EM COMPARAÇÃO

Allan Jhonatan Silva Babora (1) Adriana de Paula Sacramento (2), Diogo Silvério da Silva (3), Jailson Ferreira (4), Jociel Honorato de Jesus (5)

(1) Acadêmico de Ed. Física, Centro Universitário Faema – Unifaema. poloallanpolo@gmail.com

(2) Acadêmico de Ed. Física, Centro Universitário Faema – Unifaema. Adrianadepaula081995@gmail.com

(3) Acadêmico de Ed. Física, Centro Universitário Faema – Unifaema. diogo.60629@unifaema.edu.br

(4) Docente do Centro Universitário Faema – Unifaema. jailson.ferreira@unifaema.edu.br

(5) Docente do Centro Universitário Faema – Unifaema. jocielhonorato@gmail.com

RESUMO

A prática de atividades físicas vem ganhando destaque mundial por promover saúde e bem-estar, com ênfase em modalidades ao ar livre como a corrida e o ciclismo. Essas práticas contribuem para o condicionamento físico, melhora da saúde mental e qualidade de vida. A corrida se destaca pela simplicidade, baixo custo e acessibilidade, sendo praticada por diferentes faixas etárias e contextos sociais. Já o ciclismo, embora ofereça grandes benefícios cardiorrespiratórios, exige investimento em equipamentos e infraestrutura, o que restringe o acesso de parte da população. O objetivo deste estudo é analisar os fatores motivacionais que levaram ao aumento da prática do ciclismo durante o período pandêmico e comparar seus benefícios físicos e sociais com a popularidade crescente da corrida nos últimos anos. A metodologia utilizada é de caráter bibliográfico e documental, baseada em relatórios da Aliança Bike (2020), levantamentos de eventos esportivos (Ticket Sports, 2023) e estudos acadêmicos publicados entre 2020 e 2024. Os resultados indicam que o ciclismo apresentou um aumento expressivo de adeptos durante a pandemia, motivado pela necessidade de isolamento social e busca por atividades seguras, enquanto a corrida manteve-se líder em popularidade e número de praticantes por sua praticidade e baixo custo. Ambas as modalidades mostraram impactos positivos na saúde física e emocional. Conclui-se que corrida e ciclismo são complementares na promoção da saúde e qualidade de vida, sendo essencial o incentivo a políticas públicas e a criação de espaços adequados que ampliem o acesso e estimulem a prática regular de atividades físicas.

Palavras-chave: atividade física; corrida; ciclismo; motivação; pandemia; saúde e bem-estar.

INTRODUÇÃO

Atualmente a prática de atividade física vem ganhando grande destaque não só no Brasil, mas sim no mundo inteiro, devido a sua capacidade de promover saúde e bem estar. Dentre as modalidades mais populares podemos citar atividades ao ar livre que não necessitam ou usam poucos equipamentos. Dentre as mais populares podemos citar o ciclismo e a corrida, por possuir a capacidade de fácil acesso e portabilidade. (Nichele, *et al*, 2021).

A corrida ao ar livre destaca a sua simplicidade e baixo custo, praticada em diferentes faixas-etárias. Por outro lado, o ciclismo por sua vez demanda de equipamentos e necessita de ciclovias ou locais específicos para a modalidade. A prática do ciclismo não é de fácil acesso a todos os públicos, pois demanda de materiais e acessórios de custo mais elevado. No Brasil, durante o período pandêmico a modalidade de ciclismo obteve um grande destaque.

Segundo (Jornal da USP,2020), o levantamento da Associação Brasileira do Setor de Bicycletas (Aliança Bike), registrou um aumento significativo em suas vendas de bicicletas em 118%, em relação ao mesmo período no ano precedente. O levantamento feito sobre os eventos esportivos indicam que a corrida de rua leva vantagem sobre inscrições realizadas em 2023, alcançando cerca de 82% do total de inscrições realizadas em plataformas de venda de eventos (Ticket Sports, 2023).

Essa pesquisa busca investigar o motivo da popularidade da corrida nos anos atuais e descobrir fatores motivacionais que contribuíram para a prática do ciclismo em período pandêmico, bem como avaliar benefícios de ambas as modalidades e compará-las.

METODOLOGIA

A metodologia utilizada tem como objetivo ser uma pesquisa bibliográfica e documental. Foi levado em consideração o relatório dos dados de mercado da (Aliança bike, 2020); O levantamento das inscrições em eventos esportivos (Ticket Sports, Perfil do Atleta Brasileiro, 2023); também foi avaliado estudos acadêmicos realizados sobre motivações para o ciclismo e mudanças de hábitos durante a pandemia (estudos publicados entre 2020 e 2024). Os artigos e documentos foram analisados de forma precisa para identificar confluência em motivações, barreiras e benefícios físicos e mentais percebidos nas duas modalidades.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A partir da leitura dessa pesquisa de caráter bibliográfico fica evidente corrida e ciclismo oferecem benefícios complementares. O motivo da corrida permanecer

dominante em eventos organizados é devido à sua acessibilidade e baixo custo. O ciclismo, embora tenha crescido o número de praticantes durante a pandemia foi devido a fatores como (segurança sanitária, mobilidade superior a corrida), enfrenta desafios estruturais que limitam a sua expansão devido à falta de ciclovias em ambientes urbanos sustentada em determinados segmentos. Recomenda-se a promoção de políticas públicas que invistam em infraestrutura tal como cicloviarias e programas de incentivo, além de promover ações na prescrição de atividade física que considerem as especificações e a preferências dos praticantes.

CONSIDERAÇÃO FINAL

Diante da análise realizada, conclui-se que tanto a corrida quanto o ciclismo são modalidades de grande relevância na promoção da saúde física e mental, contribuindo para o bem-estar e a melhoria da qualidade de vida da população. A corrida mantém-se como a atividade mais popular, principalmente por sua simplicidade, baixo custo e acessibilidade. Já o ciclismo, apesar de exigir maior investimento financeiro e infraestrutura adequada, apresenta benefícios expressivos no condicionamento cardiorrespiratório e na saúde mental, sendo amplamente adotado durante o período pandêmico. Observa-se, portanto, que a escolha entre as modalidades está relacionada a fatores econômicos, culturais e estruturais. Assim, é essencial que políticas públicas e programas de incentivo priorizem a ampliação de espaços adequados para a prática esportiva, como ciclovias e parques, além de promover a conscientização sobre a importância da atividade física regular.

REFERÊNCIAS

ALIANÇA BIKE. **Vendas de bicicletas no Brasil tiveram aumento de 118% em julho de 2020**. Disponível em: <https://aliancabike.org.br/vendas-em-julho/> (Acesso em: 10 maio 2025).

FOLTRAM, Felipe Fedrigo; NISSIMOFF, Paula Sarita Bigio Schnaider; PELEGRINA, JULIANO. O que motiva o Paulistano a usar a bicicleta como meio de transporte? Um estudo à luz do Goal Framing. *Anais*, 2021.

JORNAL DA USP. '**Ciclismo ganha destaque durante pandemia com aumento de adeptos e recorde de vendas**' (22 out. 2020). Disponível em: <https://jornal.usp.br/campus-ribeirao-preto/ciclismo-ganha-destaque-durante-pandemia-com-aumento-de-adeptos-e-recorde-de-vendas/> (Acesso em: 10 maio 2025)

NICHELE, H. E. et al. '**Relations between cycling and healthcare network**' (2021). SciELO Brasil. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/cm/a/Tj5bqS6nwmgLtMkfVvcX9cz/?lang=en> (Acesso em: 10 maio 2025).

MASCOLI, M. A. '**Practices and perceptions of cyclists during the pandemic**' (2023). Observatório FMUSP. (Acesso em: 10 maio 2025).

O PREPARO FÍSICO COMO ATIVIDADE ESPORTIVA RECREATIVA E PROFISSIONAL NA ADOLESCÊNCIA (12 A 19 ANOS)

Vinicius Barros Fontenele (1), Luiz Eduardo Brito Amaro (2), Jailson Ferreira (3),
Nilvani Rodrigues Cabral (4), Jociel Honorato de Jesus (5).

- (1) Acadêmico de Ed. Física, Centro Universitário Faema – Unifaema. vinicius.63737@unifaema.edu.br
(2) Acadêmico de Ed. Física, Centro Universitário Faema – Unifaema. Luiz.63468@unifaema.edu.br
(3) Docente do Centro Universitário Faema – Unifaema. E-mail: jailson.ferreira@unifaema.edu.br
(4) Docente do Centro Universitário Faema – Unifaema, nilvani.rodrigues@unifaema.edu.br
(5) Docente do Centro Universitário Faema – Unifaema. E-mail: jocielhonorato@gmail.com

RESUMO

A prática de atividades físicas tem ganhado destaque mundial por promover saúde e bem-estar, especialmente em modalidades ao ar livre como a corrida e o ciclismo. A corrida se sobressai pela simplicidade, baixo custo e facilidade de acesso, sendo amplamente praticada por diferentes faixas etárias. Já o ciclismo, embora proporcione expressivos benefícios cardiorrespiratórios e funcionais, exige investimentos em equipamentos e infraestrutura adequada, o que limita o acesso de parte da população. Durante o período pandêmico, observou-se um aumento significativo na adesão ao ciclismo, impulsionado pela busca por atividades individuais e seguras, enquanto a corrida manteve sua popularidade e liderança em número de praticantes e inscrições em eventos esportivos. O objetivo geral deste estudo é analisar os fatores contribuintes e motivacionais que influenciaram a escolha do ciclismo durante a pandemia e comparar seus benefícios físicos e sociais à crescente popularidade da corrida nos anos recentes. A metodologia adotada é de caráter bibliográfico e documental, com base em relatórios do setor (Aliança Bike, 2020), levantamentos sobre eventos esportivos (Ticket Sports, 2023) e estudos científicos publicados entre 2020 e 2024. Os resultados evidenciam que o ciclismo ganhou destaque por proporcionar liberdade, contato com a natureza e melhora da saúde mental, enquanto a corrida se manteve como modalidade democrática e acessível. Conclui-se que ambas contribuem significativamente para o condicionamento físico e o bem-estar geral, porém fatores econômicos, sociais e de infraestrutura influenciam diretamente a escolha de cada uma. Compreender essas motivações permite aos profissionais de Educação Física planejar estratégias inclusivas e personalizadas que estimulem a prática regular e consciente de atividades físicas.

Palavras-chave: atividade física; ciclismo; corrida; motivação; pandemia; saúde e bem-estar.

INTRODUÇÃO

O período da adolescência, compreendido entre aproximadamente 12 e 19 anos, caracteriza-se por profundas transformações biológicas, hormonais e psicossociais que influenciam o comportamento, a formação da identidade e os hábitos de vida dos jovens. Segundo Papalia e Feldman (2013), trata-se de uma fase de transição entre a infância e a vida adulta, marcada por intensas mudanças corporais e cognitivas que afetam diretamente o desenvolvimento físico e emocional. Nesse contexto, a prática regular de atividades físicas desempenha papel essencial para o equilíbrio integral do adolescente, favorecendo a saúde, a aptidão física, a socialização e a construção do autoconceito positivo (Gallahue; Ozmun; Goodway, 2013).

A prática de preparo físico, que envolve treinamentos voltados à força, resistência, flexibilidade e agilidade, pode manifestar-se sob duas formas complementares: a recreativa e a profissional. A primeira está associada ao lazer, ao prazer e à realização pessoal, sendo praticada de maneira espontânea e motivada pelo bem-estar; já a segunda envolve estruturação, metas de desempenho, acompanhamento técnico e compromisso contínuo (Tubino; Gomes, 2017). Ambas as abordagens, quando bem aplicadas, contribuem significativamente para o desenvolvimento físico, psicológico e social dos adolescentes, embora apresentem diferenças quanto à intensidade, à exigência e aos objetivos alcançados.

A literatura aponta que o treinamento físico supervisionado e planejado proporciona benefícios expressivos à saúde e ao desempenho dos jovens, incluindo aumento da força muscular, da densidade óssea e da resistência cardiorrespiratória (Faigenbaum; Myer, 2010). Entretanto, práticas mal orientadas, sobrecarga ou ausência de acompanhamento adequado podem gerar efeitos adversos, como lesões, fadiga e desmotivação (Lloyd *et al.*, 2014). Por outro lado, atividades prazerosas e moderadas, especialmente as de caráter recreativo, tendem a estimular maior adesão e motivação intrínseca — aspectos essenciais para a manutenção de hábitos saudáveis ao longo da vida (Deci; Ryan, 2000).

Pesquisas recentes demonstram que programas de treinamento aplicados em ambiente escolar contribuem para a melhora da capacidade cardiorrespiratória, da composição corporal e da qualidade de vida de adolescentes (Martins *et al.*, 2020). Além disso, o envolvimento em esportes durante a juventude apresenta correlação positiva com

níveis mais elevados de atividade física na vida adulta, prevenindo doenças crônicas e fortalecendo o bem-estar psicológico (Strong *et al.*, 2005; Who, 2020). Dessa forma, o desafio dos profissionais de Educação Física consiste em equilibrar o rigor técnico e o prazer lúdico das práticas corporais, promovendo um desenvolvimento físico e motivacional sustentável entre adolescentes de 12 a 19 anos.

METODOLOGIA

A presente pesquisa caracteriza-se como uma revisão integrativa da literatura, método que permite reunir e analisar estudos teóricos e empíricos sobre um tema específico. Essa abordagem possibilita a síntese de evidências e a compreensão ampla de fenômenos relacionados à prática de atividades físicas na adolescência (Whittemore; Knafl, 2005). O objetivo foi investigar como o preparo físico, em suas formas recreativa e profissional, influencia o desenvolvimento físico, psicológico e comportamental de adolescentes de 12 a 19 anos.

A revisão foi estruturada em seis etapas: formulação da questão norteadora, definição dos critérios de inclusão e exclusão, busca nas bases de dados, categorização, análise e síntese dos resultados (Souza; Silva; Carvalho, 2010). A questão de pesquisa formulada foi: Como a prática de preparo físico, recreativa e profissional, interfere no desenvolvimento global de adolescentes? Essa sistematização garantiu coerência metodológica e reprodutibilidade dos achados científicos.

A coleta de dados foi realizada entre fevereiro e abril de 2025 nas bases *SciELO*, *PubMed*, *Scopus*, *ScienceDirect*, *Google Scholar* e *LILACS*. Utilizaram-se os descritores “adolescência”, “atividade física”, “treinamento esportivo”, “preparo físico” e “motivação”, combinados por operadores booleanos. Incluíram-se estudos publicados entre 2010 e 2025, disponíveis na íntegra, nos idiomas português, inglês ou espanhol, que abordassem aspectos fisiológicos, psicológicos ou comportamentais relacionados à atividade física adolescente.

Os estudos selecionados foram analisados de forma qualitativa e descritiva, sendo organizados conforme autores, objetivos, metodologia e principais resultados. A síntese dos achados foi agrupada em três eixos: benefícios físicos e fisiológicos, impactos motivacionais e psicossociais e riscos da especialização precoce. Por tratar-se de dados

secundários, não houve necessidade de submissão ao Comitê de Ética, conforme a Resolução CNS nº 466/2012, assegurando o rigor e a validade científica do estudo.

RESULTADOS EDISCUSSÃO

A análise dos dados bibliográficos e documentais revelou que tanto o ciclismo quanto a corrida apresentaram aumento significativo na adesão nos últimos anos, especialmente durante e após o período pandêmico. O ciclismo destacou-se como uma alternativa segura e individual de prática física, permitindo ao praticante manter o distanciamento social e reduzir o estresse provocado pelo isolamento.

De acordo com dados da Aliança Bike (2020), houve crescimento de 118% nas vendas de bicicletas, evidenciando o aumento da popularidade da modalidade. Além dos benefícios físicos, como melhora da capacidade cardiorrespiratória, força muscular e resistência, o ciclismo também se mostrou eficiente na promoção do bem-estar mental e emocional. Por outro lado, a corrida manteve-se como a modalidade mais praticada e acessível, consolidando sua popularidade por demandar menor investimento financeiro e poder ser realizada em diversos ambientes.

Segundo levantamento da Ticket Sports (2023), cerca de 82% das inscrições em eventos esportivos no Brasil correspondem a corridas de rua, reforçando sua ampla aceitação entre diferentes públicos. Ambos os esportes demonstraram impacto positivo na qualidade de vida e na saúde geral, embora fatores econômicos, culturais e estruturais influenciem diretamente na escolha entre uma ou outra modalidade.

Dessa forma, os resultados apontam que a corrida se destaca pela acessibilidade e simplicidade, enquanto o ciclismo oferece experiências mais completas de lazer e socialização. A compreensão desses aspectos é essencial para orientar práticas inclusivas e promover políticas públicas de incentivo à atividade física.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com base na análise realizada, conclui-se que a prática de atividades físicas durante a adolescência é um fator determinante para o desenvolvimento integral dos jovens, abrangendo dimensões físicas, psicológicas e sociais. Tanto as práticas recreativas

quanto as de caráter profissional contribuem para a formação de hábitos saudáveis, fortalecimento muscular, melhora da resistência cardiorrespiratória e construção de uma autoimagem positiva.

No entanto, destaca-se a importância do acompanhamento técnico e pedagógico para evitar sobrecargas e prevenir lesões decorrentes da prática inadequada. Além disso, é fundamental que o ambiente escolar e os espaços comunitários ofereçam oportunidades acessíveis e seguras para o exercício físico, estimulando a adesão e o prazer pela atividade. A literatura demonstra que adolescentes fisicamente ativos tendem a manter um estilo de vida saudável na vida adulta, reduzindo riscos de doenças crônicas e fortalecendo o equilíbrio emocional. Assim, cabe aos profissionais de Educação Física o papel essencial de mediar o processo de aprendizagem corporal, conciliando o rigor técnico com o prazer lúdico, de modo a garantir a motivação e a continuidade das práticas.

Dessa forma, o preparo físico, seja recreativo ou profissional, representa não apenas um instrumento de promoção da saúde, mas também um meio de formação cidadã, socialização e autodesenvolvimento na adolescência.

REFERENCIAS

DECI, E. L.; RYAN, R. M. **Intrinsic Motivation and Self-Determination in Human Behavior**. New York: Plenum, 2000.

FAIGENBAUM, A. D.; MYER, G. D. Resistance training among young athletes: safety, efficacy and injury prevention effects. **British Journal of Sports Medicine**, v. 44, n. 1, p. 56–63, 2010.

GALLAHUE, D. L.; OZMUN, J. C.; GOODWAY, J. D. **Compreendendo o desenvolvimento motor: bebês, crianças, adolescentes e adultos**. 7. ed. Porto Alegre: AMGH, 2013.

LLOYD, R. S. et al. Long-term athletic development: a pathway for all youth. **Journal of Strength and Conditioning Research**, v. 28, n. 5, p. 1439–1450, 2014.

MARTINS, F. M. et al. High-intensity training improves adolescents' cardiorespiratory fitness and body composition. **Journal of Physical Education and Sport**, v. 20, n. 3, p. 1502-1509, 2020.

PAPALIA, D. E.; FELDMAN, R. D. **Desenvolvimento humano**. 12. ed. Porto Alegre: AMGH, 2013.

STRONG, W. B. et al. Evidence-based physical activity for school-age youth. **The Journal of Pediatrics**, v. 146, n. 6, p. 732-737, 2005.

TUBINO, M. J. G.; GOMES, A. C. Dimensões do esporte. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2017.
WORLD HEALTH ORGANIZATION (WHO). **Guidelines on physical activity and sedentary behaviour**. Geneva: WHO, 2020.

SOUZA, M. T.; SILVA, M. D.; CARVALHO, R. Revisão integrativa: o que é e como fazer. *Einstein (São Paulo)*, v. 8, n. 1, p. 102–106, 2010.

WHITTEMORE, R.; KNAFL, K. The integrative review: updated methodology. *Journal of Advanced Nursing*, v. 52, n. 5, p. 546–553, 2005.

WORLD HEALTH ORGANIZATION (WHO). *Guidelines on physical activity and sedentary behaviour*. Geneva: WHO, 2020.

FAIGENBAUM, A. D.; MYER, G. D. Resistance training among young athletes. *British Journal of Sports Medicine*, v. 44, n. 1, p. 56–63, 2010.

LLOYD, R. S. et al. Long-term athletic development: part 1 – a pathway for all youth. *Journal of Strength and Conditioning Research*, v. 28, n. 5, p. 1439–1450, 2014

O RISCO DE EUGENIA E RACISMO RELACIONADOS À PACIENTES COM ANEMIA FALCIFORME QUE REALIZARAM TESTES GENÉTICOS PRÉ-NATAIS

Mirela Auxiliadora de Oliveira Félix (1), Fabiana Barbosa Soares (2), Mariany Azevedo Lopes (3), Keila de Assis Vitorino (4), Cleiciainara Bagio Lovo (5)

(1) Acadêmica de Biomedicina, Centro Universitário Faema – Unifaema. miirelafelixxx@gmail.com

(2) Acadêmica de Biomedicina, Centro Universitário Faema - Unifaema, fabianamotta_12@hotmail.com

(3) Acadêmica de Biomedicina, Centro Universitário Faema - Unifaema. perdoemary08@gmail.com

(4) Docente adjunta, Centro Universitário Faema – Unifaema, keila.vitorino@unifaema.edu.br

(5) Docente adjunta, Centro Universitário Faema – Unifaema, cleiciainara.bagio@unifaema.edu.br

RESUMO

A anemia falciforme é uma anormalidade gênica que ocorre quando envolve alterações genéticas, hereditárias e recessivas que resultam na variação da estrutura da hemoglobina. Dilemas éticos e sociais são colocados em discussão quando se trata da doença, por conta da grande miscigenação que o Brasil possui e da heterogeneidade genética, trazendo o foco da doença para suas características indesejáveis. Diante disso, este estudo teve como objetivo realizar um levantamento bibliográfico e avaliar a incidência de estudos sobre a presença do risco de eugenia e racismo relacionados à anemia falciforme em consequência da realização de testes genéticos pré-natais. Realizou-se a coleta de informações através de consulta online no google acadêmico, com foco em um estudo exploratório e descritivo de abordagem qualitativa. Foram identificadas 36 pesquisas que discorreram sobre anemia falciforme em gestantes e destas 4 foram utilizadas para a escrita, obteve-se 14 estudos sobre o risco de eugenia e racismo em pacientes com anemia falciforme e somente três destes foram usados para discussão. Por fim, encontrou-se 4 pesquisas que abordavam sobre testes pré-natais relacionados à anemia falciforme e discutiu-se 2 deles no presente trabalho. Através disso, constatou-se que, existe uma baixa incidência de trabalhos voltados para esse tema, sendo necessária uma abordagem mais ampla sobre o assunto, e que, os exames pré-natais genéticos são grandes enriquecimentos tecnológicos importantes para a medicina preventiva da doença, porém, levantam questões éticas e sociais como o risco de eugenia e racismo na população acometida.

Palavras-chave: anemia falciforme; racismo; eugenia; testes pré-natais.

INTRODUÇÃO

A anemia falciforme é uma anormalidade gênica que ocorre quando envolve alterações genéticas, hereditárias e recessivas com variação da estrutura da hemoglobina. No Brasil, esta doença vincula-se principalmente nas regiões que receberam maciços

contingentes de escravos africanos, tornando-se uma doença de prevalência relevante no país (Cardoso et al., 2021).

De acordo com Bhoopalan et al. (2023), os testes genéticos moleculares são usados para identificar portadores de anemia e conseqüentemente permitir a adoção de aconselhamento genético adequado. Portanto, os exames pré-natais são de sua importância para identificar alterações genéticas que levam a formação de drepanócitos na circulação sanguínea.

No entanto, dilemas éticos e sociais são colocados em discussão quando se trata da anemia falciforme, por conta da grande miscigenação que o Brasil possui e da heterogeneidade genética, trazendo o foco da doença para suas características indesejáveis e, conseqüentemente o risco de eugenia e racismo vinculados aos pacientes (Santos, Silva, 2020).

A presente pesquisa objetivou-se realizar um levantamento bibliográfico e avaliar a incidência de estudos sobre a presença do risco de eugenia e racismo relacionados à anemia falciforme em consequência da realização de testes genéticos pré-natais.

MÉTODO

Trata-se de um estudo descritivo e exploratório, de abordagem qualitativa, que utilizou dados secundários previamente coletados através de consulta online no Google Acadêmico. O foco da pesquisa recai sobre o risco de eugenia e racismo relacionados a pacientes com anemia falciforme que realizaram testes genéticos pré-natais. Foi realizada uma revisão bibliográfica sobre este assunto, aliada a variadas opiniões e diversas críticas, bem como a avaliação da incidência de trabalhos relacionados a esse assunto, utilizando os descritores: anemia falciforme, hemoglobinopatias, testes genéticos pré natais, diagnóstico pré natal, eugenia, bioética, racismo, discriminação racial, direitos humanos, saúde pública e analisando o tema sob diferentes perspectivas para compreender as complexidades éticas, sociais e médicas envolvidas.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

As hemoglobinopatias estão incluídas entre as doenças genéticas mais frequentes na população humana, incluindo uma morbidade muito grande em todo o mundo (Oliveira, 2022). No Brasil, também há a distribuição de pacientes com hemoglobinopatias por conta da heterogeneidade genética que o país possui, sendo essa característica consequência da alta miscigenação (Grilo, 2021).

Portanto, os testes pré-natais genéticos são de suma importância para detectar a presença de anomalias relacionadas às doenças genéticas que afetam a produção da hemoglobina. Juntamente com o avanço das tecnologias que permite desenvolver diversos exames para o controle de desenvolvimento do feto, bem como a prevenção do nascimento de fetos com malformações graves (Miragaia et al., 2020).

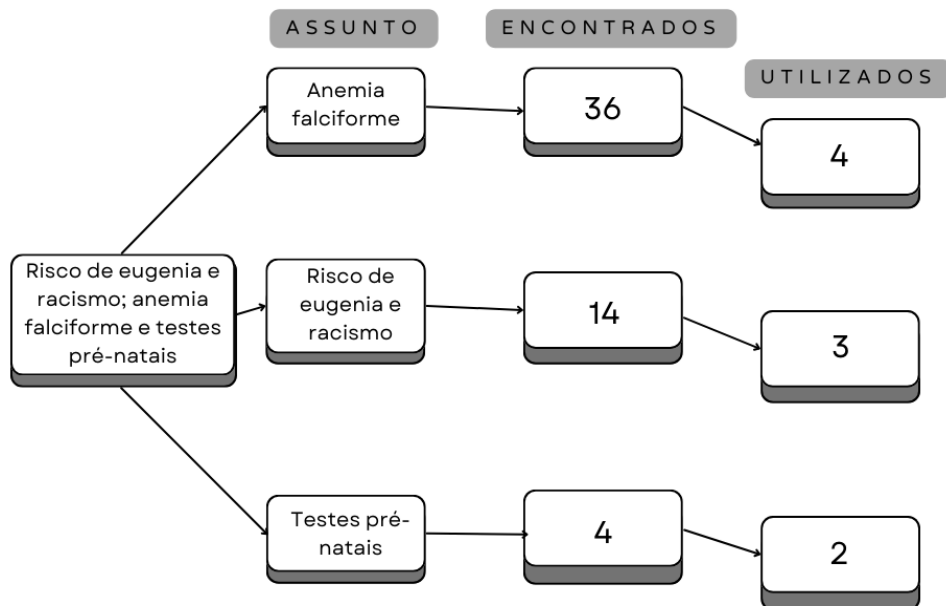
Dentre eles, pode-se citar a eletroforese de hemoglobina como teste pré-natal genético que possui como objetivo detectar se está havendo a destruição de hemácias, podendo assim observar a presença de anemia (SILVA et al., 2024). Assim como testes pré-natais não invasivos (NIPT), testes genéticos moleculares como a reação em cadeia da polimerase (PCR), em amostras de DNA fetal obtidas por biópsia de vilosidade coriônica (CVS) ou amniocentese (SANTOS, 2021).

No entanto, ao realizar esses testes, dilemas sociais e éticos são colocados como tópicos de discussão na sociedade, visto que pode haver consequências relacionadas a discriminação e estigma associados à doenças genéticas, tomada de decisão binária, acesso desigual, além do direito de não saber contra o direito de saber por parte dos pais (Marinho, 2023).

O risco de eugenia se enquadra como um desses dilemas, especificamente na parte social, onde os testes pré-natais tornam-se um modo de eugenia, pela discriminação de características consideradas indesejáveis. Assim, como o apelo que existe na sociedade para que haja a prevenção da doença, impedindo o direito dos portadores de terem a decisão da reprodução (Nascimento; Sepúlveda; Arteaga, 2021).

Nesse sentido, foi realizado um levantamento bibliográfico com base em estudos para avaliar a incidência de trabalhos, no período de 2020 a 2024, encontrados no Google Acadêmico que discutiram sobre o risco de eugenia em pacientes com anemia falciforme em relação aos testes genéticos pré-natais. No qual foi avaliado cada tema individualmente e posteriormente de modo geral, assim como demonstra a **figura 1**.

Figura 1. Fluxograma que demonstra a incidência de estudos sobre cada assunto abordado.



Legenda: O fluxograma demonstra a ocorrência de pesquisas publicadas que abordam sobre o assunto discutido. Foram encontradas 36 pesquisas que discorreram sobre anemia falciforme em gestantes e destes 4 foram utilizados para a escrita. Em relação ao risco de eugenia e racismo em pacientes com anemia falciforme, obteve-se 14 estudos e somente três destes foram usados para discussão. Por fim, encontrou-se 4 pesquisas que abordavam sobre testes pré-natais relacionados à anemia falciforme e discutiu-se 2 deles no presente trabalho. **Fonte:** Autoria própria (2025).

De acordo com o fluxograma pode-se observar a presença de mais pesquisas relacionadas à anemia falciforme em gestantes, demonstrando um total de 36 artigos, sendo destes utilizados três para a escrita deste trabalho. Isso mostra que há um interesse genuíno nesse assunto, devido à importância da anemia falciforme em gestantes, uma vez que pode causar consequências para o binômio mãe-filho (Chaves et al., 2020).

Ademais, foi observada a presença de 14 artigos que abordam sobre o risco de eugenia e racismo em pacientes com anemia falciforme, utilizando 3 desses trabalhos para a discussão. Desse modo, é possível entender que esse assunto é pouco discutido em trabalhos científicos no Brasil, mesmo sendo um país em que a doença falciforme seja uma das mais comuns, principalmente na população preta (Gomes et al., 2021).

O fluxograma mostra que foram encontradas 4 pesquisas sobre testes pré-natais relacionados à anemia falciforme, sendo utilizados apenas 2 destes. É de suma importância citar que há baixa incidência de trabalhos que envolvam os três assuntos discutidos, principalmente aqueles que abordam sobre o papel de testes genéticos pré-natais em pacientes com anemia falciforme e sua relação com o racismo e a eugenia.

Portanto, é de extrema relevância o estudo sobre o risco de eugenia e racismo em pacientes com anemia falciforme que realizaram testes genéticos pré-natais, para que tenha a possibilidade de despertar mais interesse nesse assunto, podendo resolver todos os dilemas éticos e sociais. Além disso, garantirá a proteção dos direitos das famílias e pacientes e os avanços da genética de modo ético em prol da saúde e equidade social.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A anemia falciforme é uma condição genética prevalente no Brasil, o que reforça a importância dos testes genéticos pré-natais, para obter o diagnóstico precoce. Esses exames são grandes enriquecimentos tecnológicos importantes para a medicina preventiva, porém, levantam questões éticas e sociais como o risco de eugenia e racismo na população acometida. Além disso, existe uma baixa incidência de trabalhos voltados para esse tema, sendo necessária uma abordagem mais ampla sobre o assunto.

REFERÊNCIAS

- BHOOPALAN, Senthil Velan et al. Hematopoietic cell transplantation and gene therapy for Diamond-Blackfan anemia: state of the art and science. **Frontiers in Oncology**, v. 13, p. 1236038, 2023.
- CARDOSO, Andréia Insabral de de Queiroz et al. Estudos econômicos completos sobre tratamentos da anemia falciforme. **Acta Paulista de Enfermagem**, v. 34, p. eAPE01641, 2021.
- CHAVES, Marcela Pessoa et al. Assistência Integral: Conduas Profiláticas e Terapêuticas em Gestantes com Anemia Falciforme. **Brazilian Journal of Health Review**, v. 3, n. 5, p. 11989-12002, 2020.
- DA SILVA, Rosângela Ferreira; DE CAMARGO, Thaiana Cristina; DIAS, João Leonardo Rodrigues Mendonça. **A importância da eletroforese de hemoglobina no diagnóstico precoce de anemia falciforme**. Trabalho de conclusão de curso. Graduação de Biomedicina. 2021. Disponível em: <https://repositorio.pgsscogna.com.br/bitstream/123456789/40997/1/ROS%C3%82NGELA+FERREIRA+DA+SILVA.pdf>. Acesso em: 18 set. 2025.
- GOMES, Jucidalva Nascimento Gomes. **Tecendo narrativas: trajetórias de vida de mulheres negras com doença falciforme sob um olhar interseccional**. Dissertação. Programa de pós-graduação em saúde coletiva. Mestrado acadêmico em saúde comunitária. 2021. Disponível em:

<https://repositorio.ufba.br/bitstream/ri/38018/1/Disserta%C3%A7%C3%A3o-Jucidalva%20Nascimento%20Gomes-2021.pdf>. Acesso em: 15 set. 2025.

MARINHO, Alice. **As Filhas de Muu: as implicações psicossociais do diagnóstico pré-natal na vida de mulheres gestantes**. São Paulo: Editora Dialética, 2023. Disponível em: https://books.google.com.br/books?hl=pt-BR&lr=&id=xVGuEAAQBAJ&oi=fnd&pg=PT4&dq=MARINHO,+Alice.+As+Filhas+de+Muu:+as+implica%C3%A7%C3%B5es+psicossociais+do+diagn%C3%B3stico+pr%C3%A9-natal+na+vida+de+mulheres+gestantes.+Editora+Dial%C3%A9tica,+2023.&ots=2VDU520Lei&sig=1gUk_dZjyTg8BwQUsXJhQNGgD14&redir_esc=y#v=onepage&q=MARINHO%2C%20Alice.%20As%20Filhas%20de%20Muu%3A%20as%20implica%C3%A7%C3%B5es%20psicossociais%20do%20diagn%C3%B3stico%20pr%C3%A9-natal%20na%20vida%20de%20mulheres%20gestantes.%20Editora%20Dial%C3%A9tica%2C%202023.&f=false. Acesso em: 15 set. 2025.

MIRAGAIA, Telma. et al. Testes pré-natais não invasivos para rastreamento de aneuploidias: revisão baseada na evidência. **Revista Portuguesa de Clínica Geral**. Associação Portuguesa de Medicina Geral e Familiar, v. 36, n. 3, p. 253–264, 2020.

NASCIMENTO, Lia Midori Meyer; SEPÚLVEDA, Cláudia de Alencar Serra; ARTEAGA, Juan Manuel Sánchez. Doença falciforme: uma doença racial. Plataforma Sarah Baartman. **Fundamentos**, v. 29, 2021.

OLIVEIRA, Aylla Beatriz Melo et al. Perfil de hemoglobinopatias em gestantes: distribuição espacial e análise temporal de 2013 a 2019 no Estado do Piauí, Brasil. **Research, Society and Development**, v. 11, n. 5, p. e49511527119-e49511527119, 2022.

GRILO, Patrícia Medeiros Silva. **Incidência das hemoglobinopatias em recém-nascidos do estado do Mato Grosso do Sul**. Dissertação. Mestrado em enfermagem. 2021. Disponível em: https://repositorio.ufms.br/bitstream/123456789/3871/1/Disserta%C3%A7%C3%A3o_PatriciaMedeirosSilvaGrilo.pdf. Data de acesso: 8 out. 2025.

SANTOS, Alexandra Maria dos. **Diagnóstico pré-natal não invasivo: Sequenciação de Nova Geração**. 2021. Dissertação. Mestrado em bioquímica. 2021. Disponível em: <https://estudogeral.uc.pt/bitstream/10316/98175/1/Disserta%C3%A7%C3%A3o%20Final%20-%20Alexandra%20Maria%20dos%20Santos.pdf>. Acesso em: 12 set. 2025.

SILVA, Gabriela dos Santos; MOTA, Clarice Santos; TRAD, Leny Alves Bomfim. Racismo, eugenia e doença falciforme: o caso de um programa de triagem populacional. **RECIIS**, v. 14, n. 2, 2020.

BIOIMPRESSÃO 3D DE ÓRGÃOS: UTOPIA OU REALIDADE?

Luis Augusto Franco da Silva (1), Raiany Martins Rodrigues (2), Keila de Assis Vitorino (3), Cleiciainara Bagio Lovo (4)

- (1) Acadêmico de Biomedicina, Centro Universitário Faema – Unifaema, luis.61004@unifaema.edu.br
 (2) Acadêmica de Biomedicina, Centro Universitário Faema – Unifaema, raiany.62529@unifaema.edu.br
 (3) Docente adjunta, Centro Universitário Faema – Unifaema, keila.vitorino@unifaema.edu.br
 (4) Docente adjunta, Centro Universitário Faema – Unifaema. cleiciainara.bagio@unifaema.edu.br

RESUMO

A Bioimpressão 3D é uma inovação biotecnológica que possui uma grande relevância na área da medicina regenerativa, em decorrência da escassez de órgãos e a falta de compatibilidade entre um doador e outro, que acabam tornam-se problemas de saúde em diferentes regiões no mundo. Diante disso, o proposto estudo busca discorrer sobre a Bioimpressão. Para isso, foi realizada uma revisão de literatura, utilizando dados secundários previamente coletados através de consulta online no Google Acadêmico e *SciElo*, incluindo artigos entre o ano de 2017 a 2025. Através disso, constatou-se que a bioimpressão 3D é uma tecnologia inovadora, porém, com desafios futuros de implementação, pois, atualmente, demonstra-se ainda um método com baixa efetividade como solução da escassez de órgãos para transplante, assim, consolidando-se apenas como uma ideia revolucionária, que possui diferentes desafios futuras para ser consolidada.

Palavras-chave: bioimpressão 3d; órgão; vidas; saúde; efetividade.

INTRODUÇÃO

A Bioimpressão 3D é uma inovação na área da saúde, no qual seus métodos ainda são complexos e seus resultados, mesmo que bastante significativos para um novo ramo, ainda pendem a ser imaturos em vista de outras áreas da saúde e na indústria biotecnológica (Correa, 2017).

Nesse sentido, o desenvolvimento de tecidos por meio da bioimpressão 3D e o desenvolvimento de uma realidade onde pacientes que necessitam de transplante imediato de órgãos, tenham a possibilidade deste, torna-se um assunto de debate. Isso porquê, a bioimpressão 3D instiga a ideia de que, de forma abonada, pacientes irão através das suas próprias células recriar órgãos com a tecnologia citada ou se é apenas uma finta feita pela

sociedade atual, com objetivo de cativar as sociedades futuras a tornar um conceito abstrato em realidade (Peduti, 2020).

A bioimpressão possui uma grande relevância na área da medicina regenerativa, em decorrência da escassez de órgãos e a falta de compatibilidade entre um doador e outro que acabam tornam-se problemas de saúde em diferentes regiões no mundo. Esse novo método visa a reconstituição de órgãos do paciente por meio das técnicas modernas de impressão 3D, objetivando a réplica de órgãos de forma arquitetônica e precisa, bem como, desfrutando da biotinta que, por sua vez, constitui-se das próprias células do paciente. Essas células, denominadas células troncos (*Stem cell*), por seu turno, podem refletir quaisquer outras células, órgãos e tecidos (Alves, 2019)

Sendo assim, o presente trabalho tem como objetivo discorrer sobre a bioimpressão, analisando à possibilidade de real eficácia para a sua utilização em massa nos dias atuais, para melhorar consideravelmente a qualidade de vida do homem, ou estampar ao leitor, que essa técnica, mesmo que benéfica, ainda possui grandes problemas quando trata-se da constituição de um novo órgão impresso artificialmente, assim, diminuindo as chances de homeostasia aos pacientes com a necessidade deste, sendo uma possível ideia para um futuro distante (Alcântara, 2025).

MÉTODO

Trata-se de um estudo descritivo e exploratório, de abordagem qualitativa, que utilizou dados secundários previamente coletados através de consulta online no Google Acadêmico e *SciElo*. O foco da pesquisa recai sobre a bioimpressão 3D de órgãos. Foi realizada uma revisão bibliográfica utilizando os seguintes descritores: bioimpressão 3D, órgãos, biotecnologia e medula óssea. Foram utilizados artigos em inglês e português, publicados entre 2017 a 2025. Através disso, aborda-se também a dimensão hematológica, considerando a replicação de tecidos sanguíneos, a construção de vias venosas e arteriais, bem como as possíveis compatibilidades com o organismo humano (Pereira, 2024).

RESULTADOS E DISCUSSÕES

A bioimpressão 3D é um grande avanço da medicina moderna, que implica na implementação de novos métodos científicos na criação de órgãos e tecidos sanguíneos do corpo humano (Cavalcante, 2024).

A bioimpressão 3D implica na criação de tecidos a partir da biotinta, que através de um molde preciso de determinado tecido ou órgão, recria artificialmente uma nova estrutura que pode suprimir a função do órgão original, como bombear o sangue através do corpo inteiro no caso de um coração ou fazer o processo de metabolização como no caso do fígado, assim, proporcionando novas soluções a pessoas enfermas, demonstrando que o transplante de órgãos não seria única opção viável (Maio, 2024).

Porém, as implicações deste método são muito voláteis, pois, tratando-se de um método muito recente, os riscos ultrapassam a expectativa de sucesso. O caso mais recente envolve uma criança sul coreana chamada Hannah Warren que recebeu uma traqueia de engenharia de tecidos feita a partir das suas próprias células-tronco, fato ocorrido em 2013 no hospital infantil de Illinois no centro oeste dos Estados Unidos, tendo sua cirurgia realizada com sucesso, porém, horas após a cirurgia, a paciente veio a falecer devido ao processo de rejeição do órgão, diminuição da função cardíaca e complicações com o uso do equipamento (Vieira, 2023).

De acordo com os resultados apresentados, o método de bioimpressão não se tornou avançado o suficiente para que seja seguro a sua aplicação em massa, isso ocorre devido à complexidade do mesmo, pois, apesar do processo ter como biomateriais células tronco, para que não haja a possibilidade de rejeição do órgão, outra problemática ainda perdura, devido a sua reconstituição ser complexa (Pereira, 2024).

A Constituição de órgãos artificiais nos tempos atuais é completamente possível, mesmo sendo uma ideia antes inimaginável, porém, a grande problemática envolvida, está relacionada com a formação e funcionalidade após o processo de impressão, pois, o processo de impressão usa biotinta feita de células tronco retiradas da medula óssea, assim, tornando o órgão incapaz de rejeitar o organismo do paciente devido a utilização de suas próprias células para o processo de formação, entretanto, mesmo ao utilizamos biomaterial do próprio paciente, ainda há chances de rejeição devido a formação em si do

órgão, que por sua, tem seu molde baseado em tomografia computadorizada ou ressonância magnética do próprio paciente para que aconteça a constituição do mesmo (Santiago, 2024).

Apesar disso, detalhar um órgão apenas com imagem simples não é uma técnica confiável, pois, quanto mais funcionalidade um maquinário possui, maior será a dificuldade de replicação do mesmo, dessa maneira, a taxa de sucesso de replicação de um órgão com perfeição se torna quase nula (Santiago, 2024).

Além disso, ainda existem diversas outras variáveis dentro do processo de impressão de órgãos, como o órgão não exercer a sua devida função corretamente ou de forma reduzida, devido ao órgão ser gerado de forma artificial, devido ao fato das várias estradas de veias e artérias a serem formadas para o suprimento constante de sangue e oxigênio do deste (Coelho, 2024).

Outra problemática, vem através do custo-benefício que o desenvolvimento desta tecnologia irá demandar, tanto em desenvolvimento em si, tão quanto em sua distribuição ao público em geral, onde, devido aos altos valores que ela demanda, acaba por torná-la, assim como em outras áreas da saúde, algo de exclusividade a parte de alto faturamento da sociedade, e excluindo pessoas que contém baixa renda (Fonseca, 2024).

A bioimpressão 3D é um grande avanço na medicina regenerativa, que por sua vez, trabalha com a constituição parcial ou total de tecidos e órgãos, onde, através de vários métodos, criam-se uma nova era no ramo da medicina moderna. Porém, como é uma área ainda pouco explorada, suas formas de execução ainda são as mais arriscadas para os tempos atuais, mesmo que, os pequenos processos sejam cirurgias bem sucedidas, como a reconstituição de tecidos, que se assemelham na questão de estrutura e funcionamento. Entretanto, determinados órgãos demandam de diferentes vias sanguíneas e vários tecidos especializados e enervados, onde sua complexibilidade torna a bioimpressão ainda impossibilitada nos tempos atuais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Apesar de ser um grande avanço na área da medicina, a funcionalidade da bioimpressão 3D ainda tem baixa efetividade para ser considerada como algo que irá revolucionar nos dias atuais, porém, se o método em questão for trabalhado e refinado ao longo de algumas décadas, a bioimpressão poderá sim ser um método com a possibilidade de salvar milhares de vidas, assim, transformando o que um dia foi utopia em realidade.

REFERÊNCIAS

- ALCÂNTARA, Júlia Vitória de Abreu et al. Impressão De Órgãos Humanos: Viabilidade E Aspectos Éticos Em Uma Revisão Bibliográfica. **Revista Gestão e Conhecimento**, v. 19, n. 1, 2025
- ALVES, Suelen et al. O uso terapêutico de células tronco. **Revista Saúde em Foco-Edição**, v.1, n.1, p. 1291-1302, 2019.
- CAVALCANTE, Tatyane dos Santos Freitas et al. Biotecnologia: avanços na engenharia de tecidos para regeneração de órgãos e tecidos. **Revista Contemporânea**, v. 4, n. 10, p. e5963-e5963, 2024.
- CORREA, Cristiana rodrigues. Impressão 3D: Inovações no campo da medicina. **Revista interdisciplinar ciências médicas- MG**, v.1, n.1, 2017.
- PEREIRA, Karina Ribeiro da Silva et al. Bioimpressão 3D Na Engenharia De Tecidos E Órgãos Para Medicina Regenerativa. **Integra UERJ**, p. 99, 2024.
- ALCÂNTARA, Júlia Vitória de Abreu et al. Impressão de órgãos humanos: viabilidade e aspectos éticos em uma revisão bibliográfica. **Revista Gestão e Conhecimento**, v. 19, n. 1, p. e450-e450, 2025.
- OLIVEIRA, Patrícia Muniz de et al. **Bioimpressora 3D customizada para impressão de biotinta de nanocelulose e alginato carregada de células musculares**. Dissertação. Pós-Graduação em Engenharia Mecânica. Universidade Federal De Minas Gerais, 2023.
- FONSECA, Grazielle Gorete Portella da et al. Análise de custo-efetividade em saúde: estudo documental de teses e dissertações. **Acta Paulista de Enfermagem**, v. 37, p. eAPE02356, 2024.
- MAIO, Isabella Tardelli et al. Transplante de órgãos no Brasil: desafios e possibilidades. **ÍANDÉ: Ciências e Humanidades**, v. 8, n. 1, p. 131-142, 2024.
- PEDUTI, Graziela Parente et al. Bioimpressão 3D de tecidos e órgãos: uma prospecção tecnológica. **Cadernos de Prospecção**, v. 13, n. 5, p. 1383-1383, 2020.
- SANTIAGO, Ruan Braga et al. Tecnologia de impressão 3D em enxertos e moldes para pacientes com queimaduras: uma revisão dos benefícios e desafios. **Brazilian Journal of Implantology and Health Sciences**, v. 6, n. 12, p. 01-09, 2024.
- VIEIRA, Alberto Carlos Ferreira et al. Desenvolvimento De Pulmão Artificial Para Simulação Da Alteração Do Fluxo Respiratório. **Anais da Semana Nacional de Ciência e Tecnologia do IFAP**, v. 2, 2023.

ATUAÇÃO DA ATENÇÃO PRIMÁRIA A SAÚDE NA PROMOÇÃO DO ENVELHECIMENTO SAUDÁVEL

Julha Milioransa Araújo (1), Yasmin Dos Santos Souza Silva (2), Juliana Pereira de Melo (3).

(1) Acadêmica de Fisioterapia, Centro Universitário Faema – Unifaema, julha.51008@unifaema.edu.br

(2) Acadêmica de Fisioterapia, Centro Universitário Faema – Unifaema. yasmin.51055@unifaema.edu.br

(3) Docente de Fisioterapia, Especialista em Fisioterapia em trameto-ortopedia e esportiva. Centro Universitário Faema UNIFAEMA. juliana.melo@unifaema.edu.br

RESUMO

O estudo discute a atuação da Atenção Primária à Saúde (APS) na promoção do envelhecimento saudável, considerando os principais desafios enfrentados no contexto do Sistema Único de Saúde (SUS). Adotou-se uma abordagem qualitativa, por meio de uma revisão integrativa da literatura, com levantamento de artigos publicados entre 2018 e 2025 nas bases SciELO, LILACS e BVS. Foram incluídos estudos que abordaram a atenção à pessoa idosa, a promoção da saúde e a intersetorialidade no âmbito da APS. Os resultados apontaram que, embora a APS seja fundamental para garantir o cuidado integral e contínuo à população idosa, ainda há limitações significativas relacionadas à infraestrutura, à formação profissional e à articulação entre os níveis de atenção. Observou-se também que a intersetorialidade, embora reconhecida como essencial para a promoção da saúde, enfrenta dificuldades de implementação na prática cotidiana dos serviços. Apesar desses desafios, experiências exitosas de integração entre saúde, assistência social e educação demonstram avanços na qualidade do cuidado e na autonomia dos idosos. Conclui-se que fortalecer a APS por meio da qualificação das equipes, da adoção de protocolos específicos e da ampliação de estratégias intersetoriais é essencial para a consolidação de um envelhecimento ativo, digno e saudável no Brasil.

Palavras-chave: atenção primária à saúde; envelhecimento saudável; promoção da saúde; idoso; intersetorialidade.

INTRODUÇÃO

O envelhecimento da população tem gerado demandas crescentes aos serviços de saúde, especialmente na Atenção Primária, considerada porta de entrada do sistema e fundamental para o cuidado integral ao idoso. A qualidade da assistência oferecida nesse nível de atenção depende de diversos fatores, como infraestrutura adequada, formação contínua das equipes, uso de protocolos assistenciais e fortalecimento do vínculo entre profissionais de saúde e a comunidade. Estudos recentes apontam que esses elementos são determinantes para garantir um cuidado efetivo, humanizado e resolutivo voltado às necessidades da população idosa (Aguiar; Silva, 2022).

A atuação da Atenção Primária à Saúde (APS) na promoção do envelhecimento saudável, contudo, ainda enfrenta limitações importantes no contexto do Sistema Único de Saúde (SUS). Avaliações realizadas em serviços públicos de saúde evidenciam dificuldades na organização e continuidade do cuidado, além de fragilidades na integração entre os níveis assistenciais. A ausência de estratégias bem definidas para o acompanhamento longitudinal da pessoa idosa, aliada à carência de profissionais capacitados e à fragmentação das ações, compromete a efetividade do cuidado ofertado. Esses aspectos demonstram a necessidade urgente de fortalecer a APS por meio de políticas públicas que priorizem a qualificação das equipes, a implementação de práticas centradas no idoso e a articulação em rede dos serviços (Placideli et al., 2020).

Nesse cenário, a promoção da saúde se apresenta como um eixo fundamental para a atuação da APS, sobretudo quando articulada a práticas intersetoriais que considerem os determinantes sociais do envelhecimento. No entanto, estudos indicam que ainda há desafios significativos para efetivar ações promotoras da saúde no cotidiano dos serviços, especialmente pela dificuldade de articulação entre setores, escassez de planejamento intersetorial e limitações gerenciais e operacionais. A superação dessas barreiras exige estratégias que fortaleçam a integração entre saúde, assistência social, educação e outros campos, com vistas à construção de ambientes favoráveis ao envelhecimento ativo e à ampliação da autonomia da pessoa idosa. A inserção da intersetorialidade como princípio orientador das práticas em saúde é, portanto, essencial para tornar a APS mais resolutiva, preventiva e promotora da qualidade de vida dos idosos (Prado; Santos, 2018).

A experiência chinesa, apresentada no relatório da Comissão da Universidade de Pequim, reforça essa perspectiva ao demonstrar que a integração intersetorial e o planejamento estratégico são fundamentais para enfrentar os desafios do envelhecimento populacional. O estudo destaca que políticas públicas bem articuladas entre os setores de saúde, assistência social, urbanismo e tecnologia contribuem para tornar a atenção primária mais resolutiva e centrada nas necessidades da população idosa, promovendo um envelhecimento mais saudável e sustentável (Chen et al., 2022). Neste sentido, este trabalho tem como objetivo discutir o papel da Atenção Primária à Saúde na promoção do envelhecimento saudável, considerando os principais desafios estruturais,

organizacionais e intersetoriais que influenciam a qualidade do cuidado oferecido à população idosa no âmbito do Sistema Único de Saúde.

MÉTODO

A presente pesquisa adotou uma abordagem qualitativa, de caráter exploratório, com o objetivo de discutir a atuação dos profissionais da Atenção Primária à Saúde (APS) na promoção do envelhecimento saudável no contexto do Sistema Único de Saúde (SUS). Para isso, foi realizada uma revisão integrativa da literatura, com levantamento de publicações científicas nas bases de dados SciELO, LILACS e Biblioteca Virtual em Saúde (BVS). A busca foi conduzida entre junho e julho de 2025, utilizando os seguintes descritores: “Atenção Primária à Saúde”, “Envelhecimento Saudável”, “Promoção da Saúde”, “Idoso” e “Intersetorialidade”, combinados por meio de operadores booleanos (AND e OR), a fim de ampliar a abrangência dos resultados.

Foram incluídos artigos publicados entre os anos de 2018 e 2025, disponíveis em português, com acesso gratuito ao texto completo e que abordassem diretamente a atuação da APS no cuidado à população idosa. Após a seleção dos artigos foram analisados quanto aos objetivos, à metodologia empregada, aos principais achados e às contribuições para a compreensão dos desafios estruturais, organizacionais e intersetoriais que influenciam a qualidade da assistência oferecida à pessoa idosa. Essa sistematização permitiu identificar elementos-chave para o fortalecimento da APS como estratégia fundamental na promoção do envelhecimento ativo e saudável.

RESULTADOS

A revisão da literatura evidenciou que, embora a Atenção Primária à Saúde (APS) seja reconhecida como estratégica na promoção do envelhecimento saudável, sua atuação ainda enfrenta obstáculos de natureza estrutural, organizacional e intersetorial. Os estudos analisados indicam limitações na capacitação das equipes para o cuidado à pessoa idosa, ausência de protocolos clínico-assistenciais específicos e dificuldades na articulação entre os diferentes níveis de atenção. Também foi observada que a intersetorialidade, amplamente defendida como essencial para enfrentar os determinantes sociais do envelhecimento, encontra barreiras para sua efetivação na prática cotidiana dos serviços. Apesar desses desafios, foram identificadas experiências bem-sucedidas de integração entre setores, especialmente entre saúde, assistência social e educação, que contribuíram

para o fortalecimento do cuidado e a ampliação do acesso aos serviços. Esses achados reforçam a importância de investir na qualificação profissional, no fortalecimento das redes de atenção e na implementação de estratégias intersetoriais, como pilares para garantir um envelhecimento ativo, digno e com qualidade de vida no contexto do SUS.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os resultados desta revisão integrativa evidenciam que a Atenção Primária à Saúde (APS) possui papel central na promoção do envelhecimento saudável, sobretudo por sua capacidade de oferecer cuidado contínuo, integral e próximo da realidade dos idosos. No entanto, persistem desafios significativos que comprometem sua efetividade, como deficiências estruturais, carência de formação específica das equipes e dificuldades na articulação intersetorial. Diante desse cenário, é fundamental fortalecer a APS por meio de políticas públicas que qualifiquem as equipes, adotem protocolos específicos para o idoso e incentivem ações intersetoriais. Experiências como a da China mostram que a integração entre setores e o planejamento estratégico tornam o cuidado mais efetivo. Assim, consolidar a APS como base do SUS é essencial para promover um envelhecimento digno e com qualidade de vida.

REFERÊNCIAS

- AGUIAR, R. S.; SILVA, H. S. Qualidade da atenção à saúde do idoso na Atenção Primária: uma revisão integrativa. **Enfermagem Global**, v. 21, n. 1, p. 545-589, 2022.
- CHEN, X. *et al.* The path to healthy ageing in China: a Peking University–Lancet Commission. **The Lancet**, v. 400, n. 10367, p. 1821-1850, 2022.
- PLACIDELI, N. *et al.* Avaliação da atenção integral ao idoso em serviços de Atenção Primária. **Revista de Saúde Pública**, v. 54, n. 6, p. 1-13, 2020.
- PRADO, N. M. B. L.; SANTOS, A. M. Promoção da saúde na Atenção Primária à Saúde: sistematização de desafios e estratégias intersetoriais. **Saúde em Debate**, v. 42, supl. 1, p. 379-395, 2018.

ENTRE O CUIDAR E O DEIXAR IR: A ENFERMAGEM NOS CUIDADOS PALIATIVOS

Amanda de Souza Pereira (1), Poliana Moreno Mendes (2), Rayssa Nicole Pereira Grevenhagen (3) Thays Dutra Chiarato Veríssimo (4)

(1,2,3) Acadêmicos de Enfermagem, Centro Universitário Faema – Unifaema
(4) Docente no Centro universitário Faema, faema@unifaema.edu.br

RESUMO

A ética do cuidado, fundamentada em teorias como Jean Watson e Florence Nightingale, sustenta que cuidar vai além das intervenções técnicas é também estar presente, ouvir, acolher e confortar, mesmo diante da impossibilidade de cura. Nesse sentido, o cuidado ético reconhece o momento em que a morte se torna um processo inevitável e propõe a suspensão de tratamentos fúteis ou desproporcionais, priorizando os cuidados paliativos que promovem conforto e dignidade ao paciente. Enquanto os cuidados paliativos buscam aliviar a dor e sofrimento sem antecipar a morte, a eutanásia representa uma prática que visa abreviar a vida para pôr fim à dor, configurando um dilema ético e moral para os profissionais de saúde. No contexto brasileiro, a eutanásia é considerada ilegal, sendo substituída pela valorização da ortotanásia, que respeita o processo natural de morrer, evitando tanto o prolongamento artificial da vida quanto a antecipação da morte. Os profissionais de enfermagem enfrentam dilemas morais e éticos ao conciliar o dever de cuidar com a aceitação do processo natural de morrer. Dessa forma, o objetivo deste estudo é ressaltar a importância do enfermeiro no contexto da morte e do morrer, destacando seu papel essencial na oferta de cuidados dignos e humanizados, pautados no respeito às vontades, crenças e valores do paciente e de sua família.

Palavras-chave: cuidados paliativos; profissionais; ética; enfermagem; morte.

INTRODUÇÃO

O avanço da tecnologia e das terapias intensivas modificou a forma como a sociedade e os profissionais de saúde se relacionam com o processo de morrer. Na enfermagem, a proximidade com o paciente em sofrimento terminal suscita reflexões éticas profundas sobre os limites do cuidar e sobre até que ponto é possível ou desejável prolongar a vida a qualquer custo. Com a modernidade e o desenvolvimento tecnológicos observa-se a grande evolução na área da saúde com inovações capazes de aumentar a sobrevida de

pacientes acometidos por doenças de prognósticos agudos, resultando em um expressivo aumento da expectativa de vida da população.

Nesse contexto, torna-se de extrema valia o desenvolvimento do conhecimento sobre cuidados paliativos, que buscam promover qualidade de vida, alívio da dor, e conforto diante de doenças sem possibilidade de cura. Contudo, esse papel desperta dilemas éticos, especialmente quando se contrapõem práticas como a eutanásia, que busca abreviar a vida para cessar o sofrimento, e a ortotanásia que respeita o curso natural da vida sem recorrer a medidas desproporcionais.

A enfermagem, enquanto profissão comprometida com a vida, tem papel fundamental na prescrição e na assistência paliativa, exigindo sensibilidade, empatia e preparo técnico-científico. Cuidar de um paciente no fim da vida requer grande complexibilidade, mesmo que reconheça a morte como uma etapa natural do ciclo vital e promova o respeito à dignidade humana durante todo o processo de morrer. Dessa forma, este estudo tem como objetivo refletir sobre a importância do enfermeiro no cuidado ético e humanizado frente ao processo de morte e morrer, destacando sua atuação na promoção de conforto, autonomia e respeito às vontades do paciente e de sua família.

MÉTODO

O presente estudo trata-se de uma revisão bibliográfica, de caráter qualitativo e descritivo, que tem como objetivo analisar o papel do enfermeiro na execução de cuidados paliativos humanizados a pacientes em processo de morte e morrer. Busca-se delimitar as diferenças entre os cuidados paliativos e o modelo tradicional de assistência em saúde, bem como discutir sua relação com os princípios da bioética.

A pesquisa foi elaborada a partir da análise de artigos científicos, portarias e legislações que abordam os cuidados paliativos e a atuação da enfermagem no contexto do fim da vida. As buscas foram realizadas nas bases de dados SciELO (Scientific Electronic Library Online), Biblioteca Virtual em Saúde (BVS), PubMed e Google Acadêmico, utilizando os descritores: Cuidados paliativos, Profissionais, Ética, Enfermagem, Morte.

Foram incluídas publicações em língua portuguesa, disponíveis em texto completo, que estavam de acordo com o objetivo da pesquisa e apresentavam reflexões éticas, legais e práticas sobre o tema. Estabeleceu-se como recorte temporal o período de

2015 a 2025, de modo a garantir a atualidade das evidências e evitar o uso de estudos ultrapassados.

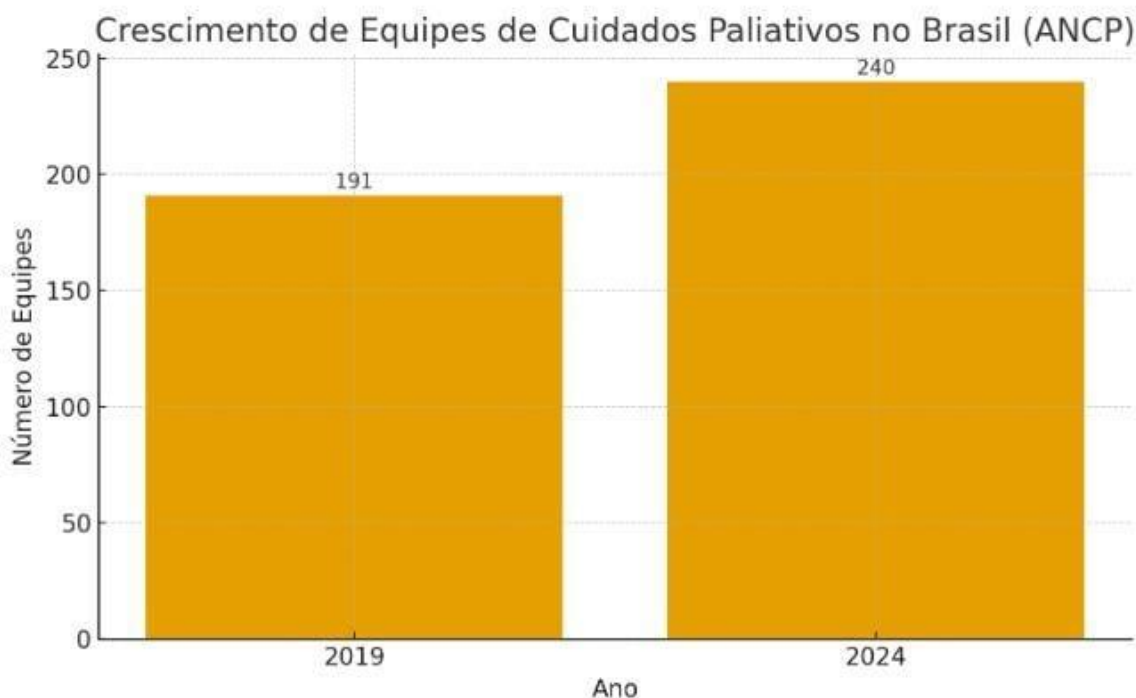
No total, foram identificados 42 artigos nas bases de dados consultadas. Após a leitura dos títulos e resumos, foram selecionados 15 estudos que atenderam aos critérios de inclusão e apresentaram relação direta com a temática proposta. Além disso, foram utilizados livros clássicos de referência e documentos oficiais, como portarias do Ministério da Saúde e resoluções do Conselho Federal de Medicina, que contribuíram para o embasamento teórico, ético e normativo da discussão.

Após a seleção dos materiais, realizou-se leitura crítica e análise de conteúdo, com o intuito de identificar as principais contribuições teóricas relacionadas à humanização, dignidade, ética e bioética no cuidado paliativo de enfermagem.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

No contexto brasileiro, observa-se a ausência de dados específicos que indiquem, de forma quantitativa, a proporção de pacientes que recebem cuidados paliativos. Contudo, estima-se que essa demanda seja significativa, em virtude do envelhecimento populacional e do aumento da prevalência de doenças crônicas não transmissíveis. De acordo com a Organização Mundial da Saúde (OMS), mais de 56,8 milhões de pessoas necessitam de cuidados paliativos anualmente em escala global. No âmbito nacional, a Academia Nacional de Cuidados Paliativos (ANCP) divulgou, em 2024, que o número de equipes especializadas no país atingiu 240, representando um incremento de 25% em relação ao período anterior.

Figura 1: crescimento de equipes de cuidados paliativos no Brasil(2019-2024)



Fonte: Academia Nacional de Cuidados Paliativos (ANCP, 2019;2024) elaboração do grupo (2025)

Além disso, o Ministério da Saúde e o CONASS iniciaram o Projeto Programa de Cuidados Paliativos no SUS em 2020, visando ampliar o acesso a esses cuidados no país. A iniciativa promoveu a capacitação de milhares de profissionais da saúde e protocolos de atendimento humanizado em diversas instituições. Nesse contexto, destaca-se o papel fundamental do enfermeiro na execução de cuidados paliativos humanizados, atuando como mediador entre o paciente, a família e a equipe multiprofissional. O enfermeiro é responsável por oferecer conforto, escuta ativa, acolhimento e manejo da dor, respeitando a autonomia e as vontades do paciente. Diferentemente do modelo tradicional de assistência em saúde, centrado na cura, os cuidados paliativos priorizam a qualidade de vida, a dignidade e o respeito ao processo natural de morrer, em consonância com os princípios da bioética, como beneficência, não maleficência, autonomia e justiça.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A equipe de enfermagem precisa desenvolver competências para lidar com o processo de morte e o sofrimento, pois os cuidados paliativos são complexos e desafiadores, exigindo habilidades específicas e uma postura reflexiva, que equilibre o cuidar e o deixar ir. A comunicação eficaz, a reflexão crítica e o trabalho em equipe são

fundamentais para enfrentar esses desafios, reconhecendo a importância do apoio emocional e psicológico aos profissionais de saúde. Esse suporte é essencial para que consigam lidar com seus próprios sentimentos e estresses, mantendo a capacidade de oferecer um cuidado compassivo e humanizado.

Uma formação adequada em cuidados paliativos é indispensável para preparar futuros profissionais a oferecer uma assistência de qualidade e sensível às necessidades de pacientes com doenças graves e em fase terminal. Os cuidados paliativos, portanto, têm papel essencial na promoção do conforto e da dignidade, abordando não apenas os sintomas físicos, mas também o suporte emocional, social e espiritual ao paciente e à sua família.

Conclui-se que a atuação do enfermeiro no contexto do fim da vida representa um compromisso ético e humano, que ultrapassa a técnica e se fundamenta no respeito à dignidade e à singularidade de cada ser. Promover o cuidado paliativo é, acima de tudo, reafirmar o valor da vida em todas as suas etapas, inclusive no processo de morrer.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940. Código Penal. **Diário Oficial da União**, Rio de Janeiro, RJ, 31 dez. 1940.

BRASIL. Ministério da Saúde. Portaria GM/MS nº 3.681, de 22 de maio de 2024. Institui a Política Nacional de Cuidados Paliativos no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS). **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 22 maio 2024.

CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA (CFM). Resolução nº 1.805, de 28 de novembro de 2006. Dispõe sobre a ortotanásia. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 28 nov. 2006.

NIGHTINGALE, F. **Notas sobre enfermagem: o que é e o que não é**. São Paulo: Cortez, 1989.

PESSINI, L.; BERTACHINI, L. **Humanização e cuidados paliativos**. 2. ed. São Paulo: Loyola, 2017.

REVISTA ENFERMAGEM ATUAL IN DERME. Cuidados paliativos e a atuação da equipe de enfermagem: uma revisão integrativa. **Revista Enfermagem Atual In Derme**, v. 96, n. 37, 2023.

RESEARCH, SOCIETY AND DEVELOPMENT (RSD). Cuidados paliativos e enfermagem: desafios e perspectivas na assistência ao paciente. **Research, Society and Development Journal**, v. 10, n. 12, 2021.



WATSON, J. *Nursing: The Philosophy and Science of Caring*. Boulder: University Press of Colorado, 2008.

WORLD HEALTH ORGANIZATION (WHO). **Definition of Palliative Care**. Geneva: WHO, 2002.

O PAPEL DA ENFERMAGEM NO CUIDADO DE MULHERES COM ENDOMETRIOSE E INFERTILIDADE

Andycleide Camargo (1), Erica Larissa (2), Geisiane Fantyni (3), Layse Gonçalves (4), e Thays Chiaratto (5)

(1,2,3,4) Acadêmicas de Enfermagem, Centro Universitário Faema – Unifaema

(5) Docente no Centro Universitário Faema-Unifaema

RESUMO

A endometriose é uma condição inflamatória crônica que acomete milhões de mulheres em idade reprodutiva, sendo uma das principais causas de infertilidade feminina. Este resumo expandido analisa o papel da enfermagem no cuidado dessas mulheres, com foco no acolhimento, educação em saúde, apoio emocional e acompanhamento clínico. A revisão de literatura evidencia que a enfermagem exerce papel central na detecção precoce dos sintomas, na orientação sobre diagnóstico e tratamento, e no suporte psicossocial, contribuindo para a redução do sofrimento e para a melhoria da qualidade de vida. O estudo demonstra que o enfermeiro atua como elo entre paciente, família e equipe multiprofissional, promovendo cuidado humanizado e integral.

Palavras-chave: enfermagem; endometriose; infertilidade; saúde da mulher.

INTRODUÇÃO

A endometriose caracteriza-se pela presença de tecido endometrial fora da cavidade uterina, gerando dor intensa, inflamação pélvica e infertilidade. Além dos sintomas físicos, a doença provoca impactos psicossociais significativos, afetando a qualidade de vida e o bem-estar emocional. O enfermeiro tem papel essencial na detecção precoce, acolhimento e orientação das pacientes, atuando como profissional fundamental na linha de cuidado da saúde da mulher. Este trabalho tem como objetivo analisar o papel da enfermagem no cuidado integral às mulheres com endometriose e infertilidade, destacando práticas assistenciais, educativas e de suporte emocional.

MÉTODO

Trata-se de uma revisão sistemática da literatura realizada nas bases SciELO, LILACS e BVS, utilizando os descritores 'enfermagem', 'endometriose', 'infertilidade feminina' e 'saúde da mulher'. Foram selecionados artigos publicados entre 2017 e 2025

que abordassem o cuidado de enfermagem a mulheres com endometriose e infertilidade. Após triagem e leitura completa, 17 estudos foram analisados.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os resultados apontam que a endometriose compromete significativamente a saúde física, emocional e reprodutiva das mulheres. O enfermeiro assume papel central no acolhimento, escuta ativa, detecção precoce e orientação sobre diagnóstico e tratamento. A educação em saúde se destaca como ferramenta essencial para promover compreensão da doença, fortalecer autonomia e reduzir estigmas relacionados à infertilidade. O cuidado emocional oferecido pela enfermagem contribui para a adesão terapêutica, enfrentamento da dor crônica e melhoria da qualidade de vida. Persistem desafios, como lacunas na formação profissional e necessidade de protocolos assistenciais mais estruturados.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O papel da enfermagem no cuidado a mulheres com endometriose e infertilidade é fundamental para a promoção de assistência humanizada, integral e baseada em evidências. A atuação do enfermeiro contribui para o diagnóstico precoce, suporte emocional, orientação terapêutica e educação em saúde. Investir na capacitação profissional e em políticas de cuidado específicas é essencial para melhorar a qualidade de vida dessas mulheres.

REFERÊNCIAS

- BRASIL. Ministério da Saúde. **Protocolo Clínico e Diretrizes Terapêuticas da Endometriose**. Brasília, 2022.
- MIRANDA, P. V. et al. Endometriose e infertilidade. **Revista Brasileira de Ginecologia e Obstetrícia**, 2021.
- NASCIMENTO, F. A.; ARAÚJO, M. C.; GOMES, L. M. Educação em saúde de mulheres com endometriose. **Revista de Enfermagem da UFPE**, 2020.
- SOUZA, C. C. et al. Humanização no cuidado à mulher com endometriose. **Revista Anna Nery**, 2019.



ZANATTA, J. A.; LACERDA, R. A.; FERREIRA, C. T. Impactos da endometriose na saúde reprodutiva. **Revista Brasileira de Enfermagem**, 2021.

TRANSTORNO DISFÓRICO PRÉ-MENSTRUAL: IMPACTOS EMOCIONAIS E INTERVENÇÃO COGNITIVO-COMPORTAMENTAL

Danieli Ramos Vieira (1), Kátiuscia Carvalho de Santana (2)

(1) Acadêmica de Psicologia no Centro Universitária Faema - Unifaema, danieli.45509@unifaema.edu.br

(2) Mestre em Dimensões do Cuidado e Práticas Sociais pela Faculdade EST, Psicóloga pela Pontifícia Universidade Católica de Goiás. Docente do Centro Universitário Faema - Unifaema, kátiuscia.carvalho@unifaema.edu.br

RESUMO

O presente estudo consiste em uma revisão narrativa da literatura sobre o Transtorno Disfórico Pré-Menstrual (TDPM), com recorte temporal entre 2006 e 2024, utilizando as bases SciELO, LILACS, PubMed e Periódicos CAPES. O objetivo foi identificar as características clínicas do transtorno, suas repercussões psicossociais e as estratégias psicológicas de manejo, especialmente a Terapia Cognitivo-Comportamental (TCC) e a psicoeducação. A análise evidenciou que o TDPM se diferencia da Tensão Pré-Menstrual por apresentar sintomas emocionais e cognitivos severos, como irritabilidade, tristeza profunda e ansiedade, que comprometem a funcionalidade social, acadêmica e profissional. Verificou-se também a carência de conhecimento entre profissionais de saúde e a escassez de estudos epidemiológicos nacionais, fatores que dificultam o diagnóstico e reforçam estigmas de gênero. A TCC mostrou-se eficaz na reestruturação cognitiva e no fortalecimento de estratégias de enfrentamento, enquanto a psicoeducação se destacou como ferramenta essencial na conscientização, adesão terapêutica e empoderamento das mulheres. Conclui-se que o TDPM é uma condição multifatorial que requer abordagens integradas, políticas públicas voltadas ao acolhimento e práticas clínicas sensíveis às especificidades de gênero.

Palavras-chave: transtorno disfórico pré-menstrual; ciclo menstrual; terapia cognitivo-comportamental; saúde mental; psicoeducação.

INTRODUÇÃO

O Transtorno Disfórico Pré-Menstrual (TDPM) é uma condição clínica reconhecida pelo Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais – DSM-5-TR (American Psychiatric Association, 2023) e pela Classificação Internacional de Doenças – CID-11 (Organização Mundial da Saúde, 2019), caracterizada por sintomas emocionais e cognitivos intensos que ocorrem na fase lútea do ciclo menstrual.

Diferentemente da Tensão Pré-Menstrual (TPM), o TDPM apresenta manifestações que comprometem significativamente a funcionalidade social, acadêmica e profissional das mulheres, tais como irritabilidade, tristeza profunda, ansiedade, fadiga e

dificuldades de concentração (Rios et al., 2020). Estudos apontam que sua prevalência varia entre 3% e 8% da população feminina em idade reprodutiva (Perissê et al., 2022), o que reforça sua relevância como um problema de saúde mental que ainda recebe pouca atenção na prática clínica.

A literatura evidencia que o desconhecimento sobre o TDPM contribui para diagnósticos tardios e reforça estigmas de gênero, uma vez que os sintomas são frequentemente banalizados ou confundidos com manifestações comuns do ciclo menstrual (Brito et al., 2019). Essa invisibilidade histórica das condições relacionadas à saúde mental feminina demonstra a necessidade de abordagens psicológicas sensíveis às especificidades de gênero e que contemplem o impacto emocional e social da condição.

Diante desse cenário, a Psicologia assume papel fundamental na escuta qualificada, na promoção do autoconhecimento e na formulação de estratégias de enfrentamento que favoreçam o bem-estar e a regulação emocional das mulheres afetadas. Assim, este trabalho tem como objetivo analisar a literatura nacional sobre o Transtorno Disfórico Pré-Menstrual (TDPM), discutindo seus principais sintomas, repercussões psicossociais e estratégias psicológicas de intervenção, com ênfase na Terapia Cognitivo-Comportamental (TCC) e na psicoeducação.

MÉTODO

O presente estudo configurou-se como uma revisão narrativa da literatura, com o objetivo de reunir e analisar produções científicas sobre o Transtorno Disfórico Pré-Menstrual (TDPM), publicadas entre 2006 e 2024. Foram consultadas as bases de dados SciELO, LILACS, PubMed e Periódicos CAPES, utilizando os descritores “Transtorno disfórico pré-menstrual”. “Ciclo menstrual”. “Terapia cognitivo-comportamental”. “Saúde mental”. “Psicoeducação”.

Foram incluídos artigos completos em português, inglês e espanhol que abordassem o TDPM sob aspectos clínicos, diagnósticos ou terapêuticos. Excluíram-se estudos duplicados, resumos de eventos e pesquisas que tratassem apenas da TPM sem diferenciação conceitual clara. Os resultados foram organizados de forma descritiva e interpretativa, destacando os principais achados, lacunas e perspectivas identificadas na literatura.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Os estudos revisados evidenciam que o TDPM ultrapassa os limites biológicos e hormonais, configurando-se como uma condição multifatorial que envolve dimensões psicológicas e sociais. Valadares et al. (2006) destacaram que o transtorno se diferencia da TPM pela intensidade e impacto dos sintomas, que incluem irritabilidade extrema, tristeza profunda e prejuízos cognitivos. Brito et al. (2019) e Rios et al. (2020) reforçaram que tais sintomas provocam queda de produtividade, conflitos interpessoais e prejuízos acadêmicos e laborais, caracterizando o TDPM como um problema de saúde pública. Além disso, há um déficit de informação e formação entre profissionais de saúde, o que contribui para diagnósticos tardios e perpetuação de estigmas sociais (Portes et al., 2024).

Frente a esse panorama de impactos emocionais e lacunas diagnósticas, diferentes estratégias terapêuticas têm sido investigadas. Entre as estratégias terapêuticas, a Terapia Cognitivo-Comportamental (TCC) se destacou como a intervenção mais eficaz para o manejo dos sintomas, ao promover a reestruturação de pensamentos disfuncionais, a regulação emocional e o fortalecimento do autocontrole (Tamashiro et al., 2017). A psicoeducação, por sua vez, foi reconhecida como essencial para a compreensão do transtorno, redução de preconceitos e adesão ao tratamento (Carvalho et al., 2021). Ao proporcionar um espaço de escuta qualificada e de reconhecimento da experiência feminina, a Psicologia contribui não apenas para o bem-estar individual, mas também para a promoção de práticas clínicas mais sensíveis às questões de gênero.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conclui-se que o Transtorno Disfórico Pré-Menstrual (TDPM) é uma condição complexa e subdiagnosticada, que demanda atenção especial da Psicologia e das demais áreas da saúde. Os achados apontam para a necessidade de maior disseminação do conhecimento sobre o transtorno, ampliação das ações psicoeducativas e fortalecimento de abordagens psicoterápicas, especialmente a TCC. Destaca-se, ainda, a importância de políticas públicas voltadas à saúde mental feminina e de uma formação profissional que contemple as especificidades de gênero, promovendo um cuidado mais humanizado, inclusivo e equitativo, fundamentado em evidências e sensível às experiências subjetivas das mulheres.

REFERÊNCIAS

AMERICAN PSYCHIATRIC ASSOCIATION. **Manual diagnóstico e estatístico de transtornos mentais: DSM-5-TR**. 5. ed., texto revisado. Porto Alegre: Artmed, 2023. Disponível em: <https://www.psychiatry.org/psychiatrists/practice/dsm>. Acesso em: 2 nov. 2025.

BRITO, Emilly Gomes de; SOARES, Patricia da Silva; PEREIRA, Luanna Carneiro *et al.* O impacto do transtorno disfórico pré-menstrual na vida das mulheres: revisão sistemática. **Brazilian Journal of Surgery and Clinical Research**, v. 28, n. 3, p. 69-72, 2019. Disponível em: <https://www.mastereditora.com.br/download-3293>.

CARVALHO, Giovanna Ribeiro de; CARVALHO, Arthur Figueiredo Dias; FLORIDO, Carlos Eduardo Gaudard *et al.* O transtorno disfórico pré-menstrual: apresentação clínica e manejo. **Brazilian Journal of Health Review**, v. 4, n. 6, p. 24045-24053, 2021. DOI: 10.34119/bjhrv4n6-034. Disponível em: <https://ojs.brazilianjournals.com.br/ojs/index.php/BJHR/article/view/39166>.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE. **Classificação Internacional de Doenças – CID-11**. Genebra: OMS, 2019. Disponível em: <https://icd.who.int/browse11/l-m/en>. Acesso em: 2 nov. 2025.

PERISSÊ, N. C.; SÁ, A. A. L. de; CARDOZO, C. *et al.* Transtorno disfórico pré-menstrual no Brasil: etiologia, prevalência e diagnóstico: *Premenstrual dysphoric disorder in Brazil: ethology, prevalence and diagnosis*. **Brazilian Journal of Health Review**, v. 5, n. 5, p. 20736–20747, 2022. DOI: 10.34119/bjhrv5n5-235. Disponível em: <https://ojs.brazilianjournals.com.br/ojs/index.php/BJHR/article/view/53174>. Acesso em: 4 nov. 2025.

PORTES, Bianca Ruiz; MENON, Giovana Quezini Monken; PEREIRA, Leticia Maria Secchi *et al.* Percepção do transtorno disfórico pré-menstrual entre universitários de medicina de Curitiba/PR. **Revista de Medicina (Ribeirão Preto)**, v. 103, n. 1, 2024. DOI: 10.11606/issn.2176-7262.rmrp.2024.205145. Disponível em: <https://revistas.usp.br/rmrp/article/view/205145>.

RIOS, Amanda Rodrigues; NOVAIS, Danielle Fiorin Ferrari; SATHLER, Amanda Ferreira Emerich *et al.* Implicações do transtorno disfórico pré-menstrual na qualidade de vida das mulheres: uma revisão de literatura. **Revista Eletrônica Acervo Científico**, v. 13, p. e4709, 2020. DOI: 10.25248/reac.e4709.2020. Disponível em: <https://acervomais.com.br/index.php/cientifico/article/view/4709>.

TAMASHIRO, Leiliane Aparecida Diniz; NAKAD, Bianca Cristina Tunes; RENNÓ, Joel *et al.* Síndrome pré-menstrual e transtorno disfórico pré-menstrual: a terapia cognitiva comportamental como tratamento. **Revista Debates em Psiquiatria**, v. 7, n. 6, p. 15-23, 2017. DOI: 10.25118/2236-918X-7-6-2. Disponível em: <https://revistardp.org.br/revista/article/view/69>.

VALADARES, Gislene C. *et al.* Transtorno disfórico pré-menstrual: revisão – conceito, história, epidemiologia e etiologia. **Revista de Psiquiatria Clínica**, v. 33, n. 3, p. 117-123, 2006. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rpc/a/Fx8CTD4tHVRSSx4zyXmjYcw/?lang=pt>.

ESCLEROSE MÚLTIPLA E SISTEMA NERVOSO CENTRAL: COMPREENSÃO E PERSPECTIVAS DE TRATAMENTO

Gabriel Araujo Silva (1), Bruno Machado Chaves (2), Geovana Prata Siekierski (3),
Micaelly Alexandre da Silva (4), Nilvani Rodrigues Cabral (5)

Centro Universitário Faema - Unifaema, cdi@unifaema.edu.br

(1,2,3,4) Acadêmicos de Fisioterapia, Centro Universitário Faema – Unifaema

(5) Docente do Centro Universitário Faema – Unifaema e da Unir – nilvani. rodrigues@unifaema.edu.br

RESUMO

O presente resumo expandido busca trazer os principais conceitos da Esclerose Múltipla, que trata-se de uma doença crônica, neurológica e autoimune, que afeta principalmente o sistema nervoso central, visto que esta doença traz prejuízos irreparáveis. O objetivo desta revisão foi analisar os principais tratamentos da esclerose múltipla, abordando suas finalidades, resultados, efeitos colaterais e aceitação pelos pacientes. A pesquisa foi realizada por meio de uma investigação bibliográfica qualitativa e exploratória, baseada em fontes científicas publicadas, com o objetivo de ampliar a compreensão sobre a esclerose múltipla, o sistema nervoso central e suas abordagens de tratamento. Os resultados da pesquisa indicam que um tratamento adequado da esclerose múltipla baseia-se no uso de medicamentos eficazes, que atuam no organismo para amenizar os sintomas e, principalmente, desacelerar a evolução da doença. Podemos concluir que o tratamento da Esclerose Múltipla evoluiu significativamente, centrando-se no controle da atividade inflamatória e na modulação da resposta imune desregulada. Os tratamentos atuais, representados principalmente pelos imunomoduladores e imunossupressores, demonstram eficácia na desaceleração da progressão da incapacidade e na melhoria da qualidade de vida dos pacientes.

Palavras-chave: esclerose múltipla; tratamento; sistema nervoso.

INTRODUÇÃO

A esclerose múltipla (EM) é uma doença de causa ainda desconhecida e sem cura, caracterizada pela presença de múltiplos focos de desmielinização ao longo do sistema nervoso central. Seus sintomas podem se assemelhar aos de outras doenças neurológicas, o que frequentemente resulta em atraso no diagnóstico correto. Essa demora pode agravar os déficits neurológicos do paciente. Os tratamentos atualmente disponíveis têm como objetivo reduzir a atividade inflamatória e a ocorrência de surtos, promovendo

melhora na qualidade de vida e diminuindo a progressão da incapacidade ao longo dos anos (Alves, 2014).

Embora as características clínicas sejam bem conhecidas, à identificação das causas, origens e razões por trás deste fenômeno constituem o alvo principal de exaustivos estudos. Os fatores imunológicos e genéticos, a influência ambiental, dentre outros fatores, que uma forma ou de outra podem contribuir para a persistência da evolução clínica também têm sido objeto de pesquisas e estudos diversos em vários países (De Oliveira, 1998).

A pesquisa trouxe como justificativa a importância de entender sobre os tratamentos disponíveis desta doença, visto que é algo que assim que diagnosticado traz prejuízos irreparáveis. Frente a isso, o objetivo desta revisão foi realizar um levantamento dos tratamentos oferecidos aos pacientes, relatando as principais finalidades, principais resultados, efeitos colaterais mais comuns e aceitação ao tratamento.

MÉTODO

A pesquisa deste resumo expandido foi desenvolvida por meio de investigação bibliográfica qualitativa, no ano de 2025, onde os materiais utilizados foram publicados em livros, artigos de biblioteca virtual, teses, dissertações e revistas científicas em evidência, como a revista Scielo e Pepsic. O resumo dispõe de um estudo de classificação exploratória, a fim de que, através das pesquisas bibliográficas adquira-se maior entendimento em relação à esclerose múltipla e sistema nervoso central e sua compreensão e perspectivas de tratamento.

Este tipo de pesquisa auxilia desde o início, pois é feita com o intuito de identificar se já existe um trabalho científico sobre o assunto da pesquisa a ser realizada, colaborando na escolha do problema e de um método adequado, tudo isso é possível baseando-se nos trabalhos já publicados. A pesquisa bibliográfica é primordial na construção da pesquisa científica, uma vez que nos permite conhecer melhor o fenômeno em estudo (Souza et.al. Oliveira, 2021).

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Os tratamentos medicamentosos disponíveis para Esclerose Múltipla buscam reduzir a atividade inflamatória e os surtos ao longo dos anos, contribuindo para a redução do acúmulo de incapacidade durante a vida do paciente. Além do foco na doença, tratar os sintomas como os urinários e a fadiga é muito importante para a qualidade de vida do paciente (Abem, 2025).

Os imunomoduladores e imunossuppressores mostram-se medicamentos indispensáveis no tratamento da Esclerose Múltipla, pois visam o controle da resposta imune desregulada característica da doença. Enquanto os imunomoduladores reduzem a atividade inflamatória e protegem o sistema nervoso central, incluindo a mielina e os neurônios, os imunossuppressores atuam de maneira mais ampla, suprimindo o sistema imunológico para diminuir a atividade autoimune.

IMUNOMODULADORES

Os medicamentos que visam reduzir a atividade inflamatória e agressão à mielina, com a diminuição dos surtos em intensidade e frequência, contribuindo assim na redução do ganho de incapacidade ao longo dos anos são os chamados imunomoduladores, que são: os interferon beta 1a e o interferon beta 1b, utilizados nos portadores da forma surto-remissão, diminuindo assim os surtos da doença (Abem, 2025 e Callegaro D, 2001).

O mecanismo de ação do acetato de glatirâmer modifica os processos imunológicos responsáveis pelo desenvolvimento da EM e atua localmente, em vez de causar imunossupressão generalizada.

Imunomodulador	Finalidade	Efeitos Colaterais
Acetato de glatirâmer	Complementar o tratamento dos imunomoduladores ou substituto do Interferon no tratamento da esclerose. Ele atua inibindo as células T reativas e suprimindo o sistema imune, reduzindo a destruição da bainha de mielina.	vermelhidão, dor, inchaço ou coceira (muito frequente). Lipoatrofia (perda de gordura localizada) em locais de aplicação repetida. Rubor, palpitações, falta de ar, ansiedade ou aperto no peito logo após a injeção.

		Sintomas gripais leves ou fadiga (menos comuns que nos interferons).
Interferon beta 1a	Reduzir a frequência dos surtos da doença e diminuir a inflamação e o dano à mielina no sistema nervoso central.	Quase sempre os sintomas são de doenças gripais (febre, calafrios, mialgia, fadiga e dor de cabeça) especialmente nas primeiras doses.
Interferon beta 1b	Diminui a ativação e proliferação de linfócitos T e B autoimunes. Também pode ser usado em pacientes com primeiro episódio clínico sugestivo de EM para retardar a evolução para a doença definitiva.	Quase sempre os sintomas são de doenças gripais (febre, calafrios, dores musculares, fadiga) e aparecem horas após a injeção e melhoram com o tempo.

Sintomas muito comuns no início do uso destas medicações são, dores de cabeça, dores musculares, febre, fadiga e agravamento de sintomas anteriores. São sintomas transitórios e, na maioria dos casos, podem ser amenizados ao iniciar os medicamentos com doses menores, utilizando analgésicos ou deixando as aplicações como a última atividade do dia, sempre de acordo com a orientação médica (Abem, 2025).

IMUNOSSUPRESSORES

O tratamento com imunossupressores começou na década de 60 e foi indicado para o controle de EMRR, EMSP e EMPP. Os principais imunomoduladores utilizados no tratamento da esclerose múltipla são a Ciclofosfamida, Azatioprina, Methotrexate, Ciclosporina, Cladribina e o Mitoxantrone (Macedo et al., 2009).

Imunossupressor	Finalidade	Efeitos Colaterais
Azatioprina	Inibe a síntese de DNA e RNA nas células em divisão (como linfócitos T e B). Reduz a proliferação dessas células imunes, diminuindo a resposta autoimune contra a mielina.	Náuseas, vômitos, perda de apetite. Cansaço, mal-estar leve. Infecções leves (por imunossupressão).

Ciclofosfamida	É utilizada em casos graves, rapidamente progressivos ou refratários, quando o paciente não responde aos tratamentos convencionais (como interferons e glatirâmer).	Náuseas, vômitos, cansaço intenso, perda de apetite, alopecia (queda de cabelo).
Metotrexato	Quando o paciente não responde bem aos imunomoduladores padrão. Reduz a atividade inflamatória do sistema imunológico.	Náuseas, vômitos, perda de apetite, fadiga, Estomatite (feridas na boca), elevação das enzimas hepáticas.
Mitoxantrone	É usada em formas agressivas ou rapidamente progressivas da EM, quando outros tratamentos falharam. Diminui lesões inflamatórias na ressonância magnética.	Pode causar miocardiopatia e insuficiência cardíaca congestiva e também náuseas, vômitos, fadiga, febre e infecções oportunistas.
Cladribina	Reduzir surtos e novas lesões inflamatórias na ressonância magnética. Diminui a progressão da incapacidade. Oferece uma opção de tratamento de curta duração, com efeito prolongado (“reconstituição imunológica”).	Causa linfopenia (redução de linfócitos) é o principal efeito. Infecções (herpes zoster, infecções respiratórias, urinárias), cefaléia, fadiga e náusea.
Ciclosporina	Ela age inibindo a ativação dos linfócitos T. Ela bloqueia a calcineurina, uma enzima essencial para a produção de interleucina-2 (IL-2), reduzindo assim a proliferação e atividade das células T que atacam a mielina no sistema nervoso central.	Nefrotoxicidade (elevação da creatinina, insuficiência renal); Hipertensão arterial; Hipertricose (crescimento excessivo de pelos); Gengivite, hiperplásica; Tremores e cefaleia.

Os imunossupressores são medicamentos que reduzem ou inibem a resposta do sistema imunológico desregulado devido a presença de doenças autoimunes ou para prevenir a rejeição de um órgão transplantado, evitando que o quadro clínico do paciente piore. Porém os imunossupressores em geral possuem diversos tipos de efeitos colaterais, como foi demonstrado no quadro anterior, e podem aumentar o risco de infecções, por

isso só podem ser utilizados com indicação e acompanhamento médico especializado. No entanto, eles ainda são meios extremamente essenciais para o tratamento da EM e devem ser utilizados sem exacerbações, evitando complicações graves nos indivíduos que fazem uso da mesma em seus tratamentos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A esclerose múltipla é uma doença que, até o momento, não possui cura. Nos dias de hoje tem uma variedade de tratamento, que deve ser escolhido de acordo com a necessidade do paciente, levando em consideração que cada paciente possui seu sintoma. Sendo assim, a escolha do tratamento a ser utilizado requer o conhecimento na área, das técnicas, e da gama de tratamentos disponíveis. Acreditamos que em breve seja encontrada a cura para a doença e sejam desenvolvidos novos tratamentos, a fim de colaborar na recuperação mais próxima possível da cura.

REFERÊNCIAS

ABEM – Associação Brasileira de Esclerose Múltipla – **O que é esclerose múltipla** 2025. Disponível em: <https://abem.org.br/> Acesso em: 20 out. 2025.

ALVES, B.; ANGELONI, R.; AZZALIS, L.; PEREIRA, E.; PERAZZO, F.; ROSA, P. C.; FEDER, D.; JUNQUEIRA, V.; FONSECA, F. **Esclerose múltipla**: revisão dos principais tratamentos da doença. *Saúde e meio ambiente: revista interdisciplinar*, [S. l.], v. 3, n. 2, p. 19–34, 2015. DOI: 10.24302/sma.v3i2.542. Disponível em: <https://www.periodicos.unc.br/index.php/sma/article/view/542>. Acesso em: 20 out. 2025.

CALLEGARO, D. et al. **Consenso Expandido do BCTRIMS Para o tratamento da Esclerose Múltipla**: as evidências para o uso de imunossupressores, plasmaférese e transplante autólogo de células tronco. *Arq Neuropsiquiatr*, v.60, p.869-874, 2002. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/anp/a/KLGMngYbwhBRXXSK7dfmbKt/?lang=pt>. Acesso em: 23 out. 2025.

DE OLIVEIRA, E. M. L.; DE SOUZA, Nilton Amorim. **Esclerose múltipla**. *Revista Neurociências*, v. 6, n. 3, p. 114-118, 1998.

MACEDO, P.A.; BORGES, C.T.L; SOUZA, R.B.C. **Ciclofosfamida**: eficaz no tratamento do quadro cutâneo grave da esclerose sistêmica. *Rev Bras Reumatol*, v. 49, p.265-75, 2009. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbr/a/6wT4JxGRmYfQDSkvrQvSfj/?lang=pt>. Acesso em: 20 out. 2025.

A ESTRUTURA DO TRÁFICO DE MULHERES E OS DESAFIOS DA COOPERAÇÃO INTERNACIONAL: UMA ANÁLISE SOBRE ROTAS, AGENTES E VULNERABILIDADES FEMININAS NAS REDES TRANSNACIONAIS

Heloísa de Aquino Gomes (1), Fernando Corrêa dos Santos (2)

(1) Acadêmica do Centro Universitário Faema - Unifaema, heloisa.49771@unifaema.edu.br

(2) Docente do Centro Universitário Faema - Unifaema, Fernando.santos@unifaema.edu.br

INTRODUÇÃO

O tráfico internacional de mulheres é uma das mais cruéis expressões da violação de direitos humanos, movida por promessas ilusórias de ascensão financeira e estabilidade no exterior. As vítimas são, em sua maioria, mulheres jovens, oriundas de regiões mais pobres e vulneráveis, especialmente do interior do país, que veem na proposta de trabalho fora uma oportunidade de mudar de vida. Os aliciadores exploram o desejo legítimo de melhoria pessoal e econômica, oferecendo empregos aparentemente dignos, como babá, empregada doméstica, recepcionista ou massagista em espaços de relaxamento (sem conotação erótica), mas que, na realidade, escondem redes internacionais de exploração.

DESENVOLVIMENTO

A estrutura desse crime é complexa e envolve diferentes agentes. Há os aliciadores, que fazem o primeiro contato e oferecem as falsas promessas; os atravessadores, responsáveis por conduzir as vítimas de um país a outro; e os escoadores, que atuam no processo inverso, ajudando as mulheres a fugir ou retornar ao país de origem quando conseguem escapar. Já as vítimas compõem o elo mais frágil dessa cadeia, frequentemente enganadas e forçadas a atravessar fronteiras sem plena consciência do que as espera.

O Brasil, dentro dessa rota, é considerado um país escoador e exportador de vítimas. Muitas delas partem do território nacional rumo ao Paraguai, de onde seguem para a Espanha (que se tornou uma espécie de ponto de dispersão para o restante do mundo), servindo de porta de entrada para a exploração sexual e o trabalho escravo em diversas nações europeias e asiáticas. O resgate dessas vítimas, contudo, é

frequentemente dificultado, já que muitos países não possuem acordos de bilateralidade ou multilateralidade com o Brasil, inviabilizando operações conjuntas e o retorno seguro das mulheres traficadas.

Os fenótipos das mulheres traficadas também variam conforme o destino. As redes criminosas buscam aquilo que é considerado exótico em cada região. Em países de população majoritariamente negra ou parda, como os da América Latina e parte da África, há uma preferência por mulheres brancas. Já em países europeus, onde a branquitude é o padrão, as mulheres negras ou mestiças tornam-se o alvo. Na Ásia, por sua vez, o exótico é representado pelas ruivas e loiras naturais. Assim, o corpo feminino é reduzido a um estereótipo do “diferente”, transformado em mercadoria para atender aos caprichos culturais e estéticos de outros povos.

Entre as vítimas, as mulheres trans figuram entre as mais vulneráveis. Rejeitadas em suas comunidades de origem, especialmente em cidades pequenas e conservadoras, são frequentemente vistas como aberrações sociais. Sem oportunidades de emprego e acolhimento, muitas aceitam qualquer proposta que prometa saída, abrigo e renda. No entanto, ao chegarem aos destinos, são submetidas às piores condições de trabalho e exploração, relegadas aos espaços mais precários e desumanos. Dentro da hierarquia da vulnerabilidade feminina, as mulheres trans se encontram no ponto mais frágil, alvo fácil de manipulação e violência, tanto pela transfobia quanto pelo desamparo institucional.

Em alguns casos, mulheres traficadas acabam formando famílias com seus próprios traficantes. Surgem então as mães de Haia, mulheres que geram filhos em países estrangeiros e passam a viver um dilema jurídico e emocional. A Convenção de Haia é um tratado internacional que regula a retenção ilícita de menores e as viagens de crianças entre países signatários. Assim, quando essas mulheres tentam regressar ao Brasil com seus filhos, tornam-se sequestradoras parentais sob a ótica legal, passando de vítimas a criminosas. Ainda que alguns países signatários mantenham acordos com o Brasil, permitindo em raros casos a repatriação conjunta, a maioria dessas mães perde a guarda definitiva dos filhos, que passam a pertencer juridicamente ao país onde nasceram.

Mais grave ainda é a situação das mães de Charia. A Charia, sistema jurídico-religioso do Islã, baseia-se em um patriarcado rígido, no qual a herança, a

autoridade e a guarda dos filhos pertencem exclusivamente ao homem. Nessas circunstâncias, a mulher traficada que tem um filho com um muçulmano perde qualquer direito sobre a criança, que passa automaticamente para o domínio do pai e de sua família. Mesmo em caso de morte do genitor, a guarda não retorna à mãe, mas à avó paterna ou outro parente masculino. E como nenhum país sob o regime da Charia possui acordo com o Brasil, essas mães não têm qualquer amparo diplomático ou jurídico, tornando-se invisíveis perante o sistema internacional e privadas dos próprios filhos para sempre.

CONCLUSÃO

A prevenção ao tráfico de mulheres depende, antes de tudo, da conscientização. É essencial que potenciais vítimas desenvolvam um senso de proporção entre a oferta e a realidade do trabalho. Quando uma proposta simples promete um salário alto e desproporcional, isso deve ser um sinal de alerta. Da mesma forma, deve-se questionar (por que alguém arcaria com custos de passaporte, visto, moradia e transporte internacional para contratar uma pessoa de outro país, quando poderia empregar alguém localmente, sem toda essa burocracia?). Além disso, ao receber convites para trabalhos como modelo, babá ou funcionária em outros países, é fundamental verificar a existência de uma agência real e registrada, confirmar endereços, contratos, vistos e documentação regular. Nenhum emprego legítimo se baseia em promessas vagas, ausência de garantias ou pedidos de sigilo. A prevenção começa com a informação, e a liberdade, com a consciência sobre o próprio valor.

REFERÊNCIAS

BOGGIONE, Danny. Me divorciei na Turquia após quase perder a guarda do meu recém-nascido e hoje tenho uma rede de apoio para brasileiras vítimas do tráfico humano. **Marie Claire Brasil**, maio 2024. Disponível em: <https://revistamarieclaire.globo.com/eu-leitora/noticia/2024/05/me-divorciei-na-turquia-apos-quase-perder-a-guarda-do-meu-recem-nascido-e-hoje-tenho-uma-rede-de-apoio-para-brasileiras-vitimas-do-traffic-humano.ghtml>. Acesso em: 11 nov. 2025.

INTELIGÊNCIA LTDA. Como funciona o tráfico humano e órgãos: Danny Boggione. **YouTube**, 24 jul. 2025. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=ZhlfsYpBakY> Acesso em: 25 ago. 2025.

KOH EWE. Wang Xing: Chinese actor's rescue shines light on scam centres. **BBC**, 9



jan. 2025.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. OIM: mulheres são 96,36% das vítimas de tráfico internacional de pessoas. **Nações Unidas Brasil**, 08 dez. 2022. Disponível em: <https://brasil.un.org/pt-br/210679-oim-mulheres-s%C3%A3o-9636-das-v%C3%ADtimas-de-tr%C3%A1fico-internacional-de-pessoas>



EDITORA
UNIFAEMA

FALE CONOSCO

Coordenação de Extensão: extensao@unifaema.edu.br
Pró-reitora de Pós-Graduação, Pesquisa e Extensão: propex@unifaema.edu.br
Editora Unifaema: editora@unifaema.edu.br

Avenida Machadinho, 4349, Área de Expansão Urbana (Setor 06), Ariquemes -RO,
CEP: 76873-630
(69) 3536.6600 | www.unifaema.edu.br

